

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ELIANA CRISTINA DOMINGOS

**INTEGRAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE COMPLEMENTAÇÃO
ORACIONAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**



ARARAQUARA – S.P.
2011

ELIANA CRISTINA DOMINGOS

INTEGRAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE COMPLEMENTAÇÃO ORACIONAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Orientador: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck.

Bolsa: Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo – Bolsa Mestrado/Doutorado.

ARARAQUARA – S.P.
2011

Domingos, Eliana Cristina

Integração das estruturas de complementação oracional no português brasileiro / Eliana Cristina Domingos. – 2011
199 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

Orientador: Rosane de Andrade Berlinck

1. Língua portuguesa – Gramática funcional. 2. Linguística.
I. Título.

ELIANA CRISTINA DOMINGOS

INTEGRAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE COMPLEMENTAÇÃO ORACIONAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck.

Bolsa: Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo – Bolsa Mestrado/Doutorado.

Data da defesa: 29/ 09/ 2011

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck
Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho
Universidade Estadual de Campinas.

Membro Titular: Profa. Dra. Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale
Universidade Federal de São Carlos.

Membro Titular: Profa. Dra. Beatriz Nunes de Oliveira Longo
Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Bento Carlos Dias da Silva
Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

É para minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck, pela seriedade e competência dispensadas na orientação deste trabalho, mas, principalmente, pela serenidade com que me acolheu no momento mais difícil de minha vida.

À memória do Prof. Dr. Sebastião Expedito Ignácio, por sua contribuição aos estudos linguísticos do português brasileiro, por ter orientado parte deste trabalho, pelo belo exemplo de vida.

À Profa. Dra. Beatriz Nunes de Oliveira Longo, minha professora desde a graduação, e à Profa. Dra. Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale, pela leitura cuidadosa e pelas sugestões preciosas feitas a este trabalho, por ocasião dos exames de qualificação.

Ao Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho e ao Prof. Dr. Bento Carlos Dias da Silva, pelo diálogo prazeroso e altamente instrutivo a respeito de teorias linguísticas. E, também, pelas considerações sobre este trabalho e pelas indicações para futuras abordagens.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, à gestão atual e à anterior, por compreender minhas necessidades, dando-me a oportunidade de finalizar este estudo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP de Araraquara, por contribuírem, de maneira impecável, para a nossa formação acadêmica/profissional.

A todos os funcionários do Programa de Pós-Graduação, pela cordialidade e competência que sempre nos dedicam.

Ao pessoal da Biblioteca, pelos atendimentos e orientações prestados para a formatação desta tese.

À Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo, por me permitir reduzir a jornada de trabalho no período de outubro de 2007 a setembro de 2009, por meio do Projeto Bolsa Mestrado/Doutorado.

À Comissão Central e à Regional do Projeto Bolsa Mestrado/Doutorado, especialmente ao Supervisor Armindo dos Santos Neto, pelo empenho na concessão de um prazo maior para a finalização desta pesquisa.

Aos médicos que cuidaram e/ou cuidam de mim, especialmente ao Dr. Aurélio Julião de Castro Monteiro, por tudo.

Ao João Paulo do Prado Rodrigues, pelo suporte decisivo na etapa conclusiva deste trabalho.

Ao meu cunhado Felipe, presença e companhia certas em todos os lugares para os quais precisei ir.

À minha irmã Elsa, por suas vibrações positivas e por sua alegria contagiante pela vida.

Ao meu querido sobrinho Davi, a quem tanto pude ensinar e com quem tanto posso aprender.

À minha irmã Elaine, por ser tão presente em minha vida, pela dedicação e apoio incondicionais nos momentos em que mais preciso.

À minha mãe, Sra. Dorci Ferreira de Carvalho Domingos, a quem também dedico este trabalho, por cuidar de mim, estar sempre ao meu lado, dando-me a força necessária para enfrentar tudo o que a vida nos traz.

À Virgem Maria, Mãe do Divino Jesus, pelas inúmeras graças alcançadas por Sua intercessão.

A Deus, acima e abaixo de cada palavra aqui escrita, por me permitir viver, por ter me dado sabedoria e força para concluir este estudo, por me fazer sentir quão frágil e bela é a vida.

Não há riqueza maior do que a Graça de Deus sobre nós.

RESUMO

Esta tese discute os factivos, propostos por Kiparsky e Kiparsky (1970), e os implicativos, estudados amplamente por Karttunen (1973, 1971a, 1971b, 1970), que são verbos que possuem uma de suas posições argumentais preenchidas com um complemento oracional e estabelecem, em relação a esses complementos, determinadas relações semânticas de pressuposição (verbos factivos) ou de implicação (verbos implicativos), as quais apontam, respectivamente, para uma leitura marcada para a verdade e para a realização/não-realização efetiva do conteúdo contido no complemento. Considerando que essas propostas semânticas foram elaboradas no início da década de 1970, no auge da teoria gerativa, e que o arcabouço teórico em que se fundamenta esta abordagem remete a pontos do funcionalismo desenvolvidos por Dik (1989, 1997), Givón (1990), Lehmann (1988), propõe-se um tratamento dessas categorias verbais sem referência a (ou utilização de) termos que não se orientem pelo aporte funcionalista. Pela análise do escopo de operadores (meios gramaticais), como a negação e os modais, identificam-se, para o português brasileiro, os possíveis predicados verbais de uso factivo e de uso implicativo. O escopo desses meios gramaticais aliado à análise do escopo de satélites (meios lexicais) temporais e locativos permite estabelecer que as relações de factividade e de implicação começam a se instaurar, respectivamente, no nível da proposição e da predicação, conforme o modelo de análise da oração em camadas formulado por Dik (1989). Demonstra-se, também, que essas categorias verbais não são discretas, podendo-se observar uma fluidez de significado, posto que um mesmo predicado, como SABER, pode transitar por quase todas as subclasses semânticas estudadas. A categoria gramatical de modo (indicativo ou subjuntivo) da construção completiva revela que os factivos do português brasileiro podem fornecer uma leitura de não-pressuposição de verdade de seus complementos oracionais, caso em que o verbo encaixado figura no modo indicativo. Essa evidência resulta na conclusão de que esses tipos devem ser mais apropriadamente chamados de predicados de aquisição/perda de conhecimento ou de predicados de percepção passíveis de estabelecer uma relação factual com seus complementos, do que serem chamados propriamente de factivos. Além da categorização da natureza semântica do predicado matriz, esta pesquisa avalia, principalmente, os níveis de integração dos enunciados complexos, concluindo, pela aplicação de parâmetros sintático-semânticos, que as estruturas implicativas são mais integradas que as factivas, o que explica as diferentes posições que esses predicados ocupam na organização do enunciado em camadas. As ocorrências constitutivas da base de dados representam recortes de textos escritos do português contemporâneo brasileiro extraídos do Banco de Dados do Laboratório de Lexicografia da Universidade Estadual Paulista de Araraquara. Realiza-se o tratamento quantitativo dos dados da pesquisa com o auxílio do programa computacional Goldvarb (2001), empregando apenas suas etapas iniciais, posto que integração de orações não se configura como um fenômeno linguístico variável.

Palavras – chave: Construções completivas. Integração de orações. Gramática Funcional. Verbos factivos. Verbos implicativos.

ABSTRACT

This thesis discusses factives, proposed by Kiparsky and Kiparsky (1970), and implicatives, studied extensively by Karttunen (1973, 1971a, 1971b, 1970), which are verbs that have an argument slot filled with a sentential complement, and establish, in relation to these complements, certain semantic relations of presupposition (factive verbs) or implication (implicative verbs), they point to, respectively, for a reading marked for truth and actuality realization/non-realization of the content contained in the complement. Considering that these semantic proposals were elaborated in the early 1970s, at the apogee of the generative theory, and the theoretical framework in which this approach is based refers to points of functionalism developed by Dik (1989, 1997), Givón (1990), Lehmann (1988), it is proposed a treatment of these verbal categories without reference to (or use of) terms which are not guided by the functional contribution. By analyzing the scope of operators (grammatical means), like negation and modals, it is identified to the Brazilian Portuguese possible predicate verbs of factive and implicative use. The scope of these grammatical means together with the analysis of the scope of temporal and locative satellites (lexical means) establishes that the relations of factivity and implication begin to establish, respectively, at the level of proposition and predication, as the abstract underlying structure of the clause model formulated by Dik (1989). It is shown also that these verbal categories are not discrete and can be seen a fluidity of meaning, since the same predicate, as KNOW, can move for almost all semantic subclasses studied. The grammatical category of mood (indicative or subjunctive) of the embedded construction reveals that the factives Brazilian Portuguese can provide a reading of non-presupposition of truth of their sentential complements, in which case the embedded verb in the indicative figure. This evidence comes in the conclusion that these types should be more appropriately called predicates of knowledge and acquisition/loss of knowledge or predicates of perception possible of establish a factual relation with their complements, rather than being properly called factives. Besides the categorization of the semantic nature of the matrix predicate, this study evaluates mainly the levels of embedding of complex utterances, concluding, by the application of semantic-syntactic parameters, that implicative structures are more embedded than factives, which explains the different positions they occupy in the layered underlying structure of the clause. The constitutive instances of the database represent sample of written texts of contemporary Brazilian Portuguese extracted from the database of the Laboratory of Lexicography, Universidade Estadual Paulista Araraquara. The quantitative treatment of research data is accomplished with the aid of computer program Goldvarb (2001), employing only the initial stages, since clause embedding is not considered a linguistic phenomenon variable.

Keywords: Embedded constructions. Clause embedded. Functional Grammar. Factive verbs. Implicative verbs.

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS		PÁGINA
Figura 1	Representação da oração em camadas	32
Figura 2	<i>Continua</i> da articulação de orações	68
Figura 3	Gramaticalização do verbo principal	70
Figura 4	Escala de integração de eventos (Escala 1)	73
Figura 5	Gramaticalização do verbo principal proposta por Lehmann (1988), com sugestão da posição ocupada pelos marcados para factividade e pelos marcados para implicação	178
Figura 6	Escala de integração dos eventos referentes às 650 orações analisadas nesta tese (Escala 2)	186

LISTA DE QUADROS

QUADROS		PÁGINA
Quadro 1	Verbos da análise quantitativa e qualitativa	82
Quadro 2	Arquivos de textos romanescos componentes do <i>corpus</i> desta pesquisa	89
Quadro 3	Verbos de uso factivo no português brasileiro	196
Quadro 4	Verbos de uso contrafactivo no português brasileiro	196
Quadro 5	Verbos de uso implicativo afirmativo no português brasileiro ...	196
Quadro 6	Verbos de uso implicativo negativo no português brasileiro	196
Quadro 7	Verbos de uso se-afirmativo no português brasileiro	197
Quadro 8	Verbos de uso se-negativo no português brasileiro	197
Quadro 9	Verbos de uso somente-se afirmativo no português brasileiro	197
Quadro 10	Verbos de uso somente-se negativo no português brasileiro	197

LISTA DE TABELAS

TABELAS		PÁGINA
Tabela 1	Os verbos não-factivos (marcado para implicação e contrafactivo)	97
Tabela 2	Especificação do predicado matriz factivo	97
Tabela 3	Especificação do predicado matriz não-factivo (marcado para implicação ou para contrafactividade)	98
Tabela 4	Tipo de predicado da oração matriz, segundo proposta de classificação da gramática funcional de Dik (1997), em relação à sua natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade)	123
Tabela 5	Tipos possíveis de construções completivas em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo da oração matriz	141
Tabela 6	Correferencialidade do sujeito da oração subordinada com os argumentos da principal em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo principal	146
Tabela 7	A explicitude do sujeito da oração principal em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo principal	152
Tabela 8	A explicitude do sujeito da oração encaixada em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo principal	155
Tabela 9	O controle do sujeito da oração principal sobre as ações/atitudes do sujeito da oração subordinada em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo	

	principal	162
Tabela 10	A função semântica do sujeito da oração principal em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo da oração principal	166
Tabela 11	O tempo e o modo do verbo da oração matriz em relação à sua natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade)	169
Tabela 12	O tempo e o modo do verbo da oração encaixada em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo da oração principal	171
Tabela 13	A possibilidade de citação direta da oração completiva em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo da oração principal	179
Tabela 14	A polaridade expressa em enunciados complexos (oração matriz/oração completiva) em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo da oração matriz	181

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS		PÁGINA
Gráfico 1	A natureza semântica do verbo da oração matriz	96
Gráfico 2	Distribuição dos tipos de construção da oração completiva	142

LISTA DE SIGLAS DO CORPUS

- (A) *Ângela ou as areias do mundo.* (FARIA, 1963).
- (ACM) *Aqueles cães malditos de Arquelau.* (PESSOTI, 1994).
- (AF) *A festa.* (ANGELO, 1978).
- (AFA) *A faca de dois gumes.* (SABINO, 1985).
- (AGO) *Agosto.* (FONSECA, 1990).
- (ALE) *Além dos marimbus.* (SALES, 1961).
- (ALF) *O Alferes.* (PROENÇA, 1967).
- (AM-O) *Discursos de Gilberto Amado.* (AMADO, 1965).
- (ANA) *Anarquistas, graças a Deus.* (GATTAI, 1979).
- (APA) *A paixão transformada. História da medicina na literatura.*
(SCLIAR, 1996).
- (ASA) *A asa esquerda do anjo.* (LUFT, 1981).
- (AV) *A viúva branca.* (LEITE, 1960).
- (AVK) *As Valkírias.* (COELHO, 1992).
- (BB) *Balé branco.* (CONY, 1966).
- (BDI) *O braço direito.* (RESENDE, 1963).
- (BH) *Balbino, O homem do mar.* (LESSA, 1970).
- (BL) *Blecaute.* (PAIVA, 1986).
- (BN) *Branca de Neve.* (MONIZ, 1954).
- (BOC) *Boca de Luar.* (ANDRADE, 1984).
- (BOI) *Boca do inferno.* (MIRANDA, 1989).
- (BRO) *O que é burocracia.* (MOTTA, 1984).
- (CBC) *O conto brasileiro contemporâneo.* (BOSI, 1977).
- (CCI) *Caixa de cimento.* (ESCOBAR, C. H.)
- (CE) *Cemitério de elefantes.* (TREVISAN, 1975).
- (CEN) *Cenas da vida minúscula.* (SCLIAR, 1991).
- (CF) *Chão de ferro.* (NAVA, 1976).
- (CH) *Chagas, o cabra.* (MENDES, 1965).
- (CHP) *Chica Pelega – A guerreira de taquaruçu.* (VASCONCELOS, 2000).
- (CP) *Ciranda de pedra.* (TELLES, 1955).
- (CTB) *O que é contabilidade.* (JACINTO, 1983).

- (DC) *A democracia coroada.* (TORRES, 1957).
- (DIN) *Diário do Nordeste.* (2000; 2001).
- (DSP) *O demônio e a Srta. Prym.* (COELHO, 2000).
- (ESP) *O Estado de São Paulo.* (1955–1958).
- (EST) *Estorvo.* (HOLLANDA, 1991).
- (ETR) *Estrela solitária.* (CASTRO, 1995).
- (FI) *Ficção e ideologia.* (CUNHA, 1972).
- (FP) *O fiel e a pedra.* (LINS, 1961).
- (FR) *Ficção reunida.* (CARVALHO, 1981).
- (G-O) *Desenvolvimento e Independência.* (GOULART, 1961).
- (GAL) *Gazeta de Alagoas.* (2000).
- (GRE) *A greve dos desempregados.* (BELTRÃO, 1984).
- (HB) *Higiene bucal.* (MICHELI, 1986).
- (HP) *O homem que perdeu a alma.* (WANDERLEY, 1960).
- (HPP) *Histórias para pais, filhos e netos.* (COELHO, 2001).
- (II-O) *Inserção Internacional do Brasil – Gestão do ministro Celso Lafer no Itamaraty.* (LAFER, 1993).
- (INC) *Incidente em Antares.* (VERÍSSIMO, 1996).
- (INQ) *Inquéritos em preto e branco.* (MAY, 1994).
- (IS) *Isto é.* (1982).
- (JB) *Jornal do Brasil.* (1981).
- (JK-O) *Discursos – Arraial do Cabo.* (1958).
- (JT) *João Ternura.* (MACHADO, 1965).
- (MAG) *Magia e pensamento mágico.* (MONTEIRO, 1986).
- (MC) *A Madona de Cedro.* (CALLADO, 1957).
- (MMM) *Memorial de Maria Moura.* (QUEIROZ, 1992).
- (MUL) *Música ao longe.* (VERÍSSIMO, 1989).
- (N) *Noite.* (VERÍSSIMO, 1957).
- (NB) *O nome do bispo.* (TAVAREZ, 1985).
- (OLG) *Olga.* (MORAIS, 1987).
- (OS-O) *Atuação parlamentar do Senador Odacyr Soares 1988.* (SOARES, 1992).
- (PE) *Primeiras Estórias.* (ROSA, 1972).

- (PFV) *Paixão e fim de Valério Caluete.* (ARAÚJO, 1978).
- (PRE) *O Presidente.* (VEIGA, 1959).
- (Q) *Quarup.* (CALLADO, 1974).
- (QDE) *Quarto de despejo.* (JESUS, 1960).
- (RE) *A resistência.* (AMARAL, 1978).
- (RIR) *Um rio imita o Reno.* (MOOG, 1966).
- (S) *Serras azuis.* (LIMA, 1976).
- (SA) *Sagarana.* (ROSA, 1951).
- (SI-O) *O Senador Pedro Simon – Discursos e Projetos 1993.* (SIMON, 1995).
- (SIG-O) *Sigaud.* (G. P., 1963).
- (TV) *O tempo e o vento – O Continente.* (VERÍSSIMO, 1956).
- (U) *Um copo de cólera.* (NASSAR, 1978).
- (VB) *A vida em flor de Dona Beja.* (VASCONCELOS, 1988).
- (VDM) *Verônica decide morrer.* (COELHO, 1998).
- (VP) *A vila de prata.* In: *Revista dos Tribunais.* (MONIZ, 1956).
- (VPB) *Viva o povo brasileiro.* (RIBEIRO, 1984).
- (XA) *O Xangô de Baker Street.* (SOARES, 1995).

SUMÁRIO

	PÁGINA
INTRODUÇÃO	19
1 A COMPLEMENTAÇÃO ORACIONAL	24
1. 1 A complementação oracional do português brasileiro numa perspectiva pragmático-discursiva	24
1. 2 A complementação oracional na gramática funcional de Simon Dik (1989; 1997)	30
2 AS CLASSES VERBAIS COMPLETÁVEIS POR ORAÇÕES: OS FACTIVOS E OS IMPLICATIVOS	43
2.1 A factividade e a implicação: de propriedades inerentes a certos tipos verbais a propriedades que se manifestam em situações de interação verbal	44
2.1.1 A explicação fornecida por Karttunen aos predicadores de uso implicativo: a implicação e os postulados de significado	58
2.1.2 Predicados implicativos: subcategorizações	60
2.1.2.1 Verbos implicativos duplos: implicativos afirmativos e implicativos negativos	60
2.1.2.1.1 Implicativos afirmativos	60
2.1.2.1.2 Implicativos negativos	61
2. 1. 2. 2 Verbos implicativos simples: verbos-se, verbos somente-se	61
2.1.2.2.1 Verbos-se afirmativos	61
2.1.2.2.2 Verbos-se negativos	63
2.1.2.2.3 Verbos somente-se afirmativos	64
2.1.2.2.4 Verbos somente-se negativos	65
3 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE ORAÇÕES	67
3. 1 Os parâmetros sintático-semânticos de Lehmann (1988)	67
3. 2 Os mecanismos sintático-semânticos de integração de eventos de Givón (1990)	72
4 METODOLOGIA DE TRABALHO	79
4.1 Delimitação dos verbos que integram a análise quantitativa e qualitativa desta pesquisa	79
4.2 Parâmetros sintático-semânticos de análise: grupos de fatores levantados .	82
4.3 A constituição do <i>corpus</i> de análise quantitativa e qualitativa	88

4.4 Aplicação de alguns programas do pacote Goldvarb à análise quantitativa do corpus	90
5 AS CARACTERÍSTICAS SINTÁTICAS E SEMÂNTICAS DA INTEGRAÇÃO ORACIONAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NUMA PERSPECTIVA PRAGMÁTICO-DISCURSIVA	91
5.1 A natureza semântica do verbo da oração matriz	92
5.2 O tipo de verbo da oração matriz, segundo proposta de classificação da gramática funcional de Dik (1997)	123
5.3 Os tipos de construções completivas realizadas com predicados marcados para factividade e não-marcados para factividade (marcados para implicação e o contrafactivo FINGIR)	140
5.4 A correferencialidade do sujeito da oração subordinada com os argumentos da oração principal	146
5.5 A explicitude de sujeitos (matriz e completivo) das construções completivas	151
5.5.1 A explicitude do sujeito da oração encaixada segundo a natureza semântica do verbo da oração matriz	155
5.6 Controle e função semântica do sujeito da oração principal	162
5.7 A relação modo-temporal entre os verbos das orações (matriz e encaixada) segundo a natureza semântica do verbo da oração matriz	169
5.7.1 A seleção de tempos e modos verbais nas orações completivas de predicados verbais factivos e não-factivos (marcados para implicação e o contrafactivo FINGIR)	171
5.8 Citação direta da oração completiva	178
5.9 A polaridade das orações	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO <i>CORPUS</i> CONSULTADO	192
APÊNDICE A – Predicados verbais do português brasileiro passíveis de estabelecer relações de factividade, contrafactividade e implicação com seus complementos oracionais, de acordo com os diferentes contextos pragmático-discursivos em que são usados	196
APÊNDICE B – Predicados verbais proposicionais e predicacionais do português brasileiro, segundo proposta de Dik (1997)	198

INTRODUÇÃO

Compreender como funciona a complementação oracional no português brasileiro, levando em conta, de maneira integrada, os aspectos de natureza sintática, semântica e pragmática nela envolvidos, é uma tarefa à qual venho me dedicando já há alguns anos. Em princípio, para este estudo, havia pensado em traçar uma ampla tipologia da complementação; para tanto pretendia fazer uma análise de todos os verbos do português brasileiro relacionados em Borba et al. (1990), totalizando aproximadamente 660 verbos, que admitem oração como complemento. Essa proposta inicial levou-me a realizar um levantamento de frequência de cada um desses quase 660 verbos no *corpus* principal 2 (CP2) do Banco de Dados do Laboratório de Lexicografia da UNESP/Araraquara, que contém textos escritos em prosa, publicados no período de 1950 a 2000. Num segundo momento, procurei nos textos romanesco e jornalístico, integrantes desse banco de dados, ocorrências em que os verbos pesquisados figuravam como verbos principais de estruturas complexas.

Esse levantamento exaustivo despendeu um tempo significativo de trabalho e acabou por revelar informações bastante relevantes a respeito da complementação no português, as quais evidenciaram a existência de relativamente poucos verbos que, de fato, admitem construções encaixadas. O que merece destaque é que, ao término do levantamento, chegamos à conclusão de que era necessário restringir os verbos a serem analisados e, posteriormente, agrupá-los, segundo suas características formais e semânticas, em uma das propostas de classificação verbal aqui enfocadas, Givón (1990) ou Dik (1997). Concluimos, igualmente, que a ideia de traçar uma ampla tipologia da complementação era algo um tanto abstrato, era preciso direcionar a abordagem para algum aspecto realmente instigante relacionado ao tema.

O estudo dos verbos factivos, de Kiparsky e Kiparsky (1970), e dos implicativos, de Karttunen (1970, 1971a, 1971b, 1973), sugeriu a possibilidade de tratar o processo de união de orações em termos de menor ou maior integração da oração completiva à principal.

As orações de natureza completiva verbal que constituem o objeto de estudo desta investigação têm sido denominadas pela Gramática Tradicional de subordinadas substantivas. Esta pesquisa restringe-se à abordagem de orações subordinadas substantivas objetivas diretas e indiretas do português escrito contemporâneo brasileiro. A análise baseia-se na teoria da Gramática Funcional, nos moldes propostos por Dik (1989; 1997), Givón (1984; 199), Lehmann (1988), entre outros.

Nesse ponto, é necessário esclarecer que as propostas de Kiparsky e Kiparsky e de Karttunen foram produzidas na década de 1970, fundamentadas numa perspectiva de

abordagem gerativista da língua. Em nosso estudo, essas propostas de classificação verbal são retomadas e reavaliadas dentro dos princípios que norteiam a gramática funcional. Desse modo, propomo-nos aqui a fornecer uma visão funcionalista dos predicados de uso factivo e de uso implicativo, sem referência a (ou utilização de) termos que não se orientem por esse aporte teórico.

Partindo do exame de amostras oriundas de textos escritos do português brasileiro, analisam-se as ocorrências de enunciados complexos em relação aos seguintes fatores:

- a natureza das construções completivas segundo o tipo de predicador envolvido na oração principal;
- a relação entre as classes de verbos completáveis por orações e a classe de complementos;
- o estatuto sintático e a forma de realização dos complementos verbais oracionais;
- as camadas (ou níveis) de organização da oração, tal como formulado em Dik (1989);
- o escopo de operadores (meios gramaticais) e satélites (meios lexicais) nessas estruturas complexas;
- a correlação entre as propriedades dos predicados principais e o grau de integração sintático-semântica da construção completiva à principal.

Tendo em vista esses objetivos, a descrição que se pretende está apoiada na proposta da teoria funcionalista de integração dos diversos componentes ou níveis de análise.

Quanto ao componente formal (sintático), são objeto de estudo: as construções completivas de natureza finita (orações subordinadas, introduzidas pelo complementizador “que”; as construções completivas de natureza não-finita (infinitivas e gerundivas); os mecanismos sintáticos responsáveis pela integração dos diferentes tipos de oração completiva à principal, considerando os tipos distintos de construções completivas selecionados (finitos e não-finitos).

Quanto ao componente semântico, compreende-se que o estatuto factual de predicados factivos impõe uma restrição de seleção pressuposicional aos seus complementos oracionais. Isso significa que, em enunciados complexos com esse tipo de predicado principal, o enunciador se compromete obrigatoriamente em relação à verdade do conteúdo expresso no complemento. Os predicados implicativos também envolvem a interveniência do enunciador na situação do discurso, porém, não em relação à verdade do complemento, mas sim quanto à sua realização/não-realização. Desse modo, predicados implicativos implicam, em algumas

circunstâncias, a realização efetiva do evento expresso no complemento, e, conseqüentemente, asseguram o estatuto verdadeiro do conteúdo complementar. Todavia, as relações contraídas por esses tipos de predicados em enunciados complexos são diferentes, pois os predicados factivos, em quaisquer circunstâncias, pressupõem a verdade de suas orações completivas, enquanto os implicativos só garantem o estatuto verdadeiro do complemento sob determinadas condições.

A relação lógico-semântica de verdade envolvida nessas construções complexas sugere a integração entre as orações que as compõem.

Com base nos parâmetros sintático-semânticos formulados por Lehmann (1988), pretende-se avaliar: a degradação hierárquica das orações completivas; o nível sintático da oração principal ao qual a oração completiva se liga; a sentencialidade ou a dessentencialização da oração completiva; o entrelaçamento das orações (principal e subordinada) pelo compartilhamento das categorias de tempo/modo/aspecto e de argumentos; a explicitude da ligação das orações.

Num primeiro momento, postula-se que essas relações de degradação, dessentencialização, entrelaçamento, entre outras, podem estar correlacionadas à natureza semântica do predicado matriz. Entretanto, Givón (1990) analisa outros fatores de ordem semântica que podem desempenhar um papel relevante na integração de eventos, entre os quais se destacam: co-temporalidade; traços de controle dos agentes manipulante e manipulado; integração referencial/coesão.

Quanto ao componente pragmático (discursivo), pretende-se empreender a análise de enunciados complexos com predicados factivos e implicativos em níveis que extrapolam os limites da frase, chegando ao nível do discurso.

Entende-se que a natureza semântica desses tipos de predicados sugere uma interveniência do enunciador no contexto situacional, e, portanto, as relações de factividade e de implicação expressas por esses predicados em construções complexas prestam-se a funções discursivas específicas.

Considerando as observações feitas, acredita-se que a opção do enunciador por um determinado tipo de predicado principal (factivo ou implicativo) impõe determinadas restrições quanto ao estatuto (factivo/não-factivo ou implicativo/não-implicativo) do complemento e reflete uma escolha fundamentada nas necessidades e condições da situação comunicativa em que o discurso se insere.

Quanto à organização das seções, esta pesquisa consiste de duas partes: uma teórica e outra de investigação da integração das estruturas de complementação oracional no português brasileiro.

Tendo em vista que o objetivo maior é focar a complementação oracional no português brasileiro, a seção 1 se divide em duas partes. Na primeira, apresentamos a perspectiva a partir da qual pretendemos abordar a complementação; definições do tema e dos termos relacionados; análise de formas de realização sintática da oração subordinada. Como a proposta é de um tratamento da complementação oracional fundamentada no funcionalismo, a segunda parte traz a conceituação e os princípios básicos da gramática funcional de Dik (1989), utilizados neste estudo, e avalia o tratamento dispensado por esse modelo às construções completivas de natureza verbal.

A seção 2 discute os factivos e os implicativos, verbos completáveis por orações, e a relação que estabelecem com seus complementos oracionais. Partindo de uma apresentação dos factivos e implicativos como idealizados pelos seus primeiros teóricos, avalia-se, dentro do molde funcional, uma possível explicação para o funcionamento desses verbos.

Considerando o objetivo principal de investigar os níveis de integração da construção completiva à principal, a seção 3 discute os parâmetros sintático-semânticos formulados por Lehmann (1988) e os estudos desenvolvidos por Givón (1990), para testar o grau de integração entre as orações de uma estrutura complexa.

Elaborada a fundamentação teórica, apresenta-se, na seção 4, a metodologia empregada neste trabalho. Esta parte trata dos aspectos seguintes: 1º) explicita o processo de delimitação dos verbos que integram a análise quantitativa e qualitativa desta pesquisa; 2º) propõe parâmetros sintático-semânticos que deem conta do eixo central deste estudo, que é examinar a correlação entre as propriedades dos predicados principais quanto: aos tipos de complementos oracionais selecionados; às camadas de organização da oração; ao grau de integração sintático-semântica entre orações (principal e subordinada); 3º) explicita a constituição da base de dados a partir da qual construímos o *corpus* utilizado na análise quantitativa e qualitativa desta pesquisa, esclarecendo de que modo foi realizado o recorte das amostras componentes desse *corpus*.

O *corpus* é formado por 20 amostras de texto escrito romanesco. Essas amostras, armazenadas em arquivos, apresentam uma extensão aproximada, medida em *bytes* e foram obtidas a partir do Banco de Dados do Laboratório de Lexicografia da UNESP/Araraquara.

Após a leitura dos textos, obtém-se o *corpus* das ocorrências de construções completivas de predicados verbais factivos e implicativos; na sequência, cada ocorrência é

analisada segundo os grupos de fatores levantados. Para a análise quantitativa dos fatores, são utilizadas somente as etapas iniciais do programa computacional GOLDVARB, uma vez que a complementação oracional não é um fenômeno linguístico variável. Com base nos resultados (percentuais de frequência) fornecidos por esse programa, verifica-se a hipótese de integração entre as orações considerando a natureza do predicado matriz.

A seção 5 apresenta e analisa as características sintáticas e semânticas do processo de integração oracional do português brasileiro numa perspectiva pragmático-discursiva, por meio do desenvolvimento dos pontos seguintes:

- Natureza sintático-semântica do verbo da oração matriz;
- Tipo de verbo da oração matriz, segundo proposta de classificação da gramática funcional de Dik (1997);
- Tipos de construções completivas realizadas com predicados marcados para factividade ou para implicação;
- Correferencialidade do sujeito da oração subordinada com os argumentos da oração principal;
- Explicitude de sujeitos (matriz e completivo) das construções completivas;
- Controle e função semântica do sujeito da oração principal;
- Relação modo-temporal entre os verbos das orações (matriz e encaixada) segundo a natureza semântica do verbo da oração matriz;
- Citação direta da oração completiva;
- Polaridade das orações.

Na conclusão efetua-se uma discussão geral dos resultados obtidos na análise do *corpus*.

Com base na proposta da teoria funcionalista, pretende-se, com este estudo, chegar a uma descrição mais integrada do processo de junção de orações no português brasileiro.

1 A COMPLEMENTAÇÃO ORACIONAL

Na primeira parte desta seção, discutem-se definições propostas para complementação oracional; discrimina-se o uso de termos ligados a esse fenômeno, empregados nesta abordagem; examina-se a finitude/não-finitude das construções completivas. Na segunda parte, considera-se o modelo de análise de oração em camadas formulado por Dik (1989) e o tratamento conferido por esse autor, em sua obra postumamente publicada, Dik (1997), às construções encaixadas, nosso objeto de estudo.

1. 1 A complementação oracional do português brasileiro numa perspectiva pragmático-discursiva

Tendo em vista que o tema complementação se desdobra em cada uma das seções teóricas e de análise deste estudo, esta parte tem somente a intenção de apresentar alguns princípios básicos da complementação, a maneira como a entendemos, alguns aspectos de natureza terminológica adotados, entre outros que se fizerem pertinentes.

A gramática normativa de cunho pedagógico nomeia como subordinadas substantivas objetivas as construções que constituem nosso objeto de investigação. Discriminar o sentido atribuído a alguns termos bastante recorrentes nesta abordagem, como verbo, tipos de orações, só para exemplificar alguns, é de importância extrema, no entanto, cabe, antes, adotar um conceito para o fenômeno da complementação.

Utilizando exclusivamente critérios sintáticos, Noonan (1994) define complementação oracional ou simplesmente ‘complementação’ como a situação sintática em que uma oração nocional ou predicação funciona como um argumento de um predicado. Uma predicação é tida como um argumento de um predicado quando funciona como o sujeito ou o objeto desse predicado.

Semelhante à definição de Noonan (1994) é a proposta por Givón (1990), segundo a qual os complementos oracionais são ‘proposições’ que funcionam no papel argumental de sujeito ou de objeto do verbo. Para esse autor, o fato de os sujeitos e objetos prototípicos serem nominais, sugere e explica a possibilidade de os complementos oracionais exibirem, frequentemente, uma forma nominalizada. Como veremos na seção 3, Givón defende a tese de que a ligação entre verbos principais e seus complementos oracionais resulta frequentemente na integração sintática de duas proposições em uma oração única, sendo que a

forte integração entre os eventos matriz e encaixado pode justificar, ainda, a forma nominalizada assumida por alguns tipos de complementos oracionais.

A gramática funcional de Dik (1997) refere-se à complementação, enquanto processo de combinação de orações, por meio da expressão construções encaixadas. Para Dik, construções encaixadas se definem como termos complexos, contendo uma predicação, uma proposição ou um enunciado, que fazem referência a entidades de ordem mais elevada. Esses termos complexos preenchem tanto as posições de argumento, correspondentes às orações substantivas subjetivas e objetivas da gramática tradicional, como as posições de satélite, correspondentes às orações adverbiais da gramática tradicional, na estrutura subjacente da oração.

Os enunciados seguintes constituem exemplos prototípicos de complementação no português brasileiro considerados neste estudo, segundo as definições de Noonan, Givón e Dik:

- (1) Nós SABEMOS que Getúlio é inocente do crime do major Vaz. (AGO)¹
- (2) Ninguém CONSEGUE se desmanchar em lágrimas. (CEN)
- (3) “Você me DEIXA dar uma olhada nos livros?” (ACM)

As estruturas em (1)-(3) fornecem exemplos de segmentos a serem investigados em relação aos critérios sintático-semânticos de análise. Na gramática normativa, as ocorrências em (1)-(3) são estudadas como períodos compostos por subordinação, sendo constituídos por uma oração principal acrescida de uma oração subordinada substantiva objetiva direta. Numa perspectiva não-tradicionista, toda a estrutura representada nesses exemplos pode ser referida por meio de várias expressões terminológicas, recorrentes ao longo desta pesquisa, quais são: estruturas de complementação, estruturas/construções de encaixamento/encaixe, estruturas/construções complexas, enunciados complexos.

Cada uma das orações que contém o verbo destacado (“Nós SABEMOS”; “Ninguém CONSEGUE”; “Você me DEIXA”) recebe, na gramática tradicional, o nome de oração principal. Além desse nome, ela assume aqui as seguintes possibilidades de referência: oração/predicação subordinante, matriz ou nuclear.

¹ A consulta à sigla entre parênteses, que aparece no final das ocorrências apresentadas neste estudo, pode ser feita na lista de siglas do *corpus*, p. 16-18.

A oração que completa o sentido do verbo principal esteja na forma finita, como em “que Getúlio é inocente do crime do major Vaz”, ou na forma não-finita, como em “se desmanchar em lágrimas”, “dar uma olhada nos livros?”, é denominada oração subordinada, nos moldes tradicionais, podendo também ser chamada de oração/predicação completiva, complementar ou encaixada.

Os verbos das orações principal e subordinada recebem a mesma nomenclatura das orações que os contêm, ou nas quais estão contidos; portanto, o verbo da oração principal pode ser chamado de principal, matriz, nuclear; assim como o verbo da oração subordinada recebe a aceção de subordinado, completivo, complementar ou encaixado.

Com a finalidade de ter à disposição uma variedade de predicados nominais, a fim de promover a coesão, evitando, assim, a repetição, o termo **verbo** também pode ser chamado de **predicador** e **predicado**, porém, para usar este último, são necessários alguns esclarecimentos.

De acordo com Dik (1989; 1997), Groot (1997) e Noonan (1994), a noção de **predicado** engloba estas três categorias principais: **verbo** (V), **nome** (N) e **adjetivo** (A).

As propostas funcionalistas definem essas categorias básicas segundo suas funções mais típicas, considerando, desse modo, como **verbal** (V), um predicado empregado primariamente em função predicativa; **nominal** (N), um predicado empregado primariamente como o núcleo de um termo; **adjetivo** (A), um predicado empregado primariamente em função atributiva.

Nessas definições, é necessário atentar para o significado da palavra “primariamente”, pois ela significa que essas categorias podem, eventualmente, apresentar usos secundários ou derivados que coincidam com os usos primários de outras categorias. Assim, por exemplo, podemos encontrar nomes e adjetivos exercendo a função predicativa, ou seja, funcionando como o predicado principal de uma predicação.

Quanto a essas considerações, cabe afirmar que, nesta pesquisa, o termo predicado é empregado especialmente em referência ao verbo, em razão da opção pelo estudo das construções complexas em que o predicado principal é representado por um verbo.

De acordo com Noonan (1994), do mesmo modo que o predicado matriz, também o predicado complementar pode ter o estatuto gramatical de um verbo, um nome ou um adjetivo, sendo a primeira forma a não-marcada, uma vez que inúmeras línguas codificam a maior parte de seus predicados complementares como verbos; enquanto as duas últimas são as formas marcadas, porque menos recorrentes entre as línguas. Além disso, um predicado completivo realizado sob a forma de um verbo assinala que a construção completiva apresenta

um grau acentuado de sentencialidade, enquanto um predicado completivo em uma das formas nominais assinala que a oração complementar passou por um processo de dessentencialização. A sentencialidade, ou não, da oração complementar é tratada na seção 3.

Um aspecto final a ser discutido ainda nesta seção se refere ao estatuto sintático e à forma de realização dos complementos verbais oracionais.

Dik (1997) propõe uma taxonomia de construções encaixadas que compreende os tipos: oração subordinada, construção infinitiva, construção participial e nominalização.

A oposição mais relevante para essa classificação se relaciona à natureza finita ou não-finita do predicado encaixado. Construções encaixadas com predicados finitos se realizam sob a forma de orações subordinadas. Quanto às construções encaixadas com predicados não-finitos há se considerar a presença *versus* não-presença de propriedades nominais. Construções encaixadas com propriedades nominais se realizam sob a forma de nominalizações. Construções encaixadas sem propriedades nominais podem ter dois núcleos distintos, o infinitivo ou o particípio, que produzem, respectivamente, as construções infinitivas e as construções participiais.

Dos tipos de construções completivas discriminados, interessam-nos, aqui, as orações subordinadas e as construções infinitivas.

As orações subordinadas (construções encaixadas finitas) são orações que, além das propriedades de uma oração principal, apresentam os mecanismos que assinalam seu estatuto de subordinadas. Tais mecanismos se resumem basicamente na presença de um subordinador, em uma ordem especial para o constituinte subordinado ou em um modo dependente especial, sendo que os três podem se combinar para a indicação do estatuto subordinado de uma oração.

O predicado de uma oração subordinada pode ser especificado para as mesmas distinções características de predicados de orações principais. Esse fato se registra quando a oração subordinada, com a mesma forma, pode figurar como uma oração principal independente. É o que se verifica, por exemplo, no enunciado representado em (1), que retomamos a seguir:

(1) Nós SABEMOS que Getúlio é inocente do crime do major Vaz. (AGO)

em que a construção encaixada pode constituir-se nesta oração independente:

(4) Getúlio é inocente do crime do major Vaz.

O principal mecanismo para assinalar o estatuto de subordinação da ocorrência (1) é a presença do subordinador “que”, também chamado de conectivo ou complementizador.

As infinitivas são construções encaixadas não-finitas organizadas em torno de um predicado infinitivo, o qual se caracteriza por: não ser marcado para as distinções de pessoa e número para as quais o verbo finito é marcado; não concordar com os termos com os quais ocorre; exibir menos distinções de tempo, modo e aspecto que o verbo finito, marcando, geralmente, apenas as distinções aspectuais; não constituir o verbo principal de uma oração independente.

Apesar de todas essas características, Dik (1997) observa que o infinitivo é uma forma verbal, posto que não mostra propriedades adjetivas ou nominais claras.

Pelo fato de os infinitivos serem semelhantes aos verbos, Noonan (1994) afirma que, com exceção da concordância de sujeito e modo, os infinitivos podem ser flexionados em todas as categorias verbais como tempo, aspecto, voz. Na maioria dos casos, entretanto, os infinitivos flexionam-se em menos categorias que os complementos finitos em uma mesma língua.

As declarações de Dik (1997) e de Noonan (1994) sobre as possibilidades de flexão das construções infinitivas foram elaboradas a partir da observação do comportamento de várias línguas naturais, sendo que nem todas se aplicam na análise de uma língua particular. Em português, por exemplo, o infinitivo pode concordar com o sujeito:

(5) O dinheiro não DEIXA elas **verem** você. (BH)

Como se observa na ocorrência (5), o português dispõe de um infinitivo flexionado que serve para assinalar a não-correferencialidade entre os sujeitos das orações matriz e encaixada.

Segundo a perspectiva da gramática funcional, as construções infinitivas podem ser fechadas ou abertas. São fechadas quando todas as posições argumentais são representadas por termos devidamente especificados. Em português, o infinitivo que se flexiona para concordar com o sujeito, como demonstrado na ocorrência (5), indicando, desse modo, não-correferencialidade entre os sujeitos matriz e encaixado, pode ser interpretado como a expressão de uma construção infinitiva fechada.

As construções infinitivas abertas são construções encaixadas em que ao menos uma posição argumental não é expressa. Dik considera basicamente dois casos em que a posição argumental de sujeito da construção infinitiva não é preenchida, produzindo, assim, uma

construção infinitiva aberta, quais sejam: quando o sujeito encaixado é uma variável de termo anafórico, correferencial, portanto, com algum argumento da oração matriz, preferencialmente, o sujeito; e quando o sujeito encaixado tem um valor genérico, produzindo também uma construção infinitiva aberta. Considere as ocorrências seguintes em que a construção infinitiva contém uma posição argumental aberta:

(6) Felizmente, o agrônomo, seu Vilela, **CONSEGUIU botar a turma toda para trabalhar.**

(BDI)

(7) O Braço de Prata não **VAI CONSEGUIR nos meter na cadeia.** (BOI)

(8) **É IMPOSSÍVEL permanecer na sacada, ao alcance da claridade excessiva.** (CH)

Nas ocorrências (6) e (7), a correferencialidade entre os sujeitos matriz e encaixado faz com que o sujeito encaixado não seja expresso formalmente, produzindo, assim, uma construção infinitiva aberta. O sujeito encaixado não-expresso exemplifica um caso de anáfora zero.

No outro uso de construções infinitivas abertas, relacionado em (8), é impossível qualquer tipo de identidade referencial, posto que a construção complementar funciona sintaticamente como sujeito da principal.

Quanto à correlação entre tipo de construção completiva e identidade dos sujeitos, as línguas, de uma maneira geral, mostram uma tendência acentuada para que sujeitos não-correferentes selecionem construções subordinadas finitas, e sujeitos correferentes selecionem construções infinitivas abertas.

Sendo assim, propõe-se como uma das hipóteses de trabalho testar a correlação entre identidade de referentes/não-finitude da construção completiva e não-identidade de referentes/finitude da construção completiva no português brasileiro.

Foi apresentada, nesta parte, a perspectiva a partir da qual pretendemos abordar o complexo fenômeno da complementação oracional no português brasileiro, analisando, especialmente, os níveis de integração da construção completiva à principal.

Além desse aspecto, discutimos as definições de complementação elaboradas por Noonan (1994), Givón (1990) e Dik (1997); em seguida, delimitamos a aplicação dos termos relacionados à complementação oracional mais incidentes nesta investigação; e, por fim, analisamos as possíveis formas de realização sintática da oração subordinada.

Na sequência, princípios básicos da gramática funcional de Dik (1989; 1997), que constituem um dos arcabouços teóricos deste estudo, são postos em discussão.

1. 2 A complementação oracional na gramática funcional de Simon Dik (1989; 1997)

O enfoque aqui pretendido ao sistema de complementação oracional do português brasileiro, investigando particularmente os níveis de integração das orações, fundamenta-se especialmente no modelo de gramática funcional desenvolvido por Dik (1989; 1997), o qual, desde sua publicação, vem sendo intensamente aplicado ao exame dos mais variados fenômenos em diversas línguas naturais. A opção é por uma abordagem funcionalista em que se enfatiza a importância da semântica e da pragmática, sem, todavia, descartar a noção de estrutura para a compreensão da complementação oracional.

Como início à elaboração do aparato teórico que fornece sustentação a esta discussão, cumpre avaliar determinados aspectos inerentes a esse modelo de análise, que, por serem de extrema relevância ao desenvolvimento desta tese, são considerados mais minuciosamente. Num primeiro momento, é necessário compreender o que significa um tratamento funcionalista aplicado aos estudos linguísticos em geral. Para isso, cumpre averiguar como Dik (1989) conceitua essa gramática por ele elaborada, bem como os princípios básicos que a norteiam e que são utilizados neste estudo. Num exame mais apurado desse modelo, avalio o tratamento dispensado às construções completivas de natureza verbal, que constituem o objeto de estudo desta pesquisa.

Para Dik (1989), ao optar por um tratamento funcionalista no estudo das línguas naturais, assume-se, como questão de interesse central a ser investigada, o modo como os indivíduos conseguem, por meio de expressões linguísticas, comunicar-se eficientemente.

Ocorre, no entanto, que, nesse processo de investigação de como os usuários das línguas naturais conseguem obter êxito nas mais diversificadas situações comunicativas com que se deparam no seu dia a dia, entram em ação, além da função linguística, outras funções humanas, entre as quais Dik (1989) situa as de ordem epistêmica, lógica, perceptual e social.

Considerando o envolvimento dessas funções humanas, Dik (1989) concebe a gramática funcional como uma teoria geral de organização gramatical das línguas naturais. E a língua, dentro dessa perspectiva, é vista como um instrumento de interação social, cuja função primária é estabelecer a comunicação entre os seres humanos.

Uma língua natural, em outras palavras, é vista como uma parte integrada da competência comunicativa de seus usuários, sendo que a interação verbal, ou melhor, a interação social por meio da língua, é um tipo de atividade cooperativa estruturada. É uma atividade estruturada porque é regida por regras, normas e convenções. É uma atividade cooperativa porque precisa de, pelo menos, dois participantes para alcançar os seus objetivos.

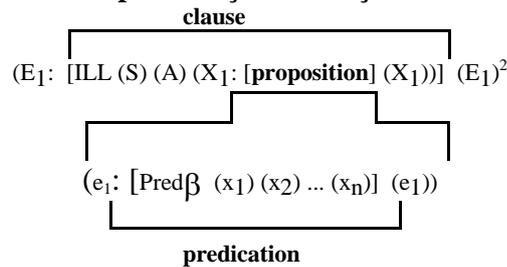
Na interação verbal, os participantes utilizam as chamadas expressões linguísticas, as quais constituem entidades estruturadas, visto serem regidas por regras e princípios que determinam sua forma.

Na gramática funcional de Dik (1989), uma teoria gramatical que tem como objetivo compreender a natureza e a função da linguagem deve integrar dois tipos de sistemas de regras baseadas na convenção social: (i) as regras que determinam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas); e (ii) as regras que determinam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são empregadas (regras pragmáticas). O sistema de regras (i) é considerado um instrumental em relação aos objetivos e finalidades do sistema de regras (ii): a exigência básica do paradigma funcional é que as expressões linguísticas devem ser descritas e explicadas em termos da estrutura geral fornecida pelo sistema pragmático de interação verbal. Esse modelo de gramática proposto integra-se, assim, em uma teoria pragmática mais ampla de interação verbal.

Um dos modelos de análise desenvolvidos pela gramática funcional e empregados nesta tese é o que se refere à organização estratificada da oração.

Dik (1989) propõe que cada oração deve ser descrita em termos de uma **estrutura subjacente abstrata**, a qual é delineada na forma real da expressão linguística correspondente por um sistema de **regras de expressão**, que determinam a forma, a ordem e o padrão entonacional dos seus constituintes, sendo que tal estrutura subjacente se caracteriza como uma estrutura abstrata complexa em que se distinguem vários níveis ou “camadas” de organização formal e semântica.

Hengeveld (1989) e Dik et al. (1990) representam esquematicamente a organização da oração em camadas da maneira que se segue:

Figura 1- Representação da oração em camadas

Fonte: Dik et al. (1990, p. 27).

A análise desse esquema da base para o topo revela que, para a construção de uma estrutura subjacente de oração, requer-se, antes de tudo, um **predicado**, que se aplica a um determinado número de termos. O predicado designa propriedades ou relações, enquanto os termos podem referir-se às entidades. Quando se aplica a um predicado um certo número de termos, obtemos uma **predicação**³ (**predication**), que designa um estado de coisas (EC), ou seja, uma codificação linguística e possivelmente cognitiva que o falante faz da situação. O termo “estado de coisas” é empregado por Dik no sentido amplo de “concepção de algo que pode ocorrer em algum mundo”. Essa definição implica que um estado de coisas é uma entidade conceptual.

A predicação constitui o núcleo da estrutura subjacente da oração, podendo ser descrita segundo os três níveis: **predicação nuclear** (consiste na aplicação a algum predicado de um número apropriado de termos que preenchem as posições argumentais desse predicado); **predicação central** (predicação nuclear estendida pelos operadores de predicado e satélites de nível 1); **predicação estendida** (predicação central estendida pelos operadores de predicação e satélites de nível 2).

A predicação pode ser construída dentro de uma estrutura de ordem mais alta, que é a **proposição (proposition)**.

² Uma estrutura ilocucionária abstrata (ILL) especifica a relação entre o falante (S = speaker), o ouvinte (A = addressee) e o conteúdo do enunciado (X₁).

Nesta figura merecem explicação os seguintes símbolos utilizados na gramática funcional:

x₁, x₂, x_n se referem a entidades ou termos que preenchem as posições argumentais de um predicado;

Predβ é a abreviação empregada para predicado, quando em função predicativa;

e₁ simboliza o estado de coisas (EC) descrito na predicação nuclear;

X₁ representa o conteúdo proposicional do enunciado;

E₁ é o ato ilocucionário, ato de fala.

³ Para facilitar a leitura e pela semelhança com o português brasileiro, traduziu-se **predication** por **predicação** e **proposition** por **proposição**. Uma tradução adequada para **clause**, porém, requer um cuidado maior. Optou-se pela tradução de **clause** por **enunciado**, em alguns trechos deste estudo, considerando que essa camada possui estatuto de ato de fala e, por isso, entende-se **enunciado** como um termo mais apropriado para expressar esse valor.

A **proposição** consiste de uma variável de conteúdo proposicional (X_i), que simboliza um fato possível (FP), especificado pela predicação estendida, pelos operadores proposicionais (π_3) (ou atitudinais) e pelos satélites (σ_3), ambos de nível 3.⁴ Esses elementos de nível três (operadores e satélites) servem para especificar a avaliação do falante e o seu comprometimento em relação ao fato possível (FP) definido pela proposição.

A proposição revestida de força ilocucionária constitui o **enunciado (clause)** e representa o mais alto grau de organização da oração. Essa camada consiste, pois, de uma variável de ato ilocucionário (E_i) que simboliza o ato de fala, especificado pela proposição, pelos operadores ilocucionários (Declarativo, Interrogativo, Imperativo, Exclamativo) e pelos satélites ilocucionários de nível 4.

Em cada um dos níveis que constituem essa estrutura hierarquicamente organizada, distinguem-se operadores (meios gramaticais) e satélites (meios lexicais) de diferentes tipos. A estrutura em camadas da oração permite especificar corretamente os vários escopos desses operadores e satélites. Os operadores de modalidade inerente (verbos modais) são de nível 1, isto é, atuam sobre a predicação nuclear. Os operadores e satélites de tempo, satélites de lugar e operadores de negação são de nível 2, isto é, atuam na predicação central (predicação já estendida pelos operadores e satélites de nível 1). Sendo assim, tais operadores e satélites de predicação têm toda a predicação, incluindo predicado e termos, em seu escopo. Os operadores e satélites de nível 3 são os que especificam a avaliação que o falante faz do fato possível, definido pela proposição, e seu compromisso com esse fato possível. Os operadores e satélites ilocucionários (declarativos, interrogativos, imperativos, exclamativos), correspondentes ao nível 4, atuam na proposição já estendida pelos operadores e satélites de nível 3, tendo, portanto, todo o restante da oração, isto é, a proposição, a predicação, o predicado e os termos em seu escopo.⁵

Dik (1989; 1997), Dik et al. (1990), Hengeveld (1989) e Bolkestein (1990) consideram que as diferentes camadas de organização formal e semântica da oração são relevantes tanto para a construção de orações absolutas como para a elaboração de uma tipologia de construções encaixadas, a qual pode ser aplicada igualmente aos diferentes tipos de satélites (orações adverbiais) e às orações que ocupam a posição de argumento de um predicado matriz.

⁴ Na gramática funcional, π é o símbolo empregado para referir-se aos operadores (meios gramaticais) e σ aos satélites (meios lexicais).

⁵ Na seção 2, bem como na análise dos dados, a questão do escopo de operadores e satélites nas estruturas de complementação do português é retomada e exemplificada.

Ao considerar os diferentes níveis de organização da estrutura subjacente da oração, os diferentes tipos de predicado matriz e as restrições semânticas que tais predicados matrizes podem impor aos seus complementos encaixados, Dik (1997) desenvolve uma tipologia semântica de construções encaixadas, segundo a qual as construções encaixadas se definem como **termos complexos** que se referem a entidades de ordem mais elevada.

Sendo assim, as entidades **e**, **X** e **E**, apresentadas na figura 1, podem referir-se tanto a **termos simples**, ocorrências (09), (10) e (11); como a **termos complexos**, ocorrências (12), (13) e (14), que contêm, respectivamente, uma predicação, uma proposição e um enunciado encaixados:

(09) [...] o patriarca dos Vacarianos ASSISTIU ao último comício de propaganda [...]. (INC)

(o patriarca dos Vacarianos ASSISTIU a um evento, uma entidade do tipo **e**)

(10) Não SEI a origem desta antipatia por mim. (QDE)

(Não SEI de conteúdos proposicionais, uma entidade do tipo **X**)

(11) Bruno RESPONDEU a todas as perguntas. (ACM)

(Bruno RESPONDEU a atos de fala, entidades do tipo **E**)

(12) Ricardo VIU Miguel desaparecer do seu alcance. (ALE)

(referência é feita a um evento, uma entidade do tipo **e**)

(13) Ele esteve aqui! Eu SEI que ele esteve aqui. (AFA)

(referência é feita a um conteúdo proposicional, uma entidade do tipo **X**)

(14) [...] RESPONDEU-me que não estava doente, nem vindo à receita ou consulta. (PE)

(referência é feita a um ato de fala, uma entidade do tipo **E**)

De modo geral, um dado termo complexo pode ser empregado para referir-se a um dado tipo de entidade, e esse termo será dito **encaixado** na estrutura complexa.

O autor distingue, então, três tipos de **construções encaixadas** segundo o tipo de entidade a que os termos complexos (construções encaixadas) se referem, quais sejam: **enunciados encaixados**, **proposições encaixadas** e **predicações encaixadas** e, de acordo com Dik (1997), o tipo de entidade a ser designado pelo termo é determinado diretamente pelo tipo de predicado matriz.

Como qualquer termo, os **termos complexos** também podem preencher as posições de argumento e de satélite na estrutura subjacente da oração. Estruturas encaixadas em posição de argumento são tradicionalmente chamadas de **orações completivas** e estruturas encaixadas em posição de satélite são tradicionalmente chamadas de **orações adverbiais**.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, importam, essencialmente, as estruturas encaixadas na posição de argumento dos verbos matrizes e mais diretamente as construções complexas que preenchem o papel argumental de objeto (direto/indireto) desses predicadores.

Uma vez que o tipo de entidade a que o termo complexo se refere é determinado pelo tipo de predicado matriz, entidades complexas referentes à camada mais elevada da oração têm como matrizes predicados que designam ou implicam atos de fala e que selecionam, portanto, um segundo argumento do tipo “ato de fala”. Um representante prototípico desses predicados é DIZER, e todos os outros verbos *dicendi*. Neves (2000, p. 48) observa que:

A esse grupo pertencem os **verbos FALAR e DIZER**, básicos, porque neutros, e uma série de **verbos** cujo significado traz, somado ao dizer básico, informações sobre o modo de realização do enunciado (**GRITAR, BERRAR, EXCLAMAR, SUSSURRAR, COCHICHAR**, etc.), à qual podem acrescer-se ainda noções sobre a cronologia discursiva (**RETRUCAR, REPETIR, COMPLETAR, EMENDAR, ARREMATAR, TORNAR**, etc.).⁶

Quanto aos termos complexos do tipo proposicional (ou **termos proposicionais**), eles se referem a entidades do tipo **X** (Fato Possível), sendo que a estrutura em que tais termos ocorrem é a **proposição**.

Entre os predicados matrizes que apresentam uma de suas posições argumentais preenchidas com proposições, Dik (1997) situa:

- **os predicados de atitude proposicional:** especificam a atitude de uma pessoa em relação ao fato possível designado pelo complemento proposicional. Representam essa classe verbos como ACREDITAR, SUPOR, RECEAR, ESPERAR;
- **os predicados de manipulação proposicional:** indicam alguma tentativa do enunciador para induzir uma determinada atitude proposicional no enunciatário. Representam essa classe verbos como CONVENCER, PERSUADIR, ENSINAR;
- **os predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento:** designam a aquisição mental, posse, ou perda do fato designado pelo complemento proposicional. Representam essa classe verbos como APRENDER, COMPREENDER, CONHECER, ESQUECER, SABER;
- **os predicados de percepção mental:** expressam “percepção indireta” do fato designado pelo termo completivo proposicional. Fala-se em percepção mental ou indireta quando algum fato é inferido a partir de informação percebida por meio dos

⁶ Grifos da autora.

sentidos. Representam essa classe verbos como NOTAR, OBSERVAR, OLHAR, OUVIR, VER.

Para Dik (1997), o que importa destacar é que, entre esses tipos de predicados matrizes que selecionam proposições encaixadas como argumentos, há uma distinção semântica entre os que são “factivos”, “não-factivos” e “contrafactivos”, conforme os estudos realizados por Kiparsky e Kiparsky (1970). Segundo Dik (1997), as duas primeiras classificações, **predicados de atitude proposicional** e **predicados de manipulação proposicional**, não apresentam o traço factivo; enquanto as duas últimas, **predicados de aquisição/perda de conhecimento** e **predicados de percepção mental**, apresentam.

Essas distinções são descritas da forma seguinte: com os predicados factivos, o falante se compromete com a verdade da proposição encaixada; com os predicados contrafactivos, o falante assinala a crença de que a proposição encaixada é falsa; e com os predicados não-factivos, o falante não se compromete nem com a verdade nem com a falsidade da proposição encaixada.

Já está em Leech (1978) que cada predicado ou, mais precisamente, um aspecto no predicado pode ser classificado como **factivo**, **não-factivo** ou **contrafactivo**, segundo a atribuição de **factualidade**, **não-factualidade** ou **contrafactualidade** à predicação encaixada a ele associada. Desse modo, o estatuto factual/não-factual/contrafactual de um complemento pode ser determinado pelo significado do predicado matriz com o qual está associado, podendo mesmo ser tratado como um tipo de seleção restritiva imposta pelo predicado matriz. Assume-se, então, que cada predicação encaixada é marcada para factualidade, não-factualidade ou contrafactualidade, segundo o tipo de predicado matriz presente na oração:

(15) Ao voltar SOUBE que o Alferes havia morrido. (ALF)

(pressupõe que o Alferes morreu) \Rightarrow predicação encaixada marcada para factualidade

(16) A enfermeira ainda tentou conversar um pouco, mas Veronika FINGIU que dormia. (VDM)

(pressupõe que Veronika não dormia) \Rightarrow predicação encaixada marcada para contrafactualidade

(17) - ACREDITO que ambos sejam inocentes - afirmou a Sra. Robertson. (PRE)

(não carrega nenhuma pressuposição quanto à inocência dos dois, o que significa que o complemento é neutro em relação ao valor de verdade) \Rightarrow predicação encaixada marcada para não-factuality

Para Dik (1997), as relações de factividade, não-factividade e contrafactividade podem ser explicadas da maneira seguinte: quando um falante seleciona um predicado matriz factivo ou contrafativo, ele não está posteriormente livre para fazer uma escolha arbitrária de sua própria atitude em relação à verdade da proposição encaixada. Em outras palavras, um predicado matriz factivo impõe restrições pressupicionais ao conteúdo da proposição completiva, segundo as quais o falante pressupõe a verdade do complemento, enquanto um predicado matriz contrafativo também impõe restrições pressupicionais ao conteúdo da proposição completiva, porém, nesse caso, o falante pressupõe a falsidade do complemento. Para Dik (1997), essas relações podem ser expressas formalmente pela suposição de que esses tipos de predicados matrizes têm um operador atitudinal fixo que não pode variar aleatoriamente:

(18) a. saber [V] (x_1 :<humano>)_{PO} (Verdade X_1)_{ME}

\Rightarrow onde se lê que o verbo saber (saber [V]) admite dois argumentos: um argumento não-oracional externo, com os traços humano e posicionador ($(x_1$:<humano>)_{PO}); e outro argumento interno desempenhando a função de objeto direto oracional, em que o complemento expresso por esse argumento é pressuposto como verdade ($(\text{Verdade } X_1)$ _{ME}).

b. fingir [V] (x_1 :<humano>)_{PO} (Falso X_1)_{ME}

\Rightarrow onde se lê que o verbo fingir (fingir [V]) admite dois argumentos: um argumento não-oracional externo, com os traços humano e posicionador ($(x_1$:<humano>)_{PO}); e outro argumento interno desempenhando a função de objeto direto oracional, em que o complemento expresso por esse argumento é pressuposto como falso ($(\text{Falso } X_1)$ _{ME}).

Por outro lado, predicados não-factivos como ACREDITAR, por exemplo, são compatíveis com qualquer escolha de operador atitudinal no complemento:

(19) acreditar [V] (x_1 :<humano>)_{PO} ($\pi_3 X_1$)_{ME}⁷

⇒ onde se lê que o verbo acreditar (acreditar [V]) admite dois argumentos: um argumento não-oracional externo, com os traços humano e posicionador ($(x_1$:<humano>)_{PO}); e outro argumento interno desempenhando a função de objeto direto oracional, em que o complemento expresso por esse argumento é neutro em relação aos valores de verdade/falsidade ($(\pi_3 X_1)$ _{ME}).

Dik (1997) observa que, no caso de predicados não-factivos, as línguas podem ter determinados mecanismos para expressar a opinião do falante acerca do conteúdo proposicional encaixado, o que acontece, segundo ele, no espanhol, que permite uma escolha entre os modos indicativo e subjuntivo no complemento de não-factivos; enquanto o indicativo assinala um grau elevado de certeza, o subjuntivo funciona como um mecanismo atenuador de certeza.

Quanto aos termos complexos do tipo predicacional, ou **termos predicacionais**, na gramática funcional de Dik, eles se referem a entidades do tipo **e** (Estado de Coisas), sendo que a estrutura em que esses termos ocorrem é a **predicação**.

Entre os predicados matrizes que têm uma de suas posições argumentais preenchidas com predicções, Dik (1997) situa:

- **os predicados diretivos:** expressam algo que é feito pelo enunciador a fim de conseguir que o enunciatário realize o EC a ser designado pela predicção encaixada. Esses predicados pressupõem sempre um ato de fala interveniente entre o enunciador e o enunciatário, traço que os distingue dos **predicados de manipulação prática**, considerados na sequência. Representam a classe dos **predicados diretivos** verbos como ORDENAR, MANDAR, PEDIR;
- **os predicados de manipulação prática**, também conhecidos como **predicados causativos:** expressam que o enunciador faz algo a fim de conseguir que o enunciatário realize o EC descrito na predicção encaixada, sem nenhum ato de fala

⁷ Recorde-se que o símbolo π é empregado na gramática funcional para referir-se aos operadores (meios gramaticais), que, por sua vez, se relacionam às diferentes camadas de organização da oração. Nos exemplos (18) e (19), π é um operador de nível 3 (π_3), ou operador atitudinal, empregado para especificar o comprometimento do falante em relação ao valor de verdade (18a) do conteúdo expresso na construção completiva, de falsidade (18b) e de não-comprometimento desses valores (19).

interveniente. Representam essa classe verbos como COMPELIR, FORÇAR, OBRIGAR;

- **os predicados de volição:** apresentam o mesmo comportamento dos predicados descritos no item anterior; assim como os predicados de manipulação prática, exigem que o EC descrito na oração subordinada seja posterior ao EC descrito na oração principal. Representam essa classe os verbos QUERER, DESEJAR;
- **os predicados de percepção direta:** exprimem uma relação entre um sujeito percebedor e um EC. Em construções complexas com esses verbos, o EC descrito na oração subordinada deve ser simultâneo ao EC da oração principal. Representa essa classe o verbo VER no sentido de percepção imediata;
- **os predicados de realização:** admitem complemento predicacional que descreve EC que ocorre simultaneamente ao EC da oração principal. Representa essa classe o verbo CONSEGUIR;
- **os predicados aspectuais,** assim chamados por Newmeyer (1975), COMEÇAR, CONTINUAR, ACABAR, PARAR;
- **os predicados comentativos:** diferem das outras classes de predicados discutidas no sentido de que geralmente são compatíveis com todos os operadores de tempo em seus complementos. Representam essa classe expressões como É ENGRAÇADO, É ESTRANHO;
- **os predicados de modo objetivo:** assemelham-se aos **predicados comentativos**, uma vez que seus complementos não possuem uma orientação de tempo fixa. Expressões do tipo É (IM)POSSÍVEL representam essa classe.

O fato mais importante destacado por Dik (1997) no tocante a esses diferentes tipos de predicados matrizes que selecionam complementos predicacionais é a necessidade de distinguir **predicados implicativos**, **predicados não-implicativos** e **predicados contra-implicativos**.

Karttunen (1971a) foi o pioneiro na descrição das diferenças desses tipos de predicado. Para Dik (1997), tais diferenças podem ser especificadas da forma seguinte: os **predicados implicativos** implicam a realização efetiva do estado de coisas descrito no complemento; os **predicados contra-implicativos** implicam que o estado de coisas descrito no complemento não foi de fato realizado, os **predicados não-implicativos** não produzem nenhuma implicação quanto à realização ou não-realização do estado de coisas encaixado, como mostram as ocorrências apresentadas a seguir:

(20) A primeira coisa que CONSEGUIU dizer foi “Obrigado, Lorenzo. Eu tenho pavor de cães.” (ACM) [predicado implicativo]

(21) Nunca me meti nos problemas que existiam entre ele e Eliodora, sempre EVITEI tomar partido nas brigas que tive de presenciar. (A) [predicado contra-implicativo]

(22) - Pois é disso mesmo que vim tratar. Porque o senhor PRETENDEU me prejudicar e acabou se prejudicando. (ALF) [predicado não-implicativo]

É necessário observar que Karttunen (1970, 1971a, 1971b, 1973) não emprega o termo **predicado contra-implicativo**, todavia, pela definição fornecida por Dik (1997), tais predicados se aproximam dos predicados implicativos negativos de Karttunen. Dik talvez tenha empregado o termo contra-implicativo em comparação a contrafactive, já que ambos implicam ou pressupõem a falsidade da oração completiva. A diferença entre eles se manifesta no tipo de termo complexo selecionado.

Karttunen (1971a) já observara as restrições de tempo e de lugar que os predicados matrizes implicativos impõem aos seus complementos, uma vez que as predicções matriz e encaixada não podem apresentar operadores ou satélites de tempo e satélites de lugar próprios. Além disso, Karttunen observara a questão de satélites temporais e locativos presentes na predicção matriz que estendem necessariamente seu escopo à predicção encaixada.⁸

Na abordagem estratificada proposta por Dik para o encaixamento, esses fatos relacionados aos verbos implicativos podem ser explicados da maneira seguinte: os predicados implicativos não admitem **predicções estendidas**, mas sim **predicções centrais** como seus complementos, podendo desenvolver-se facilmente em predicados complexos derivados. Com relação a esse aspecto, o próprio Karttunen (1971a) afirma que os predicados implicativos admitem complementos que consistem de um “núcleo proposicional básico” sem nenhuma força ilocucionária e sem quaisquer referências de tempo ou de lugar. Segundo Dik (1997), as predicções centrais não têm posições para operadores temporais e para satélites temporais e locativos próprios, desse modo esses meios gramaticais e lexicais nunca podem ser especificados de uma maneira que seja incompatível com a predicção matriz, questão que é amplamente desenvolvida e exemplificada na próxima seção.

⁸ Os traços distintivos dos predicados implicativos como operadores de tempo, modais, satélites temporais e locativos e a negação são explicitados na seção 2.

Semelhante ao modelo de oração formulado por Dik é o de Hengeveld (1989), que propõe uma análise do enunciado em dois níveis: o representacional (relacionado com o evento narrado) e o interpessoal (relacionado com o evento de fala). A primeira função é responsável pelo reconhecimento que o enunciatário faz da situação, e a segunda pelo reconhecimento que ele faz da intenção comunicativa do enunciador. Em cada um desses níveis podem ser distinguidas várias camadas de organização, sendo que o enunciado efetivo (ou ato de fala real) resulta de operações que se efetuam nessas camadas. Assim, ao nível representacional correspondem as camadas do predicado e da predicação, e ao nível interpessoal correspondem as camadas da proposição e do enunciado. Tal como formulado em Dik (1989), no modelo de Hengeveld cada camada apresenta seus próprios operadores (meios gramaticais) a ela associados.

Cabe verificar no funcionamento da complementação oracional o modo como se comportam esses operadores de diversos níveis. Nesse sentido, Hengeveld propõe uma classificação de construções subordinadas (argumentais e satélites) considerando as camadas que as contêm (no caso das argumentais) e as camadas às quais se ligam (no caso das satélites). Desse modo, toda construção subordinada, quer exerça o estatuto de argumento de predicado quer exerça o estatuto de satélite, pode ser classificada segundo as camadas da predicação, da proposição ou do enunciado. Neste estudo, interessam as considerações que Hengeveld tece sobre as orações que exercem o papel de argumento de um predicado matriz.

No tocante às orações argumentais, o autor afirma que o tipo de construção completiva depende do tipo de predicado matriz. Assim, por exemplo, verbos como DIZER selecionam argumentos meta do tipo oracional (**E**), verbos como SABER selecionam argumentos meta do tipo proposicional (**X**), e o verbo VER, na acepção de percepção visual de evento, seleciona argumento meta do tipo predicacional (**e**). Para Hengeveld, essas diferenças entre os predicados devem ser representadas no léxico por meio de esquemas de predicado. Isso, segundo ele, explica não apenas o fato de que os operadores expressos em um dado complemento são determinados pelo tipo do complemento, mas também fornece subsídios para explicar as diferenças quanto à forma e ao comportamento dos complementos.

Levando em conta as ideias discutidas por Hengeveld (1989), podemos chegar à hipótese de que quanto mais baixa a camada da oração na qual uma construção completiva está contida, a tendência é a de que essa construção completiva assumam uma forma sintática mais nominalizada (não-finita), permanecendo, assim, mais integrada à oração principal. Em contrapartida, quanto mais alta a camada da oração na qual uma construção completiva está contida, a tendência é a de que essa construção completiva assumam uma forma sintática mais

sentencializada (finita), demonstrando, portanto, menor integração à oração principal. O primeiro tipo parece caracterizar os complementos de predicados de uso implicativo, enquanto o segundo parece caracterizar os complementos de predicados de uso factivo. A investigação das camadas da oração permite, desse modo, um estudo mais adequado da complementação oracional e avalia os níveis de integração da construção completiva à principal. O próprio Hengeveld, citando o estudo realizado por Lehmann (1988), declara que a organização do enunciado em camadas possibilita explicar as restrições sobre a seleção e a expressão dos morfemas de tempo, modo e aspecto nas construções subordinadas, em relação ao grau de sentencialidade da construção subordinada, sendo que a sentencialidade da construção completiva, segundo Lehmann, implica menor integração, ao passo que a dessentencialidade da construção completiva implica maior integração de orações. A problemática da integração de orações remete ao que vem sendo discutido como gramaticalização, desde o conhecido trabalho publicado em 1993 por Hopper e Traugott.

Tanto em Dik como em Hengeveld, fica bastante nítida a necessidade de distinção entre complementos que expressam fatos possíveis (FPs) e complementos que expressam eventos (ou estados de coisas - ECs). Os complementos que expressam fatos possíveis se representam na camada proposicional da oração, enquanto os complementos que expressam estados de coisas se representam na camada predicacional. Entre os complementos que expressam fatos possíveis reconhecemos predicados matrizes que apresentam o traço factivo, enquanto entre os complementos que expressam estados de coisas identificamos predicados matrizes que apresentam o traço implicativo. Desse modo, em Dik (1997) e em Hengeveld (1989), predicados factivos e implicativos selecionam, respectivamente, complementos oracionais do tipo proposicional e complementos oracionais do tipo predicacional.

Partindo da proposta de análise da oração em níveis ou camadas, pretende-se examinar a correlação entre o escopo de operadores e satélites de diferentes níveis em estruturas complexas de uso factivo e implicativo do português brasileiro e os níveis de estruturação da oração em que se configuram essas relações semânticas.

Apresentados os conceitos básicos da gramática funcional empregados nesta tese, analiso, na seção a seguir, as classes de verbos completáveis por orações, incluindo o estudo dos verbos factivos e dos implicativos, e a relação entre essas classes e seus complementos oracionais.

2 AS CLASSES VERBAIS COMPLETÁVEIS POR ORAÇÕES: OS FACTIVOS E OS IMPLICATIVOS

Discuto, nesta seção, determinadas relações semânticas que se estabelecem entre as orações subordinada e principal, com ênfase para o tipo de verbo completável por oração presente na predicação matriz.

A investigação da natureza dos possíveis tipos de construção de complementação oracional requer, antes de tudo, o estudo acerca da natureza dos predicadores e da relação entre as classes de verbos completáveis por orações e as classes de complementos oracionais. Cumpre, desse modo, analisar o comportamento sintático e as propriedades semânticas pertinentes à distinção entre os diferentes tipos de classes.

Em função do exposto no parágrafo precedente, apresentam-se duas propostas de classificação de verbos que admitem complementos oracionais e que pressupõem ou implicam determinadas relações entre o falante e a construção completiva, os **factivos** e os **implicativos**, relacionadas por Vilela (1987), como classificações pragmaticamente motivadas, posto que não valem especificamente para os verbos em si, mas para os atos de fala em que são usados, o que nos leva a propor um tratamento direcionado ao uso factivo e ao uso implicativo desses verbos, ao invés de pensá-los exclusivamente como propostas de classificação.

Os factivos e os implicativos foram escolhidos para enfoque em função de uma série de relações sintático-semânticas que caracterizam as construções complexas em que estão envolvidos. Erdmann (1974) aponta que essas duas classes verbais colocam em discussão o estatuto semântico dependente/não-dependente das orações completivas questionado por Frege ao final do século XIX. Ocorre, no entanto, que a noção de dependência/não-dependência de uma oração completiva não se restringe ao nível semântico, evidenciando-se, da mesma maneira, no nível sintático por meio de determinados mecanismos de codificação, como está demonstrado em Givón (1990). O que importa destacar aqui é que a análise atenta da natureza do predicador da oração matriz, especialmente quando ele é marcado para os traços de factividade ou de implicação, induz à análise dos níveis de integração sintático-semântica da oração completiva à principal.

Partindo de uma apresentação dos tipos verbais como idealizados pelos seus primeiros teóricos, empreendemos a tentativa de propor, na seção 5, uma possível explicação para o funcionamento desses verbos no português brasileiro dentro do modelo funcional.

2.1 A factividade e a implicação: de propriedades inerentes a certos tipos verbais a propriedades que se manifestam em situações de interação verbal

Está em Dik (1997), Vilela (1987), Karttunen (1971a, 1973), entre outros linguistas, que Kiparsky e Kiparsky (1970) foram pioneiros ao postular dois paradigmas sintáticos distintos para as orações subjetivas e objetivas do inglês, o dos factivos e o dos não-factivos, baseando-se, para isso, em critérios sintático-funcionais do valor de verdade da proposição encaixada.

Por meio da análise da inter-relação da sintaxe e da semântica no sistema de complementação oracional do inglês, Kiparsky e Kiparsky (1970) chegaram à conclusão de que a escolha do tipo de complemento é em grande parte atributo de um número de fatores semânticos básicos, entre os quais destacaram a **pressuposição** pelo falante de que a oração completiva, que funciona no papel de argumento de um predicador da oração principal, expressa uma proposição verdadeira. A partir dessa constatação, os autores atribuíram o termo **factivo**, originário de **fato**, a todos os predicadores que têm a propriedade de implicar a pressuposição, por parte do falante, de que a proposição completiva é verdadeira. A característica dos factivos é ter complementos oracionais que, para o falante, não indicam um simples evento, mas um estado de coisas real, um **fato**.

Alguns autores, entre os quais se incluem os próprios Kiparsky e Kiparsky, têm analisado as propriedades sintáticas dos verbos factivos correlacionadas a uma determinada propriedade semântica, a factividade, uma vez que verbos semanticamente não-factivos não admitem, sem alteração de significado, operações como estas:

- (23) (a) COMPREENDE que está tirando nesse carrossel o lugar duma pessoa que paga.
 (b) **Não** COMPREENDE que está tirando nesse carrossel o lugar duma pessoa que paga.
 (c) COMPREENDE que está tirando nesse carrossel o lugar duma pessoa que paga?
 (d) **Não** COMPREENDE que está tirando nesse carrossel o lugar duma pessoa que paga?
 (N)

Nas orações realizadas com o verbo semanticamente factivo COMPREENDER, verifica-se que, caso o verbo da oração principal seja afirmado (23a), negado (23b), interrogado (23c), ou simultaneamente negado e interrogado (23d), tal como ocorre na amostra extraída do *corpus*, mantém-se a pressuposição, por parte do falante, sobre a verdade da proposição expressa pela oração completiva. Assim, em qualquer um dos enunciados em

(23), o falante pressupõe ser verdadeiro o fato de **alguém estar tirando no carrossel o lugar de uma pessoa que paga**. A proposição que corresponde à oração principal é a parte **asseverada** (afirmada, negada ou interrogada) da construção; a proposição expressa pela oração subordinada é a parte **pressuposta** da construção.

Tal relação de pressuposição, característica de construções factivas e exemplificada em (23), é definida por Karttunen (1973) da maneira que se apresenta a seguir:

(24) **p** pressupõe **q se e somente se**

$$V(p) \supset V(q)$$

$$F(p) \supset V(q)$$

ou seja, **p** pressupõe **q** no caso em que **q** é verdadeiro para todos os valores de verdade de **p**, sendo que ‘**p**’ se refere à proposição que corresponde a toda a construção e ‘**q**’ à proposição que corresponde à oração completiva. Assim, em enunciados complexos com predicados factivos, quer a oração principal seja afirmada, quer seja negada ou questionada é sempre verdadeiro o conteúdo expresso pela oração complementar.

Para Mira Mateus et al. (1983), afirmar que o falante acredita na verdade da proposição **q**, que a construção pressupõe a verdade de **q** ou que um dado verbo factivo, como **COMPREENDER**, por exemplo, pressupõe a verdade de **q**, correspondem a três possibilidades de descrever a relação de pressuposição entre duas orações. Para as autoras, a factividade não é propriamente uma propriedade inerente a determinados verbos, mas sim uma propriedade das construções que manifestam a relação de pressuposição descrita por Karttunen e representada em (24). Fala-se, por isso, em **uso factivo** de determinados verbos. Este é um dos argumentos em que me baseio para hipotetizar que, no português brasileiro, os factivos e, em extensão, os implicativos, merecem ser tratados não como propostas de classificação verbal, mas como propriedades de determinados verbos que só se manifestam quando entra em interação uma conjunção de critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos e/ou discursivos.

Do ponto de vista discursivo, em enunciados complexos o enunciador, ao selecionar um predicado factivo, se compromete com a verdade do conteúdo complementar e faz ainda uma observação acerca do fato pressuposto. A factividade é uma estratégia, empregada pelo enunciador, de comprometimento com o valor de verdade do conteúdo completo.

Levando em conta os principais aspectos considerados por Kiparsky e Kiparsky (1970), podemos concluir que o tipo de construção da oração completiva é determinado por

alguns fatores semânticos básicos. Desses fatores, os autores salientam o papel da **factividade** dos predicadores da oração matriz, a qual, na verdade, é englobada pelo conceito semântico mais amplo de pressuposição. Entretanto, embora tenham ressaltado a relevância da factividade para a determinação da sintaxe da complementação oracional, os autores não descartam a existência de outros fatores semânticos determinantes da estrutura da complementação oracional, os quais, por sua vez, interagem com a factividade.

Um desses fatores levantados tem um reflexo direto sobre o grau de autonomia semântica de orações completivas postulado por Frege (1879), e diz respeito à correspondência sintático-semântica apreendida entre **verdade** e **referência específica**. Os verbos que pressupõem que os seus objetos oracionais expressam uma proposição verdadeira pressupõem também que os seus objetos não-oracionais se referem a uma entidade específica. Por exemplo, nas possíveis orações seguintes:

(25) a. Eu IGNOREI uma mosca em minha sopa.

b. Eu IMAGINEI uma mosca em minha sopa.

o factivo IGNOREI pressupõe a existência de uma mosca na sopa, mas o não-factivo IMAGINEI não carrega tal pressuposição. Para Kiparsky e Kiparsky (1970), esse fato talvez indique que, em algum nível suficientemente abstrato da semântica, verdade e referência específica são redutíveis ao mesmo conceito. Para os autores, as especulações de Frege de que a referência de uma oração é o seu valor de verdade receberia, desse modo, alguma confirmação.

Numa tentativa de explicar as propriedades relacionadas aos predicadores factivos e aos não-factivos, Kiparsky e Kiparsky atestam a necessidade de se fazer uma distinção entre **asserção** e **pressuposição**, uma vez que o falante: **afirma** proposições, direta ou indiretamente, como verdadeiras e **pressupõe** proposições como verdadeiras. E, de acordo com os autores, a factividade, característica semântica dos verbos factivos, é decorrente da pressuposição e não da asserção. Por exemplo, quando um falante pronuncia um enunciado do tipo:

(26) É VERDADE que, com o tempo, outras relações foram surgindo. (BH)

ele está **afirmando** que a proposição **com o tempo, outras relações foram surgindo** é uma proposição verdadeira, mas ele não está, de modo algum, **pressupondo** que ela é uma

proposição verdadeira.

Por outro lado, quando se diz:

(27) (a) É ESTRANHO que, com o tempo, outras relações foram surgindo.

(b) Eu LAMENTO que, com o tempo, outras relações foram surgindo.

entende-se que essas orações constituem exemplos verdadeiros de pressuposição, pois o falante pressupõe em ambas que **com o tempo, outras relações foram surgindo** e, além disso, afirma algo mais acerca do fato pressuposto. É essa estrutura semanticamente mais complexa envolvendo pressuposição que apresenta as propriedades sintáticas delineadas por Kiparsky e Kiparsky.

Para os autores, a factividade é apenas um exemplo da distinção básica entre **asserção** e **pressuposição**, sendo necessários outros mecanismos básicos para auxiliar na diferenciação desses traços relacionados às orações. Entre esses mecanismos, a negação desempenha um papel crucial na avaliação do estatuto pressuposicional de uma oração. Isso se deve ao fato de que as pressuposições são constantes sob o escopo de um operador negativo, pois, quando um falante nega uma oração, ele não nega suas pressuposições, mas sim o que a contraparte afirmativa assevera.

Está em Guitart (1991) que Hooper e Terrell⁹ desenvolveram uma teoria de seleção do modo verbal de orações completivas do espanhol articulada sobre as noções de asserção e pressuposição. Para os autores, existem dois tipos de complementos oracionais, aquele que é asseverado como uma proposição pelo falante como verdadeiro, e aquele que é pressuposto pelo falante como verdadeiro. O principal mecanismo distintivo desses tipos de complementos é a negação. Segundo Hooper e Terrell, complementos pressupostos permanecem pressupostos ainda que negados, enquanto complementos asseverados, quando negados, não mais são asseverados.

A seleção do modo verbal nas orações completivas do espanhol, segundo Hooper e Terrell, evidencia esses dois tipos de complementos oracionais, pois, segundo os autores, os complementos asseverados do espanhol selecionam o modo indicativo, enquanto os complementos não-asseverados, incluindo os que são pressupostos, selecionam o modo subjuntivo.

⁹ Guitart menciona os seguintes trabalhos em que Hooper e Terrell analisaram a questão do modo espanhol: Hooper 1974, Terrell e Hooper 1974 e Terrell 1976.

Guitart observa que, para formular a associação entre complementos asseverados/modo indicativo e complementos não-asseverados (pressupostos)/modo subjuntivo, Hooper e Terrell basearam-se na distinção formulada entre predicadores factivos e predicadores não-factivos proposta por Kiparsky e Kiparsky (1970).

Assim, a relação existente entre a seleção do modo verbal e as noções de pressuposição e asserção está ligada à factividade, propriedade semântica que caracteriza a classe dos verbos factivos, objeto de estudo deste trabalho.

Considerando as características dos predicados verbais factivos e dos não-factivos discutidas e a associação estabelecida por Hooper e Terrell entre asserção/indicativo e pressuposição/subjuntivo, investiga-se se, no português brasileiro, os complementos de predicados factivos selecionam o modo subjuntivo, e se os complementos de predicados não-factivos selecionam o modo indicativo.

Karttunen (1971b) demonstrou que certos predicadores listados por Kiparsky e Kiparsky como factivos podem admitir complementos que não devem ser interpretados necessariamente como pressupostos. Observando orações como estas:

(28) (a) Vossa sutileza de espírito, Senhor Gilberto Amado, **COMPREENDE** perfeitamente que não estou jogando com palavras, por simples barroquismo lingüístico, mas com os mais expressivos conceitos dos mais patéticos fenômenos sociais do nosso tempo. (AM-O)

(b) Vossa sutileza de espírito, Senhor Gilberto Amado, **PERCEBE/ENTENDE** perfeitamente que não estou jogando com palavras, por simples barroquismo lingüístico, mas com os mais expressivos conceitos dos mais patéticos fenômenos sociais do nosso tempo.

verifica-se que elas têm uma leitura factiva, na qual se pressupõe que o enunciatório **COMPREENDE/PERCEBE/ENTENDE** que o enunciador não está jogando com palavras, por simples barroquismo lingüístico, mas com os mais expressivos conceitos dos mais patéticos fenômenos sociais de seu tempo. Todavia, sob o escopo de um operador ilocucionário interrogativo, tais orações podem adquirir uma leitura não-factiva, na qual o enunciador não sabe se o enunciatório **COMPREENDE/PERCEBE/ENTENDE** que ele (enunciador) não está jogando com palavras, por simples barroquismo lingüístico, mas com os mais expressivos conceitos dos mais patéticos fenômenos sociais de seu tempo, e está, na verdade, questionando isso:

(29) Vossa sutileza de espírito, Senhor Gilberto Amado, **COMPREENDE/PERCEBE/ENTENDE** perfeitamente que não estou jogando com palavras, por simples barroquismo lingüístico, mas com os mais expressivos conceitos dos mais patéticos fenômenos sociais do nosso tempo?¹⁰

A tais predicadores factivos cujos complementos podem ter uma leitura não-pressuposta, Karttunen (1971b) deu o nome de **semifactivos**.

Ao analisar os predicadores semifactivos, Hooper e Thompson (1973) (*apud* GUITART, 1991) observaram que eles se comportam sintaticamente mais como complementos asseverados do que como factivos verdadeiros. Para avaliar essa afirmação, considerem-se as orações (30), (31), (32):

(30) O velho já me **DISSE** que **gosta** dela porque lembra um pouco a avó. (FR) → o verbo **DISSE** seleciona o presente do indicativo **gosta** na oração completiva.

(31) Pimenta **NOTOU** que a conversa **estava** se dispersando e voltou ao tema principal. (XA) → seguindo essa proposta, por selecionar o pretérito imperfeito do indicativo **estava** na oração completiva, **NOTOU** seria um verbo de uso semifactivo.

(32) **LAMENTO** que **tenha** de sair tão cedo - disse Ramiro. (Q) → o verbo factivo **LAMENTO** seleciona o presente do subjuntivo **tenha** na oração completiva.

Essa visão é incorporada na estrutura da teoria de seleção modal de Hooper e Terrell. De acordo com esses autores, os semifactivos são mais interpretados como complementos asseverados em virtude do fato de que em espanhol pedem o indicativo.

Hooper e Thompson (1973) observam que, ainda que os complementos semifactivos se comportem sintaticamente como complementos asseverados em virtude de selecionarem o indicativo nos complementos oracionais do espanhol, eles se comportam semanticamente como complementos pressupostos, uma vez que seu valor de verdade não é afetado sob a negação. Esse fato pode ser observado igualmente em português, nos casos em que o complemento do semifactivo aparece no indicativo, como demonstrado nos pares seguintes de ocorrências extraídas do *corpus*:

¹⁰ Em (29), a força ilocucionária interrogativa incide sobre o verbo da predicação matriz.

(33) Mattos NOTOU que um homem de avental branco lhe **fazia** um gesto dissimulado. (AGO) → o verbo factivo NOTOU seleciona o pretérito imperfeito do indicativo **fazia** na oração completiva.

(34) Mattos **não** NOTOU que um homem de avental branco lhe fazia um gesto dissimulado. → a negação na predicação matriz não afeta o conteúdo pressuposto no complemento de que **um homem de avental branco fazia um gesto dissimulado para Marcos**.

Entretanto, para Guitart (1991), pela própria definição de pressuposição de Hooper e Terrell, um complemento não pode ser simultaneamente asseverado e pressuposto.¹¹

Essa posição de Guitart é semelhante à desenvolvida por Klein (1977, *apud* GUITART, 1991, p. 182), que estabelece que complementos semifactivos podem ser asseverados ou pressupostos, mas não simultaneamente. Assim, quando estão sendo afirmados, os complementos semifactivos são complementos asseverados, e quando estão sendo pressupostos, eles são complementos factivos. Para Klein, essa questão da asserção e da pressuposição se resolve, simplesmente, da seguinte maneira: para uma dada leitura, um falante ou estabelece um complemento como verdadeiro (afirmando-o) ou assume que ele é verdadeiro (pressupondo-o) e faz outra proposição sobre ele, mas não pode fazer ambas as coisas:

(35) NOTANDO que a atenção das mesas vizinhas **fora solicitada**, Sílvia lembrou:

- Você já encomendou, Sérgio.
- E acaso ele trouxe?
- Ainda não, mas já vem. (A)

Nesse enunciado existem duas possibilidades de leitura: asseverar como verdadeiro (ou verdade) que a atenção das mesas vizinhas fora solicitada ou assumir que a atenção das

¹¹ Para traçar a teoria da seleção de modo do espanhol, Hooper e Terrell utilizam-se da noção de pressuposição semântica, a qual se refere às relações entre as orações, relações essas que são independentes dos participantes envolvidos em um ato de fala. Todavia, para Kempson (1975) o tipo de pressuposição que se associa à asserção é a pragmática, e não a semântica. Partindo dessa observação, Guitart distingue, em sua análise, dois tipos de pressuposição: a semântica, que tem a mesma acepção empregada por Hooper e Terrell, e a pragmática, que equivale a uma suposição, por parte do falante, de que a informação contida no complemento oracional é partilhada pelo ouvinte. O autor conclui, no entanto, que uma explicação adequada sobre a seleção de modo verbal nas construções completivas de predicados de conhecimento e de aquisição de conhecimento do espanhol não depende da distinção entre pressuposição pragmática e asserção, mas sim da distinção entre pressuposição semântica e não-pressuposição. Para Guitart, o erro da análise fornecida por Hooper e Terrell reside no fato de não terem observado que a pressuposição semântica é independente da asserção.

mesas vizinhas fora solicitada, estabelecendo como verdadeiro/verdade apenas que isso foi notado.

Para Guitart (1991), o termo **semifactivo** denota uma classificação negativa, já que se refere a um conjunto de predicados que nem sempre se comportam de modo igual aos factivos. Todavia, segundo o autor, os semifactivos apresentam uma característica positiva, qual seja, servem para qualificar como a informação no complemento foi adquirida, ou, em caso de negação, como ela não foi adquirida, atuando, portanto, como marcadores de evidencialidade.

Com base nessa observação, Guitart aponta, como uma classificação mais adequada para semifactivos, a classificação **predicados de aquisição de conhecimento**, na qual o autor inclui os predicados de atitude mental e os predicados de percepção, uma vez que ambos demonstram um comportamento pragmático semelhante em complementos do espanhol. À classe dos predicados de aquisição de conhecimento do espanhol, Guitart agrupa, por se comportarem de modo semelhante, a classe dos **predicados de conhecimento**, formando, então, uma classe verbal mais ampla denominada **predicados de conhecimento e de aquisição de conhecimento**.

Pretende-se, na análise dos dados desta pesquisa, avaliar se o que se chama de verbos de uso factivo no português brasileiro pode receber tal acepção ou se deve ser mais adequadamente interpretado como verbos de uso semifactivo ou predicados de aquisição/perda de conhecimento.

Cumprido, ainda, dizer que, entre os predicadores de uso factivo, reconhecem-se alguns subtipos; registram-se, também, predicadores que podem manifestar a factividade sob circunstâncias específicas.

Desse modo, além da distinção semântica de factividade que possibilitou a apreensão dos paradigmas sintáticos de complementação dos factivos/não-factivos das orações subjetivas e objetivas do inglês, Kiparsky e Kiparsky (1970) identificaram outra distinção semântica, a **emotividade**, que desencadeou as subcategorizações seguintes: predicadores factivos emotivos, predicadores factivos não-emotivos, predicadores não-factivos emotivos, predicadores não-factivos não-emotivos. Mira Mateus et al. (1983) também notaram essa mesma característica semântica presente nos predicadores de uso factivo do português europeu, aos quais deram o nome de predicadores **avaliativos**. Os complementos emotivos/avaliativos são utilizados pelo falante a fim de expressar uma reação subjetiva, emocional ou avaliativa sobre um fato possível. A classe de predicados que admitem complementos emotivos/avaliativos inclui, em geral, todos os predicados que expressam o

valor subjetivo de uma proposição ao invés do conhecimento sobre ela ou sobre o seu valor de verdade. Para corroborar a existência de diversos tipos de predicados de uso factivo, encontra-se também, em Neves (2000), uma proposta de subclassificação em quatro tipos distintos: **epistêmico** (= ligado ao conhecimento); de **atitude sentimental**; do tipo **declarativo** (de **elocução**); do tipo **avaliativo**.

Além desses subtipos, retomam-se em (36), (37) e (38) os **verbos contrafactivos**¹², que pressupõem a falsidade da oração completiva:

(36) De vez em quando FINJO **que estou muito entretida** e fico escutando a conversa dos noivos. (MUL) → mas, na verdade, eu não estou entretida.

(37) Você sai agora, na vista de todos, INVENTA **que vai dormir**. Deixa a noite correr um pouco, se levanta e vem, bem disfarçado, pegar a encomenda. (MMM) → mas, na verdade, você não vai dormir.

(38) Faz-se um silêncio opressivo. O prefeito fica escarlate. SIMULA **não ouvir** e desconversa. (RIR) → mas, na verdade, ele ouve.

Nesses enunciados, FINGIR, INVENTAR e SIMULAR apresentam usos contrafactivos, uma vez que o conteúdo expresso em seus complementos oracionais é marcado para falsidade.

Leech (1978) propôs que se distinguíssem os **factivos puros**, associados, geralmente, a construções finitas, e que se caracterizam por manter seu valor de verdade mediante a presença de um operador de negação, dos **factivos condicionais**, associados, principalmente, a construções não-finitas, e que se caracterizam por assegurar o valor de verdade expresso no conteúdo complementar somente em asserções afirmativas. Essa diferença entre predicados factivos puros e condicionais coincide precisamente com a distinção entre pressuposição e implicação, sendo que factivos puros equivalem basicamente à classe de verbos factivos proposta por Kiparsky e Kiparsky, enquanto factivos condicionais equivalem à classe dos verbos implicativos, estudados por Karttunen (1970, 1971a, 1971b, 1973). Numa tentativa de explicar o uso do termo factivos condicionais para os implicativos, sugiro que Leech tenha empregado este termo a fim de enfatizar o comportamento desses verbos em relação às suas orações completivas, considerando que se veem associados a uma condição necessária e/ou suficiente para a realização/não-realização de seu conteúdo completivo.

¹² Retomam-se nessas ocorrências os predicados de uso contrafactivo estudados às p. 36-37.

Assim como os factivos, os implicativos admitem complementos oracionais do tipo sujeito ou objeto e pressupõem, sob condições específicas, a verdade de suas orações completivas. Em enunciados afirmativos, os implicativos se comportam de modo igual aos factivos, como mostram estas ocorrências com o verbo implicativo afirmativo CONSEGUIR na oração principal:

- (39) (a) Ele reúne todas as forças que restaram e CONSEGUE pôr-se de pé. (CH)
 (b) Os olhos de Ângela já marejavam quando CONSEGUIU responder. (A)
- (40) (a) Ele reúne todas as forças que restaram e põe-se de pé.
 (b) Os olhos de Ângela já marejavam quando respondeu.

Nas orações em (39), temos a realização efetiva do conteúdo expresso no complemento, e por isso os enunciados correspondentes em (40) são considerados como verdadeiros. Entretanto, ao substituirmos CONSEGUIR por um predicado não-implicativo, como DECIDIR, por exemplo, essa relação não se mantém mais, pois não existe ligação semelhante entre (40a) e (41):

- (41) Ele reúne todas as forças que restaram e DECIDE pôr-se de pé.

A observação de que a verdade da oração principal afirmativa implica a verdade do complemento pode também ser igualmente feita às orações com um predicado factivo. Para estabelecer traços distintivos entre os predicados factivos e os implicativos, é preciso considerar as orações com negação. Vimos que a presença de um operador de negação na oração principal de uma estrutura complexa factiva não afeta a pressuposição expressa no complemento, é o que pode ser confirmado nos enunciados a seguir, em que (42a) e sua contraparte negativa (42b) dividem a mesma pressuposição, (42c):

- (42) (a) Incluo-me dentre os que COMPREENDEM que os recursos públicos não pertencem a qualquer governante. (SI-O)
 (b) Incluo-me dentre os que **não** COMPREENDEM que os recursos públicos não pertencem a qualquer governante.
 (c) Os recursos públicos não pertencem a qualquer governante.

Por outro lado, a presença de um operador de negação na oração principal de uma

estrutura complexa implicativa implica a negação de seu complemento, como podemos observar nestes enunciados:

(43) (a) Jenner **não** CONSEGUIA esconder certa irritação. (ALE)

(b) Tentei continuar o terço por intenção de Quincas, mas **não** CONSEGUI rezar com o fervor que desejava. (BDI-R)

(44) (a) Jenner não escondia certa irritação.

(b) Tentei continuar o terço por intenção de Quincas, mas não rezei com o fervor que desejava.

Na oração com predicado factivo (42b), a partícula negativa é restrita à oração principal, não afetando a oração completiva, enquanto nas orações com predicados implicativos, (43a-b), tanto a oração núcleo como a oração completiva são negadas. Considerando a partícula (**não**) como um operador que não tem uma posição inicial fixa na oração, podendo, desse modo, deslocar-se e ocasionar transformações com mudança de significado, torna-se possível explicar a distinção entre predicados factivos e implicativos como uma diferença de ordenação do operador (**não**) e da oração objeto.

Além do operador de negação, existem outros mecanismos, como os operadores modais, operadores e satélites de tempo e satélites de lugar que podem ser evocados para esclarecer um pouco mais a distinção entre as propriedades **fatividade** e **implicação**, uma vez que as diferentes posições ocupadas por esses operadores e satélites (oração matriz ou oração completiva) fornecem uma explicação razoável para determinadas peculiaridades relacionadas aos predicados implicativos.

Os **modais** apresentam um comportamento semelhante ao do operador de negação, visto que, em estruturas implicativas com presença desses operadores na oração matriz, o escopo do modal afeta diretamente o complemento do predicado implicativo, como podemos observar nos enunciados relacionados em (45), em que o enunciador se compromete fortemente com a declaração expressa pelos enunciados correspondentes em (46), nos quais o modal está associado diretamente ao complemento:¹³

¹³ Apenas a título de menção, os operadores ilocucionários (interrogativos e imperativos) apresentam comportamento semelhante à negação e aos modais em estruturas implicativas e factivas, pois o escopo de um operador ilocucionário presente em um enunciado complexo com predicador principal implicativo incide diretamente sobre o complemento desse enunciado, enquanto nas estruturas factivas tais operadores se limitam à oração principal.

(45) (a) Cumpre salientar que os movimentos realizados mecanicamente por tal escova normalmente não são suficientes para a perfeita remoção da placa; nesse particular, portanto, **devemos NOS LEMBRAR DE** associar os movimentos próprios da escova elétrica a outros, e, assim, conseguir um bom resultado. (HB)

(b) Mas **é preciso** CONSEGUIR que a Igreja se deixe enganar, e Ela mesma, pensando impedir a Revolução, coopere para a própria destruição. (SI-O)

(46) (a) Cumpre salientar que os movimentos realizados mecanicamente por tal escova normalmente não são suficientes para a perfeita remoção da placa; nesse particular, portanto, **devemos associar** os movimentos próprios da escova elétrica a outros, e, assim, conseguir um bom resultado.

(b) Mas **é preciso** que a Igreja se deixe enganar, e Ela mesma, pensando impedir a Revolução, coopere para a própria destruição.

Em contrapartida, o escopo de um operador modal presente em uma estrutura complexa que se construa com verbo principal factivo se restringe à oração principal, não afetando a oração completiva, como está demonstrado nas construções seguintes:

(47) - Sr. Aderito, **devo** LAMENTAR, primeiro, que minha palavra de oficial tenha menos validade para o senhor que a de qualquer mequetrefe sem responsabilidade. (ALF)

(48) Sem discutir a validade de tal pressuposto, **é preciso** LAMENTAR o fato de que sua aceitação estimule a dependência, a renúncia à própria responsabilidade, bem como o homem organizacional. (BRO)

Outro operador que propicia a atribuição de traços caracterizadores à classe dos implicativos é a categoria de **tempo**. Uma oração principal contendo um predicado implicativo e sua oração completiva devem necessariamente concordar na categoria de **tempo**. Uma vez que as orações não-finitas, associadas, frequentemente, a predicados implicativos, não contêm seus próprios marcadores de tempo, a concordância não pode ser observada diretamente. Entretanto, esse fenômeno pode ser demonstrado pela agramaticalidade das orações seguintes:

- (49) (a) *João LEMBROU-SE DE fechar a porta **amanhã**.¹⁴
 (b) *João LEMBRARÁ DE fechar a porta **ontem**.

Essas ocorrências demonstram que se o verbo principal implicativo se encontra no tempo passado, a oração completiva infinitiva não pode conter um satélite de tempo futuro e, inversamente, se o verbo principal implicativo se encontra no tempo futuro, a oração completiva infinitiva não pode conter um satélite de tempo passado.

Verificam-se também certas restrições de tempo em orações que têm predicados não-implicativos, porém, um tempo passado expresso na oração principal não exclui a possibilidade de um satélite de tempo futuro no complemento, como notamos nas orações em (50), com predicados principais não-implicativos:

- (50) (a) João CONCORDOU em fechar a porta **amanhã**.
 (b) João ESPERAVA resolver o problema **na próxima semana**.

Nas duas orações seguintes, em que a primeira implica a segunda, verificamos que as observações feitas para os satélites de tempo também são válidas para os satélites locativos:

- (51) (a) **Na porta**, João CONSEGUIU desculpar-se.
 (b) João desculpou-se na porta.

O enunciado hipotético apresentado em (51) mostra que, nas estruturas complexas implicativas, a oração principal e a completiva não podem exibir seus próprios satélites locativos, mas nada impede que isso ocorra em estruturas complexas não-implicativas:

- (52) (a) **Na estrada**, Maria DESCOBRIU ter esquecido as crianças **em casa**. [factivo]
 (b) **Na estrada**, Maria LAMENTOU o fato de ter esquecido as crianças **em casa**.
 [factivo]

Um aspecto final a ser considerado, nesta parte, em respeito às diferenças detectadas

¹⁴ Os exemplos (49), (50), (51) e (52) foram adaptados a partir de Karttunen, 1971a. Segundo observação da Profa. Dra. Beatriz Nunes de Oliveira Longo, por ocasião do exame de qualificação de tese, o enunciado hipotético apresentado em (49a) é gramatical, observação com a qual concordamos. Ocorre que, nessa possível leitura gramatical, LEMBRAR-SE DE não tem estatuto marcado para implicação, visto que é característico que os eventos descritos nos complementos dos predicados marcados para implicação sejam co-temporais aos eventos descritos em suas orações matrizes.

entre os factivos e os implicativos, concerne ao comportamento da negação dupla, ou seja, presença simultânea de operadores negativos na oração principal e na completiva.

Analisando orações realizadas com predicados principais factivos e implicativos, providas de operadores de negação tanto na predicação matriz como na encaixada, verificamos que, em estruturas factivas, as partículas negativas na oração núcleo e na completiva não são mutuamente excludentes, enquanto que, em estruturas implicativas, a negação da oração completiva é anulada, o que pode ser comprovado por meio dos exemplos a seguir:

(53) (a) Só **não** LAMENTO que **não** tenhamos travado conhecimento antes, diretamente.
[factivo]

a partir do qual se pode inferir que:

(b) Não travamos conhecimento antes, diretamente.

em que se preserva a negação do conteúdo expresso no complemento.

(54) (a) Já no meio a multidão, abrindo espaço, levando e dando empurrões involuntários, Pantaleão **não** CONSEGUIU **não** se aproximar do soldado, que ainda batia. [implicativo]

a partir do qual se pode inferir que:

(b) Pantaleão se aproximou do soldado, que ainda batia.

em que ocorre o cancelamento da negação do conteúdo expresso na completiva.

Todas essas diferenças demonstradas em construções complexas com predicados factivos e implicativos na oração matriz, ocasionadas pelo fato de os mecanismos (operadores e satélites) mencionados restringirem-se à oração núcleo em construções com predicados principais factivos, ou afetarem toda a oração em construções com predicados principais implicativos, podem ser imputáveis à presença ou ausência de pressuposição na representação semântica dessas orações. Vimos que, em enunciados complexos com um predicado factivo na oração núcleo, o enunciador pressupõe sempre a verdade do conteúdo completivo. Os

predicados implicativos também envolvem pressuposições, embora de uma maneira diferente. A factividade e a implicação concernem à relação entre um predicado e as propriedades sintáticas, semânticas e pragmático-discursivas da estrutura complexa (predicação matriz + predicação encaixada). Considerando que a pressuposição de uma oração é dada pelo seu valor de verdade, conclui-se que a diferença entre predicados factivos e implicativos pode ser descrita como uma diferença do valor de verdade da oração completiva sob o teste da negação. Predicados factivos pressupõem o valor de verdade de seus complementos oracionais, ou ainda, o valor de verdade do complemento oracional não é alterado pela negação; predicados implicativos não pressupõem o valor de verdade de seus complementos oracionais, ou ainda, o valor de verdade do complemento oracional é alterado pela negação.

Tendo empreendido uma análise qualitativa preliminar acerca do escopo de operadores e satélites em determinados enunciados complexos do português, objetivando a caracterização dos traços semânticos distintivos das classes de verbos principais escolhidas para enfoque, considera-se, na sequência, a explicação fornecida por Karttunen para a existência das construções complexas implicativas.

2.1.1 A explicação fornecida por Karttunen aos predicadores de uso implicativo: a implicação e os postulados de significado

Para explicar as características básicas das relações envolvidas em enunciados complexos com predicadores principais implicativos, Karttunen (1973) elaborou uma definição para a noção de implicação e formulou uma hipótese, segundo a qual a oração implicada não está incluída na representação subjacente de sua antecedente, mas dela deve ser derivada por meio de postulados de significado e regras de inferência.

A noção de implicação, também chamada de implicação semântica, é definida da forma que se apresenta a seguir: **p** implica **q** se a cada vez que **p** é afirmado o falante compromete-se a acreditar que **q**; em uma leitura possível, **p** necessita **q** se, cada vez que **p** for verdadeiro, **q** é também verdadeiro.

Quanto aos **postulados de significado**, estes fornecem uma especificação do significado de um predicado, e quanto mais específicos são, mais próximos estão de seu significado integral. Esta noção é empregada na Gramática Funcional de Dik (1989; 1997) com o objetivo de explicar como o significado dos predicados é especificado. E, no caso dos predicados implicativos, existe a necessidade de postulados de significado para explicar as relações lógicas entre as orações principais e seus complementos. Assim sendo, Karttunen

(1971a) propôs que os fatos relacionados aos verbos implicativos sejam explicados da maneira seguinte: o que todos os verbos como CONSEGUIR, INCOMODAR têm em comum é que eles representam uma condição necessária e suficiente, que determina se o evento descrito no complemento acontece ou não. Utilizando v para um verbo implicativo qualquer e S para seu complemento, representam-se estes dois postulados de significado em (55a) e (55b):

(55) (a) $v(S) \supset S$ ‘ $v(S)$ é uma condição suficiente para S ’

(b) $\sim v(S) \supset \sim S$ ‘ $v(S)$ é uma condição necessária para S ’

O autor considera ainda que essa condição decisiva depende em particular do predicado implicativo envolvido na construção complexa, podendo, por exemplo, consistir em sujeitar-se ao perigo, expor-se, aventurar-se como em ARRISCAR-SE, ou mostrar bastante destreza e habilidade como em CONSEGUIR. Qualquer oração que contenha um desses verbos como predicado pode ser considerada como um julgamento estabelecendo se essa condição decisiva é preenchida ou não, e em que circunstâncias de espaço e de tempo. De uma asserção afirmativa, pode-se inferir que o complemento é verdadeiro; de uma asserção negativa, que o complemento é falso.

Desse modo, ainda que os verbos representados em (56a) mantenham um tipo diferente de condição decisiva para a verdade do complemento, todos afirmam que essa condição não é preenchida, como fica nítido em (56b):

(56) (a) Ele é um bom pai, mas **não** CONSEGUE/**não** SE ARRISCA a/**não** SE AVENTURA a/**não** SE DIGNA a/**não** OUSA dissolver minha impressão de ser a um tempo amada e julgada - e nunca inteiramente aprovada. a

(b) Ele é um bom pai, mas não dissolve minha impressão de ser a um tempo amada e julgada - e nunca inteiramente aprovada.

Uma ocorrência como (56b) pode ser derivada em todos os casos como uma inferência legítima realizada a partir de (56a), de acordo com a explicação fornecida por Karttunen (1973).

Comentada a explicação de Karttunen, apresento, na subseção seguinte, as várias subclassificações sugeridas pelo autor aos verbos de uso implicativo.

2.1.2 Predicados implicativos: subcategorizações

Karttunen propõe várias subcategorizações para os predicados de uso implicativo, reconhecendo os tipos seguintes: verbos implicativos duplos, que se subdividem em implicativos afirmativos e negativos, e se caracterizam por fornecer uma implicação nas asserções tanto afirmativas como negativas, ou seja, apresentam uma condição necessária e suficiente para a verdade do complemento; verbos implicativos simples, também subdivididos em vários tipos, e caracterizados por fornecer implicação apenas nas asserções afirmativas, ou seja, exprimem uma condição suficiente, sendo denominados **verbos-se**, ou apenas nas asserções negativas, ou seja, exprimem uma condição necessária, sendo denominados **verbos somente-se**. Tanto os **verbos-se** como os **verbos somente-se** apresentam subclassificações afirmativas e negativas. Todos esses subtipos implicativos são explicados, na sequência, à luz dos postulados de significado.

2.1.2.1 Verbos implicativos duplos: implicativos afirmativos e implicativos negativos

2.1.2.1.1 Implicativos afirmativos

Esses predicados foram considerados até o presente momento de nossa exposição e, como ficou visto, em asserções afirmativas se comportam de modo igual aos factivos, assegurando o valor de verdade da oração complementar; porém, em asserções negativas manifesta-se a negação do complemento. Para ilustrar essa situação, vejam-se os exemplos relacionados em (39a-b), (40a-b), (43a-b), (44a-b), às páginas 53 e 54, e os pares de postulados de significado em (55a) e (55b), página 59, aos quais os verbos dessa classe se associam.

Tendo em vista as relações de implicação quanto à verdade, em asserções afirmativas, ou falsidade, em asserções negativas, estabelecidas entre a oração principal e o seu complemento oracional, conforme o comportamento dos verbos implicativos afirmativos sob o escopo de um operador de negação, apresentaremos, na seção 5, alguns possíveis verbos de uso implicativo afirmativo no português brasileiro.

Na sequência, consideram-se os traços caracterizadores dos predicados de uso implicativo negativo.

2.1.2.1.2 Implicativos negativos

Uma oração principal afirmativa com um predicado implicativo negativo implica a negação do complemento; enquanto uma asserção negativa resulta em uma implicação positiva, como na lei da negação dupla. Compare os exemplos:

(57) (a) Por via das dúvidas, pedi à Rosa, à Idalina e à própria Marieta que EVITEM comentar o estado em que se encontra o Orestes. (BDI)

(b) Por via das dúvidas, pedi à Rosa, à Idalina e à própria Marieta que não comentem o estado em que se encontra o Orestes.

(58) (a) Por via das dúvidas, pedi à Rosa, à Idalina e à própria Marieta que **não** EVITEM comentar o estado em que se encontra o Orestes.

(b) Por via das dúvidas, pedi à Rosa, à Idalina e à própria Marieta que comentem o estado em que se encontra o Orestes.

Para explicar os fatos relacionados aos predicados implicativos negativos Karttunen propôs um par separado de postulados de significado que está representado em (59):

(59) (a) $v(S) \supset \sim S$ ‘ $v(S)$ é uma condição suficiente para $\sim S$ ’.

(b) $\sim v(S) \supset S$ ‘ $v(S)$ é uma condição necessária para $\sim S$ ’.

Considerando as relações de implicação quanto à verdade, em asserções negativas, ou falsidade, em asserções afirmativas, estabelecidas entre a oração principal e o seu complemento oracional, conforme o comportamento dos verbos implicativos negativos sob o escopo de um operador de negação, apresentaremos, na seção 5, alguns possíveis verbos de uso implicativo negativo no português brasileiro.

Consideram-se, a seguir, os verbos implicativos simples (verbos-se e verbos somente-se).

2. 1. 2. 2 Verbos implicativos simples: verbos-se, verbos somente-se

2.1.2.2.1 Verbos-se afirmativos

Os verbos-se afirmativos expressam uma condição suficiente para a verdade do

complemento. Se um desses predicados aparece como predicado principal em uma asserção afirmativa, o complemento é implicado como verdadeiro, como mostram os exemplos seguintes:

(60) (a) Dona Leonor acompanhou-o e, então, Carlos, tomando-me resolutamente pelo braço, FEZ-me entrar no quarto de Eliodora. (A)

(b) A doença, ao invés de conduzi-lo à invalidez total, FORÇOU-o a descobrir uma nova maneira de raciocínio. (HPP)

Verifica-se um forte pressuposto de que, em (60a), **o eu do enunciado entrou no quarto de Eliodora**, assim como, em (60b), **o sujeito descobriu uma nova maneira de raciocínio**. Entretanto, nas asserções negativas, essa relação não se mantém mais, uma vez que FAZER e FORÇAR não estabelecem nenhuma relação de implicação face aos seus complementos oracionais, que permanecem neutros quanto ao valor de verdade, como mostram os enunciados (61) e (62):

(61) (a) Dona Leonor acompanhou-o e, então, Carlos, tomando-me resolutamente pelo braço, **não** me FEZ entrar no quarto de Eliodora.

(b) ... e eu não entrei.

... mas eu entrei mesmo assim.

(62) (a) A doença, ao invés de conduzi-lo à invalidez total, **não** o FORÇOU a descobrir uma nova maneira de raciocínio.

(b) ... e ele não descobriu.

... mas ele descobriu mesmo assim.

Compreende-se que qualquer uma das continuações propostas em (61b) e em (62b) são perfeitamente aceitáveis para as orações realizadas em (61a) e em (62a). Isso indica que, ainda que verbos como FAZER e FORÇAR expressem uma condição suficiente para a verdade da oração completiva, não expressem uma condição necessária, pois, a esses tipos de predicado, podemos atribuir apenas o primeiro dos dois postulados de significado representados em (55) e retomado a seguir:

(55) (a) $v(S) \supset S$ 'v(S) é uma condição suficiente para S'.

Considerando as relações de implicação quanto à verdade, em asserções afirmativas, ou neutralidade, em asserções negativas, estabelecidas entre a oração principal e o seu complemento oracional, consoante o comportamento dos verbos-se afirmativos sob o escopo de um operador de negação, apresentaremos, na seção 5, alguns possíveis verbos-se afirmativos do português brasileiro.

Consideram-se, a seguir, os verbos-se negativos.

2.1.2.2.2 Verbos-se negativos

Como os seus correspondentes da classe positiva, os verbos-se negativos expressam uma condição suficiente para a verdade do complemento. A diferença é que, se um desses predicados aparece como predicado principal em uma asserção afirmativa, o complemento é implicado como falso, como mostram os exemplos seguintes:

(63) (a) Mas o horror ao estigma de doente mental, a perspectiva de internamento, misturados à confusão que a freqüência do estado nebuloso trouxe ao seu raciocínio, o IMPEDEM de procurar ajuda. (CH)

(b) ... * mas ele procura mesmo assim.

(63a) implica claramente que **o sujeito do enunciado não procura ajuda**, sendo, em razão disso, incompatível a continuação sugerida em (63b).

Entretanto, nas asserções negativas, essa relação não se mantém mais, uma vez que IMPEDIR não estabelece nenhuma relação de implicação face ao seu complemento oracional, que permanece neutro quanto ao valor de verdade, como mostram os enunciados (64a) e (64b):

(64) (a) Mas o horror ao estigma de doente mental, a perspectiva de internamento, misturados à confusão que a freqüência do estado nebuloso trouxe ao seu raciocínio, **não** o IMPEDEM de procurar ajuda.

(b) ... e ele procura.

... mas ele não procura.

Qualquer uma das continuações propostas em (64b) é compatível com (64a). Isso

indica que, ainda que IMPEDIR exprima uma condição suficiente para a verdade da oração completiva, não exprime uma condição necessária. Para explicar as propriedades negativas desse tipo de predicado, Karttunen lhe atribui apenas o primeiro dos dois postulados de significado representados em (59) e aqui retomado:

(59) (a) $v(S) \supset \sim S$ ‘ $v(S)$ é uma condição suficiente para $\sim S$ ’.

Considerando as relações de implicação quanto à falsidade, em asserções afirmativas, ou neutralidade, em asserções negativas, estabelecidas entre a oração principal e o seu complemento oracional, mediante o comportamento dos verbos-se negativos sob o escopo de um operador de negação, apresentaremos, na seção 5, alguns possíveis verbos-se negativos do português brasileiro.

Consideram-se, a seguir, os verbos somente-se afirmativos.

2.1.2.2.3 Verbos somente-se afirmativos

Os verbos somente-se afirmativos expressam uma condição necessária para a verdade do complemento. Se um desses predicados figura como predicado principal em uma asserção negativa, o complemento é implicado como falso, como mostram os exemplos (65a), (65b), (65c):

- (65) (a) Deus lhe dera uma bela vida, e ela **não** FOI CAPAZ DE aproveitar. (AVK)
 (b) Deus lhe dera uma bela vida, e ela **não** TEVE A OPORTUNIDADE DE aproveitar.
 (c) ...* mas ela aproveitou mesmo assim.

Nas ocorrências (65a-b), é clara para qualquer usuário do português a interpretação de que **ela não aproveitou a bela vida que Deus lhe dera**, sendo, portanto, impróprio continuar uma ou outra frase por (65c).

Entretanto, nas asserções afirmativas correspondentes, não há implicação precisa:

- (66) (a) Deus lhe dera uma bela vida, e ela TEVE A OPORTUNIDADE DE aproveitar.¹⁵
 (b) ... mas ela preferiu não aproveitar.

Esses fatos apontam que, ainda que esses predicadores expressem uma condição necessária para a verdade da oração completiva, não exprimem uma condição suficiente, sendo que, a esses tipos de predicado, se associa apenas o segundo dos dois postulados de significado representados em (55) e retomado na sequência:

- (55) (b) $\sim v(S) \supset \sim S$ 'v(S) é uma condição necessária para S'.

Pela observação dos enunciados apresentados em (65)-(66), os predicadores que representam essa subclasse semântica são constituídos por: **verbo ter** + **substantivo** + **preposição**, como TER TEMPO DE/TER PACIÊNCIA DE/TER CORAGEM DE/TER (A) OPORTUNIDADE DE; **verbo ser** + **adjetivo**, como SER CAPAZ; **adjetivo**, como POSSÍVEL.

Considerando as relações de implicação quanto à falsidade, em asserções negativas, ou neutralidade, em asserções afirmativas, estabelecidas entre a oração principal e o complemento oracional, mediante o comportamento dos verbos somente-se afirmativos sob o escopo de um operador de negação, apresentaremos, na seção 5, alguns possíveis verbos somente-se afirmativos do português brasileiro.

2.1.2.2.4 Verbos somente-se negativos

Como os correspondentes da classe positiva, os verbos somente-se negativos expressam uma condição necessária para a verdade do complemento. A diferença é que, se um desses predicados aparece como predicado principal em uma asserção negativa, o complemento é implicado como verdadeiro, como mostram os exemplos seguintes:

- (67) (a) Eis por que **não** HESITO em dizer que, ao lado do seu significado regional, esta cerimônia reveste-se de alta e generosa significação nacional. (G-O)

¹⁵ Se substituirmos TEVE A OPORTUNIDADE DE pela expressão FOI CAPAZ DE, nesse caso temos uma implicação precisa, resultando, portanto, em uma realização efetiva do conteúdo expresso no complemento. Ao dar início a esta pesquisa, não havia nenhuma hipótese sobre os possíveis verbos de uso somente-se afirmativo no português brasileiro. Desse modo, para a exemplificação dos traços distintivos dessa subclasse, servimo-nos de exemplos adaptados de construções analisadas por Karttunen em seus vários estudos. Como veremos na seção 5, por este estudo, foi possível reconhecer no português brasileiro alguns verbos de uso somente-se afirmativo.

(b) Eis por que digo que, ao lado do seu significado regional, esta cerimônia reveste-se de alta e generosa significação nacional.

Por outro lado, as asserções afirmativas com esse tipo de predicado na oração principal são neutras:

(68) (a) Eis por que HESITO em dizer que, ao lado do seu significado regional, esta cerimônia reveste-se de alta e generosa significação nacional.

(b) ... portanto, eu não digo que, ao lado do seu significado regional, esta cerimônia reveste-se de alta e generosa significação nacional.

... mas eu digo que, ao lado do seu significado regional, esta cerimônia reveste-se de alta e generosa significação nacional.

A análise dessas orações evidencia que, ainda que os verbos dessa classe expressem uma condição necessária para a verdade da oração completiva, não expressem uma condição suficiente. Para explicar as propriedades afirmativas desse tipo de predicado, Karttunen lhe atribui o segundo dos dois postulados de significado representados em (59) e aqui retomado:

(59) (b) $\sim v(S) \supset S$ 'v(S) é uma condição necessária para $\sim S$ '.

Considerando as relações de implicação quanto à verdade, em asserções negativas, ou neutralidade, em asserções afirmativas, estabelecidas entre a oração principal e o seu complemento oracional, mediante o comportamento dos verbos somente-se negativos sob o escopo de um operador de negação, apresentaremos, na seção 5, alguns possíveis predicados representantes dessa classe.

Discutidas as classes dos factivos e dos implicativos, incluindo este último as suas subcategorias, tal como propostas pelos seus primeiros teóricos, pretende-se, com este estudo, fornecer uma explicação das propriedades sintático-semânticas desses predicados sob a ótica funcionalista e examinar os níveis de organização da oração em camadas em que começam a se instaurar as relações de factividade e de implicação.

Na próxima seção, avaliam-se as construções completivas sob o aspecto da maior ou menor integração às orações matrizes.

3 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE ORAÇÕES

Um aspecto característico da complementação oracional pertinente a esta abordagem se refere ao grau de encaixamento ou integração apreendido entre as orações matriz e encaixada.

Analisando o escopo da negação, de advérbios e de modais¹⁶ em estruturas de complementação complexas factivas e implicativas e com base na aplicação das noções de sentido e referência à análise de orações dependentes realizada por Frege (1879), Erdmann (1974) postula a tese de que os enunciados complexos com predicados principais factivos diferem de enunciados com predicados implicativos no sentido de que os primeiros se comportam semanticamente como duas orações autônomas, enquanto os últimos funcionam como uma oração única. Essa diferença é explicada, segundo o autor, por meio do escopo dos operadores linguísticos envolvidos nesses tipos de construções.

Fundamentando-se no estudo realizado por Erdmann, pode-se inferir que as construções completivas podem apresentar níveis graduados de dependência sintática face à oração principal, e que podem também, em alguns casos, dependendo do tipo de verbo matriz, ser semanticamente independentes de suas orações matrizes. Desse modo, a questão da dependência/não-dependência de uma construção completiva se manifesta sintático-semanticamente, sendo possível determinar os traços característicos do estatuto dependente/não-dependente de uma oração subordinada em relação à sua principal.

Tendo como objetivo analisar esse aspecto da complementação nas orações do *corpus* deste estudo, consideram-se duas propostas teóricas que tratam da articulação de orações e da integração de eventos. A primeira a ser discutida foi desenvolvida por Lehmann (1988), a outra por Givón (1990).

3.1 Os parâmetros sintático-semânticos de Lehmann (1988)

Lehmann (1988) propõe seis parâmetros sintático-semânticos, que têm sido aplicados ao estudo da articulação de orações em diversas línguas, inclusive no português brasileiro, com a finalidade de medir os níveis de dependência/não-dependência da oração completiva face à principal. Os parâmetros são estes:

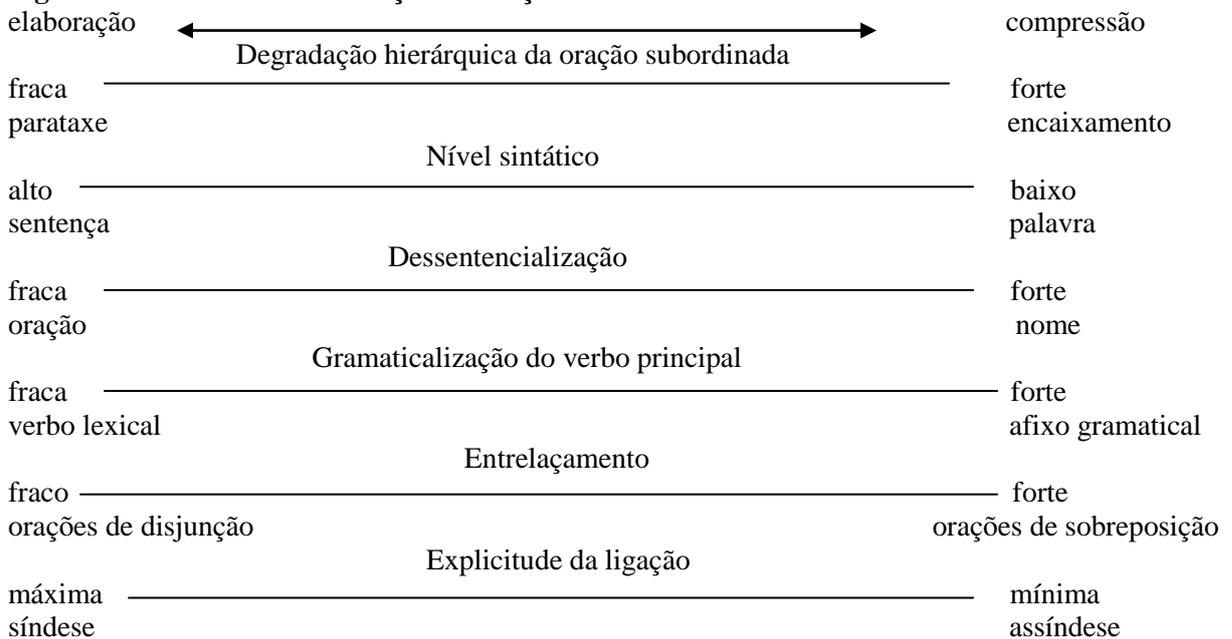
¹⁶ O funcionamento de mecanismos como a negação, os advérbios e os modais em estruturas factivas e em implicativas é discutido na seção 2 e retomado na seção 5.

- (i) a degradação hierárquica da oração subordinada;
- (ii) o nível sintático do constituinte (oração principal) ao qual a oração subordinada se liga;
- (iii) a dessentencialização da oração subordinada;
- (iv) a gramaticalização do verbo principal;
- (v) o entrelaçamento das duas orações;
- (vi) a explicitude da ligação.

Esses seis parâmetros são agrupados pelo autor do modo seguinte: o primeiro e segundo se relacionam à autonomia ou integração da oração subordinada face à principal; o terceiro e quarto se relacionam ao grau de expansão ou redução da oração subordinada face à principal; o quinto e sexto se relacionam ao isolamento ou articulação da oração subordinada face à principal.

Cada um desses parâmetros é analisado a partir de um *continuum* que se estende entre dois extremos: um polo de máxima **elaboração**; outro de máxima **compressão** de informação lexical e gramatical, como mostra a figura 2.

Figura 2- Continua da articulação de orações



Fonte: Lehmann (1988, p. 217).

Pela análise da figura 2, verificamos que, quanto ao parâmetro de degradação hierárquica da oração subordinada, é possível identificar desde o nível em que não se verifica nenhum tipo de relação entre as duas orações que compõem uma sentença (parataxe), até o nível em que se depreende uma relação nítida entre elas, sendo a oração subordinada

rebaixada a um constituinte da principal (encaixamento). Entre esses polos extremos de não-encaixamento/encaixamento, existem várias construções intermediárias nas quais a oração subordinada se torna gradualmente integrada à principal.

A degradação da oração subordinada tem sido correlacionada, por alguns autores, como determinada pela natureza semântica do verbo da oração matriz. Verbos principais implicativos parecem integrar mais acentuadamente a oração subordinada à principal que os verbos não-implicativos. Em contraposição às estruturas implicativas, as construções complexas com verbos principais factivos parecem degradar menos a oração subordinada à principal, demonstrando, assim, um grau mais tênue de integração.

Partindo da hipótese de que os verbos implicativos apresentam uma degradação mais elevada de suas orações completivas que os verbos não-implicativos, entre os quais se colocam os factivos, defendemos a posição de que as orações encaixadas em estruturas implicativas se ligam ao predicado implicativo em um nível sintático mais baixo que as estruturas factivas. Desse modo, sugerimos que as orações completivas conectadas aos verbos factivos se situam dentro do sintagma verbal, enquanto as conectadas aos verbos implicativos podem constituir um predicado complexo, como *CONSEGUI rezar*, por exemplo, na ocorrência (43b), p. 54. Lehmann observa que a degradação hierárquica avançada da oração subordinada pressupõe que ela se ligue à principal em um nível sintático baixo, todavia situar-se em um nível sintático baixo não implica degradação avançada. Sugerimos, assim, uma diferente posição para factivos e implicativos quanto aos níveis sintáticos que denotam o encaixamento da completiva à principal, que pode ser explicada com o auxílio da proposta desenvolvida por Dik (1997) de análise das orações em camadas.

Todavia, o grau de integração da completiva à principal não se avalia exclusivamente pela natureza semântica do predicado matriz e pela camada de organização da oração a qual ele se refere, mas principalmente pela finitude ou não-finitude do complemento oracional.

Quanto à dessentencialização da oração subordinada, Lehmann assinala uma graduação que vai desde a sentencialização máxima, representada pelas orações desenvolvidas, as quais se caracterizam pela força ilocucionária própria, liberdade de ordem de palavras, presença das categorias de modo, tempo e aspecto verbais, actantes e circunstantes com suas várias funções sintáticas, até chegar à nominalização, que marca o último estágio do processo de dessentencialização. É nesse nível que a oração perde todas as características de uma oração desenvolvida, tornando-se um constituinte nominal ou adverbial da oração matriz. As construções encaixadas não-finitas (infinitivas, participiais e gerundiais) ocupam uma posição intermediária nesse contínuo.

Um aspecto afetado pela dessentencialização acentuada é a polaridade da oração subordinada. Isso significa geralmente que a oração subordinada não pode mais ser negada independentemente. Esse fato sugere uma correlação entre a dessentencialização avançada e o comportamento dos verbos implicativos em relação ao escopo da negação. Pretende-se, com este estudo, correlacionar o escopo da negação à sentencialidade/dessentencialidade das estruturas marcadas para factividade e das não-marcadas para factividade (implicativas e o contrafactivo FINGIR) do português brasileiro.

O parâmetro de gramaticalização do verbo principal se refere à ocorrência de um processo de redução (gramaticalização) do verbo principal que começa como um predicado independente, o que denota não-encaixamento entre as orações, e termina como um operador gramatical, o que denota o encaixamento da oração subordinada em relação à oração matriz.

De acordo com esses dois últimos parâmetros formulados por Lehmann, observam-se dois modos de se reduzir uma oração complexa em uma oração simples, e, inversamente, dois modos de se expandir uma oração em uma oração complexa. Primeiro, pode-se dessentencializar a oração subordinada, transformando-a em um constituinte simples da oração principal. Segundo, pode-se gramaticalizar o verbo principal, transformando-o em um afixo que modifica semanticamente o significado do verbo subordinado. Em ambos os casos, o verbo subordinado torna-se um constituinte da oração principal: no primeiro caso, um constituinte dependente, no segundo, seu verbo principal.

Nesse ponto, retomamos o *continuum*, proposto por Lehmann (1988, p. 204), de gramaticalização do verbo principal, que se estende de um polo em que não há qualquer indício de gramaticalização, no qual se tem um item lexical, portanto, menos gramaticalizado, a um polo em que se encontra em um estágio final do percurso de gramaticalização, no qual se tem um item gramatical, ou ainda, mais gramaticalizado. Entre esses níveis extremos de gramaticalização, reconhecem-se níveis intermediários, como se pode observar na figura 3:

Figura 3- Gramaticalização do verbo principal

predicado independente < ----- > operador gramatical				
verbo	verbo	verbo	auxiliar	afixo
lexical	evidencial	modal		derivacional/ gramatical

Fonte: Lehmann (1988, p. 204).¹⁷

A retomada completa do *continuum* de gramaticalização do verbo principal proposto em Lehmann (1988) se faz necessária para apontar que, no português brasileiro, não há

¹⁷ Já se apresentou os polos extremos desse *continuum* no *continua* da figura 2, p. 68.

evidências de que uma categoria verbal plena tenha evoluído para uma categoria gramatical como um afixo, por exemplo. O sistema do português brasileiro apresenta indícios de que o percurso de gramaticalização da categoria verbal (verbo lexical → forma fonte) pode estender-se até o ponto em que atinge o estatuto categorial de um auxiliar (auxiliar → forma alvo), a fim de indicar noções como tempo, modo, aspecto.

Quanto ao grau de isolamento ou ligação entre as orações, Lehmann considera que duas orações podem estar mais ou menos entrelaçadas, a variação ocorre entre um polo de disjunção completa entre as orações e um polo de identidade máxima. O entrelaçamento depende essencialmente da quantidade de material que as duas orações conectadas têm em comum. O autor menciona três possibilidades de compartilhamento entre as orações: de predicados (mais comum na parataxe); de tempo e aspecto verbais (o tempo e aspecto da oração subordinada são parcialmente ou totalmente determinados pelo da principal);¹⁸ de actantes, como por exemplo, o compartilhamento do sujeito, que, nesse caso, deixa de ser explicitado na oração subordinada, sendo sua especificação fornecida pela oração principal.

Dentre essas três possibilidades de compartilhamento, interessam, especificamente, para esta abordagem, as de tempo e aspecto verbais e as de sujeito, uma vez que estão relacionadas à natureza finita *versus* não-finita da construção encaixada. Construções encaixadas não-finitas tendem a ter suas marcas de tempo/aspecto reduzidas, sendo determinadas pelas respectivas marcas da oração principal. Quanto à relação de identidade/não-identidade do sujeito completivo com algum argumento da oração matriz, a construção encaixada assume frequentemente a forma de uma construção não-finita, particularmente, o infinitivo, quando se registra a identidade de referentes; por outro lado, a probabilidade de a oração encaixada se realizar sob a forma de uma construção finita aumenta consideravelmente quando não se registra tal identidade. A correferencialidade/não-correferencialidade do sujeito completivo com algum argumento da oração matriz pode determinar, desse modo, o tipo de construção completiva. Os argumentos da oração matriz com os quais o sujeito completivo pode manter relações de identidade são, particularmente, o sujeito e o objeto matrizes.

Um outro tipo de entrelaçamento citado por Lehmann ocorre nas construções em que se verifica algum tipo de alçamento, como o de argumentos, sendo que nesse tipo de construção ocorre degradação e, conseqüentemente, integração da oração subordinada à

¹⁸ Noonan (1994) destaca três aspectos que podem restringir a seleção de tempo/modo das construções completivas, quais sejam: categorias de tempo podem ser reproduzidas nos complementos a partir do predicado principal; combinações de tempo podem ser restritas no complemento por causa da natureza semântica do predicado principal; escolha do modo pode ser determinada pelo tempo na matriz.

principal. Vejamos um exemplo de entrelaçamento de orações resultante do alçamento do sujeito da oração completiva para a posição de complemento do verbo matriz, em que o argumento alçado integra semanticamente a oração completiva ao mesmo tempo que estabelece uma relação sintática com a oração principal:

(69) Não foi sem surpresa, contudo, que **a VI aproximar-se de mim**. (FR)

Na ocorrência (69), o pronome “a”, sujeito da oração completiva, alçado à posição de complemento do verbo matriz, integra semanticamente a oração completiva ao mesmo tempo que estabelece uma relação sintática com a principal. Esse tipo de alçamento se caracteriza como um processo de formação de construções encaixadas não-finitas, que se realizam normalmente sob a forma de complementos reduzidos, ou ainda, dependentes, como o infinitivo no exemplo em discussão.

Quanto ao parâmetro de explicitude da ligação, Lehmann considera que a presença, ou não, de mecanismos de conexão entre duas orações é exclusivamente uma questão de sínese, não estando correlacionada aos modos paratáticos ou hipotáticos de junção de orações.

Tendo empreendido uma breve análise acerca dos parâmetros sintático-semânticos de Lehmann para uma análise do processo de articulação de orações, considero, na próxima parte, o que Givón (1990) propôs para o mesmo assunto.

3. 2 Os mecanismos sintático-semânticos de integração de eventos de Givón (1990)

Uma outra proposta de abordagem ao tema integração de orações é a empreendida por Givón (1990).

Partindo do princípio de que quanto maior a ligação semântica entre dois eventos, mais estreita é a integração sintática de duas proposições em uma oração única, Givón (1990) formula uma série de fatores semânticos e sintáticos que interagem para a integração de duas orações em um evento único.

Entre os fatores semânticos responsáveis pelo encaixamento da oração completiva à matriz, o autor situa:

- (i) natureza semântica do predicado principal;
- (ii) dependência temporal (co-temporalidade);
- (iii) agentividade;

- (iv) poder de intenção ou controle do agente manipulante;
- (v) grau de resistência do manipulado; ou seu correlato, o grau de esforço coercivo que o agente manipulante deve usar;
- (vi) integração referencial/coesão.

Givón reconhece basicamente três grandes classes verbais que têm uma de suas posições argumentais preenchidas com complementos oracionais do tipo objeto, quais sejam: verbos de **modalidade**, como ‘QUERER’, ‘COMEÇAR’, ‘ACABAR’, ‘TENTAR’, entre outros; verbos **manipulativos**, como ‘FAZER’, ‘ORDENAR’, entre outros; e verbos de **cognição e de elocução**, como ‘SABER’, ‘ACHAR’, ‘DIZER’ e outros.

Considerando essas três classes de predicados principais, Givón os distribui em uma escala semântica a fim de medir o grau de integração entre os eventos expressos nas orações principal e subordinada, levando em conta a natureza do predicado da oração principal. Na extremidade esquerda dessa escala, onde se localizam desde orações combinadas que não possuem nenhum tipo de elo entre os eventos nelas expressos até sentenças com ligações mais frouxas, situam-se os verbos de cognição e de elocução. Na extremidade direita, estão os verbos de modalidade e os verbos manipulativos, os quais denotam um grau elevado de integração com a construção completiva. Para o autor, essas duas classes verbais apresentam basicamente as mesmas propriedades semânticas e sintáticas e caminham do meio (níveis graduados de ligação) em direção ao polo direito (ligação mais forte) da escala. Essas relações podem ser expressas na escala que propomos a seguir:

Figura 4- Escala de integração de eventos (Escala 1)

verbos de cognição e de elocução	verbos manipulativos verbos de modalidade
.....	
eventos -integrados	eventos +integrados

Fonte: Elaboração própria.

Segundo Givón (1984), entre os verbos manipulativos e os verbos de modalidade, distinguem-se os implicativos e os não-implicativos, classificações rotuladas como tradicionais e que se traduzem, respectivamente, em manipulação bem-sucedida em contraposição a manipulação mal-sucedida.

Como mencionado anteriormente, além da natureza semântica do predicado principal, Givón (1990) aponta outros fatores responsáveis pela integração entre as orações principal e subordinada, formando uma única oração.

Na verdade, para o autor, não é somente a natureza semântica que garante aos implicativos posições próximas à extremidade direita da escala, mas também a relação de **dependência temporal**. Nas estruturas complexas implicativas, os eventos matriz e encaixado são verdadeiramente **co-temporais**, sendo que essa **co-temporalidade** é uma pré-condição cognitiva necessária para considerá-los um evento único, todavia complexo. Para Givón, portanto, as noções de co-temporalidade e de dependência estão interligadas, pois quanto mais co-temporais dois eventos forem, maior será a probabilidade de não serem independentes um do outro.

Para comprovar essa hipótese, considerem-se os seguintes enunciados do português:

(70) Acho que ela VIU a gente sair da adega.

(71) Acho que ela VIU a gente saindo da adega. (CCI)

(72) Acho que ela VIU que a gente saía da adega.

Em (70), (71) e (72) tem-se estruturas complexas em que o predicado matriz é o predicado VER. Em (70) e (71), as construções completivas de VER assumem uma forma de realização não-finita: infinitiva em (70); gerundiva em (71). Em (72), a construção completiva de VER assume uma forma finita, sendo introduzida por complementizador “que”.

Além das diferentes possibilidades de arranjo sintático, VER possui traços semânticos que possibilitam leituras diferentes nesses contextos. Considerando esses traços, analisa-se VER como verbo marcado para: implicação, em (70) e (71); factividade, em (72).

Esses traços sintático-semânticos fazem com que VER ocupe duas posições distintas na escala de integração de eventos (escala 1), p. 73. Assim, no enunciado (72), VER situa-se mais próximo da extremidade esquerda da escala, denotando níveis menores de integração entre as orações (matriz e encaixada); já nos enunciados (70) e (71), VER está mais próximo da extremidade direita, denotando eventos mais integrados.¹⁹

¹⁹ Essa discussão é retomada na seção 5 e na parte conclusiva desta pesquisa, em que se propõe tratar VER como um predicado de percepção que ocupa duas posições distintas na escala de integração de eventos, segundo a marca de factividade ou implicação.

Cumpra mencionar também que os enunciados (70, 71 e 72) diferem em outro aspecto importante: em (70, 71), os dois eventos, VER e SAIR, são **co-temporais**, outra indicação de evento único. Em (72) eles não precisam ser co-temporais.

Outro fator importante para a caracterização de eventos \pm integrados é o traço semântico de controle concedido aos agentes manipulante/manipulado. Esse traço se aplica diretamente aos fatores semânticos: agentividade, poder de intenção ou controle do agente manipulante, grau de resistência do manipulado.

Segundo Givón, uma manipulação bem sucedida, realizada com um verbo principal implicativo, caracteriza-se pelos traços de [+controle] e +agentividade do sujeito manipulante, em contraposição aos traços de [-controle] e -agentividade do sujeito manipulado. O traço [\pm controle] desempenha, segundo Givón, um papel importante para maior integração ou menor integração de orações. Se o agente manipulante apresenta o traço [+controle] e o manipulado [-controle], os eventos expressos nas orações principal e subordinada são +integrados, e, inversamente, se o agente manipulante apresenta o traço [-controle] e o manipulado [+controle], os eventos expressos nas duas orações são -integrados na dimensão semântica. Com relação a esse aspecto, comparem-se dois verbos do português, um marcado para implicação; outro, para factividade:

(73) Os tiras haviam CONSEGUIDO apurar em pouco tempo a identidade do motorista Nelson Raimundo de Souza. (AGO) → CONSEGUIR é predicado marcado para implicação.

(74) Assim há muito tempo a família SABE que Oscar se prepara para o espetáculo dessa noite, na verdade apenas uma primeira modesta experiência para um segundo espetáculo, que será, conforme informação passada por primo Afonso, positivamente aterrador. (NB) → SABER é predicado marcado para factividade.

Há uma diferença quanto aos traços de controle dos sujeitos matriz e completivo dessas orações, e essas diferenças repercutem na integração da oração completiva à principal. No enunciado (73), o traço semântico +controlador dos sujeitos matriz e completivo se deve à identidade desses referentes e aponta uma maior integração dessas estruturas de complementação. Já em (74) o traço +controlador caracteriza o referente sujeito encaixado de PREPARAR-SE, em contraposição a um referente sujeito matriz não-controlador, posto que SABER não exerce influência sobre as ações/attitudes do referente sujeito encaixado, traço que aponta para uma menor integração dessas estruturas. O traço semântico [\pm controle] se relaciona ao traço sintático (não)identidade de referentes. É preciso avaliar se há, no

português brasileiro, estruturas em que não se registra identidade de referentes com sujeitos matrizes +controladores.

Essas diferenças quanto ao traço [\pm controle] ocasionam, segundo Givón, diferenças no traço de co-temporalidade ou dependência temporal. Assim, construções com verbos implicativos manipulativos cujos sujeitos apresentam o traço [+controle] são co-temporais; já as construções com verbos implicativos manipulativos cujos sujeitos não apresentam o traço [+controle] não são co-temporais. Consequentemente, o traço [+controle] do sujeito manipulado ocasiona a separação temporal entre os eventos expressos nas orações matriz e encaixada.

Outro traço responsável pela integração entre as orações se refere à **integração referencial**. Segundo Givón, quanto mais os dois eventos codificados nas orações principal e completiva compartilham seus referentes, maior a probabilidade de serem semanticamente integrados em um evento único; e menor será a probabilidade de a oração completiva ser codificada como uma oração finita independente.

A presença/não-presença desses traços semânticos caracteriza o grau de integração entre os eventos expressos nas orações completiva e principal. A partir deles, podemos estabelecer as características de eventos +integrados em contraposição às características de eventos -integrados. Os eventos +integrados têm como características básicas as seguintes: predicado principal manipulativo ou de modalidade com o traço implicativo; identidade de referentes (particularmente, identidade de sujeitos matrizes e encaixados); sujeito principal controlador; sujeito completivo não-controlador; os eventos são co-temporais. Em contraposição, os eventos -integrados têm como características básicas as seguintes: predicado principal de cognição ou de elocução (esses predicados podem apresentar o traço factivo); não-identidade de referentes; sujeito principal não-controlador; sujeito completivo controlador; os eventos não são co-temporais.

E, de acordo com os traços semânticos analisados, os verbos manipulativos e os de modalidade, que apresentam os traços implicativo/não-implicativo, assinalam a ligação mais estreita entre os eventos da oração completiva e da principal, enquanto os verbos de cognição e de elocução, que apresentam os traços factivo/não-factivo, assinalam o limite mais tênue de união entre as orações.

Além desses fatores de ordem semântica, Givón discrimina os principais mecanismos responsáveis pela integração estrutural da oração completiva à sintaxe da oração principal, entre os quais destaca:

- (i) co-lexicalização do verbo complementar com o principal ('alçamento do predicado');
- (ii) função semântica do sujeito da oração complementar;
- (iii) tratamento morfológico do verbo complementar;
- (iv) morfemas subordinantes que separam a oração principal da subordinada.

Além desses critérios de ordem sintática, Givón considera a separação entonacional, ou pausa, entre as orações principal e completiva, como um outro expediente cuja presença ou ausência assinala, respectivamente, uma menor ou uma maior integração de eventos.

O primeiro dos mecanismos sintáticos citados, a **co-lexicalização**, ou 'alçamento de predicado', simboliza o mais alto grau de integração estrutural entre a oração encaixada e a principal.

Em português, a ocorrência de co-lexicalização pode ser demonstrada em estruturas implicativas, que apresentam traço causativo, como a seguinte:

(75) A imagem dela não me **DEIXA dormir** [...]. (CEN)

Considerando as características desse tipo de mecanismo sintático, esperamos que ele não ocorra em construções com verbos de cognição e de elocução, mas que caracterize particularmente as construções com verbos de modalidade e manipulativos.

Quanto à função semântica do sujeito da oração completiva, Givón defende a tese de que quanto maior a integração semântica da oração completiva à principal em um evento único, menor a probabilidade de que o sujeito da oração completiva se categorize na função semântica de agente, e, em contrapartida, espera-se que quanto menos integrados os eventos principal e complementar estiverem como um evento cognitivo-semântico único, maior a probabilidade de o sujeito do complemento ser concebido como um agente independente, controlador.

Em relação à morfologia verbal, Givón afirma a existência de uma escala que vai desde a forma mais finita, correspondente a um verbo prototípico, até a forma mais não-finita, semelhante a um nome prototípico. O autor observa que, quanto mais à direita da escala de ligação um verbo principal está, mais integrados cognitivamente estão os eventos expressos nas orações principal e completiva e mais nominal é a forma (morfologia) do verbo complementar.

E, finalmente, segundo Givón, a presença de morfemas subordinantes, separando a oração completiva da principal, caracteriza os eventos menos integrados, enquanto sua ausência caracteriza os eventos mais integrados.

Em virtude disso, o autor considera mais comum encontrar morfemas subordinantes em complementos de verbos de cognição/elocução, quando comparados aos verbos manipulativos ou aos verbos de modalidade.

Ao examinar todos os aspectos sintático-semânticos discutidos, podemos concluir que o estatuto de dependência de uma oração completiva possibilita que essa oração seja integrada completamente em uma oração principal como um argumento nominal.

No decorrer desta seção, discutimos duas propostas que apontam os mecanismos sintático-semânticos empregados para medir os graus de integração entre as orações que compõem uma estrutura complexa. Na sequência da exposição, apresentamos a metodologia de trabalho empregada na aplicação do aporte teórico até aqui constituído para a análise das estruturas de complementação oracional do português brasileiro.

4 METODOLOGIA DE TRABALHO

4.1 Delimitação dos verbos que integram a análise quantitativa e qualitativa desta pesquisa

Ao desenvolver o arcabouço teórico deste trabalho, mencionamos alguns verbos que podem ter uma de suas posições argumentais preenchidas com um complemento do tipo oracional. Muitos desses verbos citados, em particular os que são referidos na seção 2, foram inicialmente pesquisados em Borba et al. (1990), onde encontramos um total aproximado de 660 predicados que admitem oração complementar.

Para esta abordagem, nossa intenção imediata era propor uma ampla tipologia da complementação oracional do português brasileiro e, para isso, chegamos até a avaliar a possibilidade de estudar todos os verbos que Borba et al. (1990) discriminam como tendo uma oração como complemento.

Após levantar a frequência de todos os 660 verbos que admitem oração complementar no *corpus* principal 2²⁰ do Banco de Dados do Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e verificar a incidência desses verbos em estruturas de complementação complexas, em textos romanescos e jornalísticos, detectamos diferentes situações. Antes de comentar essas situações, é necessário esclarecer que os 660 verbos foram pesquisados nas seguintes formas: infinitivo, 1^a e 3^a pessoas do singular e do plural do presente do indicativo. A opção por essas formas está fundamentada em Bybee (1985), que, após analisar o sistema flexional dos verbos em mais de 50 línguas diferentes, concluiu que as formas do presente são as básicas, porque mais usadas em todas as línguas estudadas, sendo assim, acreditamos que a pesquisa dessas formas fornece um quadro bastante satisfatório tanto da incidência dos verbos como da probabilidade de sua ocorrência em estruturas complexas.

O levantamento de frequência mostrou que alguns verbos que admitem complemento oracional, segundo Borba et al. (1990), não tiveram nenhum registro de ocorrência nem nas pessoas e tempo verbais investigados nem em outros tempos verbais. Isso significa que, na base de dados pesquisada, esses verbos não ocorrem nem em estruturas simples nem em estruturas complexas. Exemplifica essa situação o verbo ADSTRINGIR.

²⁰ Explica-se, na subseção 4.3, que o *corpus* principal 2 compreende diferentes textos: romanesco, dramático, técnico, jornalístico, crônica e correspondência, crônica, oratório, propaganda. A pesquisa de frequência de verbos foi realizada em todos esses textos que constituem o *corpus* principal 2. Como o romanesco e o jornalístico forneceram o maior índice de frequência de verbos, optou-se pela leitura desses dois tipos textuais, para investigar se os verbos que Borba et al. (1990) descrevem como admitindo um complemento oracional têm sido empregados dessa forma pelos usuários do português brasileiro.

A leitura de textos romanescos e jornalísticos evidenciou verbos sem ocorrências nas pessoas e tempo verbais investigados, mas com um índice baixo de registros, inferior a 10, em outros tempos verbais, sendo que, em alguns desses casos, o verbo figura em construções em que admite complemento do tipo oracional. Exemplifica essa situação o predicado verbal ABALANÇAR. A baixa incidência de construções com esses verbos, tanto em orações independentes como em construções complexas, os excluem da análise aqui pretendida.

Houve verbos que apresentaram um índice de ocorrências nos textos do *corpus* principal, ora pouco significativo ora relevante, mas que, após realizar-se a leitura das amostras romanesca e jornalística, não tiveram nenhum registro de construção na qual tenham um complemento do tipo oracional, o que faz com que sejam eliminados da análise. ABALAR, APREENDER e BAFORAR, por exemplo, ilustram essa situação.

Outros verbos apresentaram um índice de ocorrências nos textos do *corpus* principal, ora pouco significativo ora relevante e que, realizada a leitura das amostras romanesca e jornalística, demonstraram um índice baixo, que varia de 1 até 10, de construções em que apresentam oração complementar. Exemplificam essa situação ABSTER-SE, APERCEBER, APROVAR, AVENTURAR, entre outros.

Encontraram-se verbos com um índice de ocorrências nos textos do *corpus* principal, após a leitura das amostras romanesca e jornalística, esses verbos demonstraram um índice considerável, superior a 10 e inferior a 50, de construções em que apresentam oração complementar, como AFIANÇAR, ARREPENDER, ARRISCAR, por exemplo.

A leitura de textos romanescos e jornalísticos possibilitou o registro de verbos que apresentam, exclusivamente, complemento expresso por oração em discurso direto, como ARREMATAR e BALBUCIAR, por exemplo.

E, por fim, encontraram-se verbos com um índice significativo de ocorrências, tanto nas orações independentes como nas construções complexas, merecendo, portanto, uma apreciação mais detalhada com vistas a incluí-los, ou não, na análise aqui pretendida, como ACHAR, ACREDITAR, AFIRMAR, APRENDER e muitos outros.

Em razão do que detectamos no banco de dados, concluímos que, para traçar uma tipologia da complementação, não era necessário trabalhar com todos esses 660 verbos e demos início, então, a um processo de delimitação dos verbos potenciais para a análise quantitativa e qualitativa desta pesquisa.

Para selecionar um universo de verbos que nos permitisse investigar os objetivos a que se destina esta abordagem, consideramos, primeiramente, as propostas de classificação verbal apresentadas na seção 2, a saber: verbos contrafactivos; verbos factivos; verbos implicativos

afirmativos; verbos implicativos negativos; verbos-se afirmativos; verbos-se negativos; verbos somente-se afirmativos; verbos somente-se negativos.

Em seguida, consideramos a proposta de classificação apresentada em Dik (1997) e discutida na seção 1, segundo a qual os predicados que admitem construções encaixadas se distribuem nos tipos seguintes:

- **de enunciado** (predicados de atos de fala);
- **proposicional** (predicados de: atitude proposicional, manipulação proposicional, conhecimento e aquisição/perda de conhecimento, percepção mental);
- **predicacional** (predicados: diretivos, de manipulação prática (causativos), de volição, de percepção direta, de realização, aspectuais, comentativos, de modo objetivo).

Das classes estudadas por Dik, não fazem parte deste estudo a dos predicados comentativos e a dos predicados de modo objetivo, porque os predicadores representantes dessas classes não são do tipo verbal.

Outra proposta considerada foi a de Givón (1990), para quem os verbos matrizes se dividem em:

- **verbos de modalidade;**
- **verbos manipulativos;**
- **verbos de cognição e de elocução.**

Dos verbos apreciados por Givón, foram excluídos, desta análise, COMEÇAR e ACABAR, representantes dos verbos de modalidade, posto que, de acordo com Borba et al. (1990), não admitem complemento oracional. Por esse mesmo motivo, foram igualmente suprimidos da análise verbos das classes propostas por Dik (1997) que não atenderam ao critério de admitir complemento oracional.

Como resultado da pesquisa de frequência de verbos realizada no *corpus* principal, da leitura de textos romanescos e jornalísticos, e considerando as propostas de classificação verbal apreciadas nas seções teóricas desta pesquisa e aqui retomadas, chegou-se a um inventário de 102 verbos, representados no quadro 1, que se propõe para a análise quantitativa e qualitativa apresentada na sequência:

Quadro 1- Verbos da análise quantitativa e qualitativa

ABSTER-SE	DEPLORAR	IMPORTAR-SE	QUEIXAR-SE
ADMIRAR	DESAPROVAR	IMPOSSIBILITAR	REALIZAR
ADVERTIR	DESCOBRIR	INDICAR	RECORDAR
AFIANÇAR	DESCONHECER	INVENTAR	RECUSAR-SE
APERCEBER	DESCUIDAR	JACTAR-SE	RELEMBRAR
APRESSAR-SE	DESCULPAR	LAMENTAR	RELEVAR
APROVAR	DESISTIR	LASTIMAR	RELUTAR
ARREPENDER-SE	DESPREZAR	LEMBRAR	RESISTIR
ARRISCAR-SE	DIGNAR-SE	LIVRAR	RESSENTIR
ASSEGURAR	ENTENDER	LOGRAR	RETER-SE
ATINAR	ESCLARECER	MAGOAR	SABER
ATREVER-SE	ESQUECER	MANDAR	SACAR
AVENTURAR-SE	ESQUIVAR-SE	MOSTRAR	SENTIR
BASTAR	ESTIMAR	NEGAR-SE	SIGNIFICAR
CHEGAR A	ESTRANHAR	NOTAR	SIMULAR
COMPELIR	EVITAR	OBRIGAR	SUJEITAR-SE
COMPREENDER	FAZER	OBSERVAR	SURPREENDER
CONDENAR-SE	FINGIR	OLVIDAR	TENTAR
CONSEGUIR	FORÇAR	ORGULHAR-SE	TREPIDAR
CONCEBER	FURTAR-SE	OUSAR	UFANAR
CONFORMAR	GABAR-SE	OUVIR	VANGLORiar-SE
CONHECER	GARANTIR	PERCEBER	VER
CONSCIENZAR-SE	HESITAR	PERMITIR	VERIFICAR
CUIDAR	IGNORAR	PROCURAR	VIVER
DEIXAR	IMPEDIR	PREOCUPAR-SE	
DEMONSTRAR	IMPLICAR	PROVAR	

Fonte: Elaboração própria.

As construções completivas dos predicados arrolados no quadro 1 são analisadas de acordo com os grupos de fatores apresentados a seguir.

4.2 Parâmetros sintático-semânticos de análise: grupos de fatores levantados

Os parâmetros sintático-semânticos observados nas orações submetidas à análise foram pensados levando em conta dois fatores: 1º) os aspectos das construções completivas colocados especialmente em discussão, com a proposição deste estudo; 2º) os modelos teóricos escolhidos para focar tais aspectos.

Quanto ao primeiro fator, é pertinente lembrar que a proposta é de um tratamento da complementação oracional que leve em conta os aspectos seguintes:

- 1) a natureza das construções completivas segundo o tipo de predicador envolvido na oração principal;

- 2) a relação entre as classes de verbos completáveis por orações e a classe de complementos;
- 3) o estatuto sintático e a forma de realização dos complementos verbais oracionais;
- 4) as camadas (ou níveis) de organização da oração, tal como formulado em Dik (1989);
- 5) o escopo de operadores (meios gramaticais) e satélites (meios lexicais) nessas estruturas complexas;
- 6) a correlação entre as propriedades dos predicados principais e o grau de integração sintático-semântica da construção completiva à principal.

Aliando os aspectos determinados para esta abordagem aos modelos teóricos adotados, foram elaborados os grupos de fatores, que, antes de serem apresentados, são brevemente comentados.

Boa parte da terminologia empregada na redação dos grupos de fatores tem recebido algum tipo de menção ao longo desta exposição, exceto a que figura nos grupos de fatores relacionados: à função semântica do sujeito da oração principal; à possibilidade de citar diretamente a oração completiva; à polaridade das orações. Sendo assim, é necessário explicar alguns termos, que serão depois retomados e aprofundados na parte da análise.

O grupo de fatores **função semântica do sujeito da oração principal** foi elaborado a partir do estudo desenvolvido por Dik (1989) a respeito das funções semânticas nucleares, que especificam os papéis que as entidades desempenham dentro do EC designado pela predicação.

As funções semânticas que caracterizam as posições argumentais de um esquema de predicado (EP) foram concebidas de modo a se correlacionar parcialmente com a tipologia de ECs. Assim, por exemplo, um primeiro argumento na função de **agente** assinala um EC do tipo **ação**, o qual, por sua vez, é codificado num esquema de predicado em que o primeiro argumento desempenha a função de **agente**.

Essa perspectiva teórica parte, portanto, do pressuposto de que as frases de uma língua correspondem a estados de coisas que existem em um **mundo real**, e que tais estados de coisas são realizados mediante os traços semânticos que caracterizam os **modos de ação**: [\pm dinâmico], [\pm télico], [\pm momentâneo], [\pm controle], [\pm experiência].

A combinação dos traços relativos ao dinamismo e ao controle conduz à seguinte tipologia:

- [+ dinâmico] [+ controle]: Ação (Evento)
- [+ dinâmico] [- controle]: Processo (Evento)
- [- dinâmico] [+ controle]: Posição (Situação)
- [- dinâmico] [- controle]: Estado (Situação)

Os traços relativos à telicidade atribuídos aos estados de coisas [+dinâmicos] levam à subtipologização seguinte:

- [+ dinâmico] [+ controle] [+ télico]: Realização (Ação, Evento)
- [+ dinâmico] [+ controle] [- télico]: Atividade (Ação, Evento)
- [+ dinâmico] [- controle] [+ télico]: Mudança (Processo, Evento)
- [+ dinâmico] [- controle] [- télico]: Dinamismo (Processo, Evento)

Com base nesses parâmetros, Dik (1989) propõe que o primeiro argumento de um esquema de predicado pode desempenhar as seguintes funções semânticas:

Agente: a entidade que controla uma ação (=atividade ou realização);

Posicionador: a entidade que controla uma posição;

Força: a entidade não-controladora que instiga um processo (=dinamismo ou mudança);

Processado: a entidade que passa por um processo;

Zero \emptyset : a entidade primariamente envolvida num estado.

Dik (1989) acrescenta, ainda, às funções semânticas **processado** e **zero** o traço **experienciador**, que especifica um estado de coisas no qual um ser animado percebe, sente, deseja, concebe ou experimenta algo. Por essa razão, essas funções são especificadas do modo seguinte:

Processado Experienciador (ProcExp): a entidade que experimenta um processo;

Zero Experienciador (ZeroExp): a entidade que experimenta um estado.

A fim de exemplificar as funções semânticas do primeiro argumento propostas em Dik (1989), vejamos as ocorrências apresentadas em (76) a (80):

(76) Desta vez mamãe CONSEGUIRA empregar o termo exato para traduzir seu pensamento: falta de consideração. (ANA) → o primeiro argumento **mamãe** é agente.

(77) Clarissa DEIXA o pensamento voar para longe. (MUL) → o primeiro argumento **Clarissa** é posicionador.

(78) O ar marítimo FEZ com que se recuperasse aos poucos. (XA) → o primeiro argumento **o ar marítimo** é do tipo força.

(79) Nando VIU Otávio apertando o braço do Fontoura. (Q) → o primeiro argumento **Nando** é processado experienciador.

(80) Eu não SABIA que os senhores falavam a nossa língua. (XA) → o primeiro argumento **eu** é zero experienciador.

O grupo de fatores **citação direta da oração completiva** destina-se a testar se a predicação encaixada pode ser transformada numa oração com independência sintática, justaposta à principal. A aceitação significa menor integração e a não-aceitação implica maior integração de orações.

O grupo de fatores **polaridade das orações** destina-se a examinar polaridade (afirmativa/negativa) das orações (matriz/encaixada) dos enunciados tal como ocorrem no *corpus*, a fim de verificar se as completivas das estruturas marcadas para factividade e não-marcadas para factividade (implicativas e o contrafactivo FINGIR) podem ser negadas. O fato de a completiva conter um operador de negação assinala maior independência em relação à oração matriz; em contrapartida, complementos dependentes de suas predicções matrizes não contêm operadores de negação.

A partir dessas considerações, foram levantados estes grupos de fatores:

1) Natureza semântica do verbo da oração matriz:

Factivo; não-factivo (contrafactivo; implicativo afirmativo; implicativo negativo; verbo-se afirmativo; verbo-se negativo; verbo somente-se afirmativo; verbo somente-se negativo).

2) Especificação do verbo factivo da oração matriz:

ARREPENDER-SE; COMPREENDER; DESCOBRIR; ENTENDER;
ESCLARECER; ESQUECER; ESTRANHAR; LAMENTAR; LEMBRAR; NOTAR;
OBSERVAR; PERCEBER; RECORDAR; SABER; SENTIR; VER; VERIFICAR.

3) Especificação do verbo não-factivo da oração matriz:

AFIANÇAR; ARRISCAR-SE; ASSEGURAR; CHEGAR A; CONSEGUIR; CUIDAR; DEIXAR; DEIXAR DE; DEMONSTRAR; DESCUIDAR; DESISTIR; DIGNAR-SE; ESQUECER-SE DE; EVITAR; FAZER; FINGIR; FORÇAR; GARANTIR; HESITAR; IMPEDIR; IMPORTAR; INDICAR; LEMBRAR-SE DE; MANDAR; MOSTRAR; OBRIGAR; OUSAR; OUVIR; PERMITIR; PREOCUPAR-SE; PROCURAR; PROVAR; RECUSAR; RELUTAR; SABER; SENTIR; SIGNIFICAR; TENTAR; VER; VIVER.

4) Tipo de verbo da oração matriz, segundo proposta de classificação da gramática funcional de Dik (1997):

Predicados de atitude proposicional; predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento; predicados aspectuais; predicados de realização; predicados modais; predicados de manipulação prática; predicados diretivos; predicados de percepção.

5) Tipos possíveis de construções completivas:

Conjuncional; infinitiva; infinitiva com alçamento de sujeito para a oração principal; infinitiva, iniciada por preposição, com alçamento de sujeito para a oração principal; gerundiva.

6) Correferencialidade do sujeito da oração subordinada com os argumentos da oração principal:

Correferencial ao sujeito; correferencial ao complemento; não-correferencial aos argumentos.

7) Explicitude do sujeito das orações matriz e encaixada:

Sujeito realizado sob a forma de um pronome anafórico; sujeito não-lexicalizado; sujeito realizado sob a forma de um sintagma nominal pleno. Com essas três possibilidades de lexicalização/não-lexicalização de sujeito, a forma do verbo pode realizar-se com ou sem desinência.

Os sujeitos podem também realizar-se sob a forma de uma oração, caso em que recebem a classificação de sujeito oracional.

Para o sujeito da oração matriz, verifica-se a possibilidade de o predicado principal integrar uma perífrase verbal, caso em que se tem um verbo auxiliar conjugado e um verbo em uma forma não-finita (infinitiva ou gerundiva). Entende-se que, com essa configuração, o

sujeito refere-se ao auxiliar e não ao predicado factivo/não-factivo, por isso julga-se conveniente classificar esse tipo como sujeito referente ao predicado auxiliar, seguido de infinitivo ou gerúndio.

Para a classificação desse fator de análise, considera-se, sobretudo, a distinção de pessoalidade/impessoalidade do verbo. No caso de pessoalidade verbal, os sujeitos recebem as classificações ora propostas. Em caso de impessoalidade, registrar-se-á ocorrência de verbo impessoal.²¹

8) Controle do sujeito da oração principal sobre as ações/atitudes do sujeito da oração subordinada:

Controlador; não-controlador.

9) Função semântica do sujeito da oração principal:

Agente; posicionador; força; processado [experienciador]; zero [experienciador].

10) Relação modo-temporal do verbo das orações matriz e encaixada:

Presente do indicativo; pretérito imperfeito do indicativo; pretérito perfeito do indicativo; pretérito perfeito composto do indicativo; pretérito-mais-que perfeito simples do indicativo; pretérito mais-que perfeito composto do indicativo; futuro do presente do indicativo; futuro do presente composto do indicativo; futuro do pretérito do indicativo; presente do subjuntivo; pretérito imperfeito do subjuntivo; pretérito perfeito do subjuntivo; futuro do subjuntivo; imperativo afirmativo; imperativo negativo; infinitivo; infinitivo pessoal composto ou infinitivo pretérito; gerúndio.

11) Citação direta da oração completiva:

Aceita; não aceita.

12) Polaridade das orações matriz e encaixada:

Principal positiva/encaixada positiva; principal negativa/encaixada negativa; principal positiva/encaixada negativa; principal negativa/encaixada positiva.

²¹ As exemplificações dessas possibilidades de lexicalização / não-lexicalização de sujeito e dos demais critérios sintático-semânticos propostos para análise, apresentados nesses grupos de fatores, se encontram na seção 5.

Apresentados os grupos de fatores, caracterizamos, a seguir, a base de dados que forneceu as amostras a serem analisadas nesta investigação.

4.3 A constituição do *corpus* de análise quantitativa e qualitativa

As ocorrências do português brasileiro sobre as quais temos refletido a respeito do comportamento da complementação oracional em termos de integração de orações foram selecionadas a partir do Banco de Dados do Laboratório de Lexicografia da UNESP/Araraquara.

O *corpus* principal 2 (CP2) desse Banco de Dados foi organizado de modo a permitir a observação do comportamento linguístico na época contemporânea, abrangendo obras publicadas no período de 1950 a 2000, diversificados pelos textos seguintes: romanesco (R), dramático (D), técnico (T), jornalístico, crônicas e correspondência (J), crônicas (CR), oratório (O) e de propaganda (P). Segundo Sardinha (2004), esse *corpus* eletrônico do português escrito brasileiro da UNESP/Araraquara conta, aproximadamente, 200 milhões de ocorrências, sendo por isso caracterizado, em termos de extensão, como grande, uma vez que oferece uma representatividade satisfatória da língua. Em Borba et al. (2002), encontra-se a explicação sobre como foi inicialmente montado esse *corpus* eletrônico do português brasileiro, que forneceu as ocorrências tanto para a elaboração desse dicionário de usos como da gramática de usos (NEVES, 2000).

Para a análise quantitativa e qualitativa apresentada na seção 5, entretanto, foram selecionadas somente amostras de textos romanescos. Tal escolha se justifica pelo fato de considerarmos esses textos como híbridos ou não-marcados.

Em um estudo sobre variação de estilo, Biber e Finegan (1989) discriminam traços linguísticos/gramaticais que distinguem e caracterizam os estilos literato e oral, compreendendo literato como referente à linguagem produzida em situações típicas de escrita; oral, à linguagem produzida em situações típicas de fala. Os autores propõem analisar esses traços em diversos gêneros textuais contemporâneos do inglês, a saber: os **artigos acadêmicos**, as **cartas profissionais**, a **ficção**, as **cartas pessoais** e as **conversações face-a-face**, com o objetivo de distribuí-los em um *continuum*, segundo suas características gramaticais e funções comunicativas.²²

²² Localizados na extremidade esquerda desse *continuum* estão os gêneros textuais de estilo altamente literato, como os **artigos acadêmicos** e as **cartas profissionais**; na extremidade direita estão as **conversações face-a-face**.

A **ficção**, que corresponde aos textos romanescos do CP2, ocupa um ponto intermediário no *continuum* estabelecido por Biber e Finegan (1989), possuindo tanto características do estilo literato como do estilo oral. Entendemos, assim, esse tipo textual como híbrido e não-marcado por não apresentar características específicas e definitórias literatas ou orais, sendo, por esta razão, propício a uma abordagem exclusiva do fenômeno da complementação oracional sem a intenção de focar os traços linguísticos e funcionais das diferentes amostras textuais.

Assim sendo, dentro do CP2 do Banco de Dados, selecionamos aleatoriamente vinte amostras provenientes de textos romanescos. Em seguida, esses textos foram recortados de maneira que cada segmento apresentasse a mesma extensão, medida, na linguagem computacional, em *bytes*. Obtiveram-se trechos contínuos, retirados do início, do meio ou do final de cada texto. A extensão total do *corpus* desta pesquisa é de 700 *Kbytes*, sendo que a delimitação em *Kbytes* de cada arquivo de texto é de 35 *bytes*. A representação desses arquivos está no quadro 2:

Quadro 2- Arquivos de textos romanescos componentes do *corpus* desta pesquisa²³

arquivo ²⁴	delimitação em Kbytes	número de palavras
A	35	6.134
AF	35	5.961
AGO	35	5.892
ANA	35	5.863
ASA	35	6.005
BB	35	6.277
BL	35	5.887
BOC	35	6.201
CP	35	6.378
EST	35	6.363
ETR	35	5.927
FR	35	6.109
GRE	35	5.344
JT	35	6.057
MC	35	6.143
MUL	35	6.349
NB	35	5.986
OLG	35	5.851
Q	35	6.545
XA	35	5.775
TOTAL	700	121.047

Fonte: Elaboração própria.

²³ Igualmente às siglas das ocorrências, a consulta às siglas do quadro 2 pode ser feita na lista de siglas do *corpus*, p. 14-16.

²⁴ Todos os arquivos foram convertidos para o formato **somente texto**, para que ficassem do mesmo tamanho. Depois disso, para a realização da coleta dos dados, foram convertidos para o programa computacional *WORD*.

4.4 Aplicação de alguns programas do pacote Goldvarb à análise quantitativa do *corpus*

Para a análise quantitativa dos dados aplicamos alguns programas do pacote Goldvarb (2001).

O pacote Goldvarb é um conjunto de programas computacionais destinado ao estudo de fenômenos linguísticos em variação, sendo, por isso, bastante empregado pela Teoria da Variação Linguística ou Sociolinguística Quantitativa.

Considerando que a complementação oracional não é um fenômeno linguístico variável, empregam-se apenas as etapas iniciais do Goldvarb, com vistas à obtenção dos índices percentuais de ocorrências. Utiliza-se, também, o aplicativo desse programa que permite o cruzamento de duas variáveis independentes, obtendo-se, assim, os valores percentuais dos cruzamentos em relação à variável dependente.

Após a constituição do *corpus*, o levantamento das orações e a aplicação dos grupos de fatores, discriminados na subseção 4.2, à análise das orações, procedemos à codificação e à digitação dos dados, que são digitados no programa Word e, em seguida, copiados e transportados para o Goldvarb.

A cadeia de codificação dos dados é composta por códigos convencionais que representam, na primeira coluna, a variável dependente, no caso: **natureza semântica do verbo da oração matriz**; nas demais colunas, códigos que correspondem aos demais grupos de fatores, ou variáveis independentes, criando-se, assim, o **arquivo de dados**.

Em seguida, pode-se verificar a ocorrência de erros nas cadeias de codificações, para que, no caso de registro de erros, o pesquisador possa corrigi-los. Após a correção, ou se não tiver ocorrido nenhum erro, o programa cria o **arquivo de especificação de fatores**.

Com o arquivo de dados e o de especificação de fatores, é possível criar um **arquivo de condições**, cuja função é especificar a variável dependente (grupo 1) e as variáveis independentes (demais grupos de fatores).

Isso permite calcular as porcentagens de aplicação para cada fator, pela criação de um **arquivo de células**.

A partir do arquivo de células, elaboram-se os gráficos e as tabelas, que podem possibilitar uma caracterização das construções completivas em termos de maior ou menor integração às suas orações matrizes.

Na próxima seção, apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos por meio da análise quantitativa e qualitativa dos dados desta pesquisa.

5 AS CARACTERÍSTICAS SINTÁTICAS E SEMÂNTICAS DA INTEGRAÇÃO ORACIONAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NUMA PERSPECTIVA PRAGMÁTICO-DISCURSIVA

Esta seção objetiva a apresentação e a análise dos resultados obtidos pela aplicação dos grupos de fatores às orações completivas dos verbos factivos e dos não-factivos encontradas no *corpus*.

Entre os não-factivos, encontram-se representadas todas as subclasses semânticas implicativas e o contrafactivo FINGIR. Optou-se por essa distinção factivo/não-factivo, a fim de evitar a especificação de um grupo de fatores destinado a avaliar somente o verbo FINGIR, único representante dos contrafactivos encontrado no *corpus*.²⁵ Assim, empregar-se-á o termo não-factivo, daqui em diante, em referência a todos os verbos marcados para implicação bem como ao verbo FINGIR, marcado para contrafactividade.

Consideram-se, particularmente: a natureza semântica marcada ou não-marcada para factividade do verbo da oração matriz; o tipo de verbo da oração matriz, segundo proposta de classificação da gramática funcional de Dik (1997); os tipos possíveis de construções completivas selecionados pelos verbos; a correferencialidade do sujeito da oração subordinada com os argumentos da oração principal; a explicitude de sujeitos das orações (matriz e encaixada); o controle do sujeito da oração principal sobre as ações/attitudes do sujeito da oração subordinada; a função semântica do sujeito da oração principal; a relação modo-temporal do verbo das orações matriz e encaixada; a possibilidade de citação direta da oração completiva; a polaridade das orações matriz e encaixada.

Na subseção 5.1, apresenta-se, ainda: uma análise quantitativa do escopo do “não”, que funciona como um operador de predicação, e dos mecanismos que expressam modalidade inerente, que funcionam como operadores de predicado, com vistas à caracterização semântica das estruturas examinadas; uma análise qualitativa de verbos que, eventualmente, podem apresentar usos marcados para factividade ou implicação, mas que não ocorreram em nossa base de dados.

²⁵ Como mencionado na seção 2 e retomado no quadro 4 do Apêndice A, FINGIR, INVENTAR e SIMULAR representam a classe de predicados verbais do português brasileiro passíveis de estabelecer relações contrafactuais com seus complementos oracionais. Recordando que os contrafactivos pressupõem a falsidade de seus complementos oracionais, acredita-se que são poucos os predicados disponíveis nas línguas naturais que estabelecem esse tipo de relação semântica.

Todas essas questões de natureza sintático-semântica são apreciadas numa perspectiva pragmático-discursiva, já que se parte do pressuposto de que as diferentes formas linguísticas se prestam a diferentes funções discursivas.

O primeiro aspecto a considerar é a natureza semântica do verbo da oração matriz.

5.1 A natureza semântica do verbo da oração matriz

A categorização da natureza semântica dos predicados verbais apresentada nesta seção foi realizada por meio da análise do escopo de mecanismos gramaticais, como a negação, que pode atuar como um operador de predicação, correspondente ao nível 2 do modelo de organização da oração em camadas formulado por Dik (1989), e de modais, que expressam modalidade inerente e atuam como operadores de predicado, correspondentes ao nível 1.

Em cada um dos enunciados examinados para integrar esta pesquisa, foi inserido um operador de negação “não” na predicação matriz, com a intenção de avaliar se a negação se estendia por toda a estrutura complexa, ou seja, se tanto a predicação matriz como a encaixada eram afetadas pela presença desse operador, ou se se restringia à predicação matriz. Esse teste serve para avaliar não somente a natureza semântica do verbo matriz, mas também para aferir o estatuto de maior/menor encaixamento dessas estruturas complexas, uma vez que estruturas complexas amalgamadas, denotando elevado nível de integração/encaixamento, não podem ser negadas separadamente.

Em todas as estruturas complexas factivas examinadas, o operador negativo inserido na predicação matriz não estendeu o escopo à predicação encaixada, revelando uma maior autonomia entre as orações (matriz/encaixada) e, conseqüentemente, menor encaixamento.

A situação verificada nas estruturas não-factivas, entre as quais se incluem todas as classes de predicados verbais marcadas para implicação e o contrafactiveo FINGIR, é bastante diferente. De 474 estruturas complexas não-factivas examinadas, o operador negativo inserido na predicação matriz estendeu o escopo à predicação encaixada em 258 casos ($258/474 = 54,4\%$), demonstrando que mais da metade dessas estruturas denota menor autonomia entre as orações (matriz/encaixada) e, portanto, está mais integrada/encaixada.

Ocorre que, das 474 estruturas não-factivas investigadas, em 216 ($216/474 = 45,6\%$), o operador negativo inserido na predicação matriz não estendeu o escopo à predicação encaixada, sugerindo, numa apuração preliminar, maior autonomia entre as orações (matriz/encaixada) e, logo, menor encaixamento.

Esses dados referentes ao escopo da negação sobre as completivas dos não-factivos (marcados para implicação) eram esperados e se explicam, facilmente, pelo fato de que os verbos implicativos simples (verbos-se) somente estabelecem relações de implicação em frases afirmativas, sendo que, nas negativas, o complemento é neutro, ou seja, não estabelece relações de implicação quanto à realização/não-realização efetiva de seu conteúdo. Nessas estruturas, então, o operador negativo presente na predicação matriz não estende o escopo à predicação encaixada.

O mesmo procedimento adotado para a análise do escopo da negação foi utilizado na avaliação dos modais. Assim sendo, em cada um dos enunciados complexos investigados, inseriram-se, na predicação matriz, mecanismos que expressam modalidade inerente e atuam, como já apontado, na camada da oração correspondente ao predicado.

Com base em Dik (1989), consideram-se como mecanismos que expressam modalidade inerente: expressões que denotam certa habilidade ou predisposição de um participante para realizar o EC, como **poder/ser capaz de/querer/estar disposto a**; expressões que indicam a obrigação do participante quanto à realização do EC, como **dever/ter que/ter de**; expressões que indicam que o participante tem autorização/permissão para realizar o EC, como **poder/estar autorizado**.

Embora a modalidade inerente não seja expressa por meios gramaticais, Dik (1989) a classifica como um operador de nível 1, pertencente à estrutura interna da predicação. Teoricamente, operadores não são expressos por meios lexicais, entretanto, tal ocorrência se explica pela constatação de que os predicados usados para expressar modalidade inerente se desenvolvem, frequentemente, em expressões mais estritamente **modais**, o que significa que passaram por um processo de gramaticalização, deixando de possuir um estatuto mais lexical para adquirir uma função mais gramatical. Por extensão, a modalidade objetiva (nível 2) e as modalidades subjetiva e evidencial (nível 3) também se exprimem por meios lexicais, porém se classificam como operadores de nível 2 (π_2) e de nível 3 (π_3), respectivamente.

Explicados os pontos necessários, cumpre dizer que, em todas as estruturas factivas estudadas, o modal inserido na predicação matriz não estendeu o escopo à predicação encaixada, indicando, novamente, menor autonomia/encaixamento das orações (matriz/encaixada).

Quanto às estruturas não-factivas (marcadas para implicação e o contrafactiveo FINGIR), o modal inserido na predicação matriz estendeu seu escopo ao complemento em 208 casos ($208/474 = 43,9\%$), em contraposição a 266 casos ($266/474 = 56,1\%$) em que ficou restrito à predicação matriz.

A incidência do escopo do modal presente na predicação matriz sobre a encaixada revela menor autonomia de orações e maior encaixamento das estruturas complexas.

Observa-se, no entanto, que o percentual de incidência dos modais nas estruturas não-factivas é menor do que o percentual de incidência da negação. Cumpre, assim, elucidar esses diferentes índices.

O comportamento do escopo do operador modal em estruturas com verbos-se é semelhante ao do escopo da negação, pois não se estende ao complemento. Além desse aspecto, apresentaram-se, como fatores intervenientes na incidência/não-incidência do escopo de modais, os seguintes:

- o a finitude do complemento:

(81) Depois de quase duas horas Ilídio CONSEGUIU que a telefonista do interurbano completasse a ligação para Caxambu. (AGO) → o escopo de operadores modais inseridos na predicação matriz de estruturas implicativas com o predicado CONSEGUIR não incide sobre a completiva finita.

- o o escopo do modal nas estruturas implicativas negativas com DEIXAR DE/ESQUECER DE só incide sobre o complemento quando a polaridade da predicação matriz é negativa; quando a predicação matriz é afirmativa, o escopo não se estende ao complemento:

(82) Não pude DEIXAR de admirar a competência da moça, que nem se atrasava nem se afobava. (BOC) → tanto a negação como o modal estendem seus escopos ao complemento, resultando na leitura seguinte: pude admirar a competência da moça.²⁶

(83) Eu disse a Tio Ramiro que não pode DEIXAR de aprovar o seu plano de ajudá-lo de todas as maneiras possíveis. (Q) → tanto a negação como o modal estendem seus escopos ao complemento, resultando na leitura seguinte: Tio Ramiro pode (na acepção de **ter que/ter de**) aprovar o seu plano.

(84) Insegura, porque DEIXARA de ser o centro. (AF) → a polaridade positiva da predicação matriz não favorece a inserção de operadores modais. Se tivéssemos um enunciado como: “Insegura, porque **fora capaz/tivera que/pudera** DEIXAR de ser o centro”, o complemento

²⁶ Nas ocorrências (82), (83), (84), (85), os predicados verbais funcionam como implicativos negativos. Nessas estruturas, a polaridade negativa da predicação matriz resulta em uma implicação positiva para o complemento; já a polaridade afirmativa resulta em uma implicação negativa.

implicaria na leitura “Insegura, porque não era o centro”, sem a incidência do escopo do modal presente na predicação matriz à encaixada.

(85) E eu não podia me **ESQUECER** de falar só alemão. (ASA) → tanto a negação como o modal estendem seus escopos ao complemento, resultando na leitura seguinte: eu podia (na acepção de **ter que/ter de**) falar só alemão.

Na verdade, as demais estruturas marcadas para implicação com **DEIXAR/PERMITIR/VIVER**, por exemplo, não favorecem a inserção de modalizadores, porque esses predicados, em determinados contextos pragmático-discursivos, já apresentam estatuto categorial gramatical de modalizadores. É o que se vê em:

(86) Na última enchente, as águas chegaram tão perto que o menino, assustado, **DEIXARA** cair o instrumento. (JT) → a não-identidade de referentes e o estatuto de dinamismo de **cair** (verbo da completiva) parecem atuar para a não-incidência do escopo de modais da oração matriz à encaixada.

(87) Enquanto isto, nós **DEIXAMOS** morrer até nossas procissões porque um tem vergonha, outro tem preguiça, outra mamãe não quer. (MC) → como em (86), a não-identidade de referentes e o estatuto de dinamismo de **morrer** (verbo da completiva) parecem atuar para a não-incidência do escopo de modais da oração matriz à encaixada.

(88) Alguma coisa que lhe **PERMITISSE** ficar. (A) → a não-identidade de referentes parece atuar para a não-incidência do escopo de modais da oração matriz à encaixada.

(89) Se não fosse Conrado **VIVER** me animando. (CP) → além do estatuto modalizador de **VIVER**, a forma gerundiva da completiva não favorece a incidência de escopo de operadores modais da predicação matriz à encaixada. Porém, substituindo-se a gerundiva por uma oração infinitiva, outro modal passa a ser aceitável e a estender-se ao (suposto) complemento:

(90) Se não fosse Conrado **VIVER** a me animar.

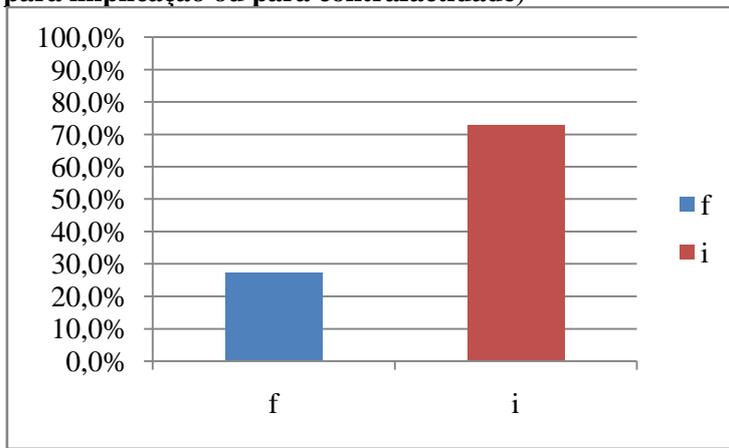
(90a) Se não fosse Conrado ser capaz de **VIVER** a me animar. → Se não fosse Conrado ser capaz de me animar.

(90b) Se não fosse Conrado estar disposto a **VIVER** a me animar. → Se não fosse Conrado estar disposto a me animar.

Elaborada a tentativa de explicitar as diferenças percentuais acerca do escopo do operador de negação e dos operadores modais em estruturas marcadas para implicação, e apresentada a metodologia que norteou a categorização semântica empreendida nesta pesquisa, passa-se à discussão efetiva dos resultados obtidos por meio da análise dos dados.

Quanto à natureza semântica marcada para a factividade ou não-marcada, mas marcada para implicação ou para contrafactividade, considere o gráfico 1:

Gráfico 1- A natureza semântica do verbo da oração matriz: f- factivo; i- não-factivo (marcado para implicação ou para contrafactividade)



Fonte: Elaboração própria.

Registraram-se 650 orações completivas em todo o *corpus* submetido à análise. Dessas 650 orações, em 176 (27,1%), o verbo principal é marcado para factividade, sendo verdadeiro o conteúdo da completiva; em 474 (72,9%), o verbo principal não é marcado para a factividade, sendo efetivamente realizado ou não o conteúdo da completiva, segundo a subclasse implicativa a que pertence o verbo da oração matriz, ou falso, marcado para contrafactividade, caso FINGIR figure como verbo principal.

Coloca-se em discussão o estatuto verdadeiro ou a realização/não-realização efetiva do que é asseverado no conteúdo da construção complementar e, quanto a esse aspecto, tanto os verbos factivos como o contrafactivo FINGIR não possuem subcategorizações. Os verbos de uso factivo tendem a estabelecer uma relação de pressuposição de verdade com seus argumentos oracionais, que nem a negação ou o estatuto ilocucionário do enunciado consegue afetar. Já os contrafactivos estabelecem uma relação semântica que confere um estatuto de falsidade ao conteúdo da completiva.

A retomada desse aspecto se faz necessária porque os verbos de uso implicativo se categorizam em vários tipos. Há a se lembrar que os implicativos se dividem em duplos e simples e, entre essas divisões, também é possível identificar subdivisões. Assim, os verbos

implicativos duplos podem ser afirmativos ou negativos, estabelecendo relações de implicação quanto à realização efetiva ou a não-realização do conteúdo expresso na construção completiva tanto nas frases afirmativas como nas negativas; e podem ser simples, estabelecendo relações de implicação quanto à realização efetiva ou a não-realização do conteúdo expresso na construção completiva apenas em frases afirmativas (verbos-se afirmativos e verbos-se negativos) ou apenas em frases negativas (verbos somente-se afirmativos e verbos somente-se negativos).

Para uma visão detalhada das 474 ocorrências não-marcadas para factividade, considere-se a tabela 1:

Tabela 1 – Os verbos não-factivos (marcado para implicação e contrafactivo)

	Nº	%
Implicativo afirmativo	150	31,6
Implicativo negativo	35	7,4
Verbo-se afirmativo	194	40,9
Verbo-se negativo	9	1,9
Verbo somente-se negativo	6	1,3
Verbo somente-se afirmativo	67	14,1
Contrafactivo	13	2,7
Total	474	100

Fonte: Elaboração própria.

Os implicativos afirmativos e os verbos-se afirmativos representam, juntos, mais de 72% das ocorrências marcadas para a implicação.

A especificação do predicado verbal factivo ou não-factivo da oração matriz, que se apresenta nas tabelas 2 e 3, a seguir, comprova a hipótese de que a presença desses traços semânticos está diretamente condicionada ao uso, ou ainda, aos fatores linguísticos relacionados ao contexto de ocorrência. Comparem-se os resultados:

**Tabela 2 – Especificação do predicado matriz factivo
(continua)**

	Nº	%
Arrepende-se	1	0,6
Compreender	5	2,8
Descobrir	7	4,0
Entender	2	1,1
Esclarecer	2	1,1
Esquecer	4	2,3
Estranhar	2	1,1
Lamentar	3	1,7
Lembrar	9	5,1
Notar	8	4,5

**Tabela 2 – Especificação do predicado matriz factivo
(conclusão)**

	Nº	%
Observar	3	1,7
Perceber	18	10,2
Recordar	1	0,6
Saber	77	43,8
Sentir	13	7,4
Ver	18	10,2
Verificar	3	1,7
Total	176	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3- Especificação do predicado matriz não-factivo (marcado para implicação ou para contrafactividade)

(continua)

	Nº	%
Afiançar	1	0,2
Arriscar-se	1	0,2
Assegurar	1	0,2
Chegar a	30	6,3
Conseguir	61	12,9
Cuidar	2	0,4
Deixar	52	11
Deixar de	18	3,8
Demonstrar	2	0,4
Descuidar	1	0,2
Desistir	3	0,6
Dignar-se	1	0,2
Esquecer-se de	4	0,8
Evitar	4	0,8
Fazer	25	5,3
Fingir	13	2,7
Forçar	2	0,4
Garantir	1	0,2
Hesitar	4	0,8
Impedir	7	1,5
Importar	1	0,2
Indicar	1	0,2
Lembrar-se de	6	1,3
Mandar	28	5,9
Mostrar	5	1,1
Obrigar	11	2,3
Ousar	5	1,1
Ouvir	22	4,6
Permitir	12	2,5
Preocupar-se	2	0,4
Procurar	31	6,5
Provar	1	0,2
Recusar-se	4	0,8
Relutar	1	0,2
Saber	13	2,7
Sentir	14	3

Tabela 3- Especificação do predicado matriz não-factivo (marcado para implicação ou para contrafactividade)

(conclusão)		
	N ^o	%
Significar	1	0,2
Tentar	30	6,3
Ver	47	9,9
Viver	6	1,3
Total	474	100

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com as tabelas 2 e 3, ESQUECER pode ser marcado para a factividade ou para a implicação. Quando marcado para a factividade, selecciona complementos finitos, como em (91):

(91) O nome branco foi apenas um dos ingredientes da receita que faria José ESQUECER-SE de que era índio. (ETR) → pressupõe-se que José era índio.

Quando marcado para a implicação, funciona como verbo implicativo negativo: se a oração principal é afirmativa, o complemento é implicado como não-realizado (falso), como em (92); se a oração principal é negativa, o complemento é implicado como realizado (verdadeiro).

(92) Dizia que o patrão ESQUECIA de pagar, e quando pagava, um assaltante tomava o dinheiro, outra vez era a avó dele na Paraíba que precisava de auxílio, uma irmã doente que recebia mesada, sei lá. (BOC) → implica que o patrão não pagava.

Nota-se em (92) que, quando marcado para a implicação, ESQUECER selecciona complementos não-finitos. Desse modo, observando o arranjo sintático das construções completivas de ESQUECER representadas em (91) e (92), podemos inferir que a factividade ou sua ausência parece ter relação com a finitude ou não-finitude da completiva.

Semelhantemente a ESQUECER, LEMBRAR pode ser marcado para a factividade ou para a implicação, seleccionando, respectivamente, complementos finitos, ocorrência (93) e não-finitos, ocorrência (94). A diferença é que LEMBRAR, marcado para a implicação, funciona como verbo implicativo afirmativo.

(93) Maneco LEMBROU a Ilídio que era domingo e os pontos do jogo não estavam funcionando. (AGO) → pressupõe que era domingo.

(94) O senhor se LEMBRA de confessá-lo e de dar comunhão a ele, não é, Padre Estevão? (MC) → implica que o senhor o confessa e dá comunhão a ele, observando a força ilocucionária interrogativa que se estende por todo o enunciado.

Cumprе recordar que implicativo afirmativo se caracteriza por sua oração principal afirmativa implicar a realização efetiva do conteúdo expreso no complemento (oração principal afirmativa – completiva verdadeira); já a oração principal negativa desse verbo implica a não-realização do complemento (oração principal negativa – complemento falso ou não-realizado).

Retornando à análise comparativa das tabelas 2 e 3, nota-se que o verbo SABER está representado em ambas. A hipótese inicial para SABER era a de que se comportaria como um factivo epistêmico, o que se confirmou em muitas ocorrências:

(95) - Exagero? É o que você pensa. E você não SABE de que escapou... (A) → pressupõe que você escapou de algo ou de alguém.

(96) Tomava comprimidos para dormir (lógico: todo mundo SABE que a infelicidade tira o sono das pessoas), excitantes, tranqüilizantes, (...) e outros produtos da química do drama. (AF) → pressupõe que a infelicidade tira o sono das pessoas.

Porém, em alguns casos foi surpreendente, inesperado, especificamente as marcas registradas para implicação. Ocorreram, então, as seguintes possibilidades de uso:

- verbo somente-se afirmativo – só apresenta relação de implicação quando a oração principal é negativa, sendo o complemento implicado como não-realizado (falso); quando a oração principal é afirmada, o complemento é neutro, ou seja, não fornece indícios quanto à realização ou não do que está contido na completiva:

(97) O vocabulário de dona Angelina era reduzido - tanto em português como em italiano, sua língua natal -, não SABIA expressar-se corretamente; por isso deixava de empregar, muitas vezes, a palavra justa, adequada para cada situação. (ANA) → implica que dona Angelina não era capaz de expressar-se corretamente.

(98) - Como é que você vai se arranjar com uma filha cujo nome nem SABE dizer direito?

(ANA) → implica que você não é capaz de dizer direito o nome de sua filha.

(99) Alguma coisa em mim estava errada, mas eu não SABIA dizer o quê. (ASA) → implica que eu não era capaz de dizer o que estava errado em mim.

Além desses casos, há mais três ocorrências de SABER somente-se afirmativo. Quanto aos enunciados apresentados em (97) a (99), além da negação na oração matriz, é a presença das expressões em cada uma das construções completivas, a saber, “corretamente”, “direito” e “o quê”, respectivamente, que favorecem a leitura marcada para a implicação.

- verbo implicativo afirmativo (há mais quatro ocorrências)

(100) SABIA manter a serenidade mesmo diante de certas observações mordazes da sogra, que sempre a considerara uma estrangeira. (ASA) → implica que mantinha a serenidade.

- verbo-se afirmativo (apenas a ocorrência a seguir) – só apresenta relação de implicação quando a oração principal é afirmativa, sendo o complemento implicado como realizado (verdadeiro); quando a oração principal é negada, o complemento é neutro, ou seja, não fornece indícios quanto à realização ou não do que está contido na completiva:

(101) Mas certa noite na escuridão do quarto, ao ouvir os discos que já SABIA fazerem parte do álbum de Beethoven, recebeu-os com um obscuro sentimento de ternura. (CP) → implica que os discos faziam parte do álbum de Beethoven.

- verbo-se negativo (também apenas a ocorrência a seguir) – assim como sua contraparte afirmativa, os verbos-se afirmativos, esses verbos só apresentam relação de implicação quando a oração principal é afirmativa, a diferença é que o complemento é implicado como não-realizado (falso); quando a oração principal é negada, o complemento é neutro, ou seja, não fornece indícios quanto à realização ou não do que está contido na completiva:

(102) Se eu SOUBESSE pintar, eu pintava a nossa paineira. (MUL) → implica que a primeira pessoa do discurso referida na predicação matriz não tem habilidade para pintar.

Na ocorrência (102), o escopo do conectivo condicional “se” se estende ao complemento, resultando numa leitura de não-realização do conteúdo nele veiculado.

Em um *corpus* relativamente pequeno do português brasileiro, SABER demonstrou ser um verbo cujo comportamento é extremamente interessante, pois seus usos transitaram por quase todos os tipos semânticos, excetuando-se os implicativos negativos e os somente-se negativos, aqui enfocados.

Além dos usos marcados para factividade ou implicação, o verbo SABER pode, ainda, não estabelecer nenhuma relação de pressuposição de verdade ou de realização/não-realização efetiva do conteúdo contido em seu complemento oracional. Nesse contexto de ocorrência, SABER fornece uma leitura neutra do conteúdo contido na completiva, uma vez que não **apresenta** marcas semânticas características e distintivas de factividade/implicação. Essa situação se verifica em enunciados como estes:

(103) - Não se incomode. SEI achar o caminho. (A) → não pressupõe nem implica que eu acho o caminho, apenas a primeira pessoa do discurso faz uma referência à sua disposição ou capacidade para a realização ou não do estado de coisas descrito no complemento.

(104) (...) que não SABE dizer se Francisco Julico explorava a ignorância do povo; [...] (AF) → não pressupõe nem implica que alguém diz ou não se Francisco Julico explorava a ignorância do povo.

Assim como SABER, outros verbos aqui examinados podem figurar em enunciados em que apresentem um uso neutro. Essa outra possibilidade de ocorrência para alguns verbos será discutida na medida em que se forem demonstrando as diversas possibilidades discursivas.

Outro verbo estudado, que também figura nas tabelas 2 e 3, é SENTIR. Havia a hipótese inicial de tratar SENTIR como um verbo de uso factivo, o que se confirmou em amostras como esta:

(105) E, confusa por SENTIR que nem renegando coisas sagradas para Frau Wolf conquistaria o afeto das meninas, procurei ferir também. (ASA) → pressupõe que nem renegando coisas sagradas para Frau Wolf conquistaria o afeto das meninas.

Ocorre que, além do uso esperado, também apresentou usos como:

- verbo-se afirmativo

(106) Ângela SENTIU-se gelar. (A) → implica que Ângela teve a percepção de uma mudança em seu estado físico.

(107) Chegou a SENTIR os lábios da mulher formulando a frase, como fazia sempre antes de dizê-la. (CP) → implica que a terceira pessoa do discurso referida na predicação matriz teve a percepção de uma mulher gesticular os lábios, antes de se expressar verbalmente.

- neutro

(108) Eu já SENTIA os fantasmas, as cobras, os ratos e as aranhas roçarem pelos meus braços e pelas minhas pernas. (MUL) → não pressupõe nem implica que os fantasmas, as cobras, os ratos e as aranhas roçassem pelos braços e pernas da primeira pessoa do discurso referida na oração principal, apenas afirma-se que isso era sentido.

A leitura neutra da ocorrência (108) é fornecida por sua dimensão pragmática contextual. Nesse trecho do romance *Música ao longe* (VERÍSSIMO, 1989), a personagem principal, Clarissa, também narradora do texto, é aprisionada por seu primo Vasco em um porão escuro, que diziam ser assombrado. Em pânico, ela começa a sentir “fantasmas, cobras, ratos, aranhas”, mas que, na verdade, representam fruto de sua imaginação, que se manifesta fisicamente, em razão de uma situação de medo exacerbado. Ressalte-se, ainda, que o conteúdo veiculado no complemento desse enunciado não é realizável em um mundo real, mas em um mundo possível.

Assim como SABER e SENTIR, VER aparece representado nas tabelas 2 e 3. A hipótese inicial era a de que apresentaria uso marcado para a factividade e para a implicação, o que ficou comprovado na análise, além de uma ocorrência em que apresentou comportamento neutro:

- factivo

(109) - Estão dizendo que você empurrou a Rejane.

- Eu? Mas todo mundo VIU que ela caiu sozinha, eu só me aproximei para proteger a retirada, faço isso sempre que posso. (BB) → pressupõe que ela caiu sozinha.

- verbo-se afirmativo

(110) Ninguém jamais o VIRA contando vantagens e, no entanto, no desempenho de suas atividades, já matara mais de vinte pessoas homens, na totalidade (...) (AGO) → não há implicação precisa de que o referente sujeito da predicação encaixada conte ou não vantagens.

(111) Ou minha pena de VER você dia a dia se estar transformando num bêbado! (A) → implica que você está se transformando num bêbado.

(112) (...) VEJO-a chegar respirando fundo o ar da manhã e abrir os braços ao sol (AF) → implica que ela chega respirando fundo o ar da manhã.

- neutro

(113) A idéia de VER um homem adulto e barbado estendendo a mão para receber bolos por mau comportamento lembra as velhas escolas inglesas - mas assim era Pau Grande. (ETR) → não pressupõe nem implica que um homem adulto e barbado estende ou não a mão para receber bolos por mau comportamento.

Os demais verbos estudados da tabela 2, ARREPENDER-SE, COMPREENDER, DESCOBRIR, ENTENDER, ESCLARECER, ESTRANHAR, LAMENTAR, NOTAR, OBSERVAR, PERCEBER, RECORDAR, VERIFICAR, não apresentaram nenhuma variação quanto ao estatuto semântico, ou ainda, todos apresentaram uso marcado para factividade.²⁷

Os verbos de uso factivo discutidos até o momento da exposição foram os que ocorreram na base de dados que fornece as evidências para realizar-se a análise quantitativa e qualitativa desta pesquisa.

Numa análise estritamente qualitativa sobre a possibilidade de determinados predicados verbais do português brasileiro apresentarem, eventualmente, usos marcados para

²⁷ Para o exame de qualificação de tese, apresentaram-se duas ocorrências de ENTENDER, em perífrases formadas por DAR A + ENTENDER + oração conjuncional, para as quais atribuímos, naquela ocasião, um uso neutro, cujos complementos não seriam marcados para factividade. Veja-se, por exemplo, uma dessas ocorrências: [Enunciador referindo-se às ex-mulheres de seu pai] O extraordinário é que nenhuma das ex se queixa dele, todas que conheço continuaram suas amigas e, de um modo ou de outro, dão a ENTENDER que o desempenho dele é cem por cento. (BOC) → não pressuporia nem implicaria que o desempenho dele é ou não cem por cento. Ocorre que, de acordo com observação da Profa. Dra. Beatriz Nunes de Oliveira Longo, DAR A ENTENDER, nesse contexto, constitui-se uma expressão, na acepção de **revelar**, **indicar**. Desse modo, esses enunciados devem ser recategorizados como marcados para a implicação, nos quais a expressão DAR A ENTENDER é empregada como se-afirmativa.

a factividade e/ou implicação, empreendeu-se, com o auxílio de Borba et al. (1990), uma busca no CP 2 do Banco de Dados do Laboratório de Lexicografia da UNESP/Araraquara.

Desse modo, além da análise referente aos dados quantitativos e qualitativos, desta pesquisa, fundamentada nas 650 ocorrências encontradas em nossa base de dados, apresentar-se-á, para cada tipo/subtipo semântico estudado, uma análise qualitativa assentada em dados provenientes do CP 2.

É necessária essa empreitada, no sentido de avaliar amplamente os candidatos verbais possíveis de estabelecer relações discursivas marcadas para a factualidade ou implicação, pois espera-se, de algum modo, prestar uma contribuição para os estudos de outros pesquisadores que se interessem pelo fascinante campo das relações sintático-semânticas observadas por um viés pragmático-discursivo.

Em função do exposto, considerando a distinção semântica básica entre **pressuposição** e **asserção**, necessária para a apreensão da classe dos factivos e dos não-factivos, e o comportamento do operador de negação em estruturas complexas factivas, podem, eventualmente, além dos arrolados na tabela 2, ser usados como factivos, no português brasileiro, os predicados apresentados nestas ocorrências:

(114) [Mauro] acabou por se ADVERTIR de que me não apresentara ainda a esposa. (AV) → ADVERTIR apresenta leitura factiva na acepção de dar-se conta, aperceber-se.

(115) [os liberais] Não se APERCEBIAM de que se a herança pode entregar a coroa a um déspota, as eleições podem elevar ao poder um tirano. (DC) → APERCEBER apresenta leitura factiva na acepção de perceber, notar, distinguir, dar-se conta.

(116) Só porque papai não APROVA que eu tenha voltado para esta casa?! (A) → APROVAR apresenta leitura factiva na acepção de considerar bom, achar louvável.

(117) Quando vejo as muletas apoiadas no braço do seu sofá, ATINO que é a irmã de um antigo conhecido meu, um que dava festas numa casa com amendoeiras. (EST) → ATINAR apresenta leitura factiva na acepção de perceber, notar, descobrir.

(118) BASTA que você se compenetre de que é, de que, enfim, se tornou uma Soares. (A) → BASTAR apresenta leitura factiva na acepção de ser bastante, ser suficiente.

(119) Não CONCEBO que te deixes vencer tão facilmente. (HP) → CONCEBER apresenta leitura factiva na acepção de compreender, entender, dar-se conta.

(120) Nesse ponto, o decreto governamental se afigura como uma exigência da sociedade, que não se CONFORMA em ver policiais militares dando segurança pessoal a determinadas

autoridades, nem muito menos garantir familiares, residências ou apartamentos de uns poucos privilegiados. (DIN) → CONFORMAR apresenta leitura factiva na acepção de resignar-se.

(121) E então, quando a febre amainou, na melhora pré-agônica, ele CONHECEU que ia morrer, e implorou que o enterrassem bem à beira da estrada, onde o povo passasse, onde houvesse sempre gente a passar. (SA) → CONHECER apresenta leitura factiva na acepção de perceber.

(122) Os dez minutos que se passaram entre o apito de Paulo Amaral e a bola nos pés de Garrincha haviam bastado a Nilton para CONSCIENTIZAR-SE de que estava no campo do Botafogo, treinando, e não em casa, mareado. (ETR) → CONSCIENTIZAR-SE apresenta leitura factiva na acepção de tomar conhecimento.

(123) Sua família não DESAPROVA que viaje só? (CH) → DESAPROVAR apresenta leitura factiva na acepção de julgar de maneira desfavorável, considerar ruim, reprovar.

(124) Há exatos seis anos, o Brasil vem assistindo a uma persistente e violenta destruição da classe laboriosa do funcionalismo público, promovida por FHC, por DESCONHECER que eles são o esteio da engrenagem, técnica e burocrática, da Nação. (GAL) → DESCONHECER apresenta leitura factiva na acepção de não ter conhecimento de, não conhecer, ignorar.

(125) DESCULPOU-SE por deixar-nos fora da conversa e levantou-se. (ACM) → DESCULPAR apresenta leitura factiva na acepção de justificar-se, pedir desculpas.

(126) ESTIMO que nos tome por conselheiro e compreenda a nossa revolta diante da reforma do Rei que nos levaria à ruína e à guerra civil. (BN) → ESTIMAR apresenta leitura factiva na acepção de regozijar-se, alegrar-se.

(127) E todos o abraçavam apertado, perguntavam como tinha ido de viagem, fingindo IGNORAR que ele estava na cidade há mais de um mês. (CBC) → IGNORAR apresenta leitura factiva na acepção de não saber, desconhecer.

(128) O fundador, o diretor e o tudo desse jornal era o avô de Gutemberg, serrazulense extraordinário que SE JACTAVA de jamais ter posto os pés fora da cidade, nem mesmo para um passeio pelos distritos do município! (S) → JACTAR-SE apresenta leitura factiva na acepção de gabar-se, vangloriar-se.

(129) LASTIMO dizer, sr. Governador-Geral, encontrei-o morto no cárcere. (VP) → LASTIMAR apresenta leitura factiva na acepção de queixar-se de, lamentar.

(130) Entretanto, é preciso não OLVIDAR que o povo russo é um povo oriental. (FI) → OLVIDAR apresenta leitura factiva na acepção de esquecer, perder da memória.

- (131) O Brasil ORGULHA-SE de sediar esse evento de importância transcendental para o futuro da Humanidade. (II-O) → ORGULHAR-SE apresenta leitura factiva na acepção de sentir orgulho, ufanar-se.
- (132) Foi também por aqueles dias que Flora SE QUEIXOU ao marido de que os serões já começavam a cansá-la. (TV) → QUEIXAR-SE apresenta leitura factiva na acepção de reclamar, lamentar-se, manifestar descontentamento.
- (133) Saí livre - enfim livre! -, saí como quem enfim compreende o seu grande e persistente erro e, de repente, REALIZA que precisa se declarar livre. (A) → REALIZAR apresenta leitura factiva na acepção de perceber, compreender.
- (134) O diretor RELEMBRA que antes de ser municipalizado, na década de 80, o hospital passou por um processo de abandono. (DIN) → RELEMBRAR apresenta leitura factiva na acepção de lembrar de novo, voltar a recordar.
- (135) O Pedrão deu uma olhada e logo SACOU que não dava. (RE) → SACAR apresenta leitura factiva na acepção de compreender, entender.
- (136) Pouco SURPREENDE que o padre Ferrarini tenha morrido subitamente. (APA) → SURPREENDER apresenta leitura factiva na acepção de causar surpresa a.
- (137) Não pode a nova Arma de Comunicações deixar de UFANAR-se de ter tido nesta Escola o embrião em que se desenvolveu vigorosamente. (JK-O) → UFANAR apresenta leitura factiva na acepção de vangloriar-se, jactar-se, envaidecer-se.
- (138) O governo se VANGLORIA de ter vendido o Banespa por mais de 7 bilhões de reais quando, na verdade, só para saneá-lo, foi desembolsado em torno de 30 bi. (DIN) → VANGLORIAR-SE apresenta leitura factiva na acepção de expressar vanglória, ufanar-se.

A leitura das ocorrências revela que, além da posição argumental de objeto, os complementos oracionais de verbos de uso factivo podem preencher a posição argumental de sujeito, como em (118), (130) e (136). A factividade pode se instaurar também em construções mais paratáticas, ou melhor, em construções em que não há dependência nem encaixamento entre as orações que compõem o enunciado. A ocorrência (125) exemplifica o factivo DESCULPAR-SE, que é um predicado de ato de fala, envolvido em um tipo de construção mais paratática.

Além dos verbos de uso factivo já apresentados, Neves (2000) classifica ADMIRAR, DEPLORAR, MARAVILHAR-SE, MAGOAR-SE e RESSENTIR-SE como predicados factivos de atitude sentimental; GABAR-SE como predicado factivo do tipo declarativo; RELEVAR e IMPORTAR como predicados factivos do tipo avaliativo.

Segundo Neves (2000), ADMIRAR apresenta uso factivo em construções como esta:

(139) Muito me ADMIRA que venhas aqui a esta grande batalha, pretender pegar em armas!
(VPB)

Para os demais factivos de atitude sentimental, a autora não fornece exemplos em que apresentem essa possibilidade de uso, exceto para o predicado DEPLORAR em situações em que introduz discurso direto:

(140) O Padre DEPLORAVA: - Agora, fomos tocados, expulsos, jogados longe... (VB)

Para avaliar o estatuto factual dos verbos factivos de atitude sentimental mencionados por Neves (2000), recorreu-se novamente à base de dados do Laboratório de Lexicografia.

Realizada a busca no *corpus*, encontraram-se as seguintes situações para os verbos DEPLORAR, MAGOAR e RESSENTIR:

(141) Mauro sempre DEPLOROU que não tivéssemos filhos. (AV) → DEPLORAR apresenta leitura factiva na acepção de manifestar mágoa, proferir lamentos, chorar.

(142) MAGOAVA-o ver a mulher chorando e essa mágoa era agravada pela idéia de que fora ele o causador do pranto. (TV) → MAGOAR apresenta leitura factiva na acepção de melindrar-se, afligir-se.

(143) (Pergunta feita à banda americana Sonic Youth) E vocês não RESSENTEM de que bandas como Pearl Jam, que entraram por uma porta que vocês abriram, estejam colhendo frutos maiores? (ESP) → RESSENTIR apresenta leitura factiva na acepção de sentir profundamente, magoar-se muito com.

O verbo MARAVILHAR-SE não ocorre na base de dados em enunciados complexos, sendo assim não é possível avaliar seu estatuto factual, uma vez que esta abordagem analisa como os usuários do português conseguem obter êxito, ou não, nas diversas situações comunicativas com que se deparam diariamente. O português brasileiro em uso nos revela, então, que o verbo MARAVILHAR-SE não tem sido empregado por seus usuários no tipo de construção que ora examinamos.

Para o predicado declarativo GABAR-SE, Neves (2000) apresenta como construções em que possui leitura factiva as seguintes:

(144) Ela em troca me disse fingindo alguma solenidade “eu não vou te deixar, meu mui grave *cipressu erectus*”, GABANDO-SE com os olhos de tirar efeito tão alto no repique. (U)

(145) - O Juco? Ai de nós se não fosse ele - GABOU-SE a Libânia. (MMM) → Nesta ocorrência, o complemento de GABAR-SE vem em discurso direto.

Para RELEVAR e IMPORTAR²⁸, predicados avaliativos, a factividade se manifesta, segundo Neves (2000), em construções do tipo:

(146) RELEVA, ainda, que o século XX está marcado por uma incrível tendência de criar status para cada ramo de conhecimento. (CTB)

(147) Se papai tem razão ou não, não importa aqui. IMPORTA que, assim pensando, está inquieto, sofrendo por mim, ansioso por notícias, como se eu estivesse correndo um perigo real, imediato. (A)

Avaliados os possíveis predicadores de uso factivo do português brasileiro, retomemos a análise dos resultados apontados pela tabela 3.

De acordo com a tabela 3, o verbo CONSEGUIR teve várias ocorrências, verbo bastante expressivo nesse sentido, mostrou ser um verbo prototipicamente implicativo afirmativo:

(148) [...] Evaristo CONSEGUIU infiltrar-se nos grupos que tinham por lema a defesa das tradições latinas [...]. (GRE) → implica que Evaristo infiltrou-se nos grupos.

(149) - A senhora vai me perdoar, Dona Emerenciana. Eu sei que sou uma boba, mas o Delfino podia ter lhe dito que eu não CONSIGO fazer essas coisas... (MC) → implica que eu não faço essas coisas.

Entretanto, em duas ocorrências apresentou um uso neutro:

(150) - Ah, Padre Estevão, se o senhor CONSEGUIR que ele faça a Páscoa a meu lado... Ele sempre foi muito seu admirador. Acha o senhor um padre exemplar. Ele sempre diz isso.

²⁸ O predicado IMPORTAR, na forma pronominal, seguido de preposição “de” e oração infinitiva foi categorizado, nesta pesquisa, como um verbo de uso somente-se negativo. Não se encontraram no *corpus* usos de IMPORTAR marcados para factividade.

(MC) → não pressupõe nem implica a realização ou não do estado de coisas descrito em: ele fazer a Páscoa a meu lado.

(151) Mas ninguém está ouvindo o que ela diz. Parece que papai só ouviu a palavra “casa”. Porque diz em seguida, interrompendo a filha: - Se no final de contas eu CONSEGUIR salvar o casarão, me dou por muito satisfeito... (MUL) → não pressupõe nem implica a realização ou não do estado de coisas descrito em: eu salvar o casarão.

Veja-se que o escopo do conectivo condicional “se” se estende por toda a estrutura, resultando em uma leitura de não-realização do conteúdo completivo.

Para o verbo DEIXAR, também expressivo em termos de ocorrências, foram possíveis as classificações:

- implicativo afirmativo, como CONSEGUIR, em ocorrências do tipo:

(152) Se Sérgio já havia bebido bastante, Sílvio começava a se DEIXAR levar. (A) → implica que Sílvio começava a se levar.

(153) DEIXOU-se envolver, aceitou a solidariedade, chorou nos ombros das amigas, divulgou sua infelicidade: afinal de contas, era seu grande amor. (AF) → implica que a terceira pessoa do discurso referida na oração subordinante se envolveu.

- implicativo negativo:

(154) Disposta a brincar comigo durante o tempo que eu quiser. Sem perguntar nada. Sem saber quem eu sou. Que espécie de obrigações tenho ou DEIXO de ter. (A) → implica que eu não tenho algumas espécies de obrigações, conferindo à construção completiva um valor aspectual cessativo.

(155) Sílvio riu. Não pode DEIXAR de rir. (A) → implica que Sílvio riu.

São bastante diferentes: o implicativo afirmativo, nas ocorrências (152) e (153), é pronominal; há poucas ocorrências de DEIXAR implicativo afirmativo não-pronominal no *corpus*. Já o implicativo negativo sempre exige a preposição “de” (DEIXAR de).

- verbo-se afirmativo:

(156) Pelo contrário, demonstrando egoísmo, ensimesmamento, só fizera DEIXAR que se precipitasse, mais e mais, no abismo da bebida de que sua mãe, Ana Bernardes Vilar, o conseguira afastar por algum rápido, efêmero tempo. (A) → implica que a terceira pessoa do discurso referida na construção complementar se precipitou, mais e mais, no abismo da bebida.

(157) É mais ou menos nesse mesmo instante que, em pleno desespero interior, Ângela abre seu Diário e DEIXA cair os olhos, já vermelhos de tanto chorar, sobre as páginas que narram os dias tumultuosos que precederam e sucederam a sua impensada volta a casa dos Soares, anos antes. (A) → implica que os olhos de Ângela caem.

(158) Estava também Criança, sete anos de lutas, a glória de enfrentar sozinho, por duas horas, a Volante, para DEIXAR o bando escapar. (AF) → implica que o bando escapou.

(159) [...] DEIXAVA escapar um ai lá do fundo do peito, um ai quente, soprado, cheio de amor e obrigado. (AF) → implica que escapava um ai.

- neutro, em seis ocorrências, uma vez que não há relação de implicação no complemento:

(160) Se ao menos DEIXASSEM os bugres ficarem por lá, longe de posseiros, de aculturadores, de integracionistas! (BOC) → não pressupõe nem implica que os bugres ficaram ou não por lá.

(161) Como, porém, fazer-se notado por ela, se não a DEIXAVAM sair? (FR) → não pressupõe nem implica que ela saía ou não.

(162) No vexame, José rasgava com a espora o lombo da montaria. Apesar de resistente, mais do que muitos cavalos robustos, Graciosa estava a ponto de se DEIXAR cair, até morrer as carnes em fogo. Mas, submissa, recomeçou a andar vagorosamente. (FR) → não pressupõe nem implica que Graciosa tenha caído ou não.

(163) DEIXE seu marido esquecer a impressão do que você lhe disse. (MC) → não pressupõe nem implica que o marido se esquecerá ou não da impressão.

(164) - Eu sei, Padre, mas fico tão nervosa. Por que, isto? Tenho certeza de que Deus não ia DEIXAR o Delfino perder a fé. (MC) → não pressupõe nem implica que Delfino perdeu/perderá ou não a fé.

(165) Não DEIXE ele encher a cara antes de ir lá para casa. (Q) → não pressupõe nem implica que ele encherá ou não a cara.

Em (160) e (161) o conectivo condicional “se” estende seu escopo ao complemento, resultando numa relação de não-realização do conteúdo nele contido; em (162) o sintagma “a ponto de” neutraliza a realização do conteúdo complementar; (163) e (165) fornecem leitura neutra em virtude do modo verbal; e (164), além da negação, apresenta esquema de predicado semelhante ao de CONVENCER, que apresenta um uso neutro.

O verbo EVITAR, tabela 3, teve apenas quatro ocorrências, sendo que, em uma delas, foi classificado como verbo-se negativo:

(166) [Fala de Sérgio a Sílvia] E EVITEI que você continuasse naquela ilusão toda em que Ângela queria. (A) → implica que você não continuou naquela ilusão.

Nas outras três ocorrências, foi classificado como implicativo negativo:

(167) EVITO comer um camarão suspeito. (AF) → implica que não como um camarão suspeito.

(168) [Ilídio] EVITAVA usar de violência. (AGO) → implica que Ilídio não usava de violência.

(169) [Heládio] EVITA sentar. (NB) → implica que Heládio não sentava.

Para o predicado PERMITIR, foram possíveis as categorizações seguintes:

- implicativo afirmativo

(170) Evaristo testemunhou contra Edu (...) o que PERMITIRA ao movimento apanhar de surpresa o país. (GRE) → implica que o movimento apanhou de surpresa o país.

(171) Sua instrução mínima não lhe PERMITIA enfrentar à altura os bambas do gênero em Pau Grande... (ETR) → implica que ele não enfrentava à altura os bambas do gênero em Pau Grande.

- verbo-se afirmativo

(172) [...] Por mais terras que eu percorra não PERMITA Deus que eu morra sem que volte para lá. (AF) → não implica que eu morra ou não.

(173) Embora contra a vontade ele PERMITIU que sua mulher, após o casamento, continuasse na fábrica de tecidos, no Brás, onde trabalhava desde a idade de nove anos, ajudando nas despesas do lar paterno. (ANA) → implica que sua mulher, após o casamento, continuou na fábrica de tecidos.

- neutro

(174) - Olha. (Ela colocou a mão da amiga entre os seios.) O coração quer saltar.

- PERMITIRÁ que um erro de quase quinze anos separe eternamente as duas mais importantes famílias de Oeiras? - perguntou o juiz. (FR) → não pressupõe nem implica que um erro de quase quinze anos separe ou não eternamente as duas mais importantes famílias de Oeiras.

(175) Pois desde aquele tempo, Padre Estevão, ele não põe hóstia na boca, se o senhor me PERMITE falar assim. (MC) → não pressupõe nem implica que falo ou não assim.

(176) De estatura mediana, o peso sob controle, ausência de barriga, dentes ainda bons e o cabelo suficientemente farto para PERMITIR que o “curto cheio” venha a ser realmente cheio, Heládio tem boas razões para acreditar que aparente uns dez anos menos. (NB) → não pressupõe nem implica que o “curto cheio” venha a ser realmente cheio.

Faz-se necessário explicar que o dêitico “assim” presente no complemento de PERMITE, na ocorrência (175), estabelece uma relação textual anafórica implicando que o conteúdo completivo já foi realizado. A leitura neutra do complemento de PERMITE nessa ocorrência resulta de dois aspectos: 1º) a condicionalidade é um fator que não favorece a instauração de relações de implicação; 2º) em função disso, julgou-se conveniente interpretar esse enunciado como uma expressão linguística em que o enunciador solicita ao enunciatário uma permissão para que fale de um modo determinado, não implicando que ele fale/tenha falado ou não desse modo.

É preciso também, aqui, fazer um parêntese para mencionar a extrema dificuldade de categorização dos verbos, segundo as marcas de factividade e/ou implicação.

Alguns verbos estudados, como DEIXAR, EVITAR, PERMITIR, evidenciam, a possibilidade de uma transição entre as várias subclasses, podendo mesmo não haver nenhuma marca de implicação e o verbo possibilitar uma leitura neutra de seu complemento.

Tem-se observado que o contraste finitude/não-finitude, a negação, a condicionalidade, o modo, o tempo verbal afetam a interpretação de toda a construção. Em

função disso, conclui-se que essas categorias verbais não são discretas, podendo-se observar uma fluidez de significado, posto que um mesmo predicado verbal pode transitar pelas classes semânticas estudadas. Essa afirmação encontra respaldo tanto na observação dos verbos de uso factivo como nos de uso implicativo.

Decorre da constatação, feita no parágrafo precedente, a opção em não adotar, para esta exposição, um tratamento direcionado a rotular determinados verbos como factivos ou implicativos, mas sim um tratamento voltado para o estatuto categorial semântico que esses verbos podem estabelecer nos variados contextos pragmático-discursivos em que são empregados.

Retomando a análise dos resultados, cumpre recordar que FINGIR, apresentado na tabela 3, é, de fato, um verbo contrafactivo, ou seja, apresenta comportamento totalmente contrário ao dos factivos. Nas asserções afirmativas do contrafactivo FINGIR, o complemento é falso:

(177) Martina FINGIA dormir no banco traseiro. (BL) → pressupõe ou implica que Martina não dormia no banco traseiro.

Como já se apontou na parte introdutória desta seção, FINGIR foi colocado no grupo de fatores que avalia os implicativos, porque se julgou que não era relevante especificar mais uma variável independente só para esse verbo, uma vez que não se encontrou no *corpus* nenhum outro que apresentasse uso contrafactivo.

Conforme já se destacou anteriormente, os verbos marcados para implicação podem se subcategorizar em vários tipos, cumpre, então, dizer que foi possível realizar a distribuição dos demais verbos arrolados na tabela 3 pelas subclasses semânticas discutidas na sequência.

ARRISCAR-SE, CHEGAR A, DIGNAR-SE, OUSAR, PREOCUPAR-SE e VIVER se comportam como implicativos afirmativos:

(178) Em tempos mais heróicos, seus captores teriam de persegui-los pelas florestas de pau-brasil, ARRISCANDO-se a ser vergonhosamente driblados. (ETR) → implica que em tempos mais heróicos, seus captores seriam vergonhosamente driblados. Note-se, nesta ocorrência, o escopo do satélite temporal **em tempos mais heróicos** estendendo-se ao complemento.

(179) CHEGARAM até a formar uma aldeia, mas, talvez por uma nova dispersão, muitos dobraram à esquerda e atingiram as proximidades de União dos Palmares, na serra da Barriga. (ETR) → implica que formaram uma aldeia.

(180) Ela, é claro, nem se DIGNAVA tomar conhecimento de mim. (BOC) → implica que ela nem tomava conhecimento de mim.

(181) Não OUSAVA perguntar, mas era capaz de jurar que os outros haviam levitado com ele. (Q) → implica que não perguntava.

(182) Como aconteceu com muitos curumins nascidos no mundo branco, ninguém se PREOCUPOU em anotar as peripécias de José. (ETR) → implica que ninguém anotou as peripécias de José.

(183) Que mal lhes fizera, eu que VIVIA desejando - me amem, me aceitem? (ASA) → implica que a primeira pessoa do discurso referida nas predicções (matriz/encaixada) desejava que a amassem, a aceitassem.

Além dos predicados de uso implicativo afirmativo, apresentados na tabela 3, a análise qualitativa permitiu o reconhecimento de outros verbos que podem, eventualmente, figurar como predicados matrizes nesse tipo de estrutura complexa.

Desse modo, tendo em vista as relações de implicação quanto à verdade, em asserções afirmativas, ou falsidade, em asserções negativas, estabelecidas entre a oração principal e o seu complemento oracional, conforme o comportamento desses verbos sob o escopo de um operador de negação; empregam-se, em determinados contextos pragmático-discursivos, como predicados de uso implicativo afirmativo do português brasileiro, os que estão apresentados nas ocorrências a seguir:

(184) Papai andava bem-humorado, mas mesmo assim ninguém se ATREVEU a lhe contar o caso do velho. (ANA) → ATREVER, na forma pronominal, é um verbo de uso implicativo afirmativo na acepção de ousar.

(185) (Bernardo) [...] discernia o bem do mal e não se AVENTURAVA a tomar o partido mais difícil. (FP) → AVENTURAR, na forma pronominal, é um verbo de uso implicativo afirmativo na acepção de arriscar-se, atrever-se, ousar.

(186) (O orador compara o tratamento conferido ao meio ambiente à tragédia de Hiroshima) Enquanto lá tudo se consumou em algumas horas, nós nos CONDENAMOS a assistir à nossa própria e lenta agonia. (OS-O) → CONDENAR, na forma pronominal, é um verbo de uso implicativo afirmativo na acepção de sujeitar-se.

(187) Nenhuma dor de poeta LOGROU prevalecer na admiração humana senão pela beleza que revela. (AM-O) → LOGRAR é um verbo de uso implicativo afirmativo na acepção de alcançar, conseguir.

(188) Papai gritou, esbravejou: não agüentava mais SUJEITAR-se a conviver com animais. (ANA) → SUJEITAR, na forma pronominal, é um verbo de uso implicativo afirmativo na acepção de submeter-se, render-se, conformar-se.

Além dos verbos já discutidos, Neves (2000) classifica INQUIETAR-SE COM, OCORRER e ADVIR como predicados possíveis de serem usados como implicativos afirmativos.

Retornando aos dados da tabela 3, foi possível identificar que DESCUIDAR, DESISTIR e RECUSAR se comportam como implicativos negativos:

(189) O forte impulso pequeno-burguês dos jovens oficiais fazia com que se preocupassem exclusivamente com a agitação, DESCUIDANDO de angariar o apoio de seus camaradas à revolução popular que sonhavam organizar. (OLG) → implica que os jovens oficiais não angariavam o apoio de seus camaradas à revolução popular que sonhavam organizar.

(190) Muitas vezes, em noites de chuva, quando a patroa DESISTIA de sair com as crianças, chegava mesmo a ir sozinha. (ANA) → implica que a patroa não saía com as crianças.

(191) A Fonteyn RECUSARA-se até a última hora em dançar Gisele. (BB) → implica que Fonteyn até a última hora não dançara Gisele.

Além dos predicados de uso implicativo negativo, apresentados na tabela 3, a análise qualitativa permitiu o reconhecimento de outros verbos que podem, eventualmente, figurar como predicados matrizes nesse tipo de estrutura complexa.

Desse modo, considerando as relações de implicação quanto à verdade, em asserções negativas, ou falsidade, em asserções afirmativas, estabelecidas entre a oração principal e o seu complemento oracional, conforme o comportamento desses verbos sob o escopo de um operador de negação; empregam-se, em determinados contextos pragmático-discursivos, como predicados de uso implicativo negativo, os apresentados nestas ocorrências:

(192) Como segunda pessoa em graduação, o sargento ABSTINHA-se de entrar na conversa. (PFV) → ABSTER-SE é um verbo de uso implicativo negativo na acepção de não fazer voluntariamente, privar-se, deixar.

(193) Para ESQUIVAR-se de comandar o ataque, o Ten.-Cel. Aleluia Pires queixara-se de dores no estômago. (CHP) → ESQUIVAR, na forma pronominal e com complemento da

forma de + oração infinitiva, é um verbo de uso implicativo negativo na acepção de fugir de, desviar-se.

(194) José Honório jamais se FURTA a opinar [...] seus pontos de vista. (IS) → FURTAR, na forma pronominal e com complemento da forma a + oração infinitiva, é um verbo de uso implicativo negativo na acepção de esquivar-se, negar-se.

(195) Houaiss [...] considera o florescimento do mercado do livro infantil positivo, por formar novos leitores, o que não LIVRA o País de ocupar um “estágio infeliz” no que se refere ao consumo de livro. (ESP) → LIVRAR, na forma de + oração infinitiva, é um verbo de uso implicativo negativo na acepção de isentar, libertar, salvar.

(196) Não é por acaso que os Estados Unidos [...] RESISTEM encarniçadamente a assinar a convenção. (JB) → RESISTIR é um verbo de uso implicativo negativo na acepção de recusar-se a, negar-se a.

(197) Na penumbra do cinema, (Dorinha) a custo se RETÉM de beijar o velho barbudo ao lado. (CE) → RETER, na forma pronominal e com complemento na forma de + oração infinitiva, é um verbo de uso implicativo negativo na acepção de refrear-se, conter-se.

Voltando à tabela 3, pode-se constatar que AFIANÇAR, ASSEGURAR, CUIDAR, DEMONSTRAR, FAZER, FORÇAR, GARANTIR, INDICAR, MANDAR, MOSTRAR, OBRIGAR, OUVIR, PROVAR e SIGNIFICAR se comportam como verbos-se afirmativos:

(198) Gostaria de AFIANÇAR que todo o interesse da minha Ordem é servir os índios, ajudá-los como seres humanos. (Q) → implica na realização do estado de coisas contido no complemento: o interesse da Ordem do referente sujeito eu em servir os índios, ajudá-los como seres humanos.

(199) Miguel Rotundo comunicou o fato, pelo telefone, ao secretário da federação das associações de bairros que, por sua vez, lhe ASSEGUROU estar recebendo de toda parte idênticas informações. (GRE) → implica na realização efetiva do conteúdo completo: o secretário da federação das associações de bairros recebeu de toda parte idênticas informações.

(200) Meu Deus, chove - murmurei, CUIDANDO de abrigar-me sob o arvoredado. (FR) → implica que me abriguei sob o arvoredado.

(201) O Príncipe Sempervirens DEMONSTROU mais uma vez que para ele não há segredos na arte de devassar substâncias espessas. (BOC) → implica na realização efetiva do conteúdo completo: para o príncipe não havia segredos na arte de devassar substâncias espessas.

- (202) Muitos dramas de amor FIZERAM dona Angelina chorar: “Honrarás tua Mãe!”, “de arrancar lágrimas das pedras...” - dizia. (ANA) → implica que dona Angelina chorou.
- (203) Há algo que o FORÇA a deixar as pistas que certamente levam ao desastre. (XA) → implica que deixa as pistas.
- (204) E posso GARANTIR que jamais seria convidada pelos Sempervírens. (BOC) → implica na realização efetiva do conteúdo completivo: referente sujeito “eu” jamais ser convidado pelos Sempervírens.
- (205) José levava em redor do pescoço uma toalha e na mão o sabonete: tudo INDICAVA que ia somente assear-se. (FR) → implica que José ia somente assear-se.
- (206) Somente após o almoço é que MANDOU chamar o médico. (FR) → implica que chamou o médico.
- (207) Padre Estevão, sem saber evidentemente que pecado ele vivia escondendo, TINHA com muita habilidade MOSTRADO que, fosse esse pecado qual fosse, havia absolvição para tudo. (MC) → implica que havia absolvição para tudo.
- (208) Ela me OBRIGOU a volver a face. (FR) → implica que volvi a face.
- (209) Por cinco meses não se OUVIU falar muito dela. (AF) → não implica que se tenha falado ou não muito dela, apenas menciona-se que o estado de coisas descrito no complemento não foi ouvido. Recordemo-nos de que os verbos-se afirmativos só fornecem relações de implicação nas frases afirmativas; nas negativas, o conteúdo completivo é neutro.
- (210) Deitou-se com seu segundo homem querendo PROVAR-lhe que não era aquilo que ele estava pensando. (AF) → implica que referente sujeito não-lexicalizado do verbo principal teve a intenção de PROVAR algo a alguém.
- (211) Isso SIGNIFICA que o trânsito vai engarrafar na Praça Cinco. (GRE) → implica na realização do estado de coisas completivo: o trânsito vai engarrafar na Praça Cinco.

Além dos predicados de uso se afirmativo, apresentados na tabela 3, a análise qualitativa permitiu o reconhecimento de outros verbos que podem, eventualmente, figurar como predicados matrizes nesse tipo de estrutura complexa.

Desse modo, considerando as relações de implicação quanto à verdade, em asserções afirmativas, ou neutralidade, em asserções negativas, estabelecidas entre a oração principal e o seu complemento oracional, conforme o comportamento desses verbos sob o escopo de um operador de negação; empregam-se, em determinados contextos pragmático-discursivos, como predicados se afirmativos, os relacionados nestas ocorrências:

(212) Ângela APRESSOU-se em declarar que era filha de um hóspede da pensão. (A) → APRESSAR, na forma pronominal e com complemento da forma a/em + oração infinitiva, comporta-se como verbo-se afirmativo na acepção de dar-se pressa em (fazer ocorrer), procurar abreviar (a ocorrência de).

(213) Na extremidade oposta, outro vaqueiro surgiu, e os dois, em movimentos coordenados, deram início à retirada do rebanho, COMPELINDO as reses a recuarem. (ALE) → COMPELIR se comporta como verbo-se afirmativo na acepção de forçar, obrigar.

(214) A lei da contigüidade IMPLICA que tudo que entra em contato de uma maneira ou de outra com a pessoa passa a fazer parte integrante de sua totalidade. (MAG) → IMPLICAR se comporta como verbo-se afirmativo na acepção de pressupor.

Neves (2000) ainda classifica CAUSAR e PROVOCAR como verbos-se afirmativos, porém não fornece exemplos em que esses predicados estejam envolvidos em construções complexas. Inicialmente, para este trabalho, postulou-se a hipótese de interpretar o verbo PROVOCAR como se-afirmativo, entretanto essa hipótese foi desconsiderada, uma vez que PROVOCAR não apresenta uma frequência significativa na base de dados pesquisada para que se possa atribuir-lhe um estatuto marcado para a implicação.

Retornando à tabela 3, pode-se dizer que IMPEDIR se comporta como verbo-se negativo:

(215) O medo de estar pecando - católica, de família classe média, nascida e criada na Tijuca - IMPEDIU que ela conhecesse na época outras carícias. (AF) → implica que ela não conheceu na época outras carícias.

Considerando as relações de implicação quanto à falsidade, em asserções afirmativas, ou neutralidade, em asserções negativas, estabelecidas entre a oração principal e o seu complemento oracional, mediante o comportamento desses predicados sob o escopo de um operador de negação, a análise qualitativa dos dados revela, ainda, que IMPOSSIBILITAR é empregado, em determinados contextos pragmático-discursivos, como predicado se negativo:

(216) O Duque foi acometido de um mal inesperado que o IMPOSSIBILITOU de deixar o leito. (BN) → IMPOSSIBILITAR se comporta como verbo-se negativo na acepção de tornar impossível.

Neves (2000) relaciona DISSUADIR e DESENCORAJAR como verbos-se negativos. Havia a hipótese inicial de que DISSUADIR fosse um verbo-se negativo, o que não se pode comprovar devido à baixa frequência na base de dados pesquisada.

A análise de PROCURAR e TENTAR revelou que esses verbos podem se comportar como somente-se afirmativos. Vejamos algumas amostras do *corpus*:

(217) Sílvio PROCUROU brincar: - Vamos deixar de exagero, Sérgio?! (A) → não implica que Sílvio obteve êxito na realização do estado de coisas descrito por brincar.

(218) E o outro idiota que é o diretor do Teatro resolveu satisfazê-la, sem antes me consultar, sem PROCURAR saber se o Corpo de Baile podia ou não assumir esta responsabilidade.

(BB) → implica que não soube se o Corpo de Baile podia ou não assumir a responsabilidade.

(219) TENTEI controlar as lágrimas e, vencendo a timidez, aproximei-me das outras crianças.

(ASA) → não implica que se obteve êxito na realização do estado de coisas descrito por controlar as lágrimas.

A única ocorrência em que TENTAR parece não apresentar marcas de implicação é a de (220), mas, mesmo assim, foi classificado como somente-se afirmativo, porque ele se comporta mesmo como neutro em frases afirmativas, isso é característico dos verbos dessa subclasse semântica.

(220) Imaginou que fosse um grupo de revoltosos TENTANDO derrubar o regime. (XA) → não implica que obteve êxito na realização do estado de coisas descrito por derrubar o regime.

Além do fato de a oração principal ser afirmativa, a presença de “imaginou”, que é um predicado criador de mundo, contribui para a leitura não-marcada para implicação do enunciado.

E, por fim, HESITAR, IMPORTAR-SE, RELUTAR têm sido usados como verbos somente-se negativos:

(221) Havia tanta irritação no tom de Sílvio que não HESITOU em erguer sobre ele olhos curiosos, quase súplices. (A) → implica que ergueu sobre ele olhos curiosos.

(222) Desde, é claro, que ele não se IMPORTASSE de repassar a posse de seu corpo e sua alma para uma entidade superior, abrangente e irrecorrível: o patrão inglês. (ETR) → implica que, para a realização de algum estado de coisas descrito anteriormente no contexto

enunciativo, o referente sujeito “ele” tem que repassar a posse de seu corpo e sua alma para uma entidade superior, abrangente e irrecorrível: o patrão inglês.

(223) O portão de grades de ferro verde e argolões dourados abre-se aos pequenos trancos, como que RELUTANDO em me dar passagem. (EST) → não traz implicações quanto à realização/não-realização efetiva do complemento.

Esse tipo semântico só apresenta relação de implicação quando a oração principal é negativa, sendo o complemento implicado como realizado (verdadeiro); quando a oração principal é afirmada, o complemento é neutro, ou seja, não fornece indícios quanto à realização ou não do que está contido na completiva.

A análise qualitativa dos dados demonstra, ainda, que DESPREZAR, NEGAR-SE, TREPIDAR, podem, em determinados contextos pragmático-discursivos, ser empregados como predicados de uso somente-se negativo:

(224) Esse gentil homem que não DESPREZAVA trocar a batina pela casaca. (CF) → DESPREZAR se comporta como verbo somente-se negativo na acepção de dispensar, rejeitar.

(225) Adalberto NEGOU-se decididamente a abandonar sua velha casa. (INQ) → NEGAR se comporta como verbo somente-se negativo na acepção de recusar-se.

(226) O Partido não TREPIDOU em permitir a pequena propriedade no campo. (SIG-O) → TREPIDAR se comporta como verbo somente-se negativo na acepção de hesitar.

Na etapa final desta subseção, é necessário comentar que boa parte dos implicativos examinados atua como verbo modalizador, expressando modalidade inerente, relacionada à camada da predicação, daí o estatuto mais gramatical que se confere aos representantes dessa classe.

Observem-se, por exemplo, algumas ocorrências do verbo-se afirmativo FAZER:

(227) Nos primeiros dias de setembro, agentes do Serviço de inteligência - o serviço secreto inglês - FIZERAM chegar às mãos do capitão Filinto, o temido chefe da polícia do Distrito Federal, a edição de vinte e cinco de agosto do diário Pravda. (OLG)

(228) A asa do vento FAZ seu corpo girar noventa graus. (EST)

(229) Em seguida FEZ girar o cinzeiro de vidro riscado no meio por um profundo entalhe. (CP)

(230) Naquele momento, no pátio da escola, odiei-a por me FAZER passar aquela humilhação. (ASA)

(231) Um rapaz de flanela na mão abre a portinhola lateral e me FAZ entrar no jardim com um gesto da flanela. (EST)

(232) Meu pai era médico, além de farmacêutico, e me FEZ seguir a profissão. (Q)

Essas construções são bastante semelhantes às que Borba et al. (1990) descrevem com FAZER apresentando um uso modalizador. Para tanto, leia-se o trecho a seguir extraído de Borba et al. (1990, p. 748):

V. É modalizador: um roupão escuro atado à cintura, o que fazia sobressair o tom pálido de sua pele (CCA, 204); Uma brisa fresca faz cair uma folha seca sobre os cabelos louros (CC, 7); Na despedida fazia renascerem as promessas (ED, 100); Tudo faz parecer que eu seja mulherengo (TA, 74); Jerônimo me fez voltar (ML, 18).²⁹

Além de FAZER, MANDAR, classificado como verbo-se afirmativo, e TENTAR, classificado como verbo somente-se afirmativo, são, de acordo com Borba et al. (1990) modalizadores.

Ao longo desta exposição, explicou-se a metodologia utilizada para a apreensão dos possíveis predicados de uso factivo e/ou implicativo do português brasileiro. Além de apresentar os predicados de uso factivo e/ou implicativo ocorrentes na base de dados, por meio da qual se orienta a análise pretendida nesta seção, apresentaram-se, também, outros possíveis candidatos de uso factivo e/ou implicativo, que foram pesquisados no CP 2 do Laboratório de Lexicografia da UNESP/Araraquara; auxiliando-nos, para a realização dessa tarefa, a leitura dos verbetes contidos em Borba et al. (1990).

Chegou-se à conclusão de que as características semânticas marcadas para a factividade/implicação que se têm atribuído aos predicados verbais aqui enfocados se instauram no discurso, na língua falada/escrita, uma vez que essas categorias verbais demonstraram não ser discretas, pois não há fronteiras entre elas, sendo que a um mesmo predicado verbal podem-se atribuir distintas categorizações semânticas, dependentes do contexto pragmático-discursivo. Além do contexto de ocorrência, traços linguísticos, como: finitude/não-finitude da construção completiva, polaridade negativa da predicação matriz,

²⁹ Grifo dos autores.

presença de condicionalidade na predicação matriz, seleção modo-temporal do predicado matriz, demonstraram-se fatores intervenientes para as categorizações semânticas propostas.

Na sequência, considera-se o tipo de verbo da oração matriz, segundo proposta de classificação da gramática funcional de Dik (1997).

5. 2 O tipo de verbo da oração matriz, segundo proposta de classificação da gramática funcional de Dik (1997)

Para os resultados desse grupo de fatores, que se destina a categorizar os factivos, os marcados para implicação e o contrafactivo FINGIR, nos diferentes tipos de predicados proposicionais ou predicacionais, segundo a proposta de Dik (1997), avaliemos a tabela 4:

Tabela 4- Tipo de predicado da oração matriz, segundo proposta de classificação da gramática funcional de Dik (1997), em relação à sua natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade)

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
Tipos de predicados	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o
Atitude proposicional	8	32	17	68	25
Conhecimento e aquisição/perda de conhecimento	105	83,3	21	16,7	126
Aspectuais	--	--	54	100	54
Realização	--	--	183	100	183
Modais	--	--	52	100	52
Manipulação prática	--	--	34	100	34
Diretivos	--	--	30	100	30
Percepção	63	43,2	83	56,8	146
Total	176		474		650

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 4, os predicados de atitude proposicional e os de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento encaixam termos proposicionais, segundo a proposta de classificação apresentada por Dik (1997), com vistas a categorizar, conforme a estrutura estratificada da oração, os tipos semânticos verbais que encaixam complementos oracionais. Os predicados aspectuais, os de realização, os modais, os de manipulação prática e os diretivos, nessa proposta, encaixam termos predicacionais. Quanto aos perceptivos, de acordo com explicação elaborada no final desta subseção, podem encaixar tanto termos proposicionais como predicacionais.

Pela associação dos tipos semânticos propostos por Dik (1997) às camadas de organização da oração, numa análise preliminar, pode-se afirmar que as relações de factividade se instauram na camada da proposição, uma vez que os predicados que apresentam a distinção semântica de factividade correspondem a termos proposicionais; ao passo que as relações de implicação se instauram na camada da predicação, uma vez que os predicados que apresentam essa distinção semântica correspondem a termos predicacionais.

Passemos, agora, a uma análise horizontal pormenorizada dos resultados a que se chegou pela aplicação desse parâmetro semântico à análise das orações.

Recorde-se que, segundo Dik (1997), predicados de atitude proposicional encaixam proposições, cuja função é especificar a atitude de uma pessoa em relação ao fato possível designado pelo complemento proposicional. No *corpus*, 68% desses predicados não são marcados para factividade em contraposição a 32% de casos em que são marcados para factividade.

Esses resultados apontam alguns problemas que podem estar ligados à inadequação da proposta de Dik (1997) à análise das estruturas factivas e implicativas do português brasileiro³⁰ ou a critérios metodológicos adotados nesta pesquisa.

O primeiro aspecto que se propõe discutir é o fato de que em sua obra, Dik (1997) aponta que apenas os predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento e os predicados de percepção mental seriam marcados para a distinção semântica de factividade; enquanto os predicados de atitude proposicional e os de manipulação proposicional não seriam marcados para essa distinção.

No *corpus*, foi possível a categorização de ARREPENDER-SE, ESCLARECER, ESTRANHAR, LAMENTAR, como predicados de atitude proposicional marcados para factividade:

(233) A senhora nunca se ARREPENDERÁ de ter agido bem. (FR)

(234) E o namorado? - perguntei, desistindo de ESCLARECER que ela batera à porta errada. (BOC)

(235) O juiz, desejando tranquilizá-la, ESCLARECEU que não havia razões para temor. (FR)

³⁰ O modelo de gramática funcional, tal como formulado por Dik (1989; 1997), coloca-se como um modelo aplicável às línguas naturais, de maneira que possa ser o mais abrangente possível, propondo-se a dar conta de explicar, de forma ampla, vários fenômenos relacionados às diferentes línguas. É bastante natural que, na aplicação desse modelo de análise a uma língua específica, no caso em discussão o português brasileiro, sejam necessárias certas adequações, o que, de modo algum, diminui a dimensão da obra desse autor e de sua aplicabilidade aos estudos linguísticos.

(236) Você pode ter ESTRANHADO eu chamar Ângela de velha. Mas, apesar de pouca idade, ela está quase uma velha! (A)

(237) LAMENTO que tenha de sair tão cedo - disse Ramiro. (Q)

Quanto à ocorrência (235), concluímos, agora, que uma classificação mais adequada para ESCLARECER, em determinados contextos enunciativos, é a de predicado de ato de fala, correspondente à camada do enunciado (**clause**). A ocorrência (234), por sugerir uma atitude proposicional por parte do enunciador, levou-nos à atribuição de uma única categorização semântica para esse verbo. Esse comentário sugere, novamente, que, na língua, nada é discreto, estanque, limítrofe, pois, em se tratando de análise semântica de categorias linguísticas, observa-se uma fluidez para a constituição de significados. Os diversos significados de um predicado verbal ou de uma expressão linguística dependem do contexto pragmático-discursivo, ou ainda, de diferentes intenções comunicativas de diferentes enunciadores e/ou enunciatários envolvidos nas mais variadas situações de interação verbal possíveis.

Pretende-se, com isso, mencionar que a categorização semântica aqui proposta resulta da interpretação que fizemos por meio da aplicação de propostas, como a de Kiparsky e Kiparsky (1970), de Karttunen (1973, 1971a, 1971b, 1970), de Dik (1997), à análise dos enunciados constantes no *corpus*. Portanto, o que se propõe aqui abre caminhos para novas discussões, no sentido de avaliar a apropriação dessas categorizações, ou mesmo, propor novas categorizações, pela análise dos verbos estudados ou de outros, que, eventualmente, possam ser estudados, sob a perspectiva que seguimos, ou sob uma perspectiva diversa.

Colocam-se, em discussão, agora, os verbos de atitude proposicional não-marcados para factividade. Representam essa classe os predicados FINGIR e HESITAR, em ocorrências como estas:

(238) Resistindo ao desejo de se voltar para ver, pôs-se a assobiar baixinho, FINGINDO examinar os livros da estante. (CP)

(239) Sérgio não HESITOU em se mostrar desarvorado com o protesto. (A)

Para o predicado FINGIR não se verifica nenhuma inadequação de aplicação teórica, posto que Dik (1997) reconhece a distinção semântica de contrafactividade, propriedade que caracteriza esse verbo, em meio aos predicados matrizes que encaixam termos proposicionais.

O problema se detecta em relação a HESITAR, marcado para implicação, que, de fato, como se apontou em 5.1, categoriza-se como um predicado somente-se negativo. Dik (1997) propõe que as marcas de implicação podem estar presentes nos predicados matrizes que admitem termos oracionais predicacionais, sendo que não menciona a possibilidade de identificação desse traço semântico entre predicados matrizes que admitem termos proposicionais.

Passemos à análise dos predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento, que também encaixam proposições, conforme Dik (1997), designando a aquisição mental, posse, ou perda do fato veiculado pelo complemento proposicional.

No *corpus*, 83,3% das ocorrências desses predicados são marcadas para factividade, sendo que esses traços semânticos se manifestam em verbos como COMPREENDER, DESCOBRIR, ENTENDER, ESQUECER, LEMBRAR, SABER, RECORDAR:

(240) Naquele dia do fogo eu COMPREENDI que Candinho não estava bom da cabeça, posso dizer mesmo que ele estava meio doido. (AF)

(241) Quando Peixoto voltou ao Rio e DESCOBRIU que sinos haviam bimbalhado em sua ausência, quase pôs a casa abaixo. (ETR)

(242) Depois pergunta “que é de Osbênio?, que é de Claur?”, e ENTENDO que ele esperava outra pessoa, algum parente, quem sabe. (EST)

(243) Não se ESQUEÇA, comissário, que não estamos mais numa ditadura. (AGO)

(244) LEMBRAVA-se, no entanto, que lhe haviam entregue, escrito num pedacinho de papel, o nome da menina, para garantir-lhe grafia certa. (ANA)

(245) Não perde por esperar, disse Ilídio, consciente de que os outros SABIAM que ele estava apenas fazendo farol com aquelas ameaças. (AGO)

(246) No íntimo, contudo, atormentou-se RECORDANDO que se divertia enquanto ele estava padecendo, com a perna intumescida e ralada. (FR)

E apenas 16,7% dos predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento são marcados para implicação, representados por ESQUECER-SE DE, LEMBRAR-SE DE e SABER, em ocorrências deste tipo:

(247) E eu não podia me ESQUECER de falar só alemão. (ASA)

(248) Eu me LEMBRO de ter visto aquelas imagens, muitas mesmo, de Sant'Ana. (MC)

(249) Mané Caieira SOUBE evoluir e impor-se na região. (ETR)

Tem-se postulado a hipótese de que as relações de factividade começam a se estabelecer no nível da proposição, enquanto as relações de implicação se estabelecem no nível da predicação.

Discutiu-se em 5.1 que os predicados ESQUECER-SE DE, LEMBRAR-SE DE e SABER podem ser marcados para factividade ou implicação, portanto são predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento, que, além desse traço semântico, possuem outro, marcado para factividade ou implicação.

Se a associação entre factivos/termos proposicionais e implicativos/termos predicacionais puder se estabelecer de uma forma tão pontual, o fato de os predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento, ESQUECER-SE DE, LEMBRAR-SE DE e SABER, serem marcados para implicação, sugere a possibilidade de que predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento podem, também, ser categorizados como termos predicacionais, no português brasileiro.

Os tipos semânticos de predicados matrizes que se apresentam na sequência, os aspectuais, os de realização, os modais, os de manipulação prática e os diretivos, fornecem evidências extremamente favoráveis para associar-se a distinção semântica de implicação a predicados matrizes predicacionais.

Desse modo, diferentemente dos predicados estudados até o momento, os aspectuais encaixam termos complexos predicacionais. Esse tipo de predicado tem a função de assinalar o ponto em que um estado de coisas se encontra, no momento de sua enunciação. No *corpus*, todos os predicados aspectuais: CHEGAR A, DEIXAR DE e VIVER são marcados para implicação:

(250) Mas nem CHEGOU A saltar do navio, as autoridades americanas fizeram inúmeras exigências e suspeitavam que ele fosse judeu. (BB) → indica aspecto resultativo.

(251) Como sempre, assinara todos os atestados de pobreza e de residência que os outros comissários DEIXAVAM DE despachar. (AGO) → aspecto cessativo.

(252) Eu VIVO me esgoelando com o Fontoura, que não bota os pés na terra. (Q) → aspecto durativo.

Os enunciados apresentados em (250), (251), (252), demonstram que os aspectuais apresentam, impreterivelmente, marcas de realização (ocorrência 252) ou não-realização (ocorrências 250 e 251) de seus complementos. Uma vez que os complementos dos aspectuais são termos complexos predicacionais, não se esperava mesmo encontrar nenhum factivo aspectual.

Os predicados de realização encaixam termos complexos predicacionais e se caracterizam pela co-temporalidade entre as orações (matriz e completiva), o que quer dizer que o estado de coisas descrito no complemento desses predicados ocorre simultaneamente ao estado de coisas da oração matriz. Essa classe tende a ser marcada para implicação.

AFIANÇAR, ARRISCAR-SE, ASSEGURAR, CONSEGUIR, CUIDAR, DEMONSTRAR, DESCUIDAR, DESISTIR, DIGNAR-SE, EVITAR, FAZER, GARANTIR, IMPEDIR, IMPORTAR, INDICAR, MOSTRAR, OUSAR, PREOCUPAR-SE, PROCURAR, PROVAR, RECUSAR, RELUTAR, SABER, SIGNIFICAR, TENTAR atuam como predicados de realização marcados para implicação nos seguintes casos:

(253) Gostaria de AFIANÇAR que todo o interesse da minha Ordem é servir os índios, ajudá-los como seres humanos. (Q)

(254) Em tempos mais heróicos, seus captores teriam de persegui-los pelas florestas de pau-brasil, ARRISCANDO-se a ser vergonhosamente driblados. (ETR)

(255) Foi exatamente o que Miguel Rotundo fez, de todo o coração: comunicou o fato, pelo telefone, ao secretário da federação das associações de bairros que, por sua vez, lhe ASSEGUROU estar recebendo de toda parte idênticas informações. (GRE)

(256) Nenhum mosquito CONSEGUIA pousar no corpo fresco. (JT)

(257) Imediatamente uma equipe da fábrica CUIDAVA de reformar-lhe a casa. (ETR)

(258) Mas a mulher não DEMONSTROU ter visto nada. (CP)

(259) O forte impulso pequeno-burguês dos jovens oficiais fazia com que se preocupassem exclusivamente com a agitação, DESCUIDANDO de angariar o apoio de seus camaradas à revolução popular que sonhavam organizar. (OLG)

(260) Eis que por falta de vento elas DESISTEM de segui-lo. (JT)

(261) Ela, é claro, nem se DIGNAVA tomar conhecimento de mim, com essa faculdade admirável que têm as mulheres de estarem ausentes na mais indubitável presença. (BOC)

(262) [Fala de Sérgio a Sílvia] E EVITEI que você continuasse naquela ilusão toda em que Ângela queria. (A)

- (263) Em seguida FEZ girar o cinzeiro de vidro riscado no meio por um profundo entalhe. (CP)
- (264) E posso GARANTIR que jamais seria convidada pelos Sempervírens. (BOC)
- (265) Omitiu apenas o motivo que o IMPEDIRA de continuar a perseguição. (XA)
- (266) Desde, é claro, que ele não se IMPORTASSE de repassar a posse de seu corpo e sua alma para uma entidade superior, abrangente e irrecorrível: o patrão inglês. (ETR)
- (267) José levava em redor do pescoço uma toalha e na mão o sabonete: tudo INDICAVA que ia somente assear-se. (FR)
- (268) Padre Estevão, sem saber evidentemente que pecado ele vivia escondendo, TINHA com muita habilidade MOSTRADO que, fosse esse pecado qual fosse, havia absolvição para tudo. (MC)
- (269) E ríamos, cúmplices de algo que não OUSÁVAMOS pronunciar. (ASA)
- (270) Não fosse pelos pernilongos, ninguém se PREOCUPARIA em fechar portas ou janelas nas noites de Pau Grande. (ETR)
- (271) Agora, no trem, ele PROCURAVA se lembrar se algum comissário já fora liquidado em circunstâncias semelhantes. (AGO)
- (272) Deitou-se com seu segundo homem querendo PROVAR-lhe que não era aquilo que ele estava pensando. (AF)
- (273) Temia que algum maroto lhe dissesse um nome feio, que se RECUSASSEM a obedecer-lhe as ordens. (MUL)
- (274) O portão de grades de ferro verde e argolões dourados abre-se aos pequenos trancos, como que RELUTANDO em me dar passagem. (EST)
- (275) Mas nestes últimos anos não tenho mais aparecido e imagine como Padre Estevão deve ficar aborrecido de ver sua Procissão diminuindo de ano para ano, porque a nova geração, Seu Delfino, não quer SABER de se amolar com estas coisas, não. (MC)
- (276) Isso SIGNIFICA que o trânsito vai engarrafar na Praça Cinco. (GRE)
- (277) O senhor está TENTANDO me dizer que o assassino pretende, sem razão nenhuma, matar mais duas moças? (XA)

Merece consideração a categorização proposta para determinados verbos nos contextos pragmático-discursivos representados em (253) a (277).

Primeiramente, quer-se colocar que alguns predicados de realização selecionam complementos oracionais que relatam discurso direto/indireto, o que poderia, numa análise preliminar, sem a consideração de outros critérios, levar-nos a classificá-los como predicados

de atos de fala, relacionados, portanto, à camada mais elevada de organização da oração. Este é o caso de: AFIANÇAR, em (253); ASSEGURAR, em (255); GARANTIR, em (264).

Partindo do princípio de que predicados exprimem atos de fala e de que atos de fala envolvem ação, selecionando, portanto, sujeitos agentivos, a investigação dos estados de coisas descritos nas predicacões matrizes desses enunciados orientou-nos à categorização desses predicados como de realização.

Desse modo, a predicacão matriz “gostaria de AFIANÇAR”, em (253), descreve um estado de coisas do tipo **atividade**, porque se configura como um estado de coisas [+dinâmico], no qual o referente sujeito possui o traço [+controle], sendo o evento matriz [-télico], ou seja, não atingiu um ponto terminal. A predicacão matriz “o secretário da federação das associações de bairros lhe ASSEGUROU”, em (255), descreve um estado de coisas do tipo **realização**, porque se configura como um estado de coisas [+dinâmico], no qual o referente sujeito possui o traço [+controle], sendo o evento matriz [+télico], pois, nesse caso, já atingiu um ponto terminal. Assim como em (253), a predicacão matriz “e posso GARANTIR”, em (264), descreve um estado de coisas do tipo **atividade**, porque se configura como um estado de coisas [+dinâmico], no qual o referente sujeito possui o traço [+controle], sendo o evento matriz [-télico], ou seja, não atingiu um ponto terminal.

Está em Borba et al. (1990, p. 515) que “dignar-se – é verbo modalizador precedendo oração infinitiva, introduzida ou não por **a/de**, para indicar **volição**”. A análise do estado de coisas em (261) “ela, é claro, nem se DIGNAVA”, o qual descreve o tipo **posição**, porque se configura como um estado de coisas [-dinâmico], com referente sujeito possuindo traço de [+controle], não auxilia na opção de categorizar esse predicado como de realização, em detrimento de uma categorização como predicado de atitude proposicional. Aqui foi a co-temporalidade dos eventos descritos nas predicacões (matriz/encaixada) que norteou a opção pela categorização proposta.

Há, ainda, alguns predicados cujas predicacões matrizes descrevem estados de coisas do tipo **posição** ou **estado**, mas que receberam a categorização semântica de predicados de realização em função dos estados de coisas descritos em suas predicacões encaixadas. Tanto o fator de co-temporalidade, atuante na categorização de DIGNAR-SE, como a interveniência do estado de coisas descrito na predicacão encaixada, evidenciam um maior nível de entrelaçamento das estruturas implicativas. Exemplificam essa situação os enunciados apresentados em (266), (267), (269), (276), que passamos a examinar.

A predicacão matriz do enunciado (266) “ele não se IMPORTASSE de” e a do enunciado (267) “tudo INDICAVA” descrevem estados de coisas do tipo **estado**, porque

configuram estados de coisas [-dinâmicos], em que os referentes sujeitos possuem o traço [-controle]; suas predicções encaixadas “repassar a posse de seu corpo e sua alma para uma entidade superior, abrangente e irrecorrível: o patrão inglês” e “ia somente assear-se” descrevem estados de coisas do tipo **atividade**, porque configuram estados de coisas [+dinâmicos], em que os referentes sujeitos possuem o traço [+controle], sendo os eventos [-téllicos], posto que ainda não atingiram um ponto terminal. A categorização de IMPORTAR-SE e INDICAR, nessas ocorrências, como predicados de realização foi proposta pela extensão dos traços semânticos caracterizantes dos estados de coisas das predicções encaixadas às predicções matrizes.

Em (269), a predicção matriz “não OUSÁVAMOS” descreve um estado de coisas do tipo **posição**, configurando um estado de coisas [-dinâmico], com referente sujeito possuindo traço [+controle]. O fato de sua predicção encaixada “pronunciar” expressar um estado de coisas do tipo **atividade**, com traços os semânticos [+dinâmico], [+controle], [-téllico], propiciou a categorização de OUSAR como predicado de realização, em detrimento de uma classificação como predicado de atitude proposicional. Aliado a esse traço semântico, ressalte-se, igualmente, a relevância do fator de co-temporalidade dos eventos descritos nas orações. A co-temporalidade atua também nos enunciados (266) e (270).

Em (270), a predicção matriz “ninguém se PREOCUPARIA em” expressa um estado de coisas do tipo **dinamismo**, com traços [+dinâmico], [-controle], [-téllico]; a predicção encaixada “fechar portas ou janelas nas noites de Pau Grande” expressa um estado de coisas do tipo **atividade**, com traços [+dinâmico], [-controle], [-téllico]. Além da dinamicidade dos eventos, a co-temporalidade proporciona a categorização de PREOCUPAR-SE EM como predicado de realização.

Voltando ao comentário de enunciados com predicções matrizes com ausência de dinamicidade, em (276), a predicção matriz “isso SIGNIFICA” descreve um estado de coisas do tipo **estado**, configurando um estado de coisas [-dinâmico], com referente sujeito possuindo traço [-controle]. O fato de sua predicção encaixada “o trânsito vai engarrafar na Praça Cinco” expressar um estado de coisas do tipo **dinamismo**, com os traços semânticos [+dinâmico], [-controle], [-téllico], não foi o único fator que propiciou essa categorização. Além disso, intervieram os critérios seguintes: esse verbo foi classificado, em 5.1, como possível de ser empregado como se-afirmativo; quase todos os verbos-se afirmativos se categorizam como predicados de realização; inexistente (ou se teve dificuldade de reconhecer) uma classe de predicado matriz predicacional em que SIGNIFICAR pudesse ser categorizado mais adequadamente.

Antes de passar à discussão dos predicados modais, é preciso observar que, no enunciado (275), SABER figura como um predicado de realização, tendo recebido anteriormente a classificação de predicado de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento. Depreende-se, assim, que SABER transita não somente pelas classes semânticas marcadas para factividade/implicação, mas também pelos termos proposicionais/predicacionais da estrutura estratificada da oração, evidenciando a fluidez com que a língua é utilizada por seus usuários, a que vimos nos referindo no decorrer desta seção.

Os modais, que figuram apenas nas construções marcadas para implicação, não foram incluídos por Dik (1997) entre os predicados que admitem termos complexos.

Para classificar adequadamente os verbos selecionados para análise, que não se integravam à proposta do autor, foi necessário recorrer ao estudo empreendido por Noonan (1994), no qual Dik se baseou.

Assim, segundo Noonan (1994), entre os modais se incluem todos os predicados que expressam modalidade epistêmica (relacionada ao grau de certeza de conhecimento) ou deôntica (relacionada à obrigação moral ou permissão). O autor inclui os predicados que satisfazem a parte epistêmica dessa definição na categoria dos predicados de atitude proposicional, restringindo o termo modal aos predicados que expressam obrigação e necessidade moral. Como características para essa classe, o autor discrimina as seguintes: são predicados que apresentam referência de tempo determinada, ou seja, o tempo da completiva é dependente do tempo da oração principal; em função disso, tendem a assumir complementos não-finitos e são, segundo o autor, fortes candidatos à união oracional ou lexical.

No que concerne a este trabalho, além da hipótese de que as completivas desses predicados estão mais integradas à oração matriz, constatou-se que eles se apresentam como menos plenos, em relação a sua aceção, e mais gramaticais, funcionando como suporte para categorias gramaticais de tempo, modo, aspecto. É o que se observa nas construções DEIXAR, modal marcado para implicação:

(278) No quarto atirou-se à cama, com esporas e tudo, e DEIXOU-se ficar, os olhos bem abertos começando a perder o brilho. (FR)

Os predicados de manipulação prática expressam que o enunciador faz algo a fim de conseguir que o enunciatário realize o estado de coisas descrito na predicação encaixada, sem nenhum ato de fala interveniente. Esse tipo se mostrou marcado para implicação em todas as ocorrências.

São predicados de manipulação prática marcados para implicação FAZER, FORÇAR, OBRIGAR e PERMITIR:

(279) Um rapaz de flanela na mão abre a portinhola lateral e me FAZ entrar no jardim com um gesto da flanela. (EST)

(280) Ele não quer ser pego, sabe que não quer ser pego. Mesmo assim, há algo que o FORÇA a deixar as pistas que certamente levam ao desastre. (XA)

(281) Eu gostava de lá, embora me OBRIGASSEM a beber leite recém-tirado das vacas. (ASA)

(282) O grau de fiscalização era tal que PERMITIA ao gerente inglês imiscuir-se na intimidade profunda das famílias e até ministrar-lhes noções básicas de higiene. (ETR)

Em (263), propôs-se categorizar FAZER como predicado de realização; em (279), funciona como predicado de manipulação prática. Assim como um mesmo verbo pode transitar pelas diferentes subclasses implicativas, caso de DEIXAR, por exemplo, um mesmo verbo pode transitar pelos diferentes tipos de predicados predicacionais.

Os predicados diretivos expressam algo que é feito pelo enunciador a fim de conseguir que o enunciatário realize o estado de coisas a ser designado pela predicação encaixada. Esses predicados pressupõem sempre um ato de fala interveniente entre o enunciador e o enunciatário, traço que os distingue dos predicados de manipulação prática, considerados em (279) a (282). Esse tipo se mostrou marcado para implicação em todas as ocorrências examinadas.

São predicados diretivos marcados para implicação MANDAR e PERMITIR:

(283) Tatiana parara o ensaio e MANDARA recomeçar tudo do início. (BB)

(284) Por que PERMITE Deus que eu sofra? (FR)

O predicado PERMITIR transita pelos termos predicacionais de manipulação prática e diretivos.

Entre os predicados de percepção, incluem-se os predicados de percepção mental e os de percepção direta, assim descritos em Dik (1997). Segundo esse autor, predicados de percepção mental expressam “percepção indireta” do fato designado pelo termo completivo proposicional. Fala-se em percepção mental ou indireta quando algum fato é inferido a partir de informação percebida por meio dos sentidos. Quanto aos predicados de percepção direta,

Dik afirma que exprimem uma relação entre um sujeito percebedor e um estado de coisas, sendo que os eventos descritos em suas orações matriz e completiva devem ser co-temporais. VER, no sentido de percepção imediata, é o único representante desse tipo relacionado pelo autor.

Analisando a tabela 4, vê-se que os predicados de percepção tendem a ser marcados para implicação (56,8% dos casos) ou para factividade (43,2% dos casos).

Os predicados de percepção marcados para factividade encontrados no *corpus* foram NOTAR, OBSERVAR, PERCEBER, SENTIR e VER. Como já se discutiu em 5.1, SENTIR e VER, além dessas marcas, também podem ser marcados para implicação. Sendo assim, OUVIR, SENTIR, VER representam os predicados de percepção marcados para implicação.

Em relação a essa classe, importa ressaltar a impossibilidade de manter a distinção entre predicados de percepção mental e percepção direta feita por Dik (1997), para os verbos perceptivos do inglês.

Em inglês, predicados de percepção mental admitem termos complexos proposicionais e, entre esse e outros termos complexos proposicionais, distingue-se o traço semântico factivo/não-factivo. Já os predicados de percepção direta do inglês admitem termos complexos predicacionais e, entre esse e outros termos complexos predicacionais, distingue-se o traço semântico implicativo/não-implicativo.

Em português, nem sempre é possível estabelecer essas correlações. Para exemplificar essa questão, comparemos as ocorrências do verbo VER. VER foi classificado como um verbo suscetível a uma leitura factiva ou implicativa de seus complementos oracionais. Pela proposta de Dik (1997), quando factivo, VER é predicado de percepção mental; quando implicativo, de percepção direta.

Na ocorrência (285), por exemplo, é possível estabelecer a correlação predicado de percepção mental com o traço semântico factivo:

(285) VEJO que o senhor escondeu alguns fatos bastante pitorescos quando fomos ao necrotério. (XA)

Já na ocorrência (286), em que o uso de VER é marcado para factividade, não é possível correlacioná-lo à percepção mental, mas sim à percepção direta do estado de coisas descrito no enunciado:

(286) Ontem quando fui dormir VI que a noite estava bonita. (MUL)

Concluímos, assim, que, no português brasileiro, quer seja marcado para factividade ou implicação, VER tende a ser usado em um sentido amplo de percepção do evento descrito na predicação encaixada, uma vez que nem sempre é possível correlacionar percepção mental/marcas de factividade e percepção direta/marcas de implicação.

Diferentemente de VER, das 13 ocorrências em que SENTIR é marcado para factividade, em 11 é possível correlacioná-lo ao sentido de percepção mental:

(287) E, confusa por SENTIR que nem renegando coisas sagradas para Frau Wolf conquistaria o afeto das meninas, procurei ferir também. (ASA)

Sendo que essa correlação não se estabelece em apenas dois enunciados, nos quais a factividade associa-se à percepção direta:

(288) Foi quando SENTIU que havia alguém atrás, parado na porta. (CP)

(289) Numa dessas vezes SENTI que alguém me olhava; procurei descobrir quem era, mas a jovem fugiu e não pude ver-lhe o rosto. (FR)

Para exemplificar, mais uma vez, a (in)viabilidade dessa correlação, vejamos o caso do verbo NOTAR, classificado como factivo. Pela proposta de Dik (1997), deveria ser um predicado de percepção mental, o que se comprova na amostra a seguir:

(290) Ao retornar à casa, Lígia NOTOU que dona Leocádia tinha um ar de extrema aflição e quis saber o motivo. (OLG)

Porém, não se mantém na ocorrência (291), em que a factividade associa-se ao sentido de percepção direta:

(291) Mattos NOTOU que um homem de avental branco lhe fazia um gesto dissimulado. (AGO)

Tendo em vista a impossibilidade detectada em algumas amostras para correlacionar factividade e percepção mental, optou-se por não fazer nenhuma distinção entre percepção mental e direta, utilizando simplesmente para os representantes dessa classe a designação predicados de percepção.

Ao observar os dados da tabela 4, ressalvadas as especificidades discutidas nesta exposição, pode-se afirmar que: a maior parte dos verbos marcados para factividade é composta por predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento e por predicados de percepção, podendo-se encontrar, também, predicados de atitude proposicional marcados para factividade; os verbos marcados para implicação se distribuem pelos diferentes termos predicacionais, aspectuais, de realização, modais, de manipulação prática, diretivos, perceptivos.

Toda a discussão aqui empreendida, correlacionando factivos/termos proposicionais e implicativos/termos predicacionais, aliada: à análise qualitativa, feita na seção 2, sobre o escopo de operadores (negativos e modais) e de satélites (locativos e temporais) nessas estruturas de complementação; à análise quantitativa e qualitativa do escopo do operador de negação “não” e dos mecanismos expressivos de modalidade inerente em construções complexas factivas e implicativas feita em 5.1, aponta que as relações de implicação se instauram no nível da predicação e as relações de factividade no nível da proposição.

Quanto a essa associação, cabem ainda algumas considerações.

No que respeita aos factivos, verificou-se que os complementos desses predicados não estão sob o escopo da negação, uma vez que a presença desse operador na predicação matriz dessas estruturas restringe seu escopo à oração principal.

A negação é analisada por Dik (1989) como um operador de predicação de nível $2(\pi_2)$, que, como tal, tem toda a predicação, incluindo predicado e termos em seu escopo.

O fato de o escopo da negação restringir-se à predicação matriz evidencia que as relações de factividade não se estabelecem no nível da predicação, devendo situar-se em níveis mais altos de organização da oração.

Esse fato conduz à observação de que as orações complexas com predicados factivos, embora exibam mecanismos sintáticos de subordinação, como a presença de complementizador, funcionam como duas orações independentes, como fica evidente pela análise do escopo do operador negativo. E, para situar em que nível se estabelece a relação de factividade, cumpre distinguir entre estados de coisas (ECs) e fatos possíveis (FPs).

Vendler (1967) já chamara a atenção para o fato de que uma distinção deve ser realizada entre **eventos** (ou estados de coisas – ECs) e **fatos** (ou fatos possíveis – FPs). Estados de coisas são entidades de segunda ordem, que podem acontecer, ter uma certa duração; além disso, podem ser percebidos, observados, ouvidos, sentidos; e podem ser súbitos, graduais, violentos. Fatos possíveis são entidades de terceira ordem em que se pode acreditar; podem ser motivo de surpresa ou de dúvida; podem ser mencionados, negados e

lembrados; e eles podem ser verdadeiros ou falsos em relação à ocorrência de algum estado de coisas em algum mundo. Para Dik (1989), a predicação é descrita como a designação de um estado de coisas, e a proposição como a designação de fatos possíveis.

Assim, comprova-se, com a análise do escopo de operador negativo e com os dados contidos na tabela 4, que os predicados factivos se caracterizam por ter complementos proposicionais que, para o falante, não indicam um simples evento, ou seja, não indicam um simples estado de coisas, mas sim um fato possível, podendo-se afirmar que a factividade se estabelece no nível da proposição.

A proposição consiste de uma variável de conteúdo proposicional X_i , que simboliza um fato possível (FP), especificado pela predicação estendida, pelos operadores proposicionais (π_3) (ou atitudinais) e pelos satélites (σ_3), ambos de nível 3. Esses elementos de nível três (operadores e satélites) servem para especificar a avaliação do falante e o seu comprometimento em relação ao fato possível (FP) definido pela proposição. A proposição assim se representa:

(292) proposição = $\pi_3 X_i$: [[predicação estendida] (σ_3)ⁿ] (X_i)

De acordo com Hengeveld (1989), os operadores de proposição captam os mecanismos gramaticais pelos quais o falante especifica sua atitude em relação ao conteúdo proposicional. Essa atitude pode referir-se à avaliação pessoal do falante, ou ao seu comprometimento com o conteúdo proposicional (X_i), ou pode ainda dar uma indicação do tipo de evidência que o falante tem para garantir a exatidão do conteúdo proposicional. As distinções semânticas mais importantes no campo das modalidades proposicionais são a subjetiva e a evidencial.

Na modalidade subjetiva, o falante adquire responsabilidade pessoal em relação ao conteúdo da proposição, assinala o grau de certeza em relação à sua verdade e considera o conteúdo proposicional como certo, provável, possível, verdadeiro. A origem da avaliação do falante é fruto de sua opinião pessoal ou de sua vontade/desejo. Já na modalidade evidencial, o falante avalia o estatuto de aquisição do conteúdo proposicional, se foi obtido por meio de experiência, inferência ou de informação.

Considerando que essas modalidades relacionam a atitude do falante com o conteúdo da proposição, elas pertencem ao nível proposicional (nível 3), tendo o estatuto de operadores de nível 3 (π_3).

Os predicados factivos, por sua vez, comprometem o falante em relação à verdade do conteúdo proposicional e, nesse sentido, por emitirem a opinião pessoal do falante em relação à oração completiva, imprimem ao enunciado que os contém um tipo determinado de modalidade subjetiva. Com relação a alguns predicados **factivos epistêmicos**, que são ligados ao conhecimento, como SABER, por exemplo, a modalidade envolvida é a evidencial, sendo a avaliação do falante obtida pela sua experiência pessoal. Excetuando-se ARREPENDER-SE, ESTRANHAR, LAMENTAR, que se relacionam à modalidade subjetiva, todos os demais predicados marcados para factividade, apresentados na tabela 2, se relacionam à modalidade evidencial.

Givón (1984), entretanto, explica a modalidade que se manifesta em enunciados complexos com predicadores factivos de outro modo, pois, para ele, os factivos impõem a modalidade FATO às suas orações completivas. Tendo em vista a definição de verbos factivos, este parece ser um meio bastante plausível de se explicar as relações semânticas envolvidas nessas estruturas de complementação.

Pelas evidências apresentadas, concluímos, mais uma vez, que os factivos não tomam predicacões como complementos, e sim proposições, pois é em fatos possíveis que se pode acreditar e não em estados de coisas. Assim sendo, as relações de factividade se situam, em relação à representação da estrutura subjacente da oração em camadas, no nível da proposição.

Quanto aos predicados marcados para implicação, recordemo-nos de que: a negação, os modais e os satélites locativos, presentes na predicação matriz estendem seus escopos à predicação encaixada; a força ilocucionária (interrogativa/imperativa), em que figuram essas expressões linguísticas, se estende por toda a estrutura complexa (predicações matriz/encaixada); o tempo do verbo da predicação matriz (pretérito/futuro) restringe a ocorrência de satélites de tempo, na predicação encaixada, os quais devem necessariamente concordar com a categoria de tempo expressa na predicação matriz.

Para a consideração do escopo de modais, em estruturas marcadas para implicação, faz-se necessário apresentar uma ocorrência, a fim de tecer algumas observações relativas ao campo das modalidades. Para tanto, leia-se (293):

(293) (a) [...] [Berta] [...] **foi capaz de** CONSEGUIR estabilizar sua vida mesmo depois da morte de seu marido. (DSP)

(b) Berta foi capaz de estabilizar sua vida mesmo depois da morte de seu marido.

Hengeveld (1987, 1989) verificou a necessidade de distinguir alguns tipos de **modalidade**, os quais podem ser atribuídos a diferentes partes da estrutura da oração e, correspondentemente, a diferentes partes da gramática. Assim, o autor definiu as várias subáreas de modalidade em **inerente (nível 1)**; **objetiva**, compreendendo as modalidades **epistêmica** (ligada ao conhecimento) e **deôntica** (ligada ao dever) (**nível 2**); **subjativa e evidencial**, relacionadas aos factivos (**nível 3**).

Para a consideração da ocorrência (293), importa a apreciação da **modalidade inerente**, correspondente ao **nível 1** das modalidades.

Como já colocado em 5.1, as distinções de modalidade inerente definem as relações entre um participante e a realização do estado de coisas no qual ele está envolvido, podendo consistir em sua capacidade ou disposição para participar do estado de coisas (**poder, ser capaz de/querer, estar desejoso de**), ou à questão de ser obrigado (**dever, ter de**), ter autorização, ou permissão para a realização efetiva. As modalidades inerentes não são expressas por mecanismos gramaticais, e pertencem à estrutura interna da predicação.

Pelas observações elaboradas no parágrafo antecedente, depreende-se que **foi capaz de**, no enunciado (293), expressa modalidade inerente, descrevendo a capacidade ou disposição de Berta para a realização do evento descrito pela predicação. E, além disso, **foi capaz de** pertence à estrutura interna da predicação.

A necessidade de concordância entre operadores e satélites de tempo e de satélites locativos nos enunciados complexos implicativos, resulta do fato de que, em predicções com verbos implicativos na oração principal, a oração subordinada e a subordinante parecem funcionar como um enunciado único, em virtude da análise empreendida sobre o escopo dos operadores estudados. Lembremo-nos de que os advérbios de tempo e os de lugar são satélites de nível 2 (σ_2), ou seja, representam os mecanismos lexicais pelos quais o estado de coisas é localizado no tempo e no espaço. Por serem satélites de nível 2, tais mecanismos pertencem ao nível da predicação.

Considerando a análise do escopo da negação (operador de nível 2), dos satélites de tempo e de lugar e dos modais nos enunciados complexos com predicados implicativos na oração núcleo, e a definição dada para os verbos implicativos como dependentes de uma condição necessária e suficiente, a qual determina a realização/não-realização do conteúdo

expresso na oração completiva, conclui-se, novamente, que as relações de implicação começam a estabelecer-se no nível da predicação, dos estados de coisas. Assim, os verbos implicativos se situam, comparados aos factivos, em um nível abaixo na representação da estrutura subjacente da oração em camadas, o que justifica o comportamento diferente dos predicados implicativos em relação ao valor de verdade de suas orações completivas.

Entretanto, cabe, ainda, considerar a pertinência da força ilocucionária da oração em construções com predicados implicativos. Podemos a partir daí postular a hipótese de que a relação de implicação expressa por verbos implicativos começa a estabelecer-se em níveis mais baixos da estrutura da oração, ou seja, ao nível da predicação, podendo estender-se, dependendo dos operadores e satélites envolvidos nos enunciados, à camada de organização mais alta, a dos atos de fala, passando pelo nível da proposição.

Os diferentes níveis de organização da oração afetados por diferentes operadores e satélites em estruturas complexas factivas e implicativas se relacionam, diretamente, ao grau de integração apreendido nesses tipos de construções complexas. Verbos factivos apresentam um grau de integração da oração completiva à principal extremamente tênue, enquanto verbos implicativos são os que mais integram suas orações completivas às principais. O grau de integração entre as orações matriz e encaixada pode, então, estar relacionado ao escopo de operadores e satélites nessas estruturas de complementação. Tanto a noção de grau de integração como a de escopo de operadores e satélites está ligada ao tipo de predicado matriz.

Elaborada a caracterização semântica dos verbos deste estudo, de acordo com a proposta de Dik (1997); avaliados os níveis em que começam a estabelecer-se as relações de factividade/implicação; discute-se, na próxima subseção, um dos aspectos sintáticos diretamente ligados ao nível de integração entre as orações que compõem uma estrutura complexa, que é o arranjo sintático no qual figuram os complementos verbais oracionais.

5.3 Os tipos de construções completivas realizadas com predicados marcados para factividade e não-marcados para factividade (marcados para implicação e o contrafactiveo FINGIR)

Considerando: (i) as várias formas que as completivas de predicadores factivos e implicativos podem assumir, (ii) que construções dos tipos conjuncional e infinitiva caracterizam todas as classes e subclasses de verbos investigadas, (iii) o objetivo de delimitar os fatores que contribuem para a integração de orações, optou-se pela análise dos tipos finitos e não-finitos de construções complementares de verbos factivos e implicativos.

Parte-se do princípio de que são fatores ligados diretamente ao grau de integração entre os eventos expressos pelas predicções matriz e encaixada: o tipo de realização do complemento (finito/não-finito); o compartilhamento de argumentos, em especial o de sujeitos; a correferencialidade entre os sujeitos das orações (matriz e encaixada); a explicitação do sujeito da oração encaixada. Esses fatores são apreciados na sequência deste trabalho.

Para iniciar essa discussão, considera-se a ocorrência dos tipos (finitos e não-finitos) de construções, segundo a natureza semântica do verbo da oração matriz. Para verificar tal aspecto, observem-se os resultados da tabela 5 e do gráfico 2, respectivamente:

Tabela 5- Tipos possíveis de construções completivas em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo da oração matriz

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
Tipos de construções completivas	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total
	Nº	%	Nº	%	
Conjuncional	172	83,1	35	16,9	207
Infinitiva	4	1,1	350	98,9	354
Infinitiva + preposição com alçamento de sujeito	--	--	9	100	9
Infinitiva com alçamento de sujeito	--	--	51	100	51
Gerundiva	--	--	29	100	29
Total	176		474		650

Fonte: Elaboração própria.

Das 650 construções objetivas analisadas, 207 ocorrências (31,8%) apresentam a oração completiva realizada na forma conjuncional, introduzida pela partícula complementadora “que”; 354 ocorrências (54,5%) apresentam a oração completiva realizada na forma infinitiva; 9 ocorrências (1,4%) apresentam a oração completiva realizada na forma infinitiva, iniciada por preposição, com alçamento do sujeito da oração completiva para a nuclear; 51 ocorrências (7,8%) apresentam a oração completiva realizada na forma infinitiva com alçamento do sujeito da oração completiva para a nuclear; e 29 ocorrências (4,5%) apresentam a oração completiva realizada na forma gerundiva.

Esses diferentes tipos de construções completivas estão exemplificados nas ocorrências a seguir:

(294) O detetive VIU **que o agressor ainda segurava um longo punhal**. (XA) → oração completiva conjuncional introduzida por “que”.

(295) Os tiras HAVIAM CONSEGUIDO **apurar em pouco tempo a identidade do motorista Nelson Raimundo de Souza**. (AGO) → oração completiva infinitiva.

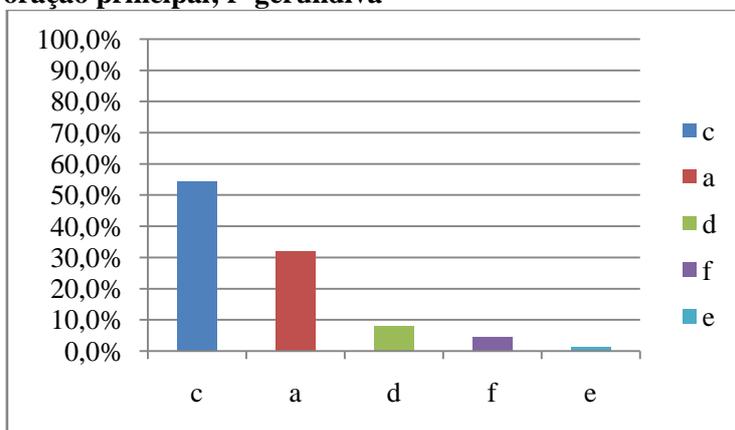
(296) **FORÇÁ-lo a vestir o pijama?** (FR) → oração completiva infinitiva “vestir o pijama”, iniciada pela preposição “a”, com alçamento do sujeito da oração completiva “-o [= ele]” para a matriz.³¹

(297) Não foi sem surpresa, contudo, **que a VI aproximar-se de mim**. (FR) → oração completiva infinitiva “aproximar-se de mim”, com alçamento do sujeito da oração completiva “a” para a matriz.

(298) Nando VIU **Otávio apertando o braço do Fontoura**. (Q) → oração completiva gerundiva.

O gráfico 2 demonstra o fluxo de distribuição dos tipos de construção das orações completivas nas 650 construções analisadas:

Gráfico 2- Distribuição dos tipos de construção da oração completiva: a- conjuncional (introduzida pelo complementizador QUE); c- infinitiva; e- infinitiva, iniciada por preposição, com alçamento de sujeito para a oração principal; d- infinitiva com alçamento de sujeito para a oração principal; f- gerundiva



Fonte: Elaboração própria.

Observando os resultados da tabela 5, é possível traçar uma correlação entre a natureza semântica das classes verbais completáveis por orações e os tipos sintáticos de complementos oracionais selecionados.

³¹ A forma em que se realiza o sujeito completivo “-lo” ocorre no contexto de forma verbal infinitiva, por um processo de assimilação da consoante final (r).

Quando se comparam as classes semânticas verbais, depreende-se que a construção conjuncional caracteriza, sobretudo, os verbos factivos, pois de 176 ocorrências com esse tipo verbal, 172 assumem essa forma. Sendo assim, excetuando-se o predicado ARREPENDER-SE, que apresenta apenas um registro em que o complemento oracional se realiza na forma infinitiva, todos os demais verbos factivos relacionados na tabela 2 trazem a completiva na forma finita, como se pode ilustrar por meio dos enunciados seguintes:

(299) Só LAMENTO que a misteriosa moça não me tenha esperado. (XA)

(300) Mattos foi seguido até a porta da sua casa, sem PERCEBER que o homem alto estava no seu enalço. [...] (AGO)

(301) Eu SEI que tudo o que estou escrevendo são bobagens, mas sinto saudades daquele tempo e escrevendo estas coisas eu mato um pouco a saudade. (MUL)

(302) E Nando VIU que à exceção de Ramiro os outros três tinham aberto os olhos também e sem dúvida se sentiam tensos no ar, enormes e mudos. (Q)

Além do complemento não-finito de ARREPENDER-SE, com os factivos ESTRANHAR, LAMENTAR, PERCEBER, também se registrou essa possibilidade de realização formal do complemento oracional:

(303) A senhora nunca se ARREPENDERÁ de ter agido bem. (FR)

(304) Você pode ter ESTRANHADO eu chamar Ângela de velha. Mas, apesar de pouca idade, ela está quase uma velha! (A)

(305) Watson, LAMENTO informar-lhe que este pobre italiano estava apenas tendo um ataque de nervos, muito comum aos cidadãos de origem latina - explicou Holmes. (XA)

(306) [...] Sem que eu TENHA PERCEBIDO minha irmã fazer qualquer sinal, o copeiro traz uma bandeja com o talão de cheques e a caneta de prata. [...] (EST)

Os dados apresentados na tabela 5 apontam para a associação factivos/complementos finitos (construções conjuncionais).

Passando agora à análise dos predicados marcados para implicação, verifica-se que esse tipo realiza seus complementos oracionais sob a forma de construções não-finitas (infinitivas e gerundivas).

Analisando os diferentes tipos de construções completivas e suas relações com o grau de integração de eventos, verifica-se que as construções do tipo conjuncional, em virtude de

apresentarem um mecanismo sintático subordinante (um complementizador) introduzindo a oração completiva, caracterizam eventos menos integrados, enquanto as construções infinitivas, por não apresentarem nenhum mecanismo explícito de subordinação, e, também, pelo fato de serem reduzidas quanto à expressão de várias categorias gramaticais (tempo, modo, aspecto), quando comparadas às conjuncionais, caracterizam eventos mais integrados. Por extensão, as gerundivas também não possuem nenhum mecanismo explícito de subordinação e se flexionam em menos categorias gramaticais que as orações conjuncionais, assinalando, portanto, uma maior integração entre os eventos.

Pela consideração desses fatos linguísticos e pela observação dos resultados demonstrados na tabela 5, constata-se que os verbos marcados para implicação apresentam o maior índice de construções em que ocorre a integração dos eventos expressos nas orações matriz e encaixada em comparação com os factivos. Em relação a isso, são necessárias duas observações: primeira, há mais fatores sintático-semânticos que interagem para a integração de orações; segunda, as discussões mais importantes envolvendo verbos factivos e implicativos postulam a hipótese de que aqueles caracterizam eventos menos integrados, enquanto estes caracterizam o nível de integração mais elevado apreendido entre orações principais e seus complementos.

Os resultados apresentados na tabela 5 confirmam as discussões sobre o tipo de construção ao qual cada classe verbal tem sido associada. Nos estudos linguísticos realizados envolvendo as classes dos factivos e dos implicativos, como Leech (1978), Lehmann (1988), Domingos (2009), por exemplo, os factivos têm sido frequentemente associados a construções finitas (orações subordinadas), enquanto os implicativos se associam, frequentemente, a construções não-finitas (infinitivas). A seleção desses tipos de construção assinala uma tendência de expressar eventos menos integrados e eventos mais integrados, respectivamente.

Observe-se, ainda, que o tipo de construção infinitiva com alçamento, iniciada ou não por preposição, se manifesta somente com os verbos marcados para implicação. Esse tipo de construção assinala a integração máxima entre eventos, uma vez que o sujeito completivo integra sintaticamente a oração nuclear, sem deixar de ser um argumento semântico da oração completiva. É preciso comentar que o complemento realizado numa forma não-finita, com alçamento de argumento da predicação encaixada à matriz, se registra em estruturas marcadas para implicação com DEIXAR, FAZER, MANDAR, OUVIR, PERMITIR, SENTIR, VER. O tipo de complemento não-finito, iniciado por preposição, com alçamento de argumento da predicação encaixada à matriz, ocorre em enunciados implicativos com FORÇAR, IMPEDIR, OBRIGAR. Esses resultados apontam, mais uma vez, para a comprovação da associação que

tem sido feita por alguns autores (Lehmann, 1988) entre factivos/complementos finitos/eventos menos integrados e implicativos/complementos não-finitos/eventos mais integrados.

Outra questão relevante a ser discutida ainda nesta parte diz respeito às diferenças detectadas entre os verbos, que, com o mesmo valor semântico, permitem diferentes arranjos sintáticos para os seus complementos oracionais. Para avaliar esse aspecto, considerem-se as seguintes construções do *corpus*:

(307) Um rapaz de flanela na mão abre a portinhola lateral e me FAZ entrar no jardim com um gesto da flanela. (EST)

(308) Em seguida FEZ girar o cinzeiro de vidro riscado no meio por um profundo entalhe. (CP)

(309) O ar marítimo FEZ com que se recuperasse aos poucos. (XA)

Para explicar as diferenças entre as construções completivas de FAZER relacionadas em (307), (308), (309), todas na acepção causativa, realizadas sob as formas: infinitiva com alçamento, infinitiva e conjuncional, respectivamente, recorre-se à escala semântica de integração de eventos (escala 1), proposta com base em Givón (1990) na seção 3 deste estudo. De acordo com a escala 1, construções como (307) se situam próximas do polo direito dessa escala onde se encontram ocorrências que apresentam graus elevados de integração da construção completiva à oração principal; construções como (308) estão situadas em comparação a construções como (307), um pouco mais abaixo na escala de integração de eventos, uma vez que não há em (308) compartilhamento de argumentos; construções como (309) podem situar-se a partir do meio em direção ao polo esquerdo da escala, onde se medem desde as ligações mais frouxas até nenhum tipo de elo entre os eventos expressos nas orações principal e subordinada.

Com essa explicação, sugere-se que as diferentes formas que os complementos verbais oracionais podem assumir assinalam a posição dos verbos na escala semântica de integração de eventos.

Além do tipo de construção completiva, outros fatores podem evidenciar a integração de orações. Um deles concerne à correferencialidade do sujeito da oração subordinada com os argumentos da oração principal. Esse aspecto é considerado a seguir.

5.4 A correferencialidade do sujeito da oração subordinada com os argumentos da oração principal

Os resultados mostram que a oração completiva dos verbos marcados para factividade é menos dependente, no que concerne à estrutura sintática, que a oração completiva dos verbos marcados para implicação, uma vez que com os factivos o sujeito da oração completiva tende a não ser correferencial a qualquer argumento da oração matriz.

Por esse parâmetro, testou-se se o sujeito da predicação encaixada era:

- (i) correferencial ao sujeito da predicação matriz;
- (ii) correferencial ao complemento da predicação matriz;
- (iii) não-correferencial aos argumentos da predicação matriz.

Tabela 6- Correferencialidade do sujeito da oração subordinada com os argumentos da principal em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo principal

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total
	Nº	%	Nº	%	
Correferencialidade do sujeito da oração subordinada com os argumentos da principal					Nº
Não-correferencial aos argumentos	152	48,3	163	51,7	315
Correferencial ao sujeito	24	8,4	261	91,6	285
Correferencial ao complemento	--	--	50	100	50
Total	176		474		650

Fonte: Elaboração própria.

Observamos que, nos verbos marcados para factividade, a oração completiva pode ter:

- seu sujeito correferencial ao sujeito da oração matriz:

(310) Ao assinar o termo de compromisso assumindo a responsabilidade por tudo o que pudesse suceder durante a viagem, SOUBE que não seria o primeiro a realizar tal proeza, como imaginara. (ANA) → sujeito não-lexicalizado com forma verbal morfologicamente ambígua das predicações matriz SOUBE e encaixada SERIA possuem o mesmo referente, que é “papai”.

- sujeito não-correferencial aos argumentos da oração matriz, tais como sujeito e objeto:

(311) Saía da sala SABENDO que em casa o sermão se repetiria, pois meu pai era avisado por telefone. (ASA) → sujeito não-lexicalizado com forma verbal morfologicamente ambígua da predicação matriz SABENDO apresenta como referente a primeira pessoa do discurso (singular); já o sujeito da encaixada se representa pelo sintagma nominal pleno “o sermão”.

Os resultados da pesquisa mostram que os verbos marcados para implicação podem ter o sujeito da construção completiva:

- correferencial ao sujeito da oração principal:

(312) Desta vez mamãe CONSEGUIRA empregar o termo exato para traduzir seu pensamento: falta de consideração. (ANA) → o sujeito da oração matriz se realiza na forma do sintagma nominal pleno “mamãe”; na oração completiva “empregar o termo exato”, em virtude da identidade de referentes, o sujeito “mamãe” não se repete.

- correferencial ao complemento da oração principal:

(313) Sua língua, o iatê (ya-thê, aproximadamente “a boca da gente”), era estranha aos principais troncos lingüísticos e, sabiamente, eles não a DEIXARAM diluir-se na “língua geral” imposta pelos padres. (ETR) → o sujeito da construção completiva “diluir-se na “língua geral” imposta pelos padres” é o pronome átono “a” que integra a predicação matriz completando o sentido de DEIXARAM.

- não-correferencial aos argumentos da oração principal:

(314) MANDOU que Betinha sentasse no sofá de molas arrebetadas, o único móvel que derramava um pouco de nobreza naquela sala encardida e escura. (BB) → o sujeito da predicação matriz é não-lexicalizado com forma verbal morfologicamente ambígua, sendo possível inferir do contexto que se trata da terceira pessoa do discurso (singular); já o sujeito da completiva “Betinha sentasse no sofá de molas arrebetadas” é o sintagma nominal pleno “Betinha”.

Embora tenhamos apresentado todas as possibilidades de identidade entre o sujeito da predicação encaixada com os argumentos da predicação matriz, considerada a natureza semântica do verbo da predicação matriz, os resultados da tabela 6 apontam, como se indicou desde o início desta subseção, que os enunciados complexos com predicados principais factivos demonstram uma tendência bastante acentuada para que as predicções matriz e encaixada não compartilhem seus argumentos. A não-identidade de referentes denota uma menor integração das orações que compõem essa estrutura complexa.

Quanto aos verbos marcados para implicação, os resultados apresentados mostram claramente uma tendência para o compartilhamento de referentes entre as orações matriz e encaixada. Portanto, nos verbos implicativos o grau de integração sintática é maior que nos verbos factivos.

A correferencialidade/não-correferencialidade entre os sujeitos das orações matriz e encaixada tem sido um dos fatores apontados por muitos autores como responsável pela realização não-finita/finita dos complementos oracionais, constituindo-se, desse modo, em um dos expedientes cruciais para a produção de complementos oracionais reduzidos/não-reduzidos, respectivamente.

Para Noonan (1994), por exemplo, as ocorrências em que se registra a identidade entre o sujeito completivo e algum outro argumento da predicação matriz tendem a não trazer o sujeito completivo realizado formalmente. Para o autor, os casos mais comuns de correferencialidade são aqueles em que se observa a identidade entre os sujeitos das orações (subordinante e subordinada), casos em que, geralmente, o sujeito completivo tende a não ser expresso formalmente. A não-realização formal do sujeito completivo em virtude de correferencialidade com o sujeito matriz aumenta consideravelmente a probabilidade de a oração completiva assumir uma forma reduzida, dependente, não-finita.

Na gramática funcional de Dik, a identidade de referentes, em especial a identidade entre os sujeitos das orações matriz e encaixada seleciona, preferencialmente, construções infinitivas abertas, produzindo, desse modo, complementos oracionais não-finitos.

Para Lehmann (1988), o compartilhamento de argumentos é responsável pelo entrelaçamento (ou ligação) entre as orações. Para o autor, o entrelaçamento depende essencialmente da quantidade de material que as duas orações conectadas têm em comum. No aspecto semântico do entrelaçamento, duas orações compartilham alguns elementos de seus significados. Na superfície sintática, o entrelaçamento se evidencia pela não-especificação do elemento compartilhado em uma das orações e/ou o entrelaçamento sintagmático das duas orações. Uma das possibilidades de entrelaçamento mencionadas pelo autor resulta do

compartilhamento entre as orações de actantes, como por exemplo, o compartilhamento do sujeito, que, nesse caso, deixa de ser explicitado na oração subordinada, sendo sua especificação fornecida pela oração principal. Nos casos em que se registra a identidade entre os sujeitos das orações (matriz e encaixada), a construção completiva tende a assumir mais acentuadamente uma forma de realização não-finita, particularmente, o infinitivo, enquanto nos casos de não-correferencialidade aumenta-se consideravelmente a probabilidade de a oração encaixada realizar-se sob a forma de uma construção finita. Desse modo, postula-se que a correferencialidade/não-correferencialidade do sujeito completivo com algum argumento da oração matriz pode ser um fator interveniente na seleção do arranjo sintático da construção completiva.

Para Givón (1990), quanto mais dois eventos codificados nas orações principal e completiva compartilham seus referentes, maior a probabilidade de serem semanticamente integrados em um evento único, e menor é a probabilidade de a oração completiva ser codificada como uma oração finita independente.

Sendo assim, faz-se necessário comentar os resultados obtidos por meio do estabelecimento da correlação correferencialidade do sujeito da oração subordinada com os argumentos da oração principal e tipos de construções completivas, segundo a natureza semântica do verbo da oração matriz.

Nas estruturas complexas com verbos matrizes factivos e marcados para implicação analisadas, em que não se registra compartilhamento de referentes, a construção completiva tende a realizar-se em uma forma finita ($183/315 = 58,1\%$). As ocorrências (311) e (314) exemplificam, respectivamente, nos diferentes enunciados complexos estudados, a distribuição dessa correlação.

No entanto, ainda que seja mais frequente relacionar não-correferencialidade de referentes à finitude do complemento, os resultados apontam a possibilidade de associar-se não-correferencialidade de referentes e não-finitude do complemento em 131 casos, sendo que: em 113 casos ($113/315 = 35,9\%$) a completiva se realiza na forma infinitiva; em 19 casos ($19/315 = 6\%$) a completiva se realiza na forma gerundiva, como em (315) e (316):

(315) Presumo que o chofer já esteja a postos com um mapa na mão para levá-la aonde ela mandar, e cada dia ela deve MANDAR **seguir para um lugar diferente**. (EST) → quem manda “ela” é diferente de quem segue “ele (o chofer)”, portanto, sujeitos não-correferentes com a completiva realizada na forma infinitiva.

(316) Já ia dizendo: hum, está bom - e ao levantar os olhos VIU **Candinho hesitando um brevíssimo instante** antes de morder o primeiro pedaço. (AF) → sujeito matriz não-realizado lexicalmente com forma verbal morfológicamente ambígua, ou anáfora zero, mas recuperável por meio do contexto “ela” é diferente do sujeito encaixado realizado na forma de sintagma nominal pleno “Candinho”, nesse caso sujeitos não-correferentes sendo a completiva realizada na forma gerundiva.

Há a ressaltar, ainda quanto a esse aspecto, que a associação não-correferencialidade e finitude é muito mais forte nos enunciados factivos do que nos implicativos, uma vez que nos implicativos a não-identidade de referentes não impossibilita que seu complemento assumira uma forma não-finita, como se vê em (315) e (316), o que sugere uma maior integração sintática das estruturas de complementação marcadas para implicação em detrimento de uma menor integração nas factivas.

Nas estruturas de complementação em que ocorre identidade entre os sujeitos das orações matriz e encaixada, a completiva dos marcados para implicação evidencia uma tendência para figurar numa forma não-finita, posto que, de 285 casos, 259 ($259/285 = 90,9\%$) trazem o complemento nessa forma em contraposição a 2 ($2/285 = 0,7\%$) com complemento finito. Nas estruturas de complementação em que ocorre identidade entre os sujeitos das orações matriz e encaixada, a completiva dos factivos figura numa forma finita em 22 casos ($22/285 = 7,7\%$), em detrimento de apenas 2 casos ($2/285 = 0,7\%$) em que o complemento é não-finito.

A igualdade de sujeitos matriz e completivo aliada a não-finitude complementar é muito forte nas estruturas implicativas ($259/285 = 90,9\%$), e extremamente fraca nas factivas ($2/285 = 0,7\%$). A conjugação desses fatores linguísticos de análise corrobora a hipótese aqui defendida de maior integração em enunciados complexos com predicados matrizes marcados para implicação e de menor integração em enunciados complexos com predicados matrizes factivos.

Como já mencionado, ainda que menos frequente, os resultados apontam a possibilidade de enunciados complexos em que o referente sujeito matriz é idêntico ao referente sujeito encaixado realizarem os complementos numa forma finita, sendo que essa correlação se estabelece em 24 casos ($24/285 = 8,4\%$), como em (317):

(317) Só então ficaram SABENDO que, por esse atraso, deveriam pagar substancial multa. (ANA) → os sujeitos não-realizados lexicalmente das orações matriz e encaixada apresentam o mesmo referente, representado pela terceira pessoa do discurso plural “eles”.

Esse tipo de correlação se mostrou mais significativo nas estruturas factivas ($22/285 = 7,7\%$) do que nas marcadas para implicação ($2/285 = 0,7\%$), ratificando, novamente, a existência de um *continuum* de integração nas diferentes estruturas investigadas.

Cumprido, por fim, discutir os casos em que o sujeito da predicação encaixada registra identidade com outro complemento (não-oracional) da predicação matriz correlacionado ao tipo de arranjo sintático assumido pela completiva. Esse tipo de identidade de referentes se verificou em 50 ocorrências, sendo que as completivas dessas ocorrências realizaram-se todas em uma forma não-finita, assinalando maior integração dessas orações. Esse tipo de correlação caracteriza exclusivamente as estruturas marcadas para implicação, não ocorrendo nas estruturas factivas examinadas. Como esse tipo de correlação denota um nível mais elevado de integração de orações é improvável que ocorra em estruturas marcadas para factividade, uma vez que elas assinalam, como vimos defendendo, uma menor integração de orações.

Para verificar esse tipo de identidade de referentes ligado à forma não-finita da completiva em estruturas marcadas para implicação, veja-se a ocorrência (313).

Nos casos em que não se registra correferencialidade entre o sujeito da oração completiva com os argumentos da principal, espera-se que tanto os sujeitos matrizes como os encaixados (mais provavelmente estes últimos) sejam explicitados formalmente, ou, em caso de não-explicitação formal, possam ser inferíveis a partir do contexto discursivo, como em (315). Esse aspecto é analisado na sequência.

5.5 A explicitude de sujeitos (matriz e completivo) das construções completivas

A não-correferencialidade entre os sujeitos (matrizes e completivos), manifestada em 48,5% ($315/650 = 48,5\%$) das construções analisadas, pode influenciar na explicitação formal desses sujeitos não-correferenciais, principalmente nas orações encaixadas.

Para a variável que examina as possibilidades de explicitação do sujeito da oração principal, os resultados se encontram na tabela 7:

Tabela 7- A explicitude do sujeito da oração principal em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo principal

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
Explicitude do sujeito da oração principal	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total Nº
	Nº	%	Nº	%	
Pronome + desinência	11	33,3	22	66,7	33
0 + desinência	36	42,4	49	57,6	85
SN pleno + desinência	17	38,6	27	61,4	44
Pronome – desinência	17	21,5	62	78,5	79
0 – desinência	61	23	204	77	265
SN pleno – desinência	23	22,5	79	77,5	102
Sujeito oracional	--	--	2	100	2
Auxiliar + infinitivo	5	16,7	25	83,3	30
Auxiliar + gerúndio	6	60	4	40	10
Total	176		474		650

Fonte: Elaboração própria.

Nas 650 orações analisadas, os sujeitos dos verbos factivos e dos marcados para implicação apresentam as possibilidades seguintes de realização:

a) o sujeito da oração principal aparece realizado sob a forma de um pronome anafórico. A forma do verbo, nesse caso, ora é morfologicamente ambígua, ora apresenta desinência:

(318) [...] **Eu** CHEGUEI a aconselhar à Carmela que parasse de tocar durante os filmes cômicos e nos outros dois da preferência das crianças: banguê-banguê e seriado, pois ninguém ouvia patavina da música. (ANA) [pronome + desinência verbal]

(319) Sábado, **ninguém** mais se LEMBRARIA de convidá-la. (CP) [pronome - desinência verbal]

b) o sujeito não é lexicalizado. Nesses casos também a forma verbal se alterna entre morfologicamente ambígua ou com desinência:

(320) Não CONSIGO entender o sentido da minha vida. (BL) [Ø + desinência verbal]

(321) MANDOU que Betinha sentasse no sofá de molas arrebetadas, o único móvel que derramava um pouco de nobreza naquela sala encardida e escura. (BB) [Ø - desinência verbal]

c) o sujeito do verbo principal aparece ainda realizado sob a forma de um sintagma nominal pleno com forma verbal com ou sem desinência:

(322) **Muitos dramas de amor** FIZERAM dona Angelina chorar: “Honrarás tua Mãe!”, “de arrancar lágrimas das pedras...” - dizia. (ANA) [SN pleno + desinência]³²

(323) **Sua instrução mínima** não lhe PERMITIA enfrentar à altura os bambas do gênero em Pau Grande ... (ETR) [SN pleno - desinência]

d) em alguns poucos casos, o sujeito assume a forma de uma oração:

(324) Por que será que **a gente escrevendo** nunca CONSEGUE ser verdadeira como a verdade? (MUL) [sujeito oracional]

e) em outros casos, o verbo factivo/não-factivo é realizado na forma infinitiva ou na gerundiva, integrando uma perífrase verbal. Nessa situação, verifica-se que, se o sujeito está explícito, ele se refere à perífrase verbal (verbo auxiliar + verbo matriz) e não especificamente ao verbo matriz (factivo/não-factivo). Por esse motivo, julgou-se conveniente assinalar que essas ocorrências possuem sujeito referente ao predicado auxiliar, seguido de infinitivo ou gerúndio:

(325) Mas os colonizadores **tentaram** OBRIGÁ-los a lavrar a terra, coisa que os guerreiros, com toda razão, achavam sedentário e chatíssimo. (ETR) [auxiliar + infinitivo]

(326) Mais tarde **fiquei** SABENDO que o casamento de meu pai com ela trouxera grande desgosto para a família, especialmente Frau Wolf. (ASA) [auxiliar + gerúndio]

Observa-se que, de modo geral, os sujeitos matrizes das construções analisadas tendem a não ser explícitos formalmente, pois são 53,8% (350/650 = 53,8%) casos de não-explicitação em oposição a 40% (260/650 = 40%) de explicitação.

Ao analisar cada variável separadamente, encontramos resultados bastante incisivos no sentido de associar a classe dos factivos à expressão de eventos menos integrados em contraposição à dos implicativos.

³² A forma FIZERAM, em (322), é ambígua, podendo referir-se a **eles** FIZERAM, **vocês** FIZERAM. Numa análise posterior, concluímos que os demais sujeitos classificados como realizados sob a forma de sintagmas nominais plenos com indicação de desinência verbal são semelhantes a FIZERAM, ou seja, apresentam flexões de tempo e número, mas não referenciam a pessoa do discurso. Entretanto, há poucos casos, como em: Para as primeiras semanas no Brasil, Olga FOI OBRIGADA a comprar um guarda-roupa de emergência para ambos (OLG), em que a referenciação à pessoa do discurso se registra, em função da forma passiva assumida pelo verbo.

Iniciando essa discussão pelos casos em que o sujeito da oração principal se realiza sob a forma de um pronome com ou sem a indicação de desinência verbal, verifica-se que essa possibilidade de realização é muito mais forte com os implicativos do que com os factivos.

Os casos em que o sujeito não se realiza lexicalmente, mas é inferido a partir da desinência verbal, se manifestam tanto nas estruturas marcadas para factividade como nas não-marcadas; já os casos desse sujeito com forma verbal morfologicamente ambígua são mais muito mais frequentes nas estruturas não-marcadas para factividade (implicativas e o contrafactivo FINGIR) do que nas marcadas para factividade.

Quanto ao sujeito realizado sob a forma de um sintagma nominal pleno com indicação de desinência verbal, esse tipo é mais relevante para as estruturas não-marcadas para factividade do que para as marcadas para factividade. Essa forma de realização do sujeito sem a indicação da desinência verbal é significativa para as estruturas não-marcadas para factividade em contraposição às estruturas marcadas para factividade.

A partir dessas observações, pode-se traçar uma diferença significativa entre os factivos e os não-factivos estudados. Note-se as estruturas não-marcadas para factividade (implicativas e o contrafactivo FINGIR) tendem a explicitar seus sujeitos matrizes, em relação às estruturas complexas marcadas para factividade. Pressupõe-se que tal fato possa estar ligado ao tipo de construção a que se associam factivos e implicativos. Levando em conta que os implicativos se caracterizam pela seleção de complementos oracionais não-finitos, é, por esse meio, justificável a explicitação mais expressiva de sujeitos matrizes em detrimento de uma possível não-explicação de sujeitos encaixados, em contraposição aos factivos que se caracterizam pela seleção de complementos oracionais finitos, possibilitando, portanto, a explicitação de seus sujeitos encaixados, ainda que seus sujeitos matrizes não tenham sido explicitados.

Tendo analisado a explicitação dos sujeitos dos diferentes tipos de verbos factivos, marcados para implicação e do contrafactivo FINGIR e com base na hipótese postulada no parágrafo precedente, passa-se ao exame da explicitude de sujeitos de suas orações completivas.

5.5.1 A explicitude do sujeito da oração encaixada segundo a natureza semântica do verbo da oração matriz

Para a variável que examina as possibilidades de explicitação do sujeito da oração encaixada, os resultados se encontram na tabela 8:

Tabela 8- A explicitude do sujeito da oração encaixada em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo principal

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
Explicitude do sujeito da oração encaixada	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
Pronome + desinência	9	75	3	25	12
0 + desinência	14	93,3	1	6,7	15
SN pleno + desinência	9	75	3	25	12
Pronome – desinência	29	24,4	90	75,6	119
0 – desinência	42	12,7	288	87,3	330
SN pleno – desinência	56	39,7	85	60,3	141
Verbo impessoal	12	80	3	20	15
Sujeito oracional	5	83,3	1	16,7	6
Total	176		474		650

Fonte: Elaboração própria.

As possibilidades encontradas de preenchimento dos sujeitos das orações completivas estudadas são as seguintes:

a) O sujeito da oração subordinada aparece realizado sob a forma de um pronome anafórico. A forma do verbo, nesse caso, ora é morfologicamente ambígua, ora apresenta desinência:

(327) Mas trato é trato, o senhor SABE que **eu** nunca **faltei** com a palavra. (BOC) [pronome + desinência verbal]

(328) Depois pergunta “que é de Osbênio?, que é de Clair?”, e ENTENDO que **ele esperava** outra pessoa, algum parente, quem sabe. (EST) [pronome - desinência verbal]

b) O sujeito não é lexicalizado. Nesses casos, também, a forma verbal se alterna entre morfologicamente ambígua ou com desinência:

(329) DESCOBRI que não **estamos** sozinhos – respondi. (BL) [Ø + desinência verbal]

(330) Também sou canhota e não CONSEGUIRAM me **corrigir**. (ASA) [Ø - desinência verbal]

c) O sujeito da oração subordinada aparece ainda realizado sob a forma de um sintagma nominal pleno, podendo a forma verbal realizar-se com ou sem desinência:

(331) A anistia de trinta e quatro PERMITIRA que **os jovens oficiais participantes das revoluções anteriores voltassem** à ativa. (OLG) [SN pleno + desinência verbal]

(332) No outro dia, SOUBE que **Cláudio ocupava** um apartamento no melhor hotel da cidade. (BB) [SN pleno - desinência verbal]

d) O sujeito se realiza ainda, em alguns casos, na forma de uma oração:

(333) Mas ela SABIA que não adiantava **discutir com o marido**. (ANA) [sujeito oracional]

e) Ocorrem, também, casos em que o verbo subordinado é impessoal, portanto, essas orações não têm sujeito:

(334) Ando assustada nesses meses: sei que há guerra, SEI que na terra de minha avó **há** gente morrendo, parentes nossos, e o Brasil vai entrar na guerra. (ASA) [verbo impessoal]

Os resultados da tabela 8, referentes às possibilidades de explicitude dos sujeitos completivos das construções com predicadores factivos e não-factivos, demonstram algumas diferenças entre esses tipos verbais, as quais estão ligadas às diferentes características gramaticais que envolvem essas classes. As diferenças de explicitude dos sujeitos completivos das construções factivas e não-factivas (implicativas e o contrafativo FINGIR) examinadas estão relacionadas aos tipos sintáticos de complementos admitidos por esses predicadores verbais.

Com relação aos casos em que o sujeito da oração completiva se realiza sob a forma de um pronome anafórico, há a se observar a presença ou não de desinência verbal. As

ocorrências do sujeito da oração completiva realizado na forma de um pronome com indicação de desinência verbal são mais significativas para os factivos em contraposição aos não-factivos (implicativos e o contrafactivo FINGIR). Por outro lado, esse tipo de realização do sujeito sem indicação de desinência é muito mais frequente com os não-factivos (implicativos) quando comparado aos factivos.

Para explicar esses resultados é necessário observar o fato de que essa forma de explicitação do sujeito completivo se manifesta diferentemente entre os verbos estudados.

Com os verbos marcados para implicação, por exemplo, boa parte da realização desse tipo de sujeito se registra em construções completivas infinitivas, iniciadas ou não por preposição, nas quais o sujeito completivo, realizado sob a forma de um pronome oblíquo átono, é alçado da oração completiva para a nuclear, produzindo um tipo de complemento dependente, em que a oração completiva é **degradada** face à nuclear.

Da correlação estabelecida entre tipo de construção completiva e explicitude do sujeito da oração encaixada, merecem destaque alguns pontos, que são apresentados no decorrer desta subseção. O primeiro ponto desenvolve-se no parágrafo subsequente.

O sujeito realizado por anáfora pronominal com forma verbal morfológicamente ambígua ocorre, em relação aos diferentes arranjos sintáticos da completiva, nesta distribuição: em 119 casos o sujeito da encaixada assume essa forma de explicitação, sendo que 35 ($35/119 = 29,4\%$) se verificam em construções finitas e 84 ($84/119 = 70,6\%$) em construções não-finitas. Quando se considera a natureza semântica do predicado da oração matriz e essa possibilidade de explicitação do sujeito da encaixada, os resultados indicam esta distribuição: 75,6% ($90/119 = 75,6\%$) ocorrem nas estruturas não-factivas (implicativas e o contrafactivo FINGIR); e 24,4% ($29/119 = 24,4\%$) nas marcadas para factividade.

Os verbos implicativos que associam a realização não-finita de seus complementos oracionais a essa possibilidade de explicitar seus sujeitos completivos são DEIXAR, FAZER, FORÇAR, IMPEDIR, MANDAR, OBRIGAR, OUVIR, PERMITIR, SENTIR e VER:

(335) Virgínia entrelaçou as mãos e DEIXOU-**as** cair desconsoladamente no regaço. (CP) → “as” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “cair desconsoladamente no regaço”.

(336) Só no oitavo toque mamãe põe a mão no fone, mas algum impulso **me** FAZ desligar um segundo antes. (EST) → “me” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “desligar um segundo antes”.

(337) Ele não quer ser pego, sabe que não quer ser pego. Mesmo assim, há algo que **o** FORÇA a deixar as pistas que certamente levam ao desastre. (XA) → “o” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “a deixar as pistas que certamente levam ao desastre”.

(338) Omitiu apenas o motivo que **o** IMPEDIRA de continuar a perseguição. (XA) → “o” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “de continuar a perseguição”.

(339) Doutor, o senhor botou um revólver na minha cara e **me** MANDOU entrar. (AGO) → “me” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “entrar”.

(340) Eu gostava de lá, embora **me** OBRIGASSEM a beber leite recém-tirado das vacas. (ASA) → “me” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “a beber leite recém-tirado das vacas”.

(341) Eu **o** OUVI dizer que está há quinze anos com o Spi? - disse Nando. (Q) → “o” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “dizer”.

(342) Alguma coisa que **lhe** PERMITISSE ficar. (A) → “lhe” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “ficar”.

(343) Eu digo “mamãe”, e posso SENTI-la colar o fone na orelha, para travar o tremor da mão esquerda. (EST) → “la” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “colar o fone na orelha”.

(344) E essas pessoas também parecem se admirar, **me** VENDENDO passar tão repetido. (EST) → “me” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “passar tão repetido”.

Observe-se que as infinitivas de FORÇAR, IMPEDIR e OBRIGAR, diferentemente das dos demais verbos, são iniciadas por preposição **a** ou **de**.

Esse tipo de explicitação de sujeito também ocorre com os implicativos OUVIR e VER com construções gerundivas, outro tipo de complemento não-finito:

(345) Ela cantou, finalmente, um papel de Santuzza, OUVIA-a ensaiando o dia todo, a noite vinha o tenor e os dois passavam os duetos. (BB) → “a” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “ensaiando o dia todo”.

(346) Eu **o** VI combinando o crime várias vezes com o Climério. (AGO) → “o” integra a predicação matriz e funciona como sujeito da completiva “combinando o crime várias vezes com o Climério”.

Embora se tenha registrado uma preferência para os implicativos realizarem esse tipo de sujeito sob a forma de um pronome átono associado a construções de natureza não-finita (infinitivas e gerundivas), ocorrem casos em que o pronome assume uma forma tônica (pronome reto) associando-se a construções finitas:

(347) O medo de estar pecando - católica, de família classe média, nascida e criada na Tijuca - IMPEDIU que **ela** conhecesse na época outras carícias. (AF)

Quanto aos factivos, seus sujeitos pronominais com forma verbal morfologicamente ambígua são sempre tônicos e sempre associados a construções finitas:

(348) Pelo modo de ampará-la, Rejane PERCEBEU que **ele** ouvira a conversa. (BB)

(349) Não perde por esperar, disse Ilídio, consciente de que os outros SABIAM que **ele** estava apenas fazendo farol com aquelas ameaças. (AGO)

Com a discussão desses dados, pretende-se apontar que, nas construções factivas, esse tipo de realização do sujeito completo não assinala integração de eventos, ao passo que, nas construções com verbos implicativos, esse tipo de sujeito completo indica integração de eventos e conseqüente degradação da completiva à principal.

Os casos em que o sujeito não se realiza lexicalmente, mas é inferido a partir da desinência verbal, são muito mais expressivos com os factivos em relação aos não-factivos (implicativos e o contrafactivo FINGIR); enquanto os casos desse sujeito com forma verbal morfologicamente ambígua são bem mais ocorrentes com os não-factivos (implicativos e o contrafactivo FINGIR) em relação aos factivos.

A correlação entre a natureza semântica do verbo da oração matriz e o sujeito completo não-lexicalizado com forma verbal morfologicamente ambígua permite estabelecer algumas considerações sobre os níveis de integração das diferentes estruturas complexas em análise.

Lembremo-nos de que: as construções com verbos factivos veem-se associadas a complementos finitos (conjuncionais); enquanto as construções com implicativos veem-se associadas a complementos não-finitos (infinitivos). Pode-se concluir que essa forma de não-realização do sujeito completo predominante com os verbos implicativos é condicionada pelo tipo sintático de realização do complemento. Assim, esse tipo de não-realização do sujeito completo é produtivo entre os predicados marcados para implicação, visto que seus

complementos assumem preferencialmente uma forma reduzida, dependente, e as marcas de explicitação do sujeito completivo dessas construções dependem das marcas de explicitação das orações principais.

Apresenta-se, assim, o segundo ponto relevante obtido por meio da correlação tipo de construção completiva/explicitude do sujeito da oração encaixada. O sujeito não-relizado lexicalmente, mas inferível pela desinência do verbo, caracteriza as construções completivas de natureza finita, não se encontrando esse tipo de referenciação nas estruturas não-finitas analisadas. Quando se considera a natureza semântica do predicado da oração matriz e essa forma de não-lexicalização do sujeito da encaixada, os resultados indicam esta distribuição: 93,3% (14/15 = 93,3%) se registram nas estruturas marcadas para factividade; e apenas 6,7% (1/15 = 6,7%) nas estruturas não-factivas (implicativas e o contrafactivo FINGIR).

Quanto ao sujeito realizado sob a forma de um sintagma nominal pleno, assim como nas outras possibilidades estudadas, o percentual total dos casos com indicação de desinência verbal é pouco expressivo. Essa forma de realização do sujeito sem a indicação da desinência verbal é mais significativa para os não-factivos (implicativos e o contrafactivo FINGIR) do que para os factivos.

No tocante a esse tipo de realização do sujeito e o tipo possível de construção completiva selecionado, o *corpus* aponta que os factivos selecionam complementos finitos, enquanto os implicativos selecionam complementos não-finitos:

(350) Naquele dia do fogo eu COMPREENDI que Candinho não estava bom da cabeça, posso dizer mesmo que ele estava meio doido. (AF) → o verbo da predicação matriz é o factivo COMPREENDI; a completiva se realiza numa forma finita “que Candinho não estava bom da cabeça”; o sujeito da predicação encaixada se realiza sob a forma de um sintagma nominal pleno com a forma do verbo morfologicamente ambígua “Candinho estava”.

(351) [...] Desta vez DEIXO a campainha soar dez, doze vezes, poderia soar duzentas que ela nunca mais vai me atender. (EST) → o verbo da predicação matriz é o se-afirmativo DEIXO; a completiva se realiza numa forma não-finita (a campainha soar dez, doze vezes); o sujeito da predicação encaixada se realiza sob a forma de um sintagma nominal pleno com a forma do verbo morfologicamente ambígua (a campainha soar).

Por meio da ocorrência (351), pode concluir-se que, com os implicativos, a forma de realização da construção completiva é um fator mais relevante do que a explicitude do sujeito para avaliar o efeito integrativo das orações (principal e subordinada). Quanto aos factivos

(ocorrência 350), a forma do complemento e a explicitação do sujeito se juntam para conferir uma menor integração entre suas orações (principal e subordinada).

Neste ponto da discussão, apresentam-se dois últimos aspectos obtidos por meio da correlação tipo de construção completiva/explicitude do sujeito da oração encaixada.

As completivas não-finitas de predicados matrizes marcados para implicação tendem a não realizar lexicalmente o referente sujeito, sendo que a forma do verbo é morfologicamente ambígua. Tal fato sugere uma maior integração dessas estruturas de complementação, uma vez que, em muitos desses casos, a indicação do referente sujeito encaixado é fornecida pelo referente sujeito matriz. Ressalte-se que o compartilhamento de referentes, especialmente o de sujeitos, é indício, para Lehmann (1988), de forte entrelaçamento entre as orações, e, para Givón (1990), de integração referencial/coesão.

As outras possibilidades de realização do sujeito completivo, dispostas na tabela 8, caracterizam as completivas finitas dos marcados para factividade, exceto o sujeito completivo realizado na forma de um sintagma nominal pleno sem indicação de desinência, que caracteriza as completivas não-finitas dos verbos marcados para implicação.

Ao final desta subseção, outro resultado pertinente de se apresentar é o obtido pelo estabelecimento da correlação identidade de referentes/explicitação do sujeito da oração subordinada.

Das 285 ocorrências em que se verifica correferencialidade entre os sujeitos matriz e completivo, em 268 casos ($268/285 = 94\%$) o sujeito completivo não se realiza lexicalmente, sendo que a forma do verbo é morfologicamente ambígua em 261 casos ($261/285 = 91,6\%$) e indicada pela desinência em 7 casos ($7/285 = 2,5\%$). A identidade de referentes (matriz/encaixado) aliada ao sujeito encaixado não-realizado lexicalmente com forma verbal morfologicamente ambígua caracteriza, sobretudo, as construções implicativas; enquanto identidade de referentes (matriz/encaixado) e sujeito encaixado não-realizado lexicalmente inferível pela desinência verbal caracteriza, sobretudo, as construções factivas.

Outro parâmetro analisado neste trabalho, correlacionado ao argumento externo dos verbos matrizes das orações aqui investigadas, refere-se ao controle desse sujeito sobre o da subordinada. O traço semântico [\pm controle] do verbo da oração principal, que se considera a seguir, é um dos fatores apontados por Givón (1990) como indicador dos níveis de integração entre os eventos expressos em enunciados complexos.

5.6 Controle e função semântica do sujeito da oração principal

A variável [\pm controle] do sujeito da oração principal sobre o da subordinada é a contraparte semântica da variável sintática correferencialidade do sujeito da oração subordinada com os argumentos da principal. Com relação a esse aspecto de análise, os resultados se encontram na tabela 9:

Tabela 9- O controle do sujeito da oração principal sobre as ações/attitudes do sujeito da oração subordinada em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo principal

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total
	Nº	%	Nº	%	
Controle do sujeito da oração principal sobre o da subordinada					Nº
Controlador [+controle]	8	2,6	296	97,4	304
Não-controlador [-controle]	168	48,6	178	51,4	346
Total	176		474		650

Fonte: Elaboração própria.

Vê-se que os sujeitos dos verbos não-marcados para factividade (implicativos e o contrafactivo FINGIR) tendem a ser controladores em contraposição aos sujeitos dos factivos, que tendem a ser não-controladores.

Desse modo, com os verbos factivos, geralmente não há controle do sujeito da oração principal sobre as ações/attitudes do sujeito da oração subordinada; o sujeito da subordinada é livre, conforme se vê em (352), (353), (354) e em muitas outras ocorrências:

(352) Só LAMENTO que a misteriosa moça não me **tenha esperado**. (XA) → o sujeito desinencial da predicação matriz “eu” não tem controle sobre o sujeito da predicação encaixada “a misteriosa moça”.

(353) NOTARA que Bruna, há pouco tão ressentida, **exibia** uma expressão animada, com uma ponta de alegria maligna. (CP) → o sujeito não-realizado lexicalmente com forma verbal morfologicamente ambígua, mas recuperável por meio do contexto “ela” da predicação matriz não exerce controle sobre o sujeito da predicação encaixada “Bruna”.

(354) Todo mundo ficou escandalizado com aquela queda da Rejane, ia dar um bolo danado, você SABE que ela **tem** o padrasto que é amigo do governador. (BB) → “você”, sujeito da oração principal, não tem controle sobre “ela”, sujeito da subordinada.

As ocorrências em que os sujeitos dos factivos são controladores são poucas (2,6%), como em:

(355) Watson, LAMENTO **informar**-lhe que este pobre italiano estava apenas tendo um ataque de nervos, muito comum aos cidadãos de origem latina - explicou Holmes. (XA) → o sujeito não-realizado lexicalmente identificável pela desinência verbal da predicação matriz apresenta o mesmo referente do sujeito não-lexicalizado com forma verbal morfologicamente ambígua da predicação encaixada, referindo-se à primeira pessoa do discurso (singular).

(356) SINTO que, ao cruzar a cancela, não **estarei entrando** em algum lugar, mas saindo de todos os outros. (EST) → os sujeitos não-realizados lexicalmente identificáveis pelas desinências verbais das predicações matriz e encaixada apresentam o mesmo referente, representado pela primeira pessoa do discurso (singular).

Nas ocorrências (355) e (356), os sujeitos das orações principais exercem controle sobre os sujeitos das orações subordinadas, pois se tratam dos mesmos referentes. Nos demais casos em que os sujeitos factivos se classificam como controladores, também se observa a identidade entre os sujeitos das orações matriz e encaixada.

Do mesmo modo, com os implicativos o traço [+controle] está relacionado à identidade entre os sujeitos das orações em 73% das ocorrências (222/304 = 73%), como exemplifica (357):

(357) [Mário] CHEGOU a me **confessar** que o que mais o atraía era a estatura da garota. (BL) → o sujeito não-realizado lexicalmente com forma verbal morfologicamente ambígua das predicações matriz e encaixada apresenta o mesmo referente, recuperável pelo contexto, representado por “Mário”.

Até o momento, discutiram-se os casos em que o sujeito da oração matriz tem o controle sobre o da subordinada por causa da identidade de referentes. Entretanto, é possível identificar casos de sujeito matriz controlador sem identidade com o sujeito da encaixada. Esse tipo caracteriza os não-marcados para factividade (implicativos e o contrafactivo FINGIR). Com os factivos estudados, como vimos, os casos de sujeitos matrizes controladores apresentam identidade de referentes.

Para avaliar a possibilidade de ocorrência de uma estrutura complexa em que não se registra identidade de referentes (matriz e encaixado), mas na qual o sujeito da predicação

matriz apresenta o traço +controlador, torna-se necessário discutir o tratamento conferido pela gramática funcional de Dik (1989) ao parâmetro semântico de controle, por meio do qual Dik (1989) propôs sua tipologia semântica de descrição dos estados de coisas. Além do traço [+controle], os traços [+dinâmico] e [+télico] fundamentaram a elaboração dessa proposta.

Assim sendo, cumpre explicar que, na gramática funcional de Dik (1989), um estado de coisas apresenta o traço semântico [+controle], se o seu primeiro argumento tem a capacidade de determinar se o estado de coisas ocorrerá ou não. Nesse caso, o primeiro argumento é o controlador do estado de coisas. As ocorrências apresentadas a seguir exemplificam EC [+controle] e EC [-controle]:

(358) a. João abriu a porta. [+controle]³³

b. João estava sentado no jardim. [+controle]

(359) a. A substância era vermelha. [-controle]

b. A árvore caiu. [-controle]

De acordo com Dik, a oposição entre ECs [+controle] e [-controle] é extremamente relevante para a categorização semântica dos estados de coisas descritos pelas orações, demonstrando-se, por exemplo, como um fator determinante para a descrição de eventos envolvendo atos de fala, como ordens, pedidos e promessas.

Assim, segundo ele, todas as expressões que designam uma ordem ou pedido de um termo (A) para outro termo (B) exigem que aquilo que é ordenado/pedido esteja no controle de B. Portanto, predicções no imperativo ou no complemento de predicados como ORDENAR, PERSUADIR, PEDIR, etc. devem designar ECs [+controle]:

(360) a. João, venha cá! [+controle]

b. *João, adormeça! [-controle]

(361) a. Bill mandou João ser educado. [+controle]

b. *Bill mandou João ser inteligente. [-controle]

Também, de acordo com Dik, todas as expressões que designam alguma promessa ou outro comprometimento de A com B exigem que aquilo que é prometido esteja no controle de A:

³³ As ocorrências (358) a (362) foram traduzidas de Dik (1989), tradução nossa.

- (362) a. João prometeu a Bill ser educado. [+controle]
 b. *O relógio prometeu continuar batendo. [-controle]

Considerando essa proposta de Dik (1989), encontraram-se casos de sujeito matriz controlador sem identidade com o sujeito da oração encaixada em estruturas complexas não-marcadas para factividade como as representadas a seguir:

(363) Depois de quase duas horas Ilídio CONSEGUIU que a telefonista do interurbano completasse a ligação para Caxambu. (AGO) → o sujeito matriz “Ilídio” é controlador, uma vez que o que é pedido “completar uma ligação interurbana” está no controle do sujeito da oração encaixada “telefonista”.

(364) Eu devia TER DEIXADO o velho enxotar as crianças. (EST) → o sujeito matriz “eu” é controlador, uma vez que o que devia ter deixado “enxotar as crianças” está no controle do sujeito da oração encaixada “o velho”.

(365) [Fala de Sérgio a Sílvio] E EVITEI que você continuasse naquela ilusão toda em que Ângela queria. (A) → o sujeito matriz “eu” é controlador, uma vez que o que é evitado “continuar naquela ilusão” está no controle do sujeito da oração encaixada “você”.

(366) FAZEM-no entrar para a sala de jantar. (MUL) → o sujeito matriz não-lexicalizado “eles” é controlador, uma vez que o que é pedido/ordenado “entrar” está no controle do sujeito da oração encaixada “-no (refere-se a ele)”.

(367) Ilídio MANDOU um emissário procurá-lo numa casa em que o Turco Velho costumava ficar, um sobrado na rua Salvador de Sá. (AGO) → o sujeito matriz “Ilídio” é controlador, uma vez que o que é pedido/ordenado “procurar alguém” está no controle do sujeito da oração encaixada “um emissário”.

(368) Embora contra a vontade ele PERMITIU que sua mulher, após o casamento, continuasse na fábrica de tecidos, no Brás, onde trabalhava desde a idade de nove anos, ajudando nas despesas do lar paterno. (ANA) → o sujeito matriz “ele” é controlador, uma vez que o que é permitido “continuar trabalhando após o casamento” está no controle do sujeito da oração encaixada “sua mulher”.³⁴

³⁴ Nos 285 enunciados em que se registra identidade entre os sujeitos das orações matriz e encaixada, em 230 ocorrências (230/285 = 80,7%) o sujeito matriz é controlador e em (55/285 = 19,3%) é não-controlador. Nos 315 enunciados em que não se registra identidade entre os sujeitos das orações matriz e encaixada, em 263 ocorrências (263/315 = 83,5%) o sujeito matriz é não-controlador e em 52 (52/315 = 16,5%) é controlador. Nos 50 enunciados em que se registra identidade entre o sujeito da oração completiva com o outro argumento não-oracional interno da oração matriz, em 22 casos (22/50 = 44%) o sujeito matriz é controlador e em 28 (28/50 = 56%) é não-controlador. Esses dados apontam que a identidade/não-identidade do referente sujeito das orações

Tendo analisado as ocorrências de sujeitos matrizes controladores, consoante a identidade ou não de referentes, é necessário retornar aos resultados da tabela 9, a fim de analisar os casos de sujeitos matrizes não-controladores não-marcados para factividade (implicativos e o contrafactivo FINGIR). Lembre-se de que os casos de sujeitos matrizes não-controladores factivos já foram considerados.

Para as 178 ocorrências em que os sujeitos dos verbos não-marcados para factividade (implicativos e o contrafactivo FINGIR) são não-controladores, em 32,1% casos (111/346=32,1%) também não se observa identidade entre os sujeitos, como nos mostra a ocorrência (369):

(369) Enquanto isto, nós DEIXAMOS **morrer** até nossas procissões porque um tem vergonha, outro tem preguiça, outra mamãe não quer. (MC) → verbo implicativo afirmativo DEIXAR/sujeitos não-correferentes/sujeito matriz não-controlador [-controle]. O sujeito matriz “nós” é não-controlador, uma vez que não tem controle sobre o EC descrito na predicação encaixada.

Por meio da investigação da função semântica do sujeito da oração principal, cujos resultados são apresentados na tabela 10, pode-se também avaliar o controle do sujeito dos verbos estudados.

Tabela 10- A função semântica do sujeito da oração principal em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo da oração principal

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
Função semântica do sujeito da oração principal	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
Agente	21	8	243	92	264
Posicionador	--	--	65	100	65
Força	--	--	2	100	2
Processado [exp]	91	41,2	130	58,8	221
Zero [exp]	64	65,3	34	34,7	98
Total	176		474		650

Fonte: Elaboração própria.

favorece, respectivamente, a realização semântica de um sujeito matriz controlador/não-controlador e, no plano sintático-semântico, representa evidência para atribuição de níveis mais/menos integrados dos eventos descritos nas predicções.

Os resultados da tabela 10 indicam que os sujeitos dos não-factivos (implicativos e o contrafactivo FINGIR) revelam uma tendência para exercer as funções semânticas de **agente** e **posicionador**, que se caracterizam pelo traço [+controle], sugerindo uma maior integração dessas estruturas oracionais; ao passo que o sujeito dos factivos é preferencialmente um **processado [experienciador]** ou um **zero [experienciador]**, funções semânticas que se caracterizam pelo traço [-controle], denotando uma menor integração das orações.

Essas diferentes funções semânticas desempenhadas pelos sujeitos dos verbos factivos e implicativos estão exemplificadas nas ocorrências a seguir:

(370) Começou a estudar à noite e CONSEGUIU chegar ao ginásio. (ETR) → o sujeito do verbo implicativo afirmativo CONSEGUIU, não-lexicalizado com forma verbal morfologicamente ambígua, mas recuperável pelo contexto e referindo-se a Manoel, desempenha função semântica de **agente**.

(371) (Inclusive: aludira a todos eles na presença de Ângela e ela não OUSARA contestar. (A) → o sujeito do verbo implicativo afirmativo OUSARA, representado por anáfora pronominal “ela”, desempenha função semântica de **posicionador**.

(372) E ríamos, cúmplices de algo que não OUSÁVAMOS pronunciar. (ASA) → o sujeito do verbo implicativo afirmativo OUSÁVAMOS, não-lexicalizado, mas identificável pela desinência verbal, “nós”, desempenha função semântica de **posicionador**.

(373) SINTO que nunca mais verei meu filho. (OLG) → o sujeito do verbo factivo SINTO, não-lexicalizado, mas identificável pela desinência verbal, “eu”, desempenha função semântica de **processado experienciador**.

(374) SEI que você - como todo mundo - tem lá suas manias, suas crises. (BB) → o sujeito do verbo factivo SEI, não-lexicalizado, mas identificável pela desinência verbal, “eu”, desempenha função semântica de **zero experienciador**.

Numa análise complementar dos resultados referentes aos traços semânticos analisados nesta subsecção, apresenta-se, de modo bastante geral, sem mencionar os resultados percentuais obtidos, os estados de coisas descritos pelas predicções matriz e encaixada dos enunciados complexos investigados, segundo a natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo matriz.

Desse modo, constatou-se que as estruturas complexas marcadas para factividade tendem a descrever estados de coisas na predicção matriz do tipo **estado**, **dinamismo**, **mudança**, confirmando, portanto, a ausência de controle do referente sujeito matriz sobre as

ações/atitudes do referente sujeito encaixado. A predicação encaixada dessas estruturas tende a descrever, comparando-se às implicativas, estados de coisas do tipo **realização, posição, mudança, estado**, denotando que o referente sujeito encaixado é livre quanto à expressão do traço [\pm controle], o que evidencia, portanto, uma menor integração entre as orações (matriz/encaixada).

As estruturas complexas não-marcadas para factividade, especificamente as implicativas, tendem a descrever estados de coisas na predicação matriz do tipo **posição, atividade, realização**, confirmando, portanto, o controle do referente sujeito matriz sobre as ações/atitudes do referente sujeito encaixado. A predicação encaixada dessas estruturas tende a descrever, comparando-se às factivas, estados de coisas do tipo **atividade, dinamismo**. O estado de coisas do tipo **dinamismo** revela que o referente sujeito encaixado não é livre quanto à expressão do traço controle, sendo sua marca determinada pelo referente sujeito matriz. Tal situação evidencia maior integração entre as orações (matriz/encaixada). Quanto à possibilidade de estados de coisas encaixados do tipo **atividade**, com traço [+controle], nessas estruturas de complementação, tal fato decorre, como já se apontou na subseção 5.2³⁵, da extensão do traço semântico [+controle] do verbo encaixado ao matriz, configurando eventos +integrados na dimensão semântica.

Essas diferenças quanto ao traço [\pm controle] ocasionam, segundo Givón (1990), diferenças no traço de co-temporalidade ou dependência temporal. Assim, construções com verbos cujos sujeitos apresentam o traço [+controle] são co-temporais; já as construções com verbos cujos sujeitos não apresentam o traço [+controle] não são co-temporais. Conseqüentemente, o traço [+controle] do sujeito manipulado ocasiona a separação temporal entre os eventos expressos nas orações matriz e encaixada.

Sendo assim, outro fator de investigação importante a ser considerado são as relações de tempo e modo expressas pelas predicções matriz e encaixada das construções complexas analisadas. Além de analisar a referência de tempo dos complementos factivos e implicativos, considera-se a categoria gramatical de modo, indicativo ou subjuntivo, selecionada no complemento, como um mecanismo avaliativo do estatuto de asserção, em cujo caso espera-se a seleção do modo indicativo, ou de pressuposição, em cujo caso espera-se a seleção do modo subjuntivo, do valor de verdade contido no complemento. Essas questões são tratadas na sequência.

³⁵ Recorde-se que, em 5.2, explicou-se que alguns predicados cujas predicções matrizes descreviam estados de coisas do tipo **posição** ou **estado**, receberam a categorização semântica de predicados de realização em função dos estados de coisas descritos em suas predicções encaixadas.

5.7 A relação modo-temporal entre os verbos das orações (matriz e encaixada) segundo a natureza semântica do verbo da oração matriz

Um dos fatores aqui investigados é a relação estabelecida entre as categorias de tempo e modo nas orações analisadas, pois a relação aí depreendida, aliada ao estatuto de factividade ou de implicação que o verbo contrai face ao complemento, é crucial para a determinação da verdade ou da realização/não-realização efetiva do conteúdo veiculado pela oração completiva.

Face a esse aspecto, analisam-se as relações de tempo e de modo expressas pelas predicções matriz e encaixada das construções examinadas. Quanto à relação modo-temporal do verbo da oração matriz, os resultados se encontram apresentados na tabela 11:

Tabela 11- O tempo e o modo do verbo da oração matriz em relação à sua natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade)

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
Relação modo-temporal do verbo da oração matriz	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o
Presente do indicativo	59	47,2	66	52,8	125
Pretérito imperfeito do indicativo	19	19,4	79	80,6	98
Pretérito perfeito do indicativo	46	21,6	167	78,4	213
Pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo	--	--	4	100	4
Pretérito perfeito composto do indicativo	--	--	1	100	1
Pretérito mais-que-perfeito simples do indicativo	2	6,5	29	93,5	31
Futuro do presente do indicativo	2	40	3	60	5
Futuro do pretérito do indicativo	2	18,2	9	81,8	11
Futuro do pretérito composto do indicativo	--	--	1	100	1
Presente do subjuntivo	2	33,3	4	66,7	6
Pretérito imperfeito do subjuntivo	2	22,2	7	77,8	9
Pretérito perfeito do subjuntivo (composto)	1	50	1	50	2
Imperativo afirmativo	--	--	8	100	8
Imperativo negativo	1	20	4	80	5
Infinitivo	20	28,6	50	71,4	70
Infinitivo pessoal composto ou infinitivo pretérito	2	66,7	1	33,3	3
Gerúndio	18	31	40	69	58
Total	176		474		650

Fonte: Elaboração própria.

O presente, o pretérito imperfeito e o pretérito perfeito do indicativo representam as possibilidades mais expressivas de realização dos verbos matrizes.

Comparando as classes verbais, verifica-se que os factivos e os implicativos se distribuem, praticamente, de modo equitativo quanto à expressão do presente do indicativo, notando-se, apenas, um pequeno índice percentual favorável aos implicativos para essa possibilidade de expressão modo-temporal.

Já os tempos do pretérito imperfeito e perfeito do indicativo caracterizam, sobretudo, os verbos marcados para implicação em comparação aos factivos. A manifestação do verbo implicativo no pretérito perfeito do indicativo se relaciona ao estatuto de realização efetiva do conteúdo expresso em seus complementos oracionais, relação de implicação semântica instaurada no contexto pragmático-discursivo.

Seguindo o estatuto de realização característico das estruturas implicativas, verifica-se que os demais tempos do pretérito do indicativo (pretérito mais-que perfeito composto, pretérito perfeito composto, pretérito mais-que perfeito simples) se manifestam preferencialmente nessas estruturas em comparação às estruturas factivas.

Há outras possibilidades numericamente menos expressivas de tempo no modo indicativo do verbo principal, como: futuro do presente e do pretérito (índice percentual mais elevado nas estruturas implicativas do que nas factivas); futuro do pretérito composto, que só ocorreu em uma estrutura não-marcada para factividade.

Quanto às ocorrências dos tempos do subjuntivo, constatam-se estas possibilidades de expressão: presente e pretérito imperfeito (ambos com índice percentual mais elevado nas estruturas implicativas do que nas factivas); pretérito perfeito (distribuição percentual equitativa nas estruturas factivas e não-factivas).

A possibilidade de o verbo matriz expressar-se no imperativo afirmativo só se manifestou nos enunciados implicativos; já a possibilidade de o verbo matriz expressar-se no imperativo negativo manifestou-se nas estruturas factivas e não-factivas, porém com índice percentual mais alto nestas últimas.

O verbo matriz realizou-se, ainda, em formas mais nominais, como o infinitivo e o gerúndio.

Quanto à ocorrência de verbo matriz no infinitivo, observa-se que essa possibilidade é mais significativa nas estruturas implicativas do que nas factivas. Já o verbo matriz no infinitivo pessoal composto ou infinitivo pretérito apresenta índice percentual mais alto em estruturas factivas do que nas não-factivas.

O verbo matriz no gerúndio apresenta frequência maior nas estruturas implicativas do que nas factivas.

Apresentadas as relações de tempo e modo do verbo matriz, é preciso atentar para o fato de que os estudos realizados com o objetivo de investigar as relações de tempo e modo de estruturas de complementação complexas destacam, sobretudo, as relações de tempo e modo expressas na construção completiva, e não na oração matriz. Tal fato sugere que a investigação desse aspecto gramatical no complemento pode fornecer algumas diferenças entre o comportamento dos tipos verbais em relação a esse aspecto de análise.

5.7.1 A seleção de tempos e modos verbais nas orações completivas de predicados verbais factivos e não-factivos (marcados para implicação e o contrafactivo FINGIR)

Analisa-se, nesta parte, quais categorias de tempo e modo verbal caracterizam as construções completivas de predicados factivos e não-factivos que compõem o *corpus* deste estudo.

No exame das construções completivas encontradas no *corpus* são analisados o tempo e o modo verbal utilizados e suas possíveis repercussões na interpretação dos complementos verbais oracionais. Encontraram-se as formas de preenchimento do tempo e modo das orações completivas, que se apresentam na tabela 12:

Tabela 12- O tempo e o modo do verbo da oração encaixada em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo da oração principal

(continua)

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
Relação modo-temporal do verbo da oração encaixada	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
Presente do indicativo	53	91,4	5	8,6	58
Pretérito imperfeito do indicativo	65	90,3	7	9,7	72
Pretérito perfeito do indicativo	16	88,9	2	11,1	18
Pretérito mais-que-perfeito simples do indicativo	11	100	--	--	11
Pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo	7	100	--	--	7
Futuro do presente do indicativo	3	100	--	--	3

Tabela 12- O tempo e o modo do verbo da oração encaixada em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo da oração principal

(conclusão)

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
Relação modo-temporal do verbo da oração encaixada	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
Futuro do presente composto do indicativo	2	66,7	1	33,3	3
Futuro do pretérito do indicativo	10	90,9	1	9,1	11
Presente do subjuntivo	2	40	3	60	5
Pretérito imperfeito do subjuntivo	1	5,9	16	94,1	17
Pretérito perfeito do subjuntivo (composto)	2	100	--	--	2
Infinitivo	3	0,7	407	99,3	410
Infinitivo pessoal composto ou infinitivo pretérito	1	25	3	75	4
Gerúndio	--	--	29	100	29
Total	176		474		650

Fonte: Elaboração própria.

Há pouquíssimas ocorrências de enunciados não-factivos com verbos encaixados realizados nos tempos do modo indicativo, o qual, pelos resultados apresentados na tabela 12, configura-se como o modo característico das construções completivas marcadas para factividade investigadas neste estudo.

Assim, os verbos encaixados em predicções matrizes marcadas para factividade se realizam, preferencialmente, nos tempos do indicativo, sendo que as ocorrências em que o verbo completivo se realiza no: presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, futuro do presente composto, futuro do pretérito simples são muito mais expressivas, tanto em termos numéricos, excetuando-se as ocorrências do futuro do presente composto, como em termos percentuais, quando comparadas à frequência dessas mesmas possibilidades de seleção modo-temporal nas completivas encaixadas em estruturas não-factivas (marcadas para implicação e o contrafactivo FINGIR).

As demais possibilidades de expressão de tempos do modo indicativo, pretérito mais-que-perfeito simples, pretérito mais-que-perfeito composto, futuro do presente simples, só ocorreram em completivas de verbos matrizes factivos.

A possibilidade de a completiva das estruturas complexas investigadas realizar-se nos tempos do modo subjuntivo é, em termos numéricos, expressivamente baixa. Em termos

percentuais, os casos de verbos das completivas preenchidos com os tempos do presente e do pretérito imperfeito são mais significativos nas estruturas não-factivas do que nas factivas. O pretérito perfeito composto do subjuntivo só se manifesta em duas completivas de predicados matrizes factivos.

O apontamento desses resultados propõe para discussão duas questões extremamente relevantes para esta abordagem: uma ligada ao tempo; outra, ao modo.

Com relação à categoria de tempo, observa-se que as completivas dos factivos apresentam referência independente de suas predicções matrizes, uma vez que o tempo das completivas nessas estruturas de complementação pode ser anterior, simultâneo ou posterior ao tempo expresso pelo verbo da predicção matriz. É o que se verifica nos enunciados (375), (376) e (377):

(375) Próximo de casa, **DESCOBRIU** que alguma coisa diferente acontecera. (FR) → verbo matriz **DESCOBRIU** figura no pretérito perfeito do indicativo/verbo encaixado **ACONTECERA** figura no pretérito mais-que-perfeito simples do indicativo, portanto o estado de coisas descrito na predicção encaixada é anterior ao estado de coisas descrito na predicção matriz.

(376) Pelo tom da voz, eu **COMPREENDIA** que não estava disposta a dar explicações. (ASA) → verbo matriz **COMPREENDIA** figura no pretérito imperfeito do indicativo/verbo encaixado **ESTAVA** também figura no pretérito imperfeito do indicativo, portanto o estado de coisas descrito na predicção encaixada ocorre simultaneamente ao estado de coisas descrito na predicção matriz.

(377) Pois **SAIBA** que mandarei surrar quem puser a mão em Ananias - retornou o coronel, vermelho de raiva. (FR) → verbo matriz **SAIBA** figura no presente do subjuntivo/verbo encaixado **MANDAREI** figura no futuro do presente do indicativo, portanto o estado de coisas descrito na predicção encaixada ocorrerá, hipoteticamente, depois do estado de coisas descrito na predicção matriz.

A possibilidade de o tempo das construções completivas de predicados matrizes marcados para factividade se realizarem em um tempo anterior, simultâneo ou posterior ao tempo do evento descrito na predicção matriz revela que essas estruturas são menos integradas, uma vez que o fator de co-temporalidade, ou dependência temporal, é apontado por Givón (1990) como um dos principais mecanismos semânticos para avaliar o efeito integrativo das orações.

Com relação à categoria de modo, já se apontou que o indicativo caracteriza as completivas das estruturas complexas marcadas para factividade aqui investigadas.

Em um estudo sobre a seleção do modo verbal nas construções completivas de predicados matrizes de conhecimento e aquisição de conhecimento do espanhol, Guitart (1991) discute alguns aspectos extremamente pertinentes para esta abordagem, apresentados na seção 2, que ora retomamos.

Como já mencionado, Guitart (1991) desenvolve sua abordagem a partir da teoria de seleção do modo verbal de orações completivas do espanhol articulada sobre as noções de asserção e pressuposição formulada por Hooper e Terrell, segundo a qual os complementos asseverados do espanhol selecionam o modo indicativo, enquanto os complementos não-asseverados, incluindo os que são pressupostos, selecionam o modo subjuntivo, sendo que, para formular a associação entre complementos asseverados/modo indicativo e complementos não-asseverados (pressupostos)/modo subjuntivo, Hooper e Terrell basearam-se na distinção formulada entre predicadores factivos e predicadores não-factivos proposta por Kiparsky e Kiparsky (1970). Nessa perspectiva, concluem os autores que os complementos de predicados factivos selecionam o modo subjuntivo, enquanto os complementos de predicados não-factivos selecionam o modo indicativo.

Todavia essa associação entre factivos/modo subjuntivo e não-factivos/modo indicativo não se sustenta nem no espanhol, segundo estudo realizado por Hooper e Thompson (*apud* GUITART, 1991), nem nas orações analisadas nesta pesquisa, que representam uma amostra do português brasileiro, segundo os dados apresentados na tabela 12.

Como colocado na seção 2, ao analisar a força ilocucionária interrogativa de enunciados complexos, Karttunen (1971b) demonstrou que certos predicadores listados por Kiparsky e Kiparsky (1970) como factivos podem admitir complementos que não devem ser interpretados necessariamente como pressupostos. Para esses predicados factivos possíveis de estabelecer uma leitura de não-pressuposição com seus complementos oracionais, Karttunen propôs o nome semifactivo. Assim como os factivos, os complementos dos semifactivos não estão sob o escopo de operadores de negação presentes na predicação matriz; diferentemente dos factivos, que selecionam o modo subjuntivo para suas completivas, os semifactivos selecionam o modo indicativo para seus complementos oracionais.

Ainda que a presença de negação na predicação matriz dos enunciados complexos marcados para factividade do espanhol não estenda seu escopo ao complemento, Guitart (1991) propôs tratar como predicados de conhecimento e aquisição de conhecimento, por se

referirem ao modo como a informação foi adquirida, os predicadores matrizes do espanhol que vinham sendo tratados como factivos. Três fatores contribuíram para essa reformulação terminológica: as completivas dessas estruturas não selecionam o modo subjuntivo; o enunciado como um todo (oração matriz + encaixada) está no escopo da força ilocucionária do operador interrogativo; o nome semifactivo é considerado inadequado por Guitart (1991), uma vez que se refere a predicados que podem ser tanto asseverados como pressupostos.

Na categorização semântica dos predicados, segundo a gramática funcional de Dik (1997), realizada na subseção 5.2 desta pesquisa, chegou-se à conclusão de que a maior parte dos verbos marcados para factividade é composta por predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento e por predicados de percepção, podendo-se encontrar, também, predicados de atitude proposicional marcados para factividade.

Considerando: o fato de que os estudos do espanhol atestam que os complementos oracionais de factivos selecionam o modo subjuntivo, enquanto os dos não-factivos selecionam o indicativo; os resultados desta pesquisa que indicam que os predicados que vem sendo chamados de factivos no português brasileiro veem-se associados a construções completivas realizadas com o modo indicativo, diferentemente do que sugerem os estudos feitos no espanhol; o fato de os predicados marcados para factividade estudados, nesta pesquisa, serem de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento e de percepção; sugerimos que o que vem sendo chamado como predicado factivo no português brasileiro pode ser chamado mais adequadamente de predicado de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento e de predicado de percepção, suscetíveis a contrair marcas de factividade, segundo o contexto pragmático-discursivo em que ocorrerem.

Dik (1997) e Noonan (1994) desenvolvem, ainda, a ideia de que a escolha da categoria de modo pode indicar o estatuto de dependência/não-dependência dos complementos oracionais.

Segundo Dik (1997), em muitas línguas o verbo usado nas construções encaixadas pode admitir uma forma especial que o identifique como encaixado ou uma das várias formas de modo cuja seleção depende da semântica dos predicados que admitem complementos e do próprio complemento. Para o autor, a primeira situação se verifica, por exemplo, no irlandês em que muitos verbos têm formas especiais que ocorrem apenas em orações dependentes. A segunda situação se verifica, por exemplo, no espanhol, que emprega as formas verbais do indicativo e do subjuntivo em construções encaixadas. Sendo que um dos fatores que determinam o uso do indicativo ou do subjuntivo no espanhol estaria relacionado à

factualidade do complemento: nos complementos factuais, emprega-se o subjuntivo, enquanto nos complementos não-factuais, incluindo os semifactivos, emprega-se o indicativo.

Noonan (1994) distingue, por meio do estudo de diversas línguas naturais, três espécies de dependência que condicionam a oposição indicativo/subjuntivo, sendo que, para esta discussão, interessa apenas a dependência de referência de tempo.³⁶

Reconhecem-se, segundo Noonan (1994), duas espécies de predicados principais: os que impõem referência de tempo determinada aos seus complementos, sendo o tempo do predicado complementar determinado pelo tempo do predicado principal; e os que impõem referência de tempo independente aos seus complementos, sendo o tempo do predicado complementar independente do tempo do predicado principal. Tal tipo de dependência (relação) pode ser marcado nas línguas que fazem distinção entre indicativo/subjuntivo pela oposição dessas duas categorias gramaticais de modo, sendo o indicativo usado para os complementos de predicados que têm referência de tempo independente, e o subjuntivo para os predicados que têm referência de tempo determinada.

As observações de Dik (1997) e de Noonan (1994) sobre o estatuto dependente/não-dependente do complemento poder ser avaliado pela distinção categorial de modo indicativo/subjuntivo corroboram os dados apresentados nesta subsecção e o posicionamento que vimos defendendo.

O fato de os complementos dos factivos estudados apresentarem referência de tempo independente, demonstrado em (375), (376), (377), além de influenciar a escolha do indicativo, atesta o estatuto menos dependente, portanto menos integrado dessas estruturas de complementação, a que temos aludido por toda esta exposição.

Retornando aos resultados da tabela 12, cumpre discutir as possibilidades em que o verbo da completiva se apresenta numa forma não-finita, infinitivo ou gerúndio. Verifica-se que o infinitivo e o gerúndio caracterizam, exclusivamente, as estruturas não-marcadas para factividade (as implicativas e o contrafactivo FINGIR), em detrimento das estruturas factivas, que trazem a indicação modo-temporal de seus complementos.

Recordemo-nos de que o infinito e o gerúndio representam tipos de arranjos sintáticos assumidos pela completiva, que, por sua vez, assinalam a não-finitude complementar. As completivas desses predicados apresentam o que Noonan (1994) chama de referência de

³⁶ Noonan (1994) parte do princípio de que o subjuntivo é o modo característico de complementos dependentes, sendo considerado como dependente o complemento para cuja constituição de significado ou interpretação requer alguma informação dada pelo predicado principal. Embora o subjuntivo seja o modo característico de complementos dependentes, nas línguas em que se registra a distinção de modo indicativo e subjuntivo, nem todos os complementos dependentes são codificados no subjuntivo.

tempo dependente, sendo suas marcas fornecidas pelo verbo da predicação matriz. Os eventos descritos nessas orações (matriz/encaixada) são, segundo Givón (1990), co-temporais, ou seja, os eventos descritos nas orações (matriz/encaixada) ocorrem, necessariamente, ao mesmo tempo.

Todas essas questões levantadas atestam o estatuto mais dependente, mais integrado das estruturas marcadas para implicação em contraposição ao estatuto menos dependente, menos integrado das estruturas marcadas para factividade.

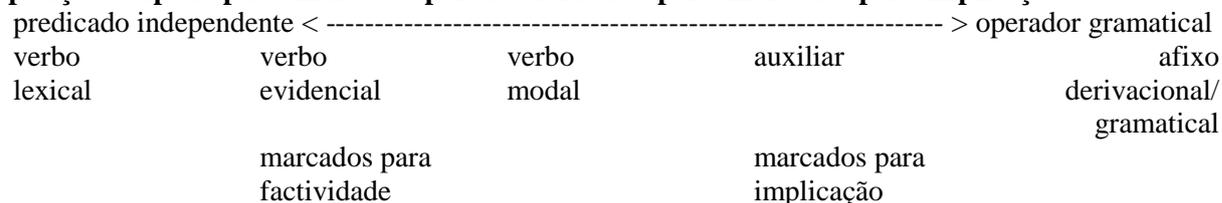
Nesta pesquisa, temos associado integração de orações às diferentes camadas em que se instauram as relações de factividade e implicação, segundo a natureza semântica do predicado matriz. Assim, os implicativos, por integrarem mais suas completivas, começam a estabelecer relações de implicação na camada da predicação; os marcados para factividade, por integrarem menos suas completivas, começam a estabelecer relações de factividade na camada da proposição, ou seja, as relações de factividade se instauram em níveis mais elevados de organização da oração em camadas e são menos integradas; enquanto as relações de implicação se instauram em níveis menos elevados de organização da oração em camadas e são mais integradas.

Estudos realizados no português brasileiro, como o de Casseb-Galvão (2001), por exemplo, que associam o modelo de oração em camadas desenvolvido por Dik (1989) à perspectiva de integração/gramaticalização de construções, têm demonstrado que construções mais gramaticalizadas e, portanto, mais integradas, ocupam os níveis mais elevados de organização da oração. No caso de Casseb-Galvão (2001), a autora analisou os vários usos da expressão **diz que**, defendendo a tese de que funciona como um operador de modalidade evidencial (forma alvo), cuja forma fonte é **ele diz que**, verbo DIZER na terceira pessoa do singular.

Colocamos essa questão para discussão, porque se tivéssemos adotado analisar as estruturas de complementação marcadas para factividade e implicação apenas sob a perspectiva de integração, sem estabelecer relação com o modelo de oração em camadas de Dik (1989), poderíamos, retomando o *continuum* de gramaticalização do verbo principal formulado por Lehmann (1988), afirmar que: os predicados marcados para factividade estudados funcionam como verbos evidenciais, posto que a maior parte deles é composta por predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento, atuando, portanto, como mecanismos modais para indicar como a informação contida no complemento foi adquirida (no caso dos predicados de aquisição de conhecimento) ou não (no caso dos predicados de perda de conhecimento); enquanto os verbos marcados para implicação funcionam como

auxiliares, indicando as categorias de tempo, modo e aspecto de seus complementos oracionais, caso em que o verbo completivo passa a ser o principal. No *continuum* proposto por Lehmann (1988), marcados para factividade e marcados para implicação ocupariam diferentes posições, indicando seus estágios de gramaticalização. Por situarem-se mais à esquerda desse *continuum*, os marcados para factividade estariam num estágio de menos gramaticalização; por situarem-se mais à direita, os marcados para implicação estariam num estágio mais avançado de gramaticalização. Compare-se, a seguir, a posição que cada tipo verbal ocuparia no *continuum*:

Figura 5- Gramaticalização do verbo principal proposta por Lehmann (1988), com sugestão da posição ocupada pelos marcados para factividade e pelos marcados para implicação



Fonte: Elaboração própria.

A hipótese formulada acerca do estágio de gramaticalização dos verbos marcados para factividade e dos marcados para implicação só se formulou pela análise dos parâmetros sintático-semânticos dos enunciados investigados nesta pesquisa. É uma hipótese que tem se demonstrado extremamente válida, entretanto não se coaduna com a perspectiva adotada nesta tese.

Além de todas as questões suscitadas pela análise das relações de tempo e modo das orações (matriz e encaixada), investiga-se a possibilidade de citação direta da oração completiva segundo a natureza semântica marcada ou não-marcada do verbo da oração matriz. Esse aspecto de análise é tratado a seguir.

5.8 Citação direta da oração completiva

A variável citação direta da oração completiva destina-se a testar se a predicação encaixada pode ser transformada numa oração com independência sintática, justaposta à principal. A aceitação significa menor integração e a não-aceitação implica maior integração de orações. Os resultados se encontram na tabela 13:

Tabela 13- A possibilidade de citação direta da oração completiva em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo da oração principal

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
Citação direta da oração completiva	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o
Aceita	69	95,8	3	4,2	72
Não aceita	107	18,5	471	81,5	578
Total	176		474		650

Fonte: Elaboração própria.³⁷

Como se observa na tabela 13, 95,8% dos verbos factivos aceitam citação direta, ou seja, a completiva pode realizar-se como uma oração independente. É o que mostra a ocorrência (378), extraída do *corpus*:

(378) Pouca gente SABE até hoje que o nome de Tito é Mário. (ANA)

cujo complemento poderia, perfeitamente, assim figurar:

O nome de Tito é Mário.

Essa situação não ocorre com os verbos não-factivos (marcados para implicação e o contrafactivo FINGIR), uma vez que essas classes tendem a não aceitar a citação direta da completiva.

Mesmo entre os factivos se verificou que algumas ocorrências que admitiriam citação direta têm independência sintática, mas não semântica. A presença de dêiticos, o modo verbal, a pouca informação ou modificação do conteúdo veiculado são fatores que impedem a citação direta nessas construções.

No excerto transcrito na sequência, por exemplo, a presença do dêitico “aqui” possui estatuto de localização espacial com valor anafórico, o que impede que o complemento do

³⁷ Numa análise vertical da tabela 13, tem-se os resultados seguintes: de 176 estruturas complexas marcadas para factividade, 39% (69/176 = 39%) aceitam a citação direta da construção completiva, enquanto 61% (107/176 = 61%) não aceitam; de 474 estruturas complexas não-marcadas para factividade (implicativas e o contrafactivo FINGIR), apenas 1% (3/474 = 1%) aceita a citação direta da construção completiva, em detrimento de 99% (471/474 = 99%) de ocorrências que não aceitam. As análises percentuais horizontal e vertical confirmam, portanto, para os predicados de uso implicativo, a expressão de eventos mais integrados. Para as estruturas factivas, entretanto, apenas a análise horizontal confirma a expressão de eventos menos integrados, pois, ao fazer a leitura vertical dos resultados, constata-se que a maior parte das estruturas factivas não aceita a citação direta da completiva.

factivo SEI, qual seja, “aqui roubam de tudo; comida, botas, vestimentas, até cavaquinhos, mas nunca imaginei que esses iletrados fossem roubar um violino — declarou o italiano” adquira uma forma independente, uma vez que o significado global da construção seria prejudicado:

(379) - Descuido meu, senhor Holmes. Descuido meu... - lamentou-se Giacomo. - Coloquei o instrumento em cima da minha bancada, atrás da loja, e, quando fui buscá-lo, na manhã seguinte, tinha desaparecido. A janela dos fundos estava arrombada.

- Se calhar, só não percebo por que deixou um violino tão precioso ao alcance do maganão - falou o detetive, com a perfeição de um lisboeta.

- Senhor Holmes, SEI que aqui roubam de tudo; comida, botas, vestimentas, até cavaquinhos, mas nunca imaginei que esses iletrados fossem roubar um violino - declarou o italiano. A explicação não convenceu nem a Holmes, nem a Pimenta. (XA)

Além da dependência semântica, algumas ocorrências com factivos apresentam, às vezes, dependência discursiva, como mostra a ocorrência (380):

(380) - Treze anos. Nós nos casamos ainda na Páscoa, naquele ano do Roubo da Semana Santa.

- Ah, foi naquele ano, não é!

- Naquele ano. Ainda me lembro como o Delfino ficou chocado quando soube. Principalmente quando SOUBE que os roubos tinham se verificado em tantos lugares. Pois desde aquele tempo, Padre Estevão, ele não põe hóstia na boca, se o senhor me permite falar assim. (MC)

O conteúdo veiculado no complemento “os roubos tinham se verificado em tantos lugares” faz uma referenciação a toda uma situação discursiva anteriormente veiculada, impossibilitando sua citação direta.

Pretendeu-se avaliar com esse grupo de fatores a integração das construções complementares dos factivos e dos não-factivos. Concluímos que: as estruturas complexas com factivos apresentam mais casos em que as completivas podem figurar sob a forma de uma oração independente, sugerindo uma menor integração das orações; as estruturas complexas com verbos não-factivos apresentam percentual baixíssimo de casos em que as completivas podem figurar sob a forma de uma oração independente, sugerindo uma maior

integração das orações; os enunciados complexos com factivos que não aceitam a citação direta da completiva se verificam em situações em que o complemento pode apresentar independência sintática, mas é dependente nos níveis semântico e discursivo.

No último item desta seção, apresentado na sequência, avalia-se a polaridade afirmativa/negativa das orações (matriz/encaixada) que compõem os enunciados complexos estudados nesta abordagem.

5.9 A polaridade das orações

Partindo da assunção de que orações dependentes, e, portanto, mais integradas, não podem apresentar seus próprios operadores de negação, ou seja, não podem ser negadas separadamente, estudos como os empreendidos por Cezario et al. (1996) e Carvalho (2004) têm demonstrado que a negação é um expediente crucial para aferir os níveis de integração de estruturas complexas.

Na subseção 5.1, inseriu-se um operador de negação “**não**” na predicação matriz de cada um dos enunciados examinados neste estudo, com o intuito de avaliar a extensão do escopo desse operador negativo.

Nesta subseção, examina-se a polaridade (afirmativa/negativa) das orações (matriz/encaixada) dos enunciados tal como ocorrem no *corpus*. Os resultados dessa investigação estão na tabela 14:

Tabela 14- A polaridade expressa em enunciados complexos (oração matriz/oração completiva) em relação à natureza semântica marcada para factividade ou não-marcada (marcada para implicação ou para contrafactividade) do verbo da oração matriz

Natureza semântica do verbo da oração matriz					
	Marcada para factividade		Não-marcada para factividade		Total
	Nº	%	Nº	%	
A polaridade (afirmativa/positiva) das orações (matriz/completiva)					Nº
Positiva/positiva	134	26,9	364	73,1	498
Negativa/negativa	2	100	--	--	2
Positiva/negativa	30	76,9	9	23,1	39
Negativa/positiva	10	9	101	91	111
Total	176		474		650

Fonte: Elaboração própria.

Os enunciados analisados tendem a exibir polaridade afirmativa tanto nas orações matrizes como nas encaixadas.

Os casos em que tanto a polaridade da oração matriz como a da encaixada é negativa só se registraram em enunciados marcados para factividade, comprovando a menor integração dessas estruturas, uma vez que as orações completivas podem ser negadas separadamente. Ademais, recorde-se que a presença de negação na oração matriz e na oração encaixada em estruturas marcadas para implicação, com predicados implicativos afirmativos, resulta em uma implicação positiva, ou ainda, se registra o cancelamento da negação dupla.

Os casos em que a oração matriz possui polaridade positiva e a encaixada possui polaridade negativa são muito mais expressivos em estruturas marcadas para factividade do que nas estruturas não-marcadas para factividade (marcadas para implicação e o contrafactivo FINGIR), indicando uma maior integração das completivas dos não-factivos às suas predicções matrizes, uma vez que não tendem a ser negadas separadamente.

Os casos em que a oração matriz exhibe polaridade negativa e a encaixada exhibe polaridade positiva caracterizam as estruturas não-marcadas para factividade (marcadas para implicação e o contrafactivo FINGIR). Esses resultados indicam que, se um enunciado complexo marcado para implicação for negado, o operador de negação tem que figurar, necessariamente, na predicação matriz, para que o escopo da negação se estenda por toda essa estrutura de complementação. Por esse resultado demonstra-se, novamente, a maior integração das orações matriz/encaixada dos enunciados marcados para implicação.

Tendo apresentado os resultados obtidos a partir da aplicação dos parâmetros sintático-semânticos às construções completivas que compõem o *corpus* desta pesquisa, empreende-se, a seguir, uma consideração final para os dados aqui discutidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese discutiu os factivos, propostos por Kiparsky e Kiparsky (1970), e os implicativos, estudados amplamente por Karttunen (1973, 1971a, 1971b, 1970), que são verbos que possuem uma de suas posições argumentais preenchidas com um complemento oracional e estabelecem, em relação a esses complementos, determinadas relações semânticas de pressuposição (verbos factivos) ou de implicação (verbos implicativos), as quais apontam, respectivamente, para uma leitura marcada para a verdade e para a realização/não-realização efetiva do conteúdo contido no complemento.

Considerando que essas propostas semânticas foram elaboradas no início da década de 1970, no auge da teoria gerativa, e que o arcabouço teórico em que se fundamenta esta abordagem remete a pontos do funcionalismo desenvolvidos por Dik (1989; 1997), Givón (1990), Lehmann (1988), propôs-se um tratamento dessas categorias verbais sem referência a (ou utilização de) termos que não se orientem pelo aporte funcionalista. Pela análise do escopo de operadores (meios gramaticais), como a negação e os modais, identificaram-se, para o português brasileiro, alguns possíveis predicados verbais de uso factivo e de uso implicativo. O escopo desses meios gramaticais aliado à análise do escopo de satélites (meios lexicais) temporais e locativos permitiu estabelecer que as relações de factividade e de implicação começam a se instaurar, respectivamente, no nível da proposição e da predicação, conforme o modelo de análise da oração em camadas formulado por Dik (1989).

Demonstrou-se, também, que essas categorias verbais não são discretas, podendo-se observar uma fluidez de significado, posto que um mesmo verbo transita por diferentes subclasses semânticas.

Identificaram-se, assim, predicados que podem apresentar leitura marcada para: factividade ou implicação; implicação com a possibilidade de transitar por diferentes subclasses implicativas. Essa possível leitura se liga necessariamente às condições pragmático-discursivas em que os enunciados se inserem.

Os predicados ESQUECER, LEMBRAR, SABER, SENTIR e VER forneceram leituras marcadas para factividade ou implicação; DEIXAR, EVITAR e PERMITIR forneceram leituras marcadas para implicação, possibilitando que essas marcas transitassem por diferentes subclasses implicativas.

Quanto à classificação das estruturas complexas em termos dos tipos enunciado (**clause**), proposicional e predicacional, determinada pelos diferentes tipos semânticos de predicados matrizes, formulada por Dik (1997), demonstrou-se que: os verbos marcados para

factividade são predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento ou predicados de percepção, encontrando-se, também, predicados de atitude proposicional com essa marca semântica; os verbos marcados para implicação se distribuem pelos diferentes termos predicacionais, aspectuais, de realização, modais, de manipulação prática, diretivos, perceptivos.

A mesma fluidez constatada na categorização dos predicados em: marcados para factividade ou não-marcados (marcados para implicação e o contrafactivo FINGIR), pode-se constatar na aplicação dessa outra possibilidade de categorização semântica aos predicados verbais.

Desse modo, concluiu-se que o predicado SABER pode ser empregado tanto como um predicado de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento, caso em que funciona como um termo proposicional, como pode ser empregado como um predicado de realização, funcionando, nesse caso, como um termo predicacional. Já FAZER e PERMITIR forneceram leituras em que receberam diferentes categorizações de predicados representativos de diferentes termos predicacionais.

A categoria gramatical de modo (indicativo ou subjuntivo) da construção completiva revelou que os factivos do português brasileiro podem fornecer uma leitura de não-suposição de verdade de seus complementos oracionais, caso em que o verbo encaixado figura no modo indicativo. Essa evidência resultou na conclusão de que esses tipos devem ser mais apropriadamente chamados de predicados de aquisição/perda de conhecimento ou de predicados de percepção passíveis de estabelecer uma relação factual com seus complementos, do que serem chamados propriamente de factivos.

Além da categorização da natureza semântica do predicado matriz, esta pesquisa avaliou, principalmente, os níveis de integração dos enunciados complexos, concluindo, pela aplicação de parâmetros sintático-semânticos, que as estruturas implicativas são mais integradas que as factivas, o que explica as diferentes posições que esses predicados ocupam na organização do enunciado em camadas.

Os aspectos sintático-semânticos testados para medir os níveis de integração/encaixamento dos enunciados foram os seguintes: tipos sintáticos de realização da completiva; identidade de referentes; explicitação do referente sujeito; controle do referente sujeito matriz sobre as ações/attitudes do referente sujeito encaixado; função semântica do referente sujeito matriz; tempo e modo dos verbos matrizes e encaixados; citação direta da completiva; polaridade das orações matrizes e encaixadas.

Com este estudo, comprovou-se que as estruturas de complementação complexas com o traço semântico factivo no português brasileiro apresentam os traços sintático-semânticos seguintes: as completivas assumem uma forma de realização finita; os referentes (matriz/encaixado) tendem a não estabelecer relações de identidade; o verbo matriz denota uma tendência menos acentuada para explicitar o referente sujeito; as formas de realização do referente sujeito encaixado (anáfora pronominal, sintagma nominal pleno), bem como a possibilidade de não-lexicalização desse referente, associam-se a completivas finitas; os sujeitos matrizes tendem a ser não-controladores; os sujeitos matrizes são preferencialmente um **processado [experienciador]** ou um **zero [experienciador]**; as predicções matrizes tendem a descrever estados de coisas do tipo **estado, dinamismo, mudança**, enquanto as encaixadas tendem a descrever estados de coisas do tipo **realização, posição, mudança, estado**; as completivas se caracterizam pela referência de tempo independente, podendo o evento nelas descrito ser anterior, simultâneo ou posterior ao evento descrito na predicção matriz; as completivas podem figurar sob a forma de uma oração independente; as orações matriz e encaixada podem exibir polaridade negativa.

Para as estruturas de complementação complexas com o traço semântico implicativo, no português brasileiro, ficaram comprovados os traços sintático-semânticos seguintes: as completivas assumem uma forma de realização não-finita; os referentes estabelecem relações de identidade, sendo possível identidade de sujeitos e identidade do referente sujeito encaixado com o outro argumento não-oracional interno da predicção matriz; o verbo matriz denota uma tendência mais acentuada para explicitar o referente sujeito matriz; as formas de realização do referente sujeito encaixado (anáfora pronominal, sintagma nominal pleno), bem como a possibilidade de não-lexicalização desse referente, associam-se a completivas não-finitas; os sujeitos matrizes tendem a ser controladores; os sujeitos matrizes revelam uma tendência para exercer as funções semânticas de agente e posicionador; as predicções matrizes tendem a descrever estados de coisas do tipo **posição, atividade, realização**, enquanto as encaixadas tendem a descrever estados de coisas do tipo **atividade, dinamismo**; as completivas se caracterizam pela referência de tempo dependente, sendo que o evento nelas descrito ocorre, necessariamente, no mesmo tempo do evento descrito na predicção matriz; os casos em que as completivas podem figurar sob a forma de uma oração independente representam percentual baixíssimo; a polaridade negativa se manifesta, preferencialmente, na predicção matriz.

Tendo demonstrado que os predicados de uso implicativo estudados nesta tese apresentam características sintático-semânticas que apontam incisivamente a maior integração

de suas orações completivas, e que os predicados marcados para factividade apresentam características sintático-semânticas que apontam incisivamente a menor integração de suas orações completivas, concluímos que os verbos marcados para factividade situam-se na extremidade esquerda da escala de integração de eventos, proposta na seção 3, com base em Givón (1990), expressando eventos menos integrados, enquanto os verbos marcados para implicação situam-se na extremidade direita dessa escala, expressando eventos mais integrados. Há a se observar, contudo, que, entre esses graus extremos, discriminam-se níveis intermediários de integração/encaixamento.

Considerando a categorização proposta para os predicados marcados para factividade e os não-marcados para factividade (marcados para implicação e o contrafactivo FINGIR), segundo a proposta de classificação da gramática funcional de Dik (1997), propomos, por fim, a escala de integração de eventos, que se apresenta a seguir, para os 650 enunciados analisados neste estudo:

Figura 6- Escala de integração dos eventos referentes às 650 orações analisadas nesta tese (Escala 2)

conhecimento e aquisição/perda de conhecimento perceptivos	atitude proposicional	diretivos	realização	conhecimento e aquisição/perda de conhecimento perceptivos atitude proposicional	manipulação prática	aspectuais modais
.....						
marcados para factividade eventos –integrados				marcados para implicação eventos +integrados		

Fonte: Elaboração própria.

No polo esquerdo da escala 2, situam-se os predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento e os perceptivos, passíveis de estabelecer uma relação factual com seus complementos oracionais, e que denotam, consoante essa posição que ocupam no *continuum*, graus de integração mais frouxos entre as orações (matriz e encaixada).

Um pouco mais adiante, situam-se os predicados de atitude proposicional, que também podem instaurar relações de factualidade com suas orações completivas. No entanto, ainda que esses predicados expressem eventos –integrados, ocupam uma posição mais à frente, no *continuum*, em comparação aos predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento e aos perceptivos. Essa localização indica que as orações completivas dos

predicados de atitude proposicional de uso factivo são menos frouxas que as orações completivas dos predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento e dos perceptivos, considerados os fatores sintático-semânticos que medem os graus/níveis de encaixamento de orações (matriz/completiva) avaliados neste estudo.

Do meio em direção ao polo direito do *continuum*, ocupando, portanto, diferentes posições, conforme os níveis de integração sintático-semânticos da oração completiva à matriz, distribuem-se os diferentes tipos de predicados marcados para implicação.

Constata-se, desse modo, que os predicados aspectuais e os modais marcados para implicação são os que exprimem os níveis mais elevados de encaixamento da oração completiva à matriz, visto situarem-se à extremidade direita da escala 2.

Os predicados de manipulação prática marcados para implicação denotam, igualmente, níveis elevados de integração de eventos, uma vez que ocupam uma posição bastante próxima ao polo direito do *continuum*. Se comparados aos predicados aspectuais e aos modais marcados para implicação, os de manipulação prática marcados para implicação descrevem estados de coisas em que a oração completiva está um pouco menos integrada à matriz.

Os predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento, os perceptivos e os de atitude proposicional marcados para implicação ocupam uma mesma posição no *continuum*, descrevendo estados de coisas em que a oração completiva se encontra integrada à matriz, porém um pouco menos integrada que as completivas de aspectuais e modais marcados para implicação.

Por esta pesquisa, demonstrou-se que os predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento, os perceptivos e os de atitude proposicional podem ser marcados para factividade, caso em que as estruturas complexas são menos integradas sintático-semânticamente, e podem também ser marcados para implicação, caso em que as estruturas complexas são mais integradas. Sendo assim, a escala 2 apenas evidencia as diferentes posições que esses predicados podem ocupar em um *continuum* de integração, segundo as marcas semânticas de factividade/implicação que contraem nos variados contextos pragmático-discursivos em que são usados.

Os predicados de realização marcados para implicação exprimem eventos mais integrados, ocupando uma posição intermediária no *continuum*, quando comparados aos aspectuais e aos modais marcados para implicação.

Ressalte-se que um predicado de realização marcado para implicação, como CONSEGUIR, por exemplo, ocupa nesse *continuum* de integração posição igual à dos aspectuais e modais marcados para implicação.

Todavia a classe dos predicados de realização marcados para implicação abrange diferentes tipos de predicados, que assim se categorizam em função da avaliação dos vários critérios sintático-semânticos aqui examinados. Nesse sentido, faz-se necessário retornar à subseção 5.2, a fim de examinar os critérios considerados nessa classificação que intervieram para esse posicionamento dos predicados de realização na escala 2.

Os predicados diretivos marcados para implicação descrevem eventos mais integrados, situando-se no meio do *continuum*, em comparação aos aspectuais e aos modais marcados para implicação.

Espera-se, por fim, que esta pesquisa tenha fornecido alguma contribuição aos estudos linguísticos do português brasileiro, no que concerne particularmente ao processo de integração de orações e à natureza semântica do predicado da oração matriz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBER, D.; FINEGAN, E. Drift and the Evolution of English Style: a History of Three Genres. *Language*, v. 65, n. 3, 1989, p. 487-517.

BOLKESTEIN, A. M. Sentencial complements in functional grammar: embedded predications, propositions, utterances in Latin. In: NUYTS, J.; BOLKESTEIN, A. M.; VET, C. (Ed). *Layers and levels of representation in language theory*. Amsterdam: Benjamins. 1990, p. 71-100.

BORBA, F. da. S. et al (Coord.). *Dicionário de usos do Português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.

BYBEE, J. L. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1985.

CARVALHO, C. S. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. 2004. n. f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

CASSEB-GALVÃO, V. C. *Evidencialidade e gramaticalização no Português do Brasil: os usos da expressão diz que*. 2001. n. f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2001.

CEZARIO, M. M. et al. Integração entre cláusulas e gramaticalização. In: MARTELOTTA, M. E. et al. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ UFRJ, 1996, p. 77-113.

DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Part 2: Complex and Derived Constructions. Ed. by Kess Hengeveld. Berlim; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

_____. *The theory of functional grammar*. Part 1: The Structure of the Clause. Dordrecht – Holland/Providence RI – U.S.A.: Foris Publications, 1989.

DIK, S. C.; HENGEVELD, K.; VESTER, E.; VET, C. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKESTEIN, A. M.; VET, C. (Ed). *Layers and levels of representation in language theory*. Amsterdam: Benjamins, 1990, p. 25-70.

DOMINGOS, E. C. Uma perspectiva funcionalista à complementação oracional. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 127-138, jan.-abr. 2009. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N1_11.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2011.

_____. O grau de integração das estruturas complexas factivas e implicativas do português do Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA

LINGUAGEM HUMANA, 7., 2009; JORNADA DE DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS, 1., 2009, São Carlos. *Comunicações...* São Carlos: Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, 2009.

_____. *O funcionamento dos complementos verbais oracionais no português escrito contemporâneo do Brasil*. 2000. n. f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2000.

ERDMANN, P. Factive, implicative verbs and the order of operators. *Studia Linguistica*. v. 28. Sweden: University of Hawaii, 1974, p. 51-63.

FREGE, G. (1879) On sense and reference. In: GEACH, P.; BLACK, M. (Ed). *Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege*. Oxford: Basil Blackwell, 1966, p. 56-78.

GIVÓN, T. *Syntax: A functional-typological introduction*. v. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1990.

_____. *Syntax: A functional-typological introduction*. v. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.

GUITART, J. M. The pragmatics of Spanish mood in complements of knowledge and acquisition-of knowledge predicates. In: FLEISCHMAN, S.; WAUGH, L. R. (Ed). *Discourse-Pragmatics and the Verb*. The Evidence from Romance. London: Routledge. 1991, p. 179-193.

HENGEVELD, K. Layers and operators in Functional Grammar. *J. Linguistics*, v. 25, 1989, p. 127-157.

_____. Clause structure and modality in Functional Grammar. In: AUWERA, J. van der; GOOSSENS, L. (Ed). *Ins and outs of the predication*. (Functional Grammar Series 6). Dordrecht: Foris Publications, 1987, p. 53-66.

HOPPER, P.; E. TRAUGOTT. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KARTTUNEN, L. La logique des constructions anglaises à complément prédicatif. *Langages*, v. 30, n. 8, 1973, p. 56-80.

_____. Implicative verbs. *Language*. v. 47, n. 2, 1971a, p. 340-358.

_____. Some observations on factivity. *Papers in Linguistics* 4, 1971b, p. 55-69.

_____. On the semantics of complement sentences. *Papers from the Sixth Regional Meeting*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1970, p. 328-339.

KEMPSON, R. *Presupposition and the delimitation of semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

KIPARSKY, P.; KIPARSKY, C. Fact. In: STEINBERG, D.D.; JAKOBOWITS, L. A. *An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 345-369.

LEECH, G. N. *Semantics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1978.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Ed). *Clause combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988, p. 181-225.

MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

NEVES, M. H. M.; DOMINGOS, E. C. *Estudo do funcionamento dos complementos verbais oracionais no português do Brasil*. Relatório Final de Bolsa de Aperfeiçoamento - CNPq. 1995. Mimeo.

NEWMAYER, F. *English aspectual verbs*. The Hague: Mouton and Company, 1975.

NOONAN, M. Complementation. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description*. v. II. Complex constructions. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 42-140.

ROBINSON, J.; LAWRENCE, H.; TAGLIAMONTE, S. *Goldvarb 2001*. A multivariate analysis application for Windows. Outubro de 2001. Disponível em: <http://courses.essex.ac.uk/lg/lg654/GoldVarb2001forPCmanual.htm>. Acesso em: 18 maio 2011.

SARDINHA, T. B. *Linguística de Corpus*. Barueri: Manole, 2004.

VENDLER, Z. *Linguistics in philosophy*. Ithaca. New York: Cornell University Press, 1967.

VILELA, M. Classificação dos verbos: propostas e resultados. In: _____. *Arquivos do Centro Cultural Português*, v. 22, Paris, 1987, p. 71-99.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO *CORPUS* CONSULTADO

- AMADO, G. Discursos de Gilberto Amado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- AMARAL, M.A.S. *A resistência*. Rio de Janeiro: MEC/DAC/Funarte, 1978.
- ANDRADE, C. D. *Boca de Luar*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- ANGELO, I. *A festa*. São Paulo: Summus, 1978.
- ARAÚJO, J.G. *Paixão e fim de Valério Caluete*. Rio de Janeiro: Agir-MEC, 1978.
- BELTRÃO, L. *A greve dos desempregados*. São Paulo: Cortez, 1984.
- BOSI, A. (Org.). *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- CALLADO, A. *Quarup*. 2. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- _____. *A Madona de Cedro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- CARVALHO, O. G. R. *Ficção reunida*. Terezina: Meridiano, 1981.
- CASTRO, R. *Estrela solitária*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- COELHO, P. *Histórias para pais, filhos e netos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- _____. *O demônio e a Srta. Prym*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- _____. *Verônica decide morrer*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- _____. *As Valkírias*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- CONY, C. H. *Balé branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- CUNHA, F. W. *Ficção e ideologia*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972.
- Diário do Nordeste*. Fortaleza, set.dez 2000; jan/2001.
- ESCOBAR, C. H. *Caixa de cimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- FARIA, O. *Ângela ou as areias do mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- FONSECA, R. *Agosto*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- GATTAI, Z. *Anarquistas, graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1979.
- Gazeta de Alagoas*. Maceió. 12/9/2000; 27/11/2000.
- GOULART, J. *Desenvolvimento e independência*. Porto Alegre, 7 set. 1961. Discurso.

HOLLANDA, C. B. *Estorvo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

Isto é, São Paulo, n. 252, Ed. Três, 18/8/1982.

JACINTO, R. *O que é contabilidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, v. 70)

JESUS, C. M. *Quarto de despejo*. São Paulo: Paulo de Azevedo, 1960.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1981. Várias edições.

KUBITSCHKE, J. Discursos – Arraial do Cabo. Rio de Janeiro, 3/1/1958.

LAFER, C. *Inserção Internacional do Brasil – Gestão do ministro Celso Lafer no Itamaraty*. Brasília: Gráfica do Senado, 1993.

LEITE, A. A viúva branca. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1960.

LESSA, O. *Balbino, O homem do mar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

LIMA, G. F. *Serras azuis*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio/MEC, 1976.

LINS, O. *O fiel e a pedra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

LUFT, L. *A asa esquerda do anjo*. São Paulo: Siciliano, 1981.

MACHADO, A. *João Ternura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

MAY, N. L. *Inquéritos em preto e branco*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

MENDES, S. *Chagas, o cabra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MICHELI, G. *Higiene bucal*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, v. 79)

MIRANDA, A. *Boca do inferno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

MONIZ, E. A vila de prata. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: MEC, 1956.

_____. *Branca de Neve*. Rio de Janeiro: S. José, 1954.

MONTEIRO, O. *Magia e pensamento mágico*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, v. 43)

MOOG, V. *Um rio imita o Reno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MORAIS, F. *Olga*. São Paulo: Alfa Omega, 1987.

MOTTA, F. C. P. *O que é burocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos, v. 21)

- NASSAR, R. *Um copo de cólera*. São Paulo: Livraria Cultura, 1978.
- NAVA, P. *Chão de ferro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1955–1958. Várias edições.
- PAIVA, M. R. *Blecaute*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PESSOTI, I. *Aqueles cães malditos de Arquelau*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- PROENÇA, M. C. *O Alferes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- QUEIROZ, R. *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- RESENDE, O. L. *O braço direito*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1963.
- RIBEIRO, J. U. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ROSA, J. G. *Primeiras Estórias*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- _____. *Sagarana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- SABINO, F. *A faca de dois gumes*. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- SALES, H. Além dos marimbus. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1961.
- SCLIAR, M. *A paixão transformada*. História da medicina na literatura. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. *Cenas da vida minúscula*. Porto Alegre: L&PM, 1991.
- Sigaud*. G. P. – Carta Pastoral, 1963.
- SIMON, P. O Senador Pedro Simon – Discursos e Projetos 1993. Brasília: Senado Federal, 1995.
- SOARES, J. *O Xangô de Baker Street*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- SOARES, O. Atuação parlamentar do Senador Odacyr Soares 1988. Brasília: Senado Federal, 1992.
- TAVAREZ, Z. *O nome do bispo*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- TELLES, L. F. *Ciranda de pedra*. São Paulo: Martins, 1955.
- TORRES, J. C. *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- TREVISAN, D. *Cemitério de elefantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- VASCONCELOS, A. S. *Chica Pelega – A guerreira de taquaruçu*. Florianópolis: Insular,

2000.

_____. *A vida em flor de Dona Beja*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

VEIGA, V. *O Presidente*. São Paulo: Clube do Livro, 1959.

VERÍSSIMO, E. *Incidente em Antares*. São Paulo: Globo, 1996.

_____. *Música ao longe*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

_____. *Noite*. Porto Alegre: Globo, 1957.

_____. *O tempo e o vento – O Continente*. Rio de Janeiro: Globo, 1956. Tomo II.

WANDERLEY, J. C. *O homem que perdeu a alma*. Rio de Janeiro: MEC, 1960.

APÊNDICE A – Predicados verbais do português brasileiro passíveis de estabelecer relações de factividade, contrafactividade e implicação com seus complementos oracionais, de acordo com os diferentes contextos pragmático-discursivos em que são usados.³⁸

Quadro 3- Verbos de uso factivo no português brasileiro

ADMIRAR	DEPLORAR	JACTAR-SE	RECORDAR
ADVERTIR	DESAPROVAR	LAMENTAR	RELEMBRAR
APERCEBER	DESCOBRIR	LASTIMAR	RELEVAR
APROVAR	DESCONHECER	LEMBRAR	RESSENTIR
ARREPENDER-SE	DESCULPAR	MAGOAR	SABER
ATINAR	ENTENDER	NOTAR	SACAR
BASTAR	ESCLARECER	OBSERVAR	SENTIR
COMPREENDER	ESQUECER	OLVIDAR	SURPREENDER
CONCEBER	ESTIMAR	ORGULHAR-SE	UFANAR
CONFORMAR	ESTRANHAR	PERCEBER	VANGLORiar-SE
CONHECER	GABAR-SE	QUEIXAR-SE	VER
CONSCIENTIZAR-SE	IGNORAR	REALIZAR	VERIFICAR

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4- Verbos de uso contrafactivo no português brasileiro

FINGIR	SIMULAR
INVENTAR	

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 5- Verbos de uso implicativo afirmativo no português brasileiro

ARRISCAR-SE	DEIXAR	PREOCUPAR-SE
ATREVER-SE	DIGNAR-SE	SABER
AVENTURAR-SE	LEMBRAR-(SE) DE	SUJEITAR-SE
CHEGAR A	LOGRAR	VIVER
CONDENAR-SE	OUSAR	
CONSEGUIR	PERMITIR	

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6- Verbos de uso implicativo negativo no português brasileiro

ABSTER-SE	EVITAR
DEIXAR DE	FURTAR-SE
DESCUIDAR	LIVRAR
DESISTIR	RECUSAR-SE
ESQUECER(-SE) DE	RESISTIR
ESQUIVAR-SE	RETER-SE

Fonte: Elaboração própria.

³⁸ Retomam-se, neste apêndice, os predicados verbais apresentados no quadro 1, p. 82. A distribuição de verbos em quadros tem a intenção de reunir e evidenciar os resultados obtidos, já explicados e exemplificados, na subseção 5.1, aos eventuais leitores. Ressalte-se, no entanto, que as categorizações semânticas propostas orientam-se, fundamentalmente, pelo contexto pragmático-discursivo.

Quadro 7- Verbos de uso se-afirmativo no português brasileiro

AFIANÇAR	DEMONSTRAR	MANDAR	SABER
APRESSAR-SE	FAZER	MOSTRAR	SENTIR
ASSEGURAR	FORÇAR	OBRIGAR	SIGNIFICAR
COMPELIR	GARANTIR	OUVIR	VER
CUIDAR	IMPLICAR	PERMITIR	
DEIXAR	INDICAR	PROVAR	

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 8- Verbos de uso se-negativo no português brasileiro

EVITAR	IMPOSSIBILITAR
IMPEDIR	SABER

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 9- Verbos de uso somente-se afirmativo no português brasileiro

PROCURAR	TENTAR
SABER	

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 10- Verbos de uso somente-se negativo no português brasileiro

DESPREZAR	NEGAR-SE
HESITAR	RELUTAR
IMPORTAR-SE	TREPIDAR

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE B – Predicados verbais proposicionais e predicacionais do português brasileiro, segundo proposta de Dik (1997).³⁹

Predicados verbais proposicionais

Predicados de atitude proposicional:

ARREPENDER-SE – ESCLARECER – ESTRANHAR – FINGIR – HESITAR – LAMENTAR.

Predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento:

COMPREENDER – DESCOBRIR – ENTENDER – ESQUECER – LEMBRAR – SABER – RECORDAR.

Predicados de percepção:

NOTAR – OBSERVAR – PERCEBER – SENTIR – VER.

Predicados verbais predicacionais

Predicados de conhecimento e aquisição/perda de conhecimento:

ESQUECER-SE DE – LEMBRAR-SE DE – SABER.

Predicados aspectuais:

CHEGAR A – DEIXAR DE – VIVER.

Predicados de realização:

AFIANÇAR – ARRISCAR-SE – ASSEGURAR – CONSEGUIR – CUIDAR – DEMONSTRAR – DESCUIDAR – DESISTIR – DIGNAR-SE – EVITAR – FAZER – GARANTIR – IMPEDIR – IMPORTAR – INDICAR – MOSTRAR – OUSAR –

³⁹ Retomam-se, neste apêndice, os predicados verbais apresentados nas tabelas 2 e 3, p. 97-99. Como mencionado em nota de rodapé no Apêndice A, a recapitulação empreendida neste apêndice tem a intenção de reunir e evidenciar os resultados obtidos, já explicados e exemplificados, na subseção 5.2, aos eventuais leitores. Ressalte-se, no entanto, que as categorizações semânticas propostas orientam-se, fundamentalmente, pelo contexto pragmático-discursivo.

PREOCUPAR-SE – PROCURAR – PROVAR – RECUSAR – RELUTAR – SABER –
SIGNIFICAR – TENTAR.

Predicado modal:

DEIXAR.

Predicados de manipulação prática:

FAZER – FORÇAR – OBRIGAR – PERMITIR.

Predicados diretivos:

MANDAR – PERMITIR.

Predicados de percepção:

OUVIR – SENTIR – VER.